

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	7
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	19
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	23
1.5 Principais clientes	39
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	40
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	45
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	47
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	50
1.10 Informações de sociedade de economia mista	53
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	54
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	55
1.13 Acordos de acionistas	56
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	57
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	58
1.16 Outras informações relevantes	59
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	64
2.2 Resultados operacional e financeiro	84
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	98
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	99
2.5 Medições não contábeis	103
2.6 Eventos subsequentes as DFs	105
2.7 Destinação de resultados	106
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	108
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	109
2.10 Planos de negócios	110
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	116
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	117
3.2 Acompanhamento das projeções	119

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	120
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	138
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	142
4.4 Processos não sigilosos relevantes	146
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	189
4.6 Processos sigilosos relevantes	190
4.7 Outras contingências relevantes	191
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	193
5.2 Descrição dos controles internos	205
5.3 Programa de integridade	208
5.4 Alterações significativas	211
5.5 Outras informações relevantes	212
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	213
6.3 Distribuição de capital	217
6.4 Participação em sociedades	218
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	219
6.6 Outras informações relevantes	220
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	221
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	224
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	225
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	226
7.4 Composição dos comitês	238
7.5 Relações familiares	251
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	252
7.7 Acordos/seguros de administradores	254
7.8 Outras informações relevantes	255
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	256

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	261
8.3 Remuneração variável	265
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	267
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	273
8.6 Outorga de opções de compra de ações	274
8.7 Opções em aberto	277
8.8 Opções exercidas e ações entregues	279
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	281
8.10 Outorga de ações	283
8.11 Ações entregues	285
8.12 Precificação das ações/opções	286
8.13 Participações detidas por órgão	288
8.14 Planos de previdência	289
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	291
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	293
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	294
8.18 Remuneração - Outras funções	295
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	296
8.20 Outras informações relevantes	297
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	298
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	299
9.4 Outras informações relevantes	300
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	301
10.1 Descrição dos recursos humanos	303
10.2 Alterações relevantes	305
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	306
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	308
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	309
10.5 Outras informações relevantes	310
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	312
11.2 Transações com partes relacionadas	314
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	315
11.3 Outras informações relevantes	317
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	318
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	319
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	320
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	343
12.5 Mercados de negociação no Brasil	344
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	347
12.7 Títulos emitidos no exterior	348
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	349
12.9 Outras informações relevantes	350
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	352
13.1 Declaração do diretor presidente	353
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	354
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	355

1.1 Histórico do emissor

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional que atua nos setores de alimentos, nos canais de foodservice, varejo e conveniência, industrial e de exportação, no Brasil e no mundo. Com base de produção distribuída no eixo das Américas, a Companhia possui um portfólio de produtos diversificado e abrangente, e suas operações estão alicerçadas em seu compromisso com a excelência e qualidade, garantindo a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo, além dos lares de consumidores em aproximadamente 100 países. As atividades da Marfrig se dividem em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de produtos à base de proteína animal (bovinos, ovinos e peixes) e vegetal. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada na cidade de São Paulo.

A história da Marfrig começa em 1986, quando seu fundador, o Sr. Marcos Antônio Molina dos Santos, aos 16 anos, abriu seu primeiro negócio se consolidando rapidamente como um importante distribuidor de cortes bovinos e outras proteínas. Em 1998, iniciou as atividades de seu primeiro centro de distribuição na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, para atender à crescente demanda por produtos alimentícios.

Em 2000, os sócios fundadores constituíram a Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos Ltda. (que em 2007 viria a ser transformada em Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A., em 2009 Marfrig Alimentos S.A. e em 2014, Marfrig Global Foods SA.) e foi arrendada a primeira planta de abate e processamento na cidade de Bataguassu (que veio a ser adquirida posteriormente), Estado de Mato Grosso do Sul. A Companhia tornou-se uma sociedade anônima em 26 de março de 2007 e, em 18 de junho de 2007, obteve seu registro de Companhia aberta junto à CVM, realizando sua oferta pública inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, no segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Entre 2008 e 2012 a Companhia fez importantes investimentos e aquisições, transformando a Marfrig em uma das mais internacionalizadas e diversificadas Companhias do setor brasileiro de alimentos baseado em proteínas animais. Nesse período específico, destaca-se a compra da Moy Park, Seara e Keystone em 2008, 2009 e 2010, respectivamente.

Em 2013 deu-se início o programa plano estratégico Focar para Ganhar, que tinha por objetivo conduzir a Marfrig na rota da excelência operacional, gerando benefícios sociais e retorno financeiro aos investidores. O plano tinha como alicerce o controle da alavancagem e reestruturação do modelo de negócios da Companhia, fazendo desde então importantes desinvestimentos, iniciando com a venda da Seara.

Em 2015, a Companhia anunciou a venda da Moy Park, dentro da estratégia de fortalecer o “core business” de processamento de proteína bovina.

Em 2018, a Marfrig redirecionou seu foco estratégico para proteína bovina e produtos de maior valor agregado e o atingimento de uma estrutura de capital de baixa alavancagem. Em junho de 2018, a Companhia adquiriu o controle da empresa norte-americana National Beef, a 4ª maior e mais eficiente empresa de carne bovina dos EUA, se tornando uma das maiores empresas de carne bovina, em capacidade, do mundo. Em novembro de 2018, a Marfrig vendeu a subsidiária Keystone Foods, adquirida pela Companhia em 2010, empresa majoritariamente de processamento de carne de frango.

A Companhia manteve o negócio de hambúrgueres de North Baltimore, Ohio, da Keystone uma das maiores plantas de hambúrguer dos EUA e uma das grandes fornecedoras para o canal de foodservice.

Com foco em produtos de maior valor agregado, a Marfrig comunicou, em dezembro de 2018, a decisão de adquirir o controle da QuickFood, empresa líder na produção de alimentos derivados de carne bovina na Argentina, proprietária da marca Paty, líder no mercado de hambúrgueres local.

1.1 Histórico do emissor

Ainda em dezembro de 2018, a Marfrig também anunciou no Brasil a aquisição de uma planta de processados em Várzea Grande, no Mato Grosso, que inclui a produção de hambúrgueres, almôndegas e quibes, da BRF, com a qual celebrou um contrato de longo prazo para fornecimento de hambúrgueres, dentre outros.

Em 3 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 91,89% do QuickFood por US\$54,9 milhões, empresa líder na produção de alimentos derivados de carne bovina na Argentina, proprietária da marca Paty, líder no mercado de hambúrgueres local.

Já em 24 de janeiro de 2019, a Companhia concluiu o processo para assumir a operação Várzea Grande no Estado de Mato Grosso, o qual foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica em março de 2019, e firmou uma parceria de fornecimento com a BRF S.A. para fornecimento de hambúrgueres, dentre outros.

A Marfrig, juntamente com os outros membros da National Beef, celebrou, em 11 de março de 2019, um Contrato de Compra de Participação de Sócios com a Sysco Holdings, LLC para a aquisição de todos os interesses de participação da Iowa Premium, LLC por um preço agregado de compra de US\$150 milhões. A transação foi concluída em 10 de junho de 2019. De pronto, após o fechamento, os compradores contribuíram com sua participação na Iowa Premium, LLC para a National Beef.

Outras Informações acerca das aquisições da Companhia

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de maio de 2020, a Companhia informou que, por intermédio de sua subsidiária integral NBM US Holdings, Inc., celebrou um acordo com a Archer- Daniels-Midland Company ("ADM") para a criação da PlantPlus Foods, joint venture que combina a capacidade de inovação, excelência operacional e escala global das duas companhias para a produção e comercialização de produtos de base vegetal por meio dos canais de varejo e food service, nos mercados da América do Sul e América do Norte. A Marfrig detém 70% da joint venture e a ADM 30%. A Marfrig é responsável pela produção, venda e distribuição da PlantPlus Foods, utilizando suas instalações em Várzea Grande, estado do Mato Grosso, e em Ohio, nos Estados Unidos. A ADM fornece conhecimento técnico, desenvolvimento de aplicação e uma gama de ingredientes de base vegetal a partir do seu complexo especial de proteína em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, bem como sua rede de unidades de proteína localizadas nos EUA, incluindo sua nova fábrica de proteína de ervilha em Enderlin, no estado de North Dakota. As operações da Plant Plus Foods LLC se iniciaram após aprovações das autoridades regulatórias competentes.

Principais Movimentos societários

Em 2020:

A Marfrig celebrou um Acordo de Intenções não vinculante com a APPEC para a constituição de uma nova sociedade na República do Paraguai com o objetivo de explorar potenciais investimentos no país. A participação da Marfrig na nova sociedade será de 85%, com 15% do capital social pertencentes à APPEC. Os investimentos da Marfrig poderão atingir aproximadamente 100 milhões de dólares norte-americanos em até 24 meses. A Marfrig deverá contribuir com seu *know-how* em matéria de tecnologia, produção, comercialização e logística, enquanto a APPEC buscará garantir uma quantidade significativa de matéria-prima e seus vastos conhecimentos no mercado local de modo a permitir o desenvolvimento do negócio de forma sustentável, com alta qualidade e a preços competitivos. A operação busca replicar o modelo de sucesso que a Marfrig vem desenvolvendo na National Beef em que conta com os produtores locais como sócios do empreendimento.

A Marfrig celebrou um acordo com os acionistas da Campo del Tesoro para adquirir 100% das ações da

1.1 Histórico do emissor

empresa na Argentina. O valor total da transação é de US\$ 4,6 milhões. A Campo del Tesoro é uma das líderes na produção de hambúrgueres de carne bovina para o *food service* na Argentina. A empresa opera uma planta localizada em Pilar, Província de Buenos Aires, com capacidade de processamento de cerca de 15 mil toneladas/ano de hambúrgueres atendendo majoritariamente um dos maiores players em *food service* do mundo. Para a Marfrig, essa transação fortalece seu portfólio de produtos de maior valor agregado e está em linha com seu plano estratégico de crescimento.

Esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

Em 2021:

- A PlantPlus Foods LLC ("PlantPlus Foods"), joint venture na qual a Marfrig possui 70% de participação, firmou acordos definitivos para adquirir a Sol Cuisine Ltd ("Sol Cuisine"), empresa listada na Bolsa de Valores de Toronto – TMX – sob o código VEG, e a DEW – Drink Eat Well, LLC ("Hilary's"), empresa de capital fechado nos Estados Unidos da América. O valor consolidado das aquisições foi de cerca de US\$ 140 milhões, dos quais a Marfrig capitalizou aproximadamente US\$ 100 milhões, referente à sua participação na joint venture através de caixa próprio.
- A Sol Cuisine é uma produtora que tem apresentado rápido crescimento no segmento de proteína vegetal, com marca própria e private label, com presença nas principais categorias de pratos e aperitivos. Os produtos da empresa são oferecidos por meio de plataforma de distribuição omni-channel estabelecida no Canadá, Estados Unidos da América e México.
- A Hilary's, produz alimentos à base de plantas e vegetais, livres de alérgenos, sem utilização de trigo, glúten, soja, laticínios, ovos, milho ou nozes, focados em refeições nutritivas. O portfólio de produtos é composto por hambúrgueres e salsichas à base de plantas, que são distribuídos nos Estados Unidos da América.

Investimento BRF:

- A Marfrig, em uma estratégia de complementariedade comercial, investiu ao longo de 2021 aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em ações da BRF (BRF S.A.), o que representa 33,20% do capital social da empresa. Essa participação colocou a Marfrig em posição de maior acionista individual da BRF.
- Em janeiro de 2022, a Marfrig obteve a aprovação do Conselho de Administração para subscrever até o limite de sua participação societária no capital social da BRF, equivalente a 33,20% da oferta de ações da BRF. A BRF emitiu 270.000.000 novas ações, perfazendo a oferta o montante total de R\$ 5.400.000, o preço de cada ação foi fixado a R\$ 20,00. O desembolso de caixa da Marfrig foi de R\$ 1,8 bilhão, equivalentes a 90.198.777 em novas ações. Após uma nova aquisição de ações e a participação na capitalização, o total detido pela Marfrig, no capital social da BRF passou a ser de 33,27%.
- Em fevereiro, após investimentos de aproximadamente R\$9 bilhões na empresa, a Marfrig indicou uma chapa para compor o novo Conselho de Administração da BRF, que foi eleita em março de forma majoritária para liderar a administração da Marfrig.
- Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Marfrig passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022.
- Por essa razão, os resultados da BRF passaram a ser consolidados aos da Marfrig a partir do segundo trimestre de 2022, em acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em maio de 2023, a Marfrig anunciou ao mercado Fato Relevante destacando que recebeu correspondência, destinada à sua investida BRF, enviada por Saudi Agricultural and Livestock Investment Company ("SALIC"), por meio da qual a SALIC apresentou compromisso de subscrição, no âmbito de eventual e futura oferta pública primária de distribuição de ações de emissão da BRF, de até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) novas ações de emissão da BRF ("Valor do Compromisso de Investimento"), a um preço de até R\$ 9,00 (nove reais) por ação e desde que um número agregado de ações igual a não menos que 2/3 (dois terços) do Valor do Compromisso de Investimento seja alocado à SALIC na oferta ("Compromisso SALIC"), tudo conforme detalhado em fato relevante

1.1 Histórico do emissor

divulgado pela BRF em 31 de maio de 2023 ("Fato Relevante BRF"). Conforme indicado no Fato Relevante da BRF, o Compromisso SALIC encontra-se sujeito ao cumprimento de determinadas condições, dentre elas a apresentação de compromisso, pela Marfrig, para subscrição de até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de novas ações de emissão da BRF no âmbito de eventual e futura oferta pública primária de distribuição de ações de emissão da BRF ("Oferta BRF" e "Compromisso Marfrig"). O Compromisso da Marfrig está sujeito, entre outras condições usuais, a (x) um preço máximo de R\$9,00 (nove reais) por ação na Oferta da BRF; e (y) subscrição pela Marfrig de, no mínimo, todo o seu rateio de ações no âmbito da parcela prioritária da Oferta da BRF ("Condições Marfrig").

Considerando os termos do Compromisso SALIC, foi realizada, em 31 de maio de 2023, reunião do Conselho de Administração da Marfrig, na qual foi aprovada a apresentação pela Marfrig do compromisso de subscrição de até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de ações da BRF ("Compromisso da Marfrig"), sujeito às Condições Marfrig.

O Conselho de Administração da Marfrig aprovou ainda, de forma preliminar, a realização de futuro aumento de capital privado da Marfrig, com emissão de, no mínimo, 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões) de novas ações e, no máximo, 360.000.000 (trezentos e sessenta e um milhões) de novas ações ao preço de R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos) por ação, equivalente ao preço de fechamento do pregão de 30 de maio de 2023 das ações de emissão da Marfrig (MRFG3). A Marfrig informa também que recebeu de seu acionista controlador, MMS Participações Ltda., compromisso de investimento de subscrição de ações da Marfrig, abrangendo, no mínimo, a subscrição de 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões) de novas ações e indicou interesse nas eventuais sobras da oferta.

Em 04 de julho, a BRF comunicou ao mercado que nos termos da Resolução CVM 160, a partir da presente data encontra-se a mercado a oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 500.000.000 ações ordinárias de emissão da Marfrig, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), sem prejuízo das Ações Adicionais (conforme abaixo definido), destinada exclusivamente a investidores profissionais (conforme definido na Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021), sendo garantida aos acionistas a prioridade na subscrição das Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160 ("Oferta").

Em continuidade ao Fato Relevante de Maio de 2023 e de 04 de julho de 2023, a BRF anunciou em 13 de julho de 2023, que foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Marfrig, (a) a fixação do preço por ação no valor de R\$ 9,00 ("Preço por Ação"), (b) a emissão de 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pela Marfrig, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, considerando a colocação das Ações Adicionais (conforme abaixo definido) ("Ações"), no valor total de emissão de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais), dentro do limite do seu capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Marfrig e com a concessão de prioridade na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do artigo 53º, da Resolução CVM 160, e nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Marfrig, sendo que, do valor total de emissão, R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) foram destinados à conta de capital social e R\$ 4.800.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos milhões de reais) foram destinados à reserva de capital, conforme artigo 14, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, bem como (c) a sua homologação, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações, realizada sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, (i) a Saudi Agricultural and Livestock Investment Company ("SALIC") subscreveu 180.000.000 Ações; e (ii) a Marfrig Global Foods S/A ("Marfrig") subscreveu 200.323.582 Ações que corresponde ao seu Limite de Subscrição Proporcional no âmbito da Oferta Prioritária, não tendo subscrito ações no âmbito da Oferta Institucional, por não ter sido permitida a subscrição por Pessoas Vinculadas, tendo em vista a verificação de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais).

Em 18 de julho de 2023, a BRF comunicou ao mercado o encerramento oferta de ações ao mercado (follow-on) onde foram subscritas e integralizadas 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias de emissão da Marfrig, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e

1.1 Histórico do emissor

desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), ao preço de R\$ 9,00 (nove reais) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais). A Marfrig, no âmbito desta oferta, investiu aproximadamente R\$ 1,8 bilhão para manutenção de sua participação.

Durante o processo de aumento de capital e revisão do estatuto social, foi votado e aprovado pela maioria dos acionistas a supressão da cláusula “poison pill” que limitava a Marfrig fazer qualquer aumento de participação no capital social da Marfrig.

Após esse movimento, a Marfrig investiu aproximadamente R\$ 3 bilhões, sendo R\$1,4 bilhão no 3T23, o que elevou de 33% para acima de 40 e o restante durante o 4T23 para elevar sua participação para os atuais 50,06% conforme comunicação de 28 de dezembro de 2023.

A Companhia possui atualmente 50,49% do capital social da BRF.

Também em 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A..

Os Ativos objetos da transação são os seguintes:

(1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas

(2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes;

(3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e

(4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000.000, que será pago no fechamento da operação.

Em 25 de setembro de 2024, a Companhia informou ao mercado que, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.006814/2023-77, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em sessão de julgamento realizada, aprovou o supracitado ato de concentração relativo à Operação. A referida decisão de aprovação e os demais documentos públicos relativos ao ato de concentração poderão ser consultados no site do CADE. (iii) Sendo o confirmado (a) o trânsito em julgado da aprovação acima mencionada; e (b) a consumação das demais condições precedentes previstas no Contrato, a Companhia espera que o fechamento da Operação ocorra até o final do mês de outubro de 2024.

Esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo. Em 31 de dezembro de 2024 a Marfrig contava com mais de 126 mil funcionários em seu quadro consolidado.

Como já mencionado acima, a Marfrig é uma sociedade anônima de capital aberto e possui suas ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão sob o código MRFG3. Como participante do Novo Mercado da B3, está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social. As ações da Marfrig também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do mercado de capitais brasileiro, como o Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro.

Índice Bovespa – IBOV; Índice Valor - IVBX 2; Índice Agronegócio – AGFS (IAGRO); Índice Brasil

1.1 Histórico do emissor

Amplo BM&FBOVESPA – IBrA; Índice Brasil 100 – IBrX 100; Índice Brasil 50 – IBrX 50; Índice de Consumo – ICON; Índice de Governança Corporativa Trade – IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC; Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado – IGC-NM; Índice do Setor Industrial – INDX; Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG; Índice Small Cap SMLL. A Companhia também participa de índices referência em sustentabilidade, Índice Carbono Eficiente - ICO2 e Índice e Sustentabilidade Empresarial - ISE.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral

A Marfrig é uma multinacional brasileira altamente internacionalizada, sendo uma das maiores empresas de proteína bovina do mundo em capacidade. Em 30 de junho de 2024, a Marfrig contava com 54 unidades de processamento, 8 complexos de abate, além de centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. Já em 31 de dezembro de 2022, a Marfrig contava com 33 unidades de produção, 19 unidades de abate de bovinos, outras 12 plantas de processamento, além de centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. As atividades da Companhia reúnem produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de alimentos à base de proteína animal, principalmente bovina, além de outros produtos alimentícios variados, tais como vegetais congelados, ovinos, peixes, molhos e sobremesas.

Atuante em um mercado grande e crescente, sustentado por tendências positivas de crescimento demográfico, a BRF, em termos de capacidade de produção, é uma das maiores produtoras mundiais de proteína animal, de acordo com a WattAgNet, possuindo em 31 de dezembro de 2023, um portfólio de aproximadamente 5.500 SKUs (Stock Keeping Unit ou, em português, Unidade de Manutenção de Estoque) e atendendo mais de 120 países. A BRF está comprometida em operar seus negócios e entregar produtos para sua base global de clientes em linha com seus valores centrais: qualidade, segurança e integridade. Seus produtos processados incluem frango marinado e congelado, frango Chester® e carnes de peru, carnes especiais, carnes processadas congeladas, pratos prontos congelados, produtos em porções e produtos fatiados, dentre outros. A BRF também vende margarina, manteiga, cream cheese, doces especiais, sanduíches, produtos à base de plantas e ração para animais. A BRF é detentora de marcas como Sadia (marca top of mind há 10 anos consecutivos), Perdigão (marca mais presente em lares brasileiros), Qualy (marca top of mind há 10 anos consecutivos e líder em inovação), Sadia Halal (#1 marca de aves com equity index de 33,4%), Banvit (marca preferida por 49,0% dos entrevistados na Turquia), Perdix, Confidence e Hilal, dentre outras marcas regionais. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a BRF foi responsável por 8,1% do comércio mundial de aves, segundo o USDA (United States Department of Agriculture).

Conforme já mencionado acima, a partir do segundo trimestre de 2022, a Companhia, em função da determinação contida nos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, passou a consolidar as informações financeiras da BRF em suas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2024, a receita da Companhia foi de R\$ 148,9 bilhões, dos quais 45,0% gerados pela operação América do Norte, 14,0% na operação América do Sul e 41,0% pela BRF. A receita da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 132,2 bilhões, dos quais 45,0% gerados pela operação América do Norte, 14,5% na operação América do Sul e 40,5% pela BRF.

Com mais de 120 mil colaboradores, a Companhia atua nos canais de *food service*, varejo e atacado, oferecendo soluções inovadoras, seguras e saudáveis. Com um portfólio diversificado e abrangente, seus produtos estão presentes nas maiores redes de restaurantes e supermercados, chegando a milhões de consumidores em aproximadamente 100 países.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com 3 complexos industriais, 1 unidade de processamento, 3 centros de distribuição e um escritório comercial no Brasil. Já para o segmento de aves e porcos – BRF, a Companhia contava com 38 instalações de processamento, 28 centros de distribuição, 28 pontos de transição e 4 plantas de alimentação animal.

Atualmente, a estrutura de negócios da Companhia é composta por duas operações de bovinos, além de deter participação relevante na BRF representada no segmento Aves e Suínos. A soma dessa diversificação resulta em marcas (além das citadas acima) com forte presença no mercado, como Bassi, Sadia, Montana, Perdigão, Palatare, Montana, Banvit, Pampeano, Qualy, Deline, Calybon, Confidence, e nas marcas voltadas para Pets, Balance, Gran Plus, Biofresh, Guabi Natural, Bona Pet.

A seguir segue o detalhamento das operações.

Operação América do Norte

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A operação da Companhia na América do Norte consiste principalmente da National Beef, que é a 4ª (quarta) maior empresa de processamento de carnes e uma das mais lucrativas, rentáveis e eficiente empresa do setor nos EUA, considerando sua análise de mercado. A Companhia possui 3 plantas de abate com capacidade de 13.100 animais/dia, representando aproximadamente 14% da participação do abate nos EUA e conta com cerca de 9.849 colaboradores

Com aproximadamente 90% de suas vendas destinadas ao mercado doméstico, seus produtos são comercializados nos canais de varejo, atacado e food service, bem como exportados para diversos mercados, sendo também a principal exportadora de carne bovina resfriada dos EUA, focada nos mercados do Japão e Coreia.

Além da comercialização de produtos aliados/complementares e os subprodutos originários do processo, operação de curtimento e de logística, e venda de produtos online direto para o consumidor. Com um portfólio de alto valor agregado, a operação oferece produtos com as melhores especificações e qualidade, além de marcas amplamente reconhecidas.

Operação América do Sul

Ao final de 2024, a operação da Marfrig na América do Sul configura-se como uma das principais produtoras de carne bovina na região, considerando sua análise de mercado, conta com 16.236 colaboradores e possui capacidade de abate de mais de 5.100 mil animais/dia. Reconhecida pela qualidade de seus produtos tanto no mercado doméstico quanto no cenário internacional, como a maior exportadora de carne bovina da América do Sul

Brasil

A Marfrig possui 2 frigoríficos de abate de gado em operação no Brasil, distribuídos em 2 estados (São Paulo e Mato Grosso do Sul). A Companhia também possui uma capacidade de produção de 160.000 toneladas métricas de produtos industrializados e processados por ano em 4 plantas diferentes. Nossas plantas são capazes de produzir carne cozida congelada, carne em porções, carnes enlatadas, refeições prontas, carne seca e alimentos para animais de estimação.

Nossas plantas estão estrategicamente localizadas próximas a fornecedores de gado e perto dos maiores mercados consumidores e canais de exportação. Essa diversidade geográfica é importante para mitigar os riscos relacionados a restrições e barreiras comerciais impostas por países importadores.

Acreditamos ser reconhecidos pela nossa alta qualidade e marcas reconhecíveis, que incluem Bassi e Montana.

Acreditamos ser um dos líderes no segmento de foodservice, com um portfólio diversificado de produtos. Acreditamos ser um dos líderes na importação e distribuição de cortes de carne premium e outros produtos alimentícios (cortes de cordeiro, cortes de carne premium (como picanha, ancho, bife de chorizo), salmão e peixes etc.) para varejistas, além de sermos um dos maiores distribuidores de batatas pré-cozidas e congeladas. Fornecemos uma variedade de produtos, com forte presença nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e no Sul e Nordeste do Brasil. Nossa base de clientes nessa unidade de negócios inclui restaurantes e redes de fast-food.

Uruguai

Começamos a diversificação geográfica em 2006 no Uruguai, quando adquirimos Tacuarembó, que produz carne cozida congelada, carne seca, bresaola (um produto feito para a comunidade italiana nos Estados Unidos e também na Itália) e carne orgânica (um produto certificado produzido para atender à demanda principalmente dos Estados Unidos). Também em 2006, fortalecemos essa unidade de negócios com a aquisição da Inaler para iniciar nossas operações de cordeiro no Uruguai.

Nossa expansão continuou em 2007 com as aquisições da La Caballada, um armazém refrigerado, para o abate de gado e cordeiro, e de Colonia. Em 2008, começamos a produzir produtos industrializados enlatados e carne seca em uma nova unidade alugada de Fray Bentos no Uruguai. Aproximadamente 56% dos produtos processados no Uruguai são exportados, enquanto 44% são vendidos no mercado interno.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A operação uruguaia possui 2 instalações no Uruguai. A capacidade de industrialização é de 12.000 toneladas métricas por ano.

As excelentes condições sanitárias no Uruguai dão ao país, e consequentemente a nós, o status de produtor capaz de exportar carne fresca da América do Sul para praticamente todos os lugares do mundo.

Nossas principais marcas no Uruguai são Tacuarembó, Viva e Bernina.

Além disso, vale destacar que somos líderes na exportação de carne com certificação orgânica USDA no Uruguai.

Argentina

Com foco em produtos de maior valor agregado, em dezembro de 2018 anunciamos nossa decisão de adquirir a Quickfood, uma importante produtora de alimentos à base de carne bovina na Argentina e proprietário das marcas Vieníssima! e Paty, marca líder no mercado local de hambúrgueres de carne bovina, com 100% de seus produtos vendidos no mercado interno.

A operação argentina possui três instalações de processamento e a capacidade de industrialização é de 72.000 toneladas métricas por ano

Chile

No Chile, continuamos com nosso complexo de armazenamento, negócios de distribuição e comercialização. A operação chilena possui quatro centros de distribuição, entre eles Santiago, Punta Arenas, Concepción e Puerto Montt.

No segmento BRF

BRF

A BRF é uma das maiores produtoras mundiais de proteína animal in natura e congelados em termos de capacidade de produção, de acordo com a WattAgNet com um portfólio de aproximadamente 5.500 unidades SKUs (Stock Keeping Unit ou, em português, Unidade de Manutenção de Estoque) até 31 de dezembro de 2023. Os produtos processados da Companhia incluem frango marinado e congelado, frango Chester® e carnes de peru, carnes especiais, carnes processadas congeladas, pratos prontos congelados, produtos fracionados e fatiados e produtos à base de vegetais. A BRF vende também margarina, manteiga, requeijão, doces especiais, sanduíches, produtos à base de plantas e ração para animais. A BRF é proprietária de marcas como Sadia, Perdigão, Qualy, Perdix, Confidence e Hilal.

A estratégia de portfólio da BRF é baseada na criação de produtos que a Companhia considera inovadores, convenientes, práticos e saudáveis para os consumidores, de acordo com as suas necessidades e estilo de vida. A BRF busca atingir esse objetivo por meio de um sólido processo de inovação, que tem por objetivo gerar produtos de elevado valor agregado, diferenciando sua atuação em relação aos seus concorrentes, fortalecendo sua marca e estimulando a fidelidade de seus clientes.

No segmento de Pet Food, a BRF opera 4 fábricas distribuídas entre São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Paraguai, e um amplo portfólio de produtos e marcas como Biofresh, Guabi Natural, Gran Plus, Balance, Three Dogs, Three Cats, PrimoCão, PrimoGato, Faro, Bônos, Apolo e Átila.

Brasil

Com uma participação de mercado nas categorias de alimentos processados de 40,8% no Brasil, em 31 de dezembro de 2024, a BRF possui 44 unidades industriais, e 103 centros de distribuição.

A Companhia possui um sistema logístico avançado em seu mercado interno, com uma vasta rede de distribuição composta por entros de distribuição e pontos de trânsito, servindo cerca de 415 mil clientes globalmente e realizando mais de 500 mil entregas por mês em 2024.

Adicionalmente, a Companhia possui uma plataforma de vendas digitais na qual sugere pedidos aos clientes, de acordo com as características do ponto de venda, aumentando a eficiência.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Com uma forte capilaridade, a Companhia possuía mais de 300 mil clientes, em 30 de junho de 2024, e uma taxa de cobertura de 75% no Autosserviço, segmento que representa 40,4% da Receita Líquida total, enquanto Rota representa 56,6%, e Food Service 3,0%.

Outros países

O segmento internacional representou 44,5% da Receita Líquida total em 2023. A Companhia atende aproximadamente 50 mil clientes em mais de 120 países, incluindo os países do Gulf Cooperation Council ("GCC"), Turquia, China, Japão, Cingapura e Chile.

Tendo em vista o movimento da Companhia para cada vez mais incluir produtos de valor agregado em seu portfólio, cujas margens são maiores, é importante destacar que na Turquia e nos países do GCC, tais produtos já correspondem a aproximadamente 21,1% e 18,5% das vendas da Companhia, em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava, através de suas subsidiárias ou controladas no mercado internacional, 5 instalações industriais para o processamento de carne, dos quais 3 estão localizados na Turquia e 2 no Oriente Médio, e 1 de ração para animais de estimação. Além disso, a Companhia operava com 50 centros de distribuição e pontos de trânsito, assim como escritórios comerciais em 4 continentes. Adicionalmente, a Companhia detém 37,6% de participação de mercado nos países do GCC através da marca Sadia, e 21,2% de participação de mercado na Turquia através da marca Banvit.

Nos países do GCC e Turquia, a Companhia também dispõe de uma robusta capacidade logística e de distribuição, composta por aproximadamente 700 caminhões, 46 centros de distribuição, dos quais 25 localizam-se na Turquia e 21 no Oriente Médio, e pontos de trânsito, que realizam a entrega de aproximadamente 68 mil toneladas de produtos por mês para mais de 50 mil clientes. Além disso, a Companhia possui aproximadamente 95% de cobertura dos promotores de vendas, tanto no Autosserviço como na Rota.

Pontos Fortes

Como resultado de sua história de crescimento orgânico e aquisições estratégicas, a Companhia acredita estarem uma posição única para continuar investindo na construção de sua base de clientes e de aproveitar oportunidades de negócios nos segmentos de varejo, atacado e food service. Além disso, a Companhia acredita que possui os seguintes pontos fortes:

- **Grande produtora multinacional de alimentos.** A Companhia é uma multinacional diversificada e a segunda maior empresa de carne bovina no mundo em termos de capacidade de produção. A Companhia possui operações estrategicamente localizadas na América do Sul e na América do Norte e oferece amplo portfólio de produtos no segmento de proteínas bovinas. A Companhia acredita que a diversidade de seus produtos, sua capacidade de produção e a natureza global de suas operações as tornam um dos líderes mundiais no setor, com atividades em um setor que considera particularmente promissor considerando as tendências globais de aumento de consumo diário de proteína bovina.
- **Produtos com alto valor agregado.** A Companhia possui plantas de processados com produção de carne enlatada, quibe, almôndegas, molhos dentre outros, essas operações estão alinhadas com a estratégia da Companhia de dar maior de foco em produtos com maior valor agregado. Cada uma de suas instalações de processamento foi projetada (ou está sendo aprimorada) para produzir uma ampla gama de produtos de carne bovina, cordeiro e peixe, incluindo produtos de alto valor agregado, como cortes especializados e carnes congeladas pré-cozidas. As instalações modernas da Companhia oferecem a oportunidade de atender clientes, como cadeias globais de supermercados que exigem os mais altos padrões de qualidade de seus fornecedores. Dessa forma, a Companhia acredita que os investimentos atuais em suas plantas industriais, aliados a um foco maior na expansão de seu negócio principal, devem lhe proporcionar uma lucratividade constante e crescente à medida que mais marcas e produtos são incluídos em seu portfólio.
- **Plataforma Global Diversificada e Oferta de Produtos e Rede de Distribuição Global.** A plataforma global da Companhia consiste em plantas de abate, centros de distribuição e escritórios na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia, juntamente com uma rede de distribuição que lhe permite acessar aproximadamente 100 países. As instalações de carne bovina da Companhia estão estrategicamente localizadas nos Estados Unidos, Brasil, Argentina e Uruguai, países que possuem vastas terras e tradições de criação de animais, o que leva a custos de produção relativamente baixos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

e preços competitivos. A Companhia acredita que esses fatores a ajudarão a obter boas margens. O volume de vendas da Companhia, que inclui vendas nos mercados interno e de exportação, fornece a escala necessária para manter e expandir suas atividades em mercados competitivos. Além disso, por meio de seu portfólio diversificado, a Companhia pode oferecer aos clientes uma ampla variedade de produtos, que acredita resultar em maior fidelização do cliente. Por fim, a estratégia de diversificação geográfica e de produtos de maior valor agregado cria uma proteção natural contra os riscos do setor.

- **Sólida reputação com seus clientes.** A Companhia acredita que ao longo do tempo construiu uma sólida reputação de manutenção de níveis de serviço e processamento de alta qualidade, o que contribuiu para um forte relacionamento com alguns dos mais importantes operadores globais de food service, atacadistas e varejistas. A Companhia acredita que, no negócio de carne bovina é considerada como um fornecedor de alta qualidade no mercado interno e externo.
- **Gestão experiente e empreendedora.** A administração da Companhia possui vasta experiência no setor de alimentos, o que proporcionou vantagens significativas na exploração de oportunidades no mercado e nos ajustes no plano de negócios da Companhia para atender demandas. A Companhia acredita que possui gerentes locais com experiência relevante no setor em cada uma de suas operações internacionais.

Estratégia

Os principais objetivos da Companhia são: (i) posição financeira sólida, focada na geração de fluxo de caixa livre e lucro líquido, (ii) excelência operacional para obter sinergias e integração entre operações, gestão, desempenho e segurança alimentar, (iii) sustentabilidade, priorizando a responsabilidade social e ambiental, parcerias com produtores e organizações de terceiros e bem-estar animal, (iv) priorizar produtos e clientes, concentrando-se em produtos de maior valor agregado, alavancando suas vendas e portfólio e aumentando o valor de sua marca; e (v) governança corporativa, implementando melhores práticas, maior transparência e aprimorando constantemente seu sistema de compliance. Para atingir esses objetivos, a Companhia implementou e continuará a perseguir os seguintes objetivos estratégicos:

- **Capturar oportunidades de negócios no mercado global de proteínas.** O ano de 2018 marcou uma mudança importante na direção estratégica da Companhia, com foco na expansão dos negócios de proteína. O desinvestimento na Keystone Foods e as aquisições da National Beef, Quickfood e o complexo Várzea Grande, e a aquisição do controle da BRF, solidificaram o portfólio de produtos da Companhia e sua posição como plataforma diversificada de proteínas na América do Sul e América do Norte, com capacidade para atender os principais e mais rentáveis mercados de consumo do mundo. A Companhia continuará focada no crescimento sustentável, apoiado a uma sólida estrutura de capital e geração consistente de lucro e fluxo de caixa livre.
- **Fortalecer sua estrutura de capital e disciplina financeira.** A Companhia está focada em manter baixo os seus índices de alavancagem e melhorar ainda mais seu perfil de dívida por meio de transações de gerenciamento de passivos. A Companhia continuará concentrando esforços na maximização de valor, buscando os canais mais lucrativos e capturando a eficiência operacional no mercado sem abandonar seu compromisso com a disciplina financeira.
- **Manutenção de taxa alta de utilização de seus ativos.** Desde 2015 a Companhia encerrou e abriu diversas fábricas, dependendo de suas necessidades e condições de mercado para melhor alinhar sua capacidade. Essa flexibilidade possibilitou o aumento das taxas de utilização dos ativos da Companhia, melhorando sua eficiência operacional e diluindo os custos fixos sem perder a diversificação geográfica ou a base de clientes. A Companhia pretende manter essa estratégia de ajustar sua capacidade às condições de mercado e manter sua lucratividade.
- **Foco nos canais de varejo e food service.** A Companhia pretende continuar aumentando sua participação de mercado nos canais de varejo e food service, onde tem capacidade de entregar uma ampla diversidade de produtos. Além disso, a Companhia está buscando novas oportunidades por região e divisão de negócios e explorando novos mercados ao passo em que continua investindo na expansão e fortalecimento de sua posição nos diversos mercados domésticos onde opera.

Outros Eventos

Produtos de base vegetal: Em agosto de 2019, a Companhia, em parceria com a companhia americana Archer Daniels Midland Company (ADM), uma das maiores processadoras agrícolas e fornecedoras de ingredientes alimentícios do mundo, iniciou a produção e comercialização de produtos de base vegetal no Brasil. A

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

novidade veio com o lançamento do hambúrguer Rebel Whopper da rede de fast food Burger King, elaborado com o hambúrguer vegetal da Companhia e com início de produção e comercialização do hamburger Revolution Burger, que será uma marca própria destinada ao food service com início de comercialização junto a rede de restaurantes Outback.

Essa parceria evoluiu e conforme Fato Relevante divulgado em 26 de maio de 2020, a Companhia informou que, por intermédio de sua subsidiária integral NBM US Holdings, Inc., celebrou um acordo com a Archer-Daniels-Midland Company ("ADM") para a criação da PlantPlus Foods, joint venture que combina a capacidade de inovação, excelência operacional e escala global das duas companhias para a produção e comercialização de produtos de base vegetal por meio dos canais de varejo e food service, nos mercados da América do Sul e América do Norte. A Companhia detém 70% da joint venture e a ADM 30%.

A Companhia é responsável pela produção, venda e distribuição da PlantPlus Foods, utilizando suas instalações em Várzea Grande, estado do Mato Grosso, e em Ohio, nos Estados Unidos. A ADM fornece conhecimento técnico, desenvolvimento de aplicação e uma gama de ingredientes de base vegetal a partir do seu complexo especial de proteína em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, bem como sua rede de unidades de proteína localizadas nos EUA, incluindo sua nova fábrica de proteína de ervilha em Enderlin, no estado de North Dakota. As operações da Plant Plus Foods LLC se iniciaram após aprovações das autoridades regulatórias competentes.

Habilitações na China: A Companhia possui plantas habilitadas para exportação para China, distribuídas entre Brasil, Uruguai e na Argentina.

Aquisição de participação adicional na National Beef: Em 17 de novembro de 2019 a Marfrig, por meio de sua subsidiária integral NBM US Holdings, Inc. ("NBM") celebrou um Contrato de Aquisição de Participação (Membership Interest Purchase Agreement) com a Jefferies Financial Group, Inc com o objetivo de aumentar sua participação no capital social da National Beef Packing Company, LLC ("National Beef") sociedade norte-americana reconhecida como uma das líderes globais no segmento de proteína animal. O contrato prevê a transferência para NBM e demais acionistas minoritários de 5.395,17 ações representativas de 31,17% do capital votante e total da National Beef, sendo este o total de ações detidas pela acionista Jefferies Financial Group Inc. que se retira da sociedade. A transação foi concluída em 29 de novembro de 2019 e a participação da NBM passou de 51% para 81,73% e os demais acionistas têm a participação que segue: BPI 2,44%, USPB 15,07% e Tim Klein 0,76% do capital social votante e total da National Beef. O valor da transação foi de US\$ 860 milhões, pago à vista no fechamento, sem prejuízo do pagamento a Jefferies dos dividendos referentes ao ano de 2019 no valor aproximado de US\$110 milhões.

Ampliação da planta em Promissão (SP): Em 3 de dezembro de 2019, a Companhia e a INVESTSP, agência ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico que tem como missão desenvolver o Estado de São Paulo por meio da promoção de investimentos, aumento das exportações, incentivo à inovação e melhoria do ambiente de negócios, firmaram um Termo de Engajamento para conjuntamente avaliar uma parceria que permita a expansão da planta de Promissão (SP), com a implementação de fábrica de processados derivados de proteína animal com foco no atendimento dos canais de varejo e food service no mercado interno brasileiro. O Termo de Engajamento estima que, caso os documentos definitivos da parceria sejam firmados, os investimentos na implementação da fábrica serão de aproximadamente R\$600,0 milhões a R\$800,0 milhões e a expectativa é de que sejam criados 500 a 700 empregos diretos e de 1.000 a 1.400 empregos indiretos.

Em 2020:

A Companhia celebrou um acordo com os acionistas da Campo del Tesoro para adquirir 100% das ações da empresa na Argentina. O valor total da transação é de US\$ 4,6 milhões. A Campo del Tesoro é líder na produção de hambúrgueres de carne bovina para o food service na Argentina. A empresa opera uma planta localizada em Pilar, Província de Buenos Aires, com capacidade de processamento de cerca de 15 mil toneladas/ano de hambúrgueres atendendo majoritariamente um dos maiores players em food service do mundo. Para a Marfrig, essa transação fortalece seu portfólio de produtos de maior valor agregado e está em linha com seu plano estratégico de crescimento.

Em 2021:

Investimento BRF:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em uma estratégia de complementariedade comercial, investiu ao longo de 2021 aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em ações da BRF (BRF S.A.), o que representa 33,20% do capital social da empresa. Essa participação colocou a Companhia em posição de maior acionista individual da BRF.

Em fevereiro de 2022, após investimentos de aproximadamente R\$9 bilhões na empresa, a Marfrig indicou uma chapa para compor o novo Conselho de Administração da BRF, que foi eleita em março de forma majoritária para liderar a administração da Companhia.

Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Companhia passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022.

Em agosto de 2022, Miguel Gularte foi indicado e assumiu como o novo CEO da BRF.

Em 2023, a BRF comunicou ao mercado o encerramento oferta de ações ao mercado (follow-on) onde foram subscritas e integralizadas 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), ao preço de R\$ 9,00 (nove reais) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais). A Marfrig, no âmbito desta oferta, investiu aproximadamente R\$ 1,8 bilhão para manutenção de sua participação.

Durante o processo de aumento de capital e revisão do estatuto social, foi votado e aprovado pela maioria dos acionistas a supressão da cláusula "poison pill" que limitava a Marfrig fazer qualquer aumento de participação no capital social da Companhia.

Após esse movimento, a Marfrig investiu aproximadamente R\$ 3 bilhões para elevar sua participação de 33,27% para os atuais 50,06% conforme comunicação de 28 de dezembro de 2023

Por essa razão, os resultados da BRF passaram a ser consolidados aos da Marfrig a partir do segundo trimestre de 2022, em acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) Combinação de Negócios e CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Companhia no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

Subsidiárias América do Norte

National Beef

A Companhia detém, direta ou indiretamente, participação nas seguintes sociedades:

- 100% da NBM US Holdings, Inc. ("NBM") e a NBM detém 82% da National Beef. A National Beef detém, direta ou indiretamente, o seguinte:
- 100% da Kansas City Steak Company, LLC, que vende carne e outros produtos diretamente aos clientes por meio de serviços on-line, entrega direta e resposta direta por televisão.
- 100% da National Carriers, Inc., uma subsidiária integral de transporte e logística que é uma das maiores empresas de operações de transporte refrigerado e de gado nos Estados Unidos e transporta produtos para a National Beef e vários outros clientes.
- 100% da National Beef Ohio, LLC, anteriormente conhecida como Ohio Beef USA LLC, a National Beef Ohio, LLC é um plano de hambúrguer para carne no norte de Baltimore, Ohio. Inicialmente, foi esculpida em Keystone antes da venda da Keystone para a Tyson e posteriormente vendida pela NBM à National Beef.
- 100% da National Beef aLF, LLC, que detém 47,5% da aLF Ventures, LLC, uma joint venture formada para comercializar um processo patenteado de tecnologia de segurança de alimentos, no qual a lactoferrina ativada é usada como agente antimicrobiano para fins de segurança de proteínas alimentares. A tecnologia patenteada não era comercialmente viável e a aLF Ventures, LLC e a National Beef aLF, LLC estão inativas há mais de dez anos. A participação acionária de 47,5% da National Beef aLF, LLC na aLF Ventures, LLC

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

é seu único ativo. Da mesma forma, o único ativo da aLF Ventures, LLC é a patente da tecnologia de lactoferrina ativada comercialmente inviolável, que expira em 2019 e não possui valor de mercado.

- 100% da National Beef Leathers, LLC, um curtume de wet blue localizada em St. Joseph, Missouri. O curtume processa uma parte significativa dos couros produzidos pelas plantas de abate de bovinos da Companhia, que são então vendidas para produzir couro para a indústria automotiva, artigos de luxo, vestuário, calçados e móveis.
- 100% da National Elite Transportation, LLC, uma subsidiária integral da National Beef. A National Elite Transportation, LLC fornece serviços de logística que não são baseados em ativos para transportadores e transportadores de carga de caminhões no setor doméstico de caminhões.
- 100% da National Beef Japan, Inc., constituída para operar os negócios da Companhia no Japão. O escritório no Japão e a National Beef Japan, Inc, por si só, não realizam transações de vendas no Japão e, portanto, não geram diretamente vendas (ou quaisquer outras receitas). O escritório atua como uma ligação com os clientes no mercado japonês, sendo que as vendas são de fato sendo realizadas pela National Beef através de seu escritório internacional de vendas em Chicago.
- 100% da National Beef Korea, Ltd. que foi constituída para operar os negócios na República da Coreia. Essa entidade foi constituída pelo mesmo motivo e opera da mesma maneira que a National Beef Japan, Inc.
- 99% da National Beef California, LP, constituída para comprar, possuir e operar uma instalação de processamento de carne bovina em Brawley, Califórnia. A instalação foi fechada em 2014 e vendida em 2016. Portanto, a National Beef California, LP, não possui mais nenhum ativo e existe apenas para lidar com quaisquer passivos contingentes que possam surgir no futuro (atualmente a Companhia não possui conhecimento de tais passivos). A National Carriers, Inc. possui o 1% remanescente da National Beef California, LP.
- 99% da National Beef de León S. de R.L. de C.V., formada principalmente para realizar certas transações de venda de couro no México. A National Beef aLF, LLC possui o 1% remanescente da National Beef de León S. de R.L. de C.V.
- 100% da NCI Leasing, Inc., uma subsidiária da National Carriers, Inc. Foi constituída para comprar tratores e reboques e arrendar esses itens para motoristas da National Carriers, Inc que dirigem como proprietários/operadores. Também compra tratores e reboques e os aluga para a National Carriers, Inc em uma estrutura que reduz as obrigações fiscais estaduais.
- 100% da Iowa Premium, LLC, com sede em Tama, Iowa, e capacidade de processamento diário de 1.100 cabeças de gado.

América do Sul

Brasil, Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Chile e Europa

Marfrig Global Foods S.A.

A Companhia detém, direta ou indiretamente, participação nas seguintes sociedades:

- 100% da Pampeano Alimentos SA Pampeano (sociedade com sede no Brasil), possui instalações utilizadas no abate de cordeiros e na industrialização de carne, curtumes que produzem produtos de limpeza e higiene, confinamento, carnes enlatadas e outros produtos industrializados, desenvolvendo atividades pecuárias que compreendem a criação, tratamento, manuseio, gordura, compra e venda e transporte de gado, cabra, cordeiro e búfalos - vivos e embriões, com nove confinamentos localizados nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná e Rondônia e Estados Unidos.
- 99,96% do Frigorífico Tacuarembó S.A., que detém 12,21% da Indusol S.A., tanto o Frigorífico Tacuarembó S.A. quanto a Indusol S.A. operam instalações de abate de bovinos e processamento de carne bovina no Uruguai.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- 100% da Inaler S.A., que opera uma unidade de abate de bovinos e processamento de carne bovina no Uruguai.
- 100% da Prescott International S.A., que detém 100% da Cledinor S.A., uma fábrica de embalagem de carne bovina na cidade de Salto.
- 100% da Establecimientos Colonia S.A., que opera uma fábrica de embalagem de carne na cidade de Colonia e opera um patio de alimentação em Rio Negro.

99,50% da Marfrig Chile S.A., que opera uma instalação de desossa e comercialização de carnes, no mercado chileno que detém 100% do Frigorífico Patagonia S.A. (Chile), que opera uma fábrica de embalagem de cordeiros na Patagônia. Marcos Molina possui 0,25% e Marcia Pascoal Marçal possui os 0,25% restantes da Marfrig Chile S.A.

- 99,76% da Marfrig Peru S.A.C., uma trading organizada no Peru, mas que encerrou suas operações em 31 de março de 2019. Marcos Molina possui os 0,24% remanescentes.
- 100% da Marfrig Holdings (Europe) B.V., uma sociedade financeira criada com o objetivo de constituir, participar ou assumir outros interesses financeiros em outras empresas e empreendimentos; e (ii) contrair empréstimos financeiros e/ou emprestar, agindo como fiador ou garantidor de qualquer outra maneira, e vinculando-se de forma conjunta e solidária ou de outra forma, para ou em nome de terceiros, seja em colaboração ou não com terceiros, e incluindo o desempenho e a promoção de todas as atividades que direta e indiretamente se relacionem com esses objetos, tudo isso no sentido mais amplo de interpretação.
- 100% da Marfrig Overseas Limited, uma companhia financeira com o objetivo de se envolver em quaisquer transações financeiras que envolvam a Companhia ou suas subsidiárias e se engajar ou realizar qualquer outra atividade de qualquer natureza.
- 100% da Masplen Ltd., uma holding que detém 99,99% da Pampeano.
- 99,95% da Marfrig Argentina S.A., que detém 99,98% das Estancias del Sur S.A. O Sr. Molina detém os 0,05% restantes da Marfrig Argentina S.A. A Marfrig Global Foods detém os 0,02% restantes da Estancias del Sur S.A.
- 100% da MFG Holdings SAL, uma holding que detém 98,47% da QuickFood. A empresa opera três plantas com capacidade de produção mensal combinada de 6.000 toneladas de produtos processados. A Quickfood possui algumas das marcas mais reconhecidas no mercado argentino, como Paty beef e Vieníssima hot dogs, sendo está a líder em seu segmento de mercado.
- 100% da Abilun S.A., que detém 60% da Dicasold S.A., uma sociedade que trabalha em operações de importação e distribuição de varejo e food service.
- 99,99% da Marfrig Comercializadora de Energia Ltda., uma sociedade brasileira que compra e fornece energia para a Marfrig Global Foods S.A. e suas subsidiárias no Brasil. Marcos Molina possui os 0,01% restantes.
- 100% Marfrig Beef International Limited, uma holding organizada na Inglaterra e no País de Gales.
- 100% da Marfrig Beef (UK) Limited, que detém 100% da Weston Importers Limited, que detém 100% da MARB, MBC Bondco Limited e Marfrig China.
- 100% da Marfrig NBM Holdings Limited, que detém 100% da Beef Holdings Limited, que detém 45% da Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China COFCO - Keystone Supply Chain (H.Kong) Investment Limited, que detém 100 % de COFCO - Keystone Supply Chain (China) Investment Limited, que detém 100% da COFCO - Keystone Supply Chain Logistics. A COFCO - Keystone Supply Chain (H.Kong) Investment Limited e a COFCO - Keystone Supply Chain (China) Investment Limited são joint ventures criadas em 15 de abril de 2011 com o objetivo de desenvolver serviços de logística e distribuição de alimentos para o mercado chinês.
- 100% da MF Foods USA LLC, uma sociedade de responsabilidade limitada de Delaware que trabalha com o negócio de importação e distribuição de carne enlatada e o com os negócios de carne seca.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- 95% da Campo Del Tesoro, uma sociedade de industrialização e comercialização de produtos alimentícios diversos, com foco em hamburgueres.
- Em 14 de novembro de 2022, foi criada uma empresa em conjunto com Itaú Unibanco, Rabobank, Santander, Suzano e Vale, que é totalmente dedicada às atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil. O objetivo da iniciativa é atingir uma área total restaurada e protegida de 4 milhões de hectares de matas nativas em diferentes biomas brasileiros (Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado), ao longo de 20 anos.
- A empresa BIOMAS nasce com o objetivo de restaurar 2 milhões de hectares de áreas degradadas, a partir do plantio de aproximadamente 2 bilhões de árvores nativas, em um modelo de negócios em larga escala.
- A expectativa do grupo formado por grandes companhias com presença global é contribuir para estimular o desenvolvimento regional e o fortalecimento das comunidades locais com seu envolvimento na cadeia de valor, além de outros benefícios ambientais da iniciativa em si.
- A BIOMAS contará com um aporte inicial de R\$ 20 milhões de cada sócia, a serem destinados a suportar os primeiros anos de atividade da empresa.
- O objetivo da BIOMAS é promover um modelo de negócio sustentável também do ponto de vista financeiro, viabilizando cada projeto de restauração, conservação e preservação a partir da comercialização de créditos de carbono.
- Em 26 de agosto de 2022, a Marfrig inaugurou a segunda planta em Bataguassu, que produzirá hambúrguer, agregando valor ao portfólio comercial da companhia e atenderá à alta demanda interna do segmento de food service (restaurantes, bares, padarias), especialmente impulsionado pelo delivery nos últimos 3 anos.
- A planta possui 7.850 metros quadrados, recebendo investimentos de 130 milhões de reais e utilizando equipamentos de ponta, importados dos USA e países europeus. Com isso, a unidade passa a ser a mais moderna da companhia em termos de tecnologia e automação. A nova operação passou a acrescentar 24.000 toneladas de hambúrguer por ano à atual produção da companhia, que era de 220.000 toneladas/ano.
- A produção nacional de hambúrguer da Marfrig até então estava concentrada no complexo industrial de Várzea Grande (MT), responsável por 72.000 toneladas do produto por ano. Na planta também são produzidos kibes, almôndegas e carne moída, além de produtos da PlantPlus Foods, joint-venture de alimentos à base de plantas entre Marfrig e ADM.

Eventos Recentes

Em 28 de agosto de 2023 a Companhia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, seguindo sua estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, celebrou na presente data, determinados contratos de compra e venda de ações, comprometendo-se a alienar para a Minerva S.A. ("Minerva") e sua controlada Athn Foods Holdings S.A., determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai ("Ativos da Operação").

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) recebidos nesta data e o saldo de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais) a ser pago no fechamento, tendo o comprador apresentado compromisso firme de financiamento de instituição bancária.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos:

Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás,

(vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul,

(viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Ademais de sua participação de controle na BRF, na National Beef e na Plant Plus, nos Estados Unidos, a Marfrig continua presente nos segmentos de bovinos e processados, no Brasil, e continua com a fábrica de industrializados Pampeano, a maior exportadora brasileira de enlatados para Europa, e com os complexos industriais de abate e processamento de produtos com marca e valor agregado de Várzea Grande e Promissão, assim como a fábrica de hambúrgueres de Bataguassu.

Na Argentina, a Marfrig segue com o seu complexo industrial de San Jorge, produtor das marcas Quickfood, Paty e Vienissima!, assim como com a unidade de Campo del Tesoro, fornecedora das principais cadeias de fastfood globais, além das unidades de Baradero e Arroyo Seco.

No Uruguai, a Companhia seguirá com o complexo industrial de Tacuarembó, líder na produção de carne orgânica, e a unidade de processados de Fray Bentos.

No Chile, a Marfrig seguirá com seus Complexos de armazenagem, distribuição e trading.

Em 25 de setembro de 2024, a Companhia informou ao mercado que, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.006814/2023-77, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em sessão de julgamento realizada, aprovou o supracitado ato de concentração relativo à Operação. A referida decisão de aprovação e os demais documentos públicos relativos ao ato de concentração poderão ser consultados no site do CADE. (iii) Sendo o confirmado (a) o trânsito em julgado da aprovação acima mencionada; e (b) a consumação das demais condições precedentes previstas no Contrato, a Companhia espera que o fechamento da Operação ocorra até o final do mês de outubro de 2024.

No final de setembro de 2024, o CADE aprovou a venda dos ativos no Brasil, Argentina e Chile, e em 28 de outubro, a Marfrig comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi concluída a entrega destes ativos. Com o fechamento desta transação, a Companhia recebeu na mesma data, o valor de R\$ 5,7 bilhões, totalizando o preço de alienação de R\$ 7,2 bilhões, considerado o valor de R\$ 1,5 bilhão recebido a título de sinal, na data de assinatura. O preço ainda está sujeito ao mecanismo de ajuste pós fechamento previsto no Contrato.

A transação de venda dos ativos do Uruguai permanece sobre avaliação dos órgãos competentes do país e sua definição está sujeita às aprovações de praxe nesse tipo de negociação. O preço atribuído de alienação dos Ativos Uruguai foi de R\$ 675 milhões, ajustado por cláusulas contratuais

Seguiremos dedicados e focados em produtos de valor agregado, com processos de produção de alta performance, sem abrir mão de nossa disciplina financeira, diversidade geográfica, foco no cliente e retorno aos nossos acionistas. Com base nisso, a estrutura pós transação passa a ser, uma capacidade de abate de 7 mil cabeça por dia, uma capacidade de desossa de 11 cabeças por dia e uma capacidade de processados de 244 mil toneladas por ano – isso podendo ser alterado por atualizações, expansões, fechamentos ou de acordo com taxa de utilização das unidades.

Destaques de sustentabilidade

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha 100% dos fornecedores diretos monitorados por satélite e obteve 88,8% de controle de fornecedores indiretos na Amazônia e 79,6% no Cerrado.

Em 2024, alcançamos a pontuação máxima (nota A) nas três categorias do CDP: “Mudanças Climáticas”, “Segurança Hídrica” e “Florestas”. Agora somos parte de um seleto grupo de empresas no mundo a conquistar a classificação Triplo A, entre as empresas “A-List” do CDP, uma seleção exclusiva de empresas que demonstram liderança global em gestão, transparência, e compromisso com a redução de impactos ambientais.

Ainda em 2024, 151 novos produtores cadastrados no Programa Bezerro Sustentável, em parceria com o IDH, na região do Vale do Juruena - MT, que oferece assistência técnica a pequenos pecuaristas, afim de a regularização fundiária e promover a intensificação da produção pecuária e a restauração florestal, com a rastreabilidade individual dos animais desde o nascimento.

Programa de reinclusão: mais de 630 fazendas foram reincluídas nesse ano com base no programa Verde +. São fornecedores que voltaram a operar de acordo com nossos compromissos – demonstrando uma forte aderência ao princípio da inclusão dentro deste programa. Mais de 4.190 fazendas foram reincluídas de 2021 a 2024. Além disso, mais de 2.270 novos fornecedores aderiram ao programa Marfrig Club, que dissemina

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

boas práticas de sustentabilidade em toda a cadeia de fornecedores da empresa.

A Marfrig foi avaliada como a melhor empresa do segmento de proteína bovina no mundo no conceituado ranking global da Coller FAIRR Protein Producer Index 2024/25, entre as 60 maiores empresas de capital aberto no setor de proteína animal em todo o mundo avaliada pelo índice e única classificada como de baixo risco em sustentabilidade entre as empresas de proteína bovina. A FAIRR Initiative é amplamente reconhecida como a rede de investidores focada em ESG de maior crescimento global e reúne mais de 400 membros ao redor do mundo, representando um total superior a 75 trilhões de dólares em ativos combinados.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Desde a venda da Keystone, aquisição da National Bee e da BRF, a estrutura organizacional da Companhia foi dividida em três grandes unidades de negócios: América do Norte, América do Sul e BRF.

Adicionalmente, para melhor avaliação e análise do desenvolvimento operacional de seus segmentos (América do Norte e América do Sul), a Companhia apresenta uma nova estrutura, composta pela sede corporativa e entidades não operacionais, que denomina como Corporate.

A Companhia apresenta abaixo informações relevantes sobre os seus principais segmentos.

América do Norte

A operação da Companhia na América do Norte consiste principalmente da National Beef, que é a 4ª (quarta) maior empresa de processamento de carnes e uma das mais lucrativas, rentáveis e eficiente empresa do setor nos EUA, considerando sua análise de mercado. A National Beef possui 3 plantas de abate com capacidade de 13.100 animais/dia, representando aproximadamente 14% da participação do abate nos EUA.

Com aproximadamente 90% de suas vendas destinadas ao mercado doméstico, seus produtos são comercializados nos canais de varejo, atacado e food service, bem como exportados para diversos mercados, sendo também a principal exportadora de carne bovina resfriada dos EUA, focada nos mercados do Japão e Coreia.

Além da comercialização de produtos aliados/complementares e os subprodutos originários do processo, operação de curtume e de logística, e venda de produtos online direto para o consumidor. Com um portfólio de alto valor agregado, a operação oferece produtos com as melhores especificações e qualidade, além de marcas amplamente reconhecidas.

Destaques da América do Norte

Possuímos duas plantas de abate de bovinos localizadas em Liberal e Dodge City, Kansas, que podem processar aproximadamente 6.000 cabeças de gado por dia cada uma, e uma terceira instalação de processamento de carne bovina em Tama, Iowa, que pode processar aproximadamente 1.200 cabeças por dia. A National Beef também possui cinco instalações de produtos prontos para o consumo, em Hummels Wharf, Pensilvânia, Moultrie, Geórgia e Kansas City. Adicionalmente a Companhia possui uma planta de hambúrgueres em North Baltimore, Ohio; e por fim, um curtume em St. Joseph, Missouri.

América do Sul

Somos na América do Sul uma das principais produtoras de carne bovina, com uma capacidade de abate de aproximadamente 7.600 animais por dia. Nossa Operação é reconhecida pela qualidade de seus produtos, a América do Sul tem capacidade para produzir 147.000 toneladas de hambúrgueres por ano e 244.000 toneladas de processados por ano, com foco nos canais de varejo e foodservice.

Somos o maior produtor e exportador de carne orgânica na indústria uruguaia, com capacidade para produzir 6.000 toneladas de hambúrgueres de carne por ano. Na Argentina, possuímos 1 planta de abate, somos o principal produtor e vendedor de hambúrgueres de carne, com capacidade para produzir 39.000 toneladas de hambúrgueres por ano, e possuímos 2 das marcas mais valiosas e reconhecidas da região. No Brasil nosso negócio tem capacidade para produzir 102.000 toneladas de hambúrgueres de carne bovina por ano, com foco nos canais de varejo e foodservice. No Chile, continuamos com nosso complexo de armazenamento, negócios de distribuição e comercialização.

Brasil

A Marfrig possui 2 frigoríficos de abate de gado em operação no Brasil, distribuídos em 2 estados (São Paulo e Mato Grosso do Sul). A Companhia também possui uma capacidade de produção de 160.000 toneladas métricas de produtos industrializados e processados por ano em 4 plantas diferentes. Nossas plantas são capazes de produzir carne cozida congelada, carne em porções, carnes enlatadas, refeições prontas, carne

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

seca e alimentos para animais de estimação.

Nossas plantas estão estrategicamente localizadas próximas a fornecedores de gado e perto dos maiores mercados consumidores e canais de exportação. Essa diversidade geográfica é importante para mitigar os riscos relacionados a restrições e barreiras comerciais impostas por países importadores.

Acreditamos ser reconhecidos pela nossa alta qualidade e marcas reconhecíveis, que incluem Bassi e Montana.

Acreditamos ser um dos líderes no segmento de foodservice, com um portfólio diversificado de produtos. Acreditamos ser um dos líderes na importação e distribuição de cortes de carne premium e outros produtos alimentícios (cortes de cordeiro, cortes de carne premium (como picanha, ancho, bife de chorizo), salmão e peixes, etc.) para varejistas, além de sermos um dos maiores distribuidores de batatas pré-cozidas e congeladas. Fornecemos uma variedade de produtos, com forte presença nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e no Sul e Nordeste do Brasil. Nossa base de clientes nessa unidade de negócios inclui restaurantes e redes de fast-food.

Uruguai

Começamos a diversificação geográfica em 2006 no Uruguai, quando adquirimos Tacuarembó, que produz carne cozida congelada, carne seca, bresaola (um produto feito para a comunidade italiana nos Estados Unidos e também na Itália) e carne orgânica (um produto certificado produzido para atender à demanda principalmente dos Estados Unidos). Também em 2006, fortalecemos essa unidade de negócios com a aquisição da Inaler para iniciar nossas operações de cordeiro no Uruguai.

Nossa expansão continuou em 2007 com as aquisições da La Caballada, um armazém refrigerado, para o abate de gado e cordeiro, e de Colonia. Em 2008, começamos a produzir produtos industrializados enlatados e carne seca em uma nova unidade alugada de Fray Bentos no Uruguai. Aproximadamente 56% dos produtos processados no Uruguai são exportados, enquanto 44% são vendidos no mercado interno.

A operação uruguaia possui 2 instalações no Uruguai. A capacidade de industrialização é de 12.000 toneladas métricas por ano.

As excelentes condições sanitárias no Uruguai dão ao país, e consequentemente a nós, o status de produtor capaz de exportar carne fresca da América do Sul para praticamente todos os lugares do mundo.

Nossas principais marcas no Uruguai são Tacuarembó, Viva e Bernina.

Além disso, vale destacar que somos líderes na exportação de carne com certificação orgânica USDA no Uruguai.

Argentina

Com foco em produtos de maior valor agregado, em dezembro de 2018 anunciamos nossa decisão de adquirir a Quickfood, uma importante produtora de alimentos à base de carne bovina na Argentina e proprietário das marcas Vieníssima! e Paty, marca líder no mercado local de hambúrgueres de carne bovina, com 100% de seus produtos vendidos no mercado interno.

A operação argentina possui três instalações de processamento e a capacidade de industrialização é de 72.000 toneladas métricas por ano

Chile

No Chile, continuamos com nosso complexo de armazenamento, negócios de distribuição e comercialização. A operação chilena possui quatro centros de distribuição, entre eles Santiago, Punta Arenas, Concepción e Puerto Montt.

No segmento BRF

Brasil

Com uma participação de mercado nas categorias de alimentos processados de 40,8% no Brasil, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 44 unidades produtivas e 103 centros de distribuição.

Adicionalmente, a Companhia possui uma plataforma de vendas digitais na qual sugere pedidos aos clientes,

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

e acordo com as características do ponto de venda, aumentando a eficiência.

Com uma forte capilaridade, a Companhia possuía mais de 300 mil clientes, em 30 de junho de 2024, e uma taxa de cobertura de 75% no Autosserviço, segmento que representa 40,4% da Receita Líquida total, enquanto Rota representa 56,6%, e Food Service 3,0%.

Outros países

O segmento internacional representou 44,5% da Receita Líquida total em 2023. A Companhia atende aproximadamente 50 mil clientes em mais de 120 países, incluindo os países do Gulf Cooperation Council (“GCC”), Turquia, China, Japão, Cingapura e Chile.

Tendo em vista o movimento da Companhia para cada vez mais incluir produtos de valor agregado em seu portfólio, cujas margens são maiores, é importante destacar que na Turquia e nos países do GCC, tais produtos já correspondem a aproximadamente 21,1% e 18,5% das vendas da Companhia, em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava, através de suas subsidiárias ou controladas no mercado internacional, 5 instalações industriais para o processamento de carne e 1 de ração para animais de estimação. Além disso, a Companhia operava com 50 centros de distribuição e pontos de trânsito, assim como escritórios comerciais em 4 continentes. Adicionalmente, a Companhia detém 37,6% de participação de mercado nos países do GCC através da marca Sadia, e 21,2% de participação de mercado na Turquia através da marca Banvit.

Nos países do GCC e Turquia, a Companhia também dispõe de uma robusta capacidade logística e de distribuição, composta por aproximadamente 700 caminhões, 46 centros de distribuição e pontos de trânsito, que realizam a entrega de aproximadamente 68 mil toneladas de produtos por mês para mais de 50 mil clientes. Além disso, a Companhia possui aproximadamente 95% de cobertura dos promotores de vendas, tanto no Autosserviço como na Rota.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

No período findo em 31 de dezembro de 2024 a receita líquida de vendas foi de R\$ 148.861,0 milhões, um crescimento de 12,6% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2023, os principais fatores foram o crescimento na receita de vendas em todos os seguimentos- principalmente na BRF e o maior preço médio na Operação América do Norte;

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Beef América do Norte			
Mercado interno	60.411,4	53.531,7	54.206,4
Exportação	6.510,1	6.020,0	7.167,0
Total Beef América do Norte	66.921,5	59.551,7	61.373,4
Beef América do Sul			
Mercado interno	8.390,3	7.363,3	5.869,4
Exportação	12.415,0	11.859,7	16.502,0
Total Beef América do Sul	20.805,3	19.223,0	22.371,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF			
Mercado interno	31.295,5	28.955,4	22.922,0
Exportação	29.838,7	24.487,9	18.704,5

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	61.134,2	53.443,3	41.626,5
Marfrig Consolidado			
Mercado interno	100.097,2	89.850,4	82.997,8
Exportação	48.763,8	42.367,6	42.373,5
Total Marfrig Consolidado	148.861,0	132.218,0	125.371,3

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não divulga o lucro líquido por segmento, sendo assim, o quadro abaixo representa o lucro operacional.

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Beef América do Norte	399,4	1.626,0
Beef América do Sul	1.396	1.313,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF	6.840	836,1
Corporativo	(2.697)	(2.714,3)
Total Marfrig Consolidado	5.937,2	1.061,2

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

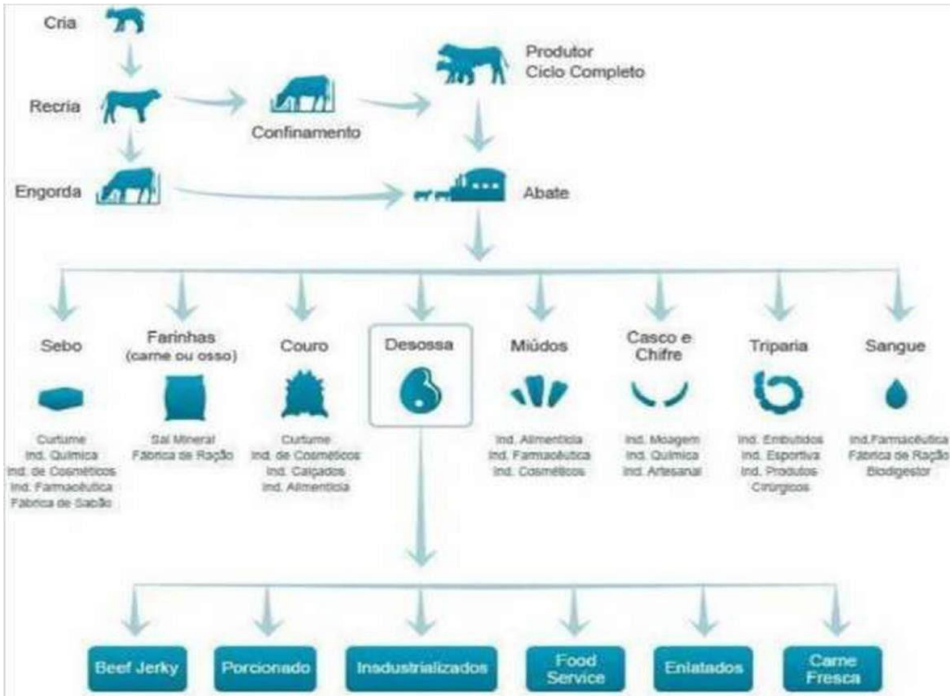
(a) características do processo de produção

A Companhia conta com 5 unidades de abate de bovinos em operação.

A Companhia também é uma das líderes mundiais na produção de hambúrgueres, com plataforma de produção em todos os países com unidades de abate de bovinos. A Companhia conta com 12 unidades de produção de processados, como carne enlatada, quibes, almôndegas, molhos entre outros produtos dentro da estratégia de produtos com maior valor agregado.

Matéria Prima

A figura abaixo ilustra o processo de produção da indústria de bovinos:



A aquisição de matéria-prima representou aproximadamente 85% do custo de produtos vendidos na operação de bovinos em 2023. A Companhia compra gado de mais de 15 mil criadores nos Estados Unidos e na América do Sul, os animais são transportados em veículos terceirizados para as plantas da Companhia, onde são abatidos, desossados, processados.

Operação América do Norte

A principal matéria-prima para as plantas de processamento de carne bovina é o gado vivo. Os preços do gado vivo mudam diariamente com base na oferta e demandapor carne bovina e outras proteínas, níveis de estoque de gado, clima e outros fatores. As duas plantas de processamento de carne bovina da operação estão localizadasno sudoeste do Kansas. A principal área de mercado para a compra de gado para essas plantas inclui Kansas, Texas e Oklahoma. Uma parcela significativa do fornecimento está localizada nessa região. A proximidade da operação com grandes fornecedores de gado permite que os compradores visitem os confinamentos regularmente, o que permite que a Companhia desenvolva relações sólidas com seus fornecedores.

Outro destaque da Operação América do Norte é o contrato de longo prazo com a USP (U.S. Premium Beef), modelo único com uma associação de produtores de animais, que também detém uma participação na Companhia, um relacionamento que garante para operação o fornecimento adequado e constante e gado

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de qualidade, em 2023 a USPB forneceu aproximadamente 23% do gado, com quase 70% de carne certificada Black Angus, dos quais geraram 87% de cortes premium.

Pelos termos e condições do Contrato, a USPB é obrigada a fornecer uma quantidade mínima de gado para National Beef. O preço de compra é determinado pela raça e grades de preços alinhados aos praticados em mercado e em termos competitivos.

Operação América do Sul

Os compradores de gado da Companhia estão localizados ao longo das principais regiões produtoras, visitam pastos de engorda para comprar gado no mercado aberto - spot. Eles são treinados para selecionar animais de alta qualidade, livres de doença, e seu desempenho é continuamente monitorado pela Companhia. A compra de gado é feita com base em rigoroso processo de seleção de animais, buscando sempre fornecedores seletos e registrados, que são obrigados a fornecer documentação quanto à qualidade de suas atividades e garantir que o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas seguem a recomendação padrão dos fabricantes.

A compra de gado possui duas formas de negociação quanto a prazos: (i) a prazo, cujo pagamento deve ser realizado em 30 dias a partir da entrega, e (ii) spot, com pagamento contra entrega com um desconto que pode variar de 2% a 4% do preço negociado, dependendo das condições do mercado na época da compra. Historicamente, os preços do gado têm sofrido variações substanciais. A oferta e preço do gado são afetados por fatores como os preços de terra, condições climáticas e acesso dos criadores a capital. A oferta também é afetada por períodos cíclicos, onde há uma elevada taxa de abate de matrizes causando uma menor oferta de bezerras no período subsequente. Nesses períodos, há uma tendência de elevação dos preços do gado e inicia-se um processo de recomposição do rebanho bovino, até atingir um ponto de equilíbrio novamente.

A Companhia também desenvolve operações de confinamento de terminação de gado Uruguai. Nessa operação, o gado é adquirido magro, cerca de três meses antes do abate. O animal permanece confinado durante esses três meses, alimentando-se de ração até atingir o peso ideal para ser abatido. Os confinamentos garantem uma melhor oferta de gado e um melhor controle de preços durante os períodos de estiagem, que é quando há uma redução nas áreas de pastagem e, conseqüentemente, redução na oferta de gado gordo para abate.

Além disso, a Companhia adquire carcaça bovina de terceiros. Nessa operação, o gado é abatido por terceiros e a Marfrig adquire somente a carcaça do animal. Essa decisão é essencialmente econômico-financeira, onde se avalia qual é a alternativa mais rentável.

A Companhia acredita poder repassar aumentos nos preços do gado para o consumidor final em cada um de seus mercados, uma vez que os preços de seus produtos de origem bovina são correlatos às variações dos preços do gado.

Instalações de Produção

A Companhia encerrou o ano de 2023 com 8 plantas de abate de bovinos em operação, distribuídas geograficamente na América do Norte e América do Sul. As plantas da Companhia utilizam equipamentos modernos ou em fase de modernização com capacidade para customizar a produção e embalagem de seus produtos. Atualmente, a Companhia oferece produtos customizados para grandes clientes domésticos e internacionais. Os projetos das plantas da Companhia são focados na segurança do trabalhador e desenhadas para garantir que estejam de acordo com todas as normas para reduzir os riscos de acidente do trabalho, para reduzir desperdício de produtos e adequar seu descarte às regras ambientais aplicáveis.

Toda a produção de proteína animal da Companhia está sujeita ao controle na criação dos animais e aos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

procedimentos de segurança alimentar. Suas plantas operam de acordo com normas restritas de segurança alimentar e exigências de garantia de qualidade em cada estágio do processo de produção, tendo como compromisso tratar adequadamente os animais no momento do abate. Dessa forma, a Companhia sempre atende às exigências dos seus clientes domésticos e internacionais e os padrões de segurança brasileiros e dos governos estrangeiros. A Companhia possui rigorosas medidas de controle de qualidade em cada estágio do processo de produção, tendo como compromisso tratar adequadamente os animais no momento do abate.

A tabela abaixo apresenta a capacidade operacional de produção dos negócios da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Gado	18.200	30.000	29.100
Cordeiro	0	6.500	6.500
⁽¹⁾ Capacidade de abate em cabeça/dia			

Instalações na América do Norte

A Companhia possui 3 plantas de abate localizadas em Liberal e Dodge City, em Kansas e Tama, no estado de Iowa, que podem processar aproximadamente 13.100 cabeças de gados por dia. A Companhia possui 5 unidades de processamento distribuídas entre Hummels Wharf, Pensilvânia, Moultrie, Geórgia e Kansas City, Kansas. A instalação de couro acabado (wet blue) fica em St. Joseph, Missouri.

Instalações na América do Sul

Carne Bovina

A Companhia é uma das principais produtoras de carne bovina da região na América do Sul, com capacidade de processamento de abate de aproximadamente 5.100 cabeças por dia. A Companhia é reconhecida pela qualidade de produtos nos mercados local e internacional, e é um dos principais exportadores da região.

Com capacidade de produzir 102.000 toneladas de hambúrguer por ano. Com foco no negócio de varejo e food service no mercado local, seus clientes incluem as principais redes de restaurantes e churrascarias. No Uruguai, é a maior empresa do setor e se distingue pela produção e comercialização de carne in natura, principalmente para exportação. Na Argentina, além de possuir duas unidades, é a principal produtora e detém uma das marcas mais reconhecidas de hambúrgueres, a Paty. No Chile, é uma das principais importadoras de carne bovina do país.

A Companhia acredita que sua atuação geograficamente diversificada ajuda a limitar o potencial impacto adverso em suas fontes de receita que pode ser causado pelas restrições impostas por eventuais barreiras sanitárias e comerciais.

As plantas de processamento (abate) são projetadas para desempenhar as atividades relacionadas aos produtos de carne in natura: abate, desossa, preparação de cortes (tradicionais, especial e para exportação), embalagem e transporte, que pode ser realizada tanto para os centros de distribuição como diretamente para os clientes da Companhia. Além disso, as fábricas são capazes de produzir carne bovina cozida congelada, carnes porcionadas, enlatados, pratos prontos e carne desidratada (beef jerky).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As unidades de abate da Companhia permitem ainda o aproveitamento do couro do gado abatido, que são então vendidas para curtumes locais.

A capacidade de produção das plantas da Companhia resulta da capacidade de abate, desossa, armazenamento e disponibilidade de trabalhadores treinados. Tipicamente, uma planta pode ter sua produção aumentada não apenas aumentando sua capacidade de desossa, mas também aumentando a capacidade de abate, comprando carcaças de terceiros e adicionando ou reduzindo a força de trabalho.

A produção de carne bovina segue os requisitos do sistema de monitoramento do MAPA. Este sistema permite o acompanhamento do gado desde o nascimento até o seu abate. Além disso, o MAPA estabeleceu normas para monitorar de perto cada etapa do processo de produção para garantir que o gado seja vacinado e inspecionado por um veterinário antes de ser transportado para o abate. De acordo com as leis brasileiras, a Companhia deve ter inspetores do MAPA permanentemente instalados em cada uma das fábricas. Estes inspetores são responsáveis por verificar as condições sanitárias mínimas exigidas, incluindo aquelas relativas às condições da carne e à vedação de contêineres para exportação, a fim de agilizar os procedimentos legais de exportação nos portos.

Todas as plantas da Companhia possuem unidades de geração de vapor, que fornecem a água quente necessária para sua produção. As unidades de geração de vapor não produzem eletricidade, mas reduzem o seu consumo. A Companhia pretende instalar geradores de eletricidade que queimam gases de subprodutos de suaprodução em todas as fábricas, o que reduziria sua dependência de distribuidores de eletricidade local.

Além da carne bovina in natura e industrializada produzida para comercialização no mercado interno e externo, a Companhia utiliza todas as outras partes do boi. Os produtos que a Companhia comercializa, incluem:

- sebo (gordura): curtume, indústrias química, cosmética e farmacêutica e fábrica de ração;
- farinha (carne ou osso): sal mineral e fábrica de ração;
- miúdos: indústrias de cosméticos, de calçados e alimentícia;
- casco e chifre: Indústrias de moagem, química e artesanal;
- tripas: Indústrias de embutidos, esportiva e de produtos cirúrgicos;
- sangue: Indústria farmacêutica; fábrica de ração; biodigestor; e
- pet toys: ossos naturais mastigáveis para cães.

(b) características do processo de distribuição

Como uma das maiores empresas de alimentos do mundo, a estratégia de vendas da Companhia visa alavancar sua liderança nos segmentos de food service e pequeno e médio varejo por meio da disponibilização de alimentos inovadores, seguros e saudáveis, serviço de alta qualidade e a produção produtos premium.

As divisões de negócios na América do Norte e América do Sul desenvolvem estratégias personalizadas para atender às demandas de seus mercados específicos.

América do Norte

A Companhia conta com uma frota própria de caminhões e trailers e transporta seus produtos e de terceiros em todos os 48 estados do território continental dos Estados Unidos. A frota é composta por 700-800 caminhões e 1.200 reboques refrigerados para o transporte de gado - Todos os caminhões são equipados com recursos de rastreamento por satélite.

O acesso à frota da empresa reduz os custos de transporte e serve como um facilitador de vendas para os clientes, devido à maior flexibilidade na entrega dos produtos. Atualizações recentes para as frotas de tratores e reboques contribuem para uma redução nos custos de manutenção e de combustível.

Mercado Doméstico (EUA)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia fornece produtos bovinos de alta qualidade, consistentemente aparados e embalados a partir e mantém um portfólio de programas de valor agregado.

A distribuição no mercado doméstico norte americano conta com uma experiente equipe de vendas, altamente colaborativa centralizada na sede de Kansas City que garante uma coordenação próxima entre os membros da equipe e os clientes, com tempo de resposta rápida para solicitações de preços e informações de cargas e descargas.

Para exportação a Operação América do Norte, a Companhia possui um escritório central em Chicago, dedicada à coordenação de todos os aspectos das vendas de exportação, preços e envio. O grupo de exportação é complementado por escritórios de representação locais em outras cidades ao redor do mundo, como Tóquio e Seul.

B2B

Na América do Norte, a Companhia comercializa seus produtos para varejistas nacionais e regionais, incluindo redes de supermercados, mercearias independentes, lojas de clubes, atacadistas e distribuidores, prestadores de food services e outros processadores. Além disso, a Companhia vende subprodutos de carne bovina para as indústrias médica, de processamento de alimentos, fertilizantes e alimentos para animais. A Companhia exporta produtos para mais de 30 países. Em 2023 e em 2022, as vendas de exportação representaram aproximadamente 10% e 12% da receita, respectivamente.

A Companhia enfatiza a venda de produtos com maior valor agregado e margem maior, que incluem carne bovina de marca (branded box beef), carne bovina e suína pronta para o consumo, carne bovina de controle de porções e couro acabado (wet blue). A Companhia acredita que seus produtos de valor agregado podem obter preços mais altos do que os de commodities, devido à sua capacidade de atender consistentemente às especificações do produto, com base na qualidade, acabamento, peso, tamanho, raça ou outros fatores, adaptados às necessidades de seus clientes. Além das marcas de valor agregado, a Companhia licenciou o uso da Certified Angus Beef®, marca registrada da Certified Angus Beef LLC, e Certified Hereford Beef®, marca registrada da Certified Hereford Beef LLC.

América do Sul

Além da distribuição realizada diretamente pelas plantas operacionais, em algumas regiões a Companhia opera centros de distribuição (CDs), por onde os produtos também são embarcados para seus clientes. Os caminhões, a serviço da Companhia são equipados com sistemas logísticos modernos de otimização das rotas e alocação de produtos baseadas na programação de entregas.

B2B e B2C

Na América do Sul, os produtos da Companhia são vendidos no Brasil por meio do varejo, incluindo redes de supermercados, canais de atacado e food service, e também são exportados para diversos mercados. Além disso, no Brasil, a Companhia é pioneira em uma plataforma online onde os clientes podem adquirir toda sua linha de produtos a qualquer momento. Os clientes do segmento de food service e pequenos clientes de varejo podem comprar todos os produtos da Companhia de forma segura e pagar com cartão de crédito.

O setor de serviços de alimentação do Brasil vem registrando taxas de crescimento anuais de dois dígitos. Para atender a esse crescimento, a estratégia de marketing de negócios de carne bovina da Companhia se concentra no desenvolvimento de soluções abrangentes para clientes corporativos que envolvem oferta de cortes especiais de carne para a distribuição de produtos complementares, como legumes e peixe congelados, sob um único modelo de vendas.

A Companhia é reconhecida mundialmente pela qualidade premium de seus produtos e como referência em desenvolvimento sustentável por seus sistemas abrangentes e integrados de gerenciamento de produção e fornecimento de gado, a estratégia de marketing da Companhia também se baseia em atribuir maior valor a seus produtos, melhorando a sustentabilidade de suas operações, um aspecto que acredita estar se tornando cada vez mais importante para os consumidores em todo o mundo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Essa estratégia levou o negócio de carne bovina da Companhia a se tornar o primeiro produtor mundial de carne e de couro a ter uma unidade de produção certificada pela Rainforest Alliance para a produção de alimentos e produtos.

A Companhia também produz carne bovina orgânica no Uruguai e possui parceria com produtores de raças especiais de gado bovino, como Angus e Hereford, para promover e disseminar a produção e o consumo de carne bovina de qualidade premium.

Com estratégias que também visam o crescimento por meio do canal de varejo e de marcas próprias, a Beef desenvolve linhas de produtos especiais sob as marcas Bassi, voltada ao segmento gourmet, e Montana, especializada em carnes para grelhar.

Mercado Doméstico (Brasil)

A Companhia possui força de vendas própria, complementada pela contratação de representantes comerciais especificamente no Nordeste brasileiro. Adicionalmente, a Companhia possui mesa de captação de pedidos (telemarketing) para clientes de menor volume.

No Brasil, a Companhia tem grande representatividade nos mercados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com portfólio de marcas reconhecidas e prestigiadas, em especial com relação às operações de food service (distribuição para restaurantes e redes de fast food). Adicionalmente, a Companhia importa e distribui um grande volume de cortes especiais de bovino e de outros produtos alimentícios para varejo, incluindo cortes de cordeiros, cortes especiais de bovinos (e.g. picanha, bife ancho, bife de chorizo), salmão e pescados, e batatas pré-cozidas congeladas.

As plantas da Companhia estão totalmente integradas e projetadas para realizar o abate, desossa, açougue (cortes tradicionais, premium e de exportação), embalagem e transporte, tanto para seus próprios centros de distribuição quanto diretamente para seus clientes.

As plantas da Companhia estão estrategicamente localizadas perto de fornecedores de gado e perto dos maiores mercados consumidores e canais de exportação. Essa diversidade geográfica é importante na mitigação dos riscos relacionados às restrições e barreiras comerciais impostas pelos países importadores.

Além da distribuição realizada diretamente pelas fábricas operacionais, a Companhia possui uma mistura de centros de distribuição próprios (nas cidades de Santo André, Itupeva, Rio de Janeiro) e parceiros logísticos terceirizados, o que permite com que a Companhia utilize uma variedade de soluções de entrega, de acordo com as necessidades de seus clientes. Os caminhões da Companhia são equipados com sistemas logísticos modernos de otimização das rotas e alocação de produtos baseadas na programação de entregas.

A Companhia contrata transportadores terceirizados para entregar contêineres com seus produtos nas instalações portuárias para exportação. As exportações são feitas através do porto de Santos no Estado de São Paulo e, em menor escala, através dos portos de Paranaguá e Itajaí nos Estados do Paraná e Santa Catarina, respectivamente.

Mercado de Exportação

Para o mercado externo, parte da distribuição é feita através de contratação de transportadores terceirizados para entregar contêineres com nossos produtos nas instalações portuárias para exportação. As exportações são feitas através dos principais portos das regiões em que a Companhia atua.

A Companhia exporta seus produtos para aproximadamente 100 países. Sua diversificação geográfica lhe permite minimizar riscos sanitários e barreiras comerciais. A unidade possui força de vendas própria e especializada que comercializa seus produtos no exterior.

A Companhia comercializa seus produtos no exterior através de diversos canais de distribuição, incluindo varejistas nacionais e regionais dos países importadores (cadeias de supermercados, varejistas independentes, clubes de compras e distribuidores), processadores de alimentos e empresas do setor de serviços alimentícios (distribuidores de produtos alimentícios, cadeias de fast food, restaurantes e hotéis, dentre outros clientes institucionais).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(c) características dos mercados de atuação Setor Mundial de Carne Bovina e de Vitela Consumo

A carne bovina é uma fonte de nutrição rica em proteínas e é o terceiro tipo de carne mais consumido no mundo, depois de carne de porco e aves. Segundo o United States Department of Agriculture (“USDA”), em 2023, consumiram-se mundialmente cerca de 58.2 milhões de toneladas de carne bovina e de vitela. O maior consumidor de carne bovina do mundo são os Estados Unidos, seguidos pela China e Brasil.

O crescimento da população mundial e o aumento da renda em países em desenvolvimento devem impulsionar o consumo mundial de carne bovina nos próximos anos já que o consumo per capita de carne bovina é fortemente correlacionado com o crescimento econômico. Além disso, a Companhia acredita que o consumo de carne bovina aumentará em todo o mundo conforme diminuem, de modo geral, as preocupações sanitárias com o produto, incluindo Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida como a “doença da vaca louca” (“BSE”) e a febre aftosa, devido às melhorias das condições sanitárias dentre os produtores. Os consumidores estão cada vez mais conscientes sobre a qualidade e origem da carne e, portanto, os países exportadores tomaram as medidas apropriadas para garantir a melhor qualidade e acontinuidade dos negócios.

A tabela a seguir ilustra o consumo e a produção de carne bovina e de vitela de 2020 até expectativa de 2024 nos países indicados:

Beef and Veal Production - Top Countries Summary						
1,000 Metric Tons (Carcass Weight Equivalent)						
	2020	2021	2022	2023	2024 Jan	2024 Apr
Production						
Brazil	9,975	9,750	10,350	10,950	10,835	11,210
China	6,720	6,980	7,180	7,530	7,700	7,700
European Union	6,903	6,883	6,722	6,460	6,400	6,430
India	3,760	4,195	4,350	4,470	4,555	4,570
Argentina	3,170	3,000	3,140	3,300	3,030	3,140
Australia	2,123	1,895	1,878	2,224	2,350	2,395
Mexico	2,079	2,129	2,177	2,215	2,255	2,265
Russia	1,378	1,380	1,350	1,365	1,340	1,380
Canada	1,314	1,385	1,412	1,340	1,275	1,305
South Africa	1,008	996	979	999	985	1,006
Others	6,817	7,031	6,896	6,838	6,864	6,896
Total Foreign	45,247	45,624	46,434	47,691	47,589	48,297
United States	12,389	12,734	12,890	12,285	11,900	12,057
Total	57,636	58,358	59,324	59,976	59,489	60,354
Total Dom. Consumption						
China	9,485	9,987	10,662	11,089	11,232	11,132
Brazil	7,486	7,492	7,524	8,108	7,915	8,330
European Union	6,539	6,529	6,468	6,200	6,190	6,180
India	2,476	2,798	2,908	2,918	3,095	2,970
Argentina	2,366	2,273	2,324	2,421	2,133	2,222
Mexico	1,898	1,938	1,945	2,080	2,080	2,090
Russia	1,708	1,628	1,597	1,592	1,560	1,582
Japan	1,295	1,263	1,228	1,227	1,220	1,225
United Kingdom	1,161	1,132	1,156	1,146	1,130	1,157
Canada	1,046	1,002	1,043	1,015	970	986
Others	8,057	8,113	7,832	7,788	7,832	7,893
Total Foreign	43,517	44,155	44,687	45,584	45,357	45,767
United States	12,531	12,717	12,799	12,637	12,360	12,703
Total	56,048	56,872	57,486	58,221	57,717	58,470

Fonte: USDA.

(1) Inclui dados de 27 países membros da União Europeia para todos os anos indicados.

Os Estados Unidos são o maior produtor mundial de carne bovina e de vitela, seguido pelo Brasil.

Rebanho

Segundo o USDA, em 2023, o Brasil tinha um rebanho de cerca de 194 milhões de cabeças de gado e estima-se que o Brasil terá aproximadamente 192 milhões de cabeças de gado em 2024.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Cattle Stocks - Top Countries Summary						
(in 1,000 head)						
	2020	2021	2022	2023	2024 Jan	2024 Apr
Total Cattle Beg. Stks						
India	303,200	305,500	306,700	307,400	307,635	307,420
Brazil	190,026	193,195	193,780	194,365	193,900	192,572
China	91,383	95,621	98,172	102,160	105,500	105,090
European Union	77,161	76,551	75,705	74,808	74,550	74,500
Argentina	54,461	53,540	53,400	54,100	52,200	52,900
Australia	23,655	23,021	23,944	25,800	27,160	27,071
Mexico	16,900	17,000	17,314	17,763	17,950	17,840
Russia	18,022	17,953	17,798	17,435	17,160	17,160
Uruguay	11,436	11,966	11,646	11,795	11,695	11,366
Canada	11,540	11,515	11,515	11,295	10,995	11,055
Others	38,004	38,039	38,314	37,979	37,363	37,533
Total Foreign	835,788	843,901	848,288	854,900	856,108	854,507
United States	93,768	93,587	91,789	88,841	87,800	87,157
Total	929,556	937,488	940,077	943,741	943,908	941,664
Production (Calf Crop)						
India	69,400	69,800	70,000	70,200	70,400	70,580
China	51,900	50,525	53,240	54,138	55,500	55,000
Brazil	49,150	46,550	47,836	48,000	47,000	46,750
European Union	25,280	25,050	24,650	24,400	24,200	24,150
Argentina	14,300	14,460	15,100	14,300	13,700	14,600
Australia	8,300	8,200	8,760	9,500	9,500	9,400
Mexico	8,000	8,150	8,350	8,475	8,600	8,600
Russia	6,660	6,600	6,525	6,475	6,350	6,350
New Zealand	5,135	5,460	5,159	5,120	5,100	5,100
Canada	4,435	4,482	4,469	4,285	4,100	4,200
Others	12,404	11,974	11,871	11,051	11,215	11,270
Total Foreign	254,964	251,251	255,960	255,944	255,665	256,000
United States	35,501	35,131	34,440	33,593	33,200	33,000
Total	290,465	286,382	290,400	289,537	288,865	289,000

Beef and Veal Trade - Top Countries Summary						
1,000 Metric Tons (Carcass Weight Equivalent)						
	2020	2021	2022	2023	2024 Jan	2024 Apr
Total Imports						
China	2,781	3,024	3,502	3,577	3,550	3,450
Japan	832	807	777	702	720	705
Korea, South	549	588	595	595	610	585
United Kingdom	399	393	400	384	380	395
Chile	342	464	350	356	350	359
European Union	350	321	372	362	380	350
Malaysia	206	214	281	275	285	275
Russia	363	298	295	275	250	250
Canada	249	212	214	241	230	240
Saudi Arabia	148	170	176	220	200	240
Others	1,956	1,940	1,748	1,672	1,616	1,656
Total Foreign	8,175	8,431	8,710	8,659	8,571	8,505
United States	1,515	1,517	1,538	1,691	1,710	1,894
Total	9,690	9,948	10,248	10,350	10,281	10,399
Total Exports						
Brazil	2,539	2,320	2,898	2,897	2,975	2,930
Australia	1,473	1,291	1,238	1,562	1,685	1,705
India	1,284	1,397	1,442	1,552	1,460	1,600
Argentina	818	735	823	882	900	920
New Zealand	634	685	643	686	670	690
European Union	714	675	626	622	590	600
Canada	511	593	583	572	540	560
Uruguay	411	556	513	485	467	475
Paraguay	371	434	462	441	445	450
Mexico	343	363	398	338	365	365
Others	794	836	801	770	726	768
Total Foreign	9,892	9,885	10,427	10,807	10,823	11,063
United States	1,338	1,555	1,608	1,378	1,263	1,272
Total	11,230	11,440	12,035	12,185	12,086	12,335

Exportação

Segundo o USDA, em 2023, o Brasil foi o maior exportador de carne bovina do mundo. A tabela a seguir os maiores exportadores de carne bovina e de vitela do mundo no período entre 2020 até expectativa para 2024:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Beef and Veal Trade - Top Countries Summary						
1,000 Metric Tons (Carcass Weight Equivalent)						
	2020	2021	2022	2023	2024	2024
					Jan	Apr
Total Imports						
China	2,781	3,024	3,502	3,577	3,550	3,450
Japan	832	807	777	702	720	705
Korea, South	549	588	595	595	610	585
United Kingdom	399	393	400	384	380	395
Chile	342	464	350	356	350	359
European Union	350	321	372	362	380	350
Malaysia	206	214	281	275	285	275
Russia	363	298	295	275	250	250
Canada	249	212	214	241	230	240
Saudi Arabia	148	170	176	220	200	240
Others	1,956	1,940	1,748	1,672	1,616	1,656
Total Foreign	8,175	8,431	8,710	8,659	8,571	8,505
United States	1,515	1,517	1,538	1,691	1,710	1,894
Total	9,690	9,948	10,248	10,350	10,281	10,399
Total Exports						
Brazil	2,539	2,320	2,898	2,897	2,975	2,930
Australia	1,473	1,291	1,238	1,562	1,685	1,705
India	1,284	1,397	1,442	1,552	1,460	1,600
Argentina	818	735	823	882	900	920
New Zealand	634	685	643	686	670	690
European Union	714	675	626	622	590	600
Canada	511	593	583	572	540	560
Uruguay	411	556	513	485	467	475
Paraguay	371	434	462	441	445	450
Mexico	343	363	398	338	365	365
Others	794	836	801	770	726	768
Total Foreign	9,892	9,885	10,427	10,807	10,823	11,063
United States	1,338	1,555	1,608	1,378	1,263	1,272
Total	11,230	11,440	12,035	12,185	12,086	12,335

Fonte: USDA.
(1) Inclui dados de 27 países membros da União Europeia para todos os anos indicados.

Atualmente, China, Estados Unidos e Japão são os maiores importadores de carne bovina e de vitela do mundo. Segundo o USDA, a China alcançou a primeira posição, superando os Estados Unidos, devido a aumentos contínuos no consumo e das transações comerciais com o Brasil e a Argentina. Por outro lado, é provávelque a demanda da região do Oriente Médio e do Norte da África sofra o impacto dos preços mais baixos do petróleo, que pressionam o crescimento econômico.

Competitividade

A competitividade de um produtor de carne bovina no mercado internacional é significativamente afetada por sua estrutura de custos. Os dois principais componentesda estrutura geral de custos são: custos de matérias-primas e de industrialização. O custo efetivo líquido de um produtor leva em conta a receita gerada pela venda desubprodutos da produção de carne bovina, tais como o couro acabado (wet blue) e miúdos. A competitividade de uma planta que atende ao mercado internacional também é afetada pelos custos de transporte e distribuição.

As receitas geradas pelas vendas dos subprodutos comestíveis e não comestíveis extraídos do gado após o abate é um fator importante de redução de custos operacionais líquidos de produtores de carne bovina. A receita dessas vendas, geralmente chamadas “quinto quarto”, pode ser substancial e, em certos casos, pode cobrir grande parte dos custos fixos de operação de abatedouro. Os produtos do “quinto quarto” podem ser divididos nas seguintes categorias: carne de linguiça branca,carne de linguiça vermelha (fígado, coração e língua), outras carnes de linguiça (pâncreas, intestino e estômago), gorduras e outros (sangue, ossos e peles).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Restrições comerciais e riscos sanitários

O mercado internacional de carne bovina é dividido entre o bloco do Pacífico (América do Norte e Central, Oceania e Extremo Oriente) e bloco do Atlântico (Europa, África, Oriente Médio e América do Sul). Essa divisão reflete laços históricos e geográficos e também certos critérios sanitários. O bloco Pacífico proíbe a importação de carne bovina (exceto produtos industrializados e pré-cozidos) de países ou regiões onde há programas ativos de vacinação contra febre aftosa. A Europa permite a importação de carne *in natura* de determinadas regiões de países que já foram afetados pela febre aftosa, desde que as regiões exportadoras desses países não tenham sido diretamente afetadas. Contudo, a União Europeia restringiu o livre comércio de carne *in natura* mediante um sistema de cotas de importação e também banuiu a importação de carne bovina dos Estados Unidos tratada com hormônios e esteroides anabolizantes usados para promover o crescimento, citando preocupações com questões de saúde.

Riscos sanitários envolvem surtos de doenças no gado. Os acordos bilaterais sanitários variam de entre países. Surtos de doenças podem provocar barreiras comerciais entre as nações. Os consumidores estão cada vez mais conscientes sobre a qualidade e origem da carne. Principais surtos de doenças em bovinos são:

Febre Aftosa (Foot and Mouth Disease ou doença F&M): a doença da febre aftosa um tipo de doença contagiosa que afeta bovinos e suínos, além de ovelhas, cabras e outros ruminantes com cascos fendidos. O vírus é transmitido pelo ar, água e comida. Os animais afetados têm febre alta e feridas na boca e nas patas. Apesar de não afetar os humanos, o surto de febre aftosa, quando detectado, pode provocar a imposição, por alguns países, de barreiras sanitárias.

- A febre aftosa é endêmica em várias partes da Ásia, na maior parte da África e no Oriente Médio. Na América Latina, a maioria dos países aplicam zoneamento de acordo com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde Animal ("OMS") e são reconhecidos como livres de febre aftosa com ou sem vacinação. Ademais, a doença permanece endêmica em apenas alguns países. O território do Brasil é dividido em zonas de acordo com o status da vacinação. Atualmente, Austrália, Nova Zelândia e Indonésia, América Central e do Norte e Europa Ocidental continental carregam o status de livre de febre aftosa. No entanto, a febre aftosa pode ocorrer esporadicamente em áreas livres de contaminação.
- **Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE):** a BSE é uma doença progressiva e fatal que afeta o sistema nervoso do gado. A doença tem um longo período de incubação e, atualmente, não existe tratamento ou vacina para a doença. O OIE estabeleceu um reconhecimento oficial para o status sanitário de países e zonas. Segundo a OIE, o risco de países como Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil contraírem BSE é desprezível.

Setor de Carne Bovina nos Estados Unidos: Consumo

Durante as últimas décadas, a demanda do consumidor por produtos de carne bovina nos Estados Unidos tem sido impulsionada pelo crescimento da população, que é o principal motivo da demanda agregada. Historicamente, a demanda do consumidor por produtos de carne bovina nos Estados Unidos manteve-se relativamente estável durante as crises econômicas.

Produção

Em 2024, estima-se que os Estados Unidos produzirão cerca de 12 milhões de toneladas de carne bovina. A indústria de carne bovina nos Estados Unidos é caracterizada por oscilações diárias de preços com base nos padrões de consumo sazonal e sobre a oferta e demanda de carne bovina e de outras fontes de proteínas nos Estados Unidos e em outros países. Os preços do gado variam com o tempo e são influenciados pelos níveis de estoque, ciclos de produção, clima e custos de alimentação do gado, entre outros fatores.

Processadores de carne bovina incluem empresas verticalmente integradas, que possuem e criam gado em alimentação para uso em suas instalações de processamento, e processadores puros, que não possuem gado em alimentação. Processadores puros de carne bovina dos Estados Unidos geralmente compram gado criado em confinamento no mercado à vista ou de acordo com contratos de fornecimento a preço de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

mercado. Eles processam o gado em suas próprias instalações e vendem a carne à vista. O gado é normalmente comprado a preços de mercado e mantido por menos de um dia antes do abate. Assim, os processadores são normalmente expostos a oscilações nos preços de mercado por menos de duas semanas. Processadores puros de carne bovina são principalmente operadores de “spread”, e seu lucro operacional é em grande parte determinado pela eficiência operacional de suas instalações e não por flutuações nos preços de mercado de gado e carne.

Exportações e Importações

Os Estados Unidos têm sido o maior produtor de carne bovina do mundo, o país foi o segundo maior importador em 2023, com 1.7 milhão de toneladas de carne bovina, atrás da China, que atingiu 3.1 milhões de toneladas. Os Estados Unidos estão bem posicionados para expandir sua participação nos principais mercados, quais sejam, Japão e Coreia do Sul, já que a Austrália, principal concorrente da carne bovina dos Estados Unidos na Ásia, está enfrentando problemas de produção causados pelas condições climáticas, levando a menores suprimentos exportáveis.

Destaques operacionais da América do Norte

A Companhia está entre as líderes em produtos de maior valor agregado e em eficiência operacional, que resulta em maior lucratividade e entre as líderes no segmento de carne de exportação de carne resfriada. A Companhia possui plantas de abate em Kansas, nos Estados Unidos, que possuem uma capacidade de abate de aproximadamente 6.000 cabeças/dia em cada planta.

Setor de Carne Bovina no Brasil Consumo

O consumo de carne bovina geralmente se manteve estável, inclusive em meio a crises econômicas e recentes aumentos dos preços médios.

Produção

Com uma estimativa de 192 milhões de cabeças de gado em 2024, de acordo com a USDA, o Brasil possui o maior gado do mundo para fins comerciais. A Índia, apesar de ter o maior gado do mundo, não cria um número significativo de cabeças de gado para fins comerciais por razões religiosas. Prevê-se que as expansões recentes do gado, bem como melhorias genéticas e de pastagens poderão gerar um aumento nos estoques de gado do Brasil, impulsionando o fornecimento de gado pronto para abate.

Exportação

A indústria brasileira de carne bovina passou por um intenso processo de internacionalização. A participação do Brasil no total de exportações mundiais de carne bovina aumentou de aproximadamente 5% no início dos anos 90 para aproximadamente 20% em 2023.

Vantagens competitivas

O Brasil oferece várias vantagens competitivas na produção de carne bovina, quando comparado aos seus concorrentes no mercado internacional, entre elas:

- Pecuária extensiva: ao contrário da maioria dos outros grandes produtores de carne bovina (incluindo os Estados Unidos e países da União Europeia), o gado brasileiro é alimentado principalmente com capim, o que é um dos fatores que eliminam o risco de uma epidemia de BSE no gado brasileiro.
- Vantagens em saúde e qualidade: a criação de gado em pastos, que é a prática mais comum no Brasil, tem sido vista como uma das práticas mais nutritivas de criação de gado, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (“ABIEC”). A carne de gado criado em pastos possui menos gorduras do que a de gado criado em confinamento.
- O Brasil é um dos poucos países que ainda possui grandes áreas para agricultura e pecuária a custos atrativos, o que possibilita a expansão com baixo impacto ambiental e baixo número de animais por hectare.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Restrições comerciais e riscos sanitários

Países como Canadá, Japão e Coreia do Sul estão entre os mercados mais importantes onde a carne bovina brasileira (*in natura*) ainda não é vendida. Esses países aplicam restrições à importação de carne bovina *in natura* de países ou regiões com um programa ativo de vacinação contra a febre aftosa. Esses países aceitam apenas a importação de carne processada.

Atualmente, o Brasil possui regulamentos sanitários que levam em consideração as distinções regionais. Esse método de regulamentação é chamado de zoneamento (ou regionalização) e estabelece que, no caso de ocorrência de uma doença no território de um dado país, a localização geográfica da doença é colocada em quarentena e todo o movimento de animais é proibido até o término do episódio do surto, para que o país possa continuar exportando produtos (de fontes animais e vegetais) de outras regiões livres da doença. O conceito de zoneamento (ou regionalização) é sugerido pela OIE e aceito na maior parte dos países.

A União Europeia permite a importação de carne bovina *in natura* de certas regiões nos países afetados pela febre aftosa, desde que essas regiões não sejam diretamente afetadas pela doença.

No entanto, a União Europeia restringe o livre comércio de carne bovina *in natura*, impondo um sistema de cotas de importação e altas tarifas de importação “extra cota”. Além da União Europeia, outros grandes importadores de carne *in natura* tendem a seguir as diretrizes da OIE, mas têm autonomia para estabelecer suas próprias regras para importação de carne bovina.

Em 2008, a União Europeia restringiu a importação de carne bovina brasileira, controlando o número de fazendas de gado brasileiras elegíveis para exportação, alegando problemas no sistema de rastreabilidade, no sistema de registro e identificação de rebanhos bovinos e de búfalo no território nacional. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”), no final de 2011, aproximadamente 2.200 fazendas estavam qualificadas para fornecer carne *in natura* para exportação para a União Europeia, número muito menor de fazendas do que exportava antes do embargo (mais de 20.000 explorações). A principal razão para o volume de exportações para a União Europeia foi uma oferta reduzida de gado para abate. Em fevereiro de 2012, a União Europeia decidiu permitir que o Brasil gerenciasse a listade fazendas capazes de exportar para a União Europeia. Esta nova decisão reduziu a burocracia no processo de aprovação e aumento o número de animais elegíveis para fornecer carne à União Europeia.

Em agosto de 2014, o governo russo anunciou barreiras comerciais à importação de carne bovina, suína e de frango dos Estados Unidos e da União Europeia. Ao mesmo tempo, o governo russo autorizou a importação de tais produtos de várias plantas no Brasil.

Em maio de 2015, o governo chinês suspendeu as proibições de importação impostas à carne bovina brasileira devido a casos atípicos de BSE desde dezembro de 2012, aplicáveis a 8 abatedouros. Os abatedouros restritos passaram por revisões técnicas completas pelas agências sanitárias chinesas e, em junho de 2015, 17 instalações foram autorizadas a exportar carne bovina para a China. No Brasil, a Companhia e seu grupo econômico possuem um total de 3 fábricas autorizadas a exportar para a China. Em 2016, a Arábia Saudita e os Estados Unidos também abriram seu mercado para o Brasil.

Mais recentemente, em 2017, o governo russo impôs proibições à importação de carne bovina e suína brasileira, tais restrições foram parcialmente revogadas no final de 2018. Além disso, em 2017, os Estados Unidos anunciaram restrições à importação de carne *in natura*; no entanto, o Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar do USDA agendou uma visita técnica em junho de 2019 para auditar o sistema de inspeção de carne bovina do Brasil, um passo importante para autorizar o Brasil a reexportar carne *in natura* para os Estados Unidos.

Em setembro de 2019, uma nova remessa de plantas brasileiras obteve habilitações concedidas para exportações para China. Ao todo o país habilitou 25 novos frigoríficos brasileiros para exportação - 17 de bovinos, seis de frango, uma de suínos e uma de asininos (asno). Com isso, o Brasil, que antes tinha 64 plantas habilitadas a exportar para país asiático, passa a ter 89. Recentemente entre 2020 e 2022 a China voltou a autorizar de maneira esporádicas novas plantas no Brasil.

Em setembro de 2021, o MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, notificou a OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) sobre casos atípicos de EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina) em dois animais nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso. Estes casos resultaram na auto suspensão temporária de emissões de certificados sanitários para exportação de carne bovina do Brasil para a China.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

De acordo com o MAPA, essa auto suspensão teve como base um protocolo bilateral de inspeção entre os dois países. Por se tratar de casos de EEB atípicos, a OIE manteve inalterado o status do Brasil, que atualmente possui status de risco insignificante, encerrando o episódio. Em 15 de dezembro do mesmo ano, de acordo com o MAPA, os certificados sanitários para exportação para República Popular da China começaram a ser emitidos normalmente e as exportações de carne bovina brasileira foram retomadas normalmente a partir daquela data.

Febre aftosa

O Brasil é dividido em zonas de acordo com o status de vacinação da febre aftosa. Nos últimos anos, o Brasil progrediu muito em seu controle da febre aftosa, principalmente considerando-se que praticamente todo o território brasileiro foi afetado pela doença em 1998. Segundo o MAPA, quase 90% do gado brasileiro está livre da febre aftosa. Tal êxito se deve a esforços governamentais de aumentar a vacinação. O MAPA desenvolveu o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, com o objetivo de manter zonas livres de febre aftosa e eliminar a febre aftosa na América do Sul, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela OIE. As exportações de carne *in natura* são limitadas durante surtos a fim de evitar prejuízos econômicos no mercado externo.

Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Acre e Rondônia são os únicos estados brasileiros classificados como livres de febre aftosa sem vacinação, enquanto estados e o Distrito Federal são considerados livres de febre aftosa com vacinação.

Setor de Carne Bovina na Argentina: Consumo

Segundo o USDA, a Argentina é o sexto maior consumidor de carne bovina do mundo, ficando apenas atrás de Estados Unidos, Brasil, União Europeia, China e Índia.

Produção

De acordo com os dados do USDA, o rebanho de gado da Argentina tem fins substancialmente comerciais, com aproximadamente 52 milhões de cabeças de gado em 2023, atrás apenas da Índia, Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia. A Argentina é um ator importante no mercado internacional de carne bovina há muitos anos. Segundo a OIE, atualmente o gado argentino está atualmente classificado como livre de febre aftosa com vacinação. O preço do gado tem aumentado nos últimos anos devido à inflação global no preço das commodities.

Exportação

O volume de exportação é estimado em 882 mil toneladas em 2023, em linha com o volume de 2022.

Vantagens Competitivas

Cota Hilton: A União Europeia aprovou uma cota de 30 mil toneladas para a Argentina. Isto permite que o país envie carne para a UE-27 a cada ano com baixos direitos de importação.

Restrições comerciais e riscos sanitários

- **Riscos sanitários:** O surto de doenças como febre aftosa pode provocar barreiras comerciais e causar impactos nas exportações do país; e
- **Barreiras comerciais:** A crise econômica tem provocado ações de alguns governos no sentido de aumentar o protecionismo com o intuito de proteger a economia local. Barreiras comerciais e subsídios ao setor por parte de países importadores podem afetar as exportações da Argentina e diminuir a vantagem competitiva de seus produtos.

Setor de Carne Bovina no Uruguai: Consumo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A produção do Uruguai é substancialmente orientada para o mercado de exportação.

Exportações

Segundo o USDA, o volume exportado de carne bovina uruguaia foi de 485 mil toneladas em 2023, uma queda comparado ao volume registrado em 2022.

Vantagens Competitivas

- Livre de febre aftosa (sem vacinação) e
- O país pode exportar carne in natura para os principais mercados consumidores do mundo.

Restrições comerciais e riscos sanitários

- **Riscos sanitários:** O surto de doenças como febre aftosa pode provocar barreiras comerciais e causar impactos nas exportações do país; e
- **Barreiras comerciais:** A crise econômica tem provocado ações de alguns governos no sentido de aumentar o protecionismo com o intuito de proteger a economia local. Barreiras comerciais e subsídios ao setor por parte de países importadores podem afetar as exportações do Uruguai e diminuir a vantagem competitiva de seus produtos.

(d) eventual sazonalidade

Para a América do Norte, a demanda por carne bovina é geralmente maior nos meses de primavera e verão devido à ampla disponibilidade de gado e geralmente diminui durante os meses de inverno. Na América do Sul, em geral, a demanda no primeiro trimestre é mais baixa, e aumenta nos terceiro e quarto trimestres, devido à demanda relativa nesses trimestres por produtos da Companhia.

Os mercados de exportação da Companhia, como um todo, não são materialmente afetados pela sazonalidade, em parte porque a sazonalidade varia em todos os mercados de exportação da Companhia. No entanto, as vendas líquidas em mercados de exportação específicos sofrem eventuais variações de acordo com a estação do ano.

Em termos gerais, a Companhia vivencia as seguintes variações sazonais:

Gado

Em países onde o gado é criado livremente em pastos, como no Brasil, na Argentina e no Uruguai, o período sazonal geralmente está ligado às condições climáticas. Durante os meses de seca, normalmente há uma diminuição na oferta de gado para abate devido à redução da área de pastagem, ocasionando a redução do custo do produtor em relação à alimentação do animal seguido por uma oferta maior nos meses de estiagem. Essa diminuição de demanda foi parcialmente compensada pelo uso de gado engordado em confinamento. Embora exista sazonalidade na compra de matéria-prima, tal sazonalidade não afeta as vendas da Companhia de forma relevante.

(e) principais insumos e matérias-primas, informando:

i. Descrição das relações com fornecedores

MATERIA PRIMA

América do Norte

Gado

Em geral a Companhia não cria seu próprio gado. Na Operação América do Norte, a principal matéria-prima para as plantas de processamento de carne bovina é o gado vivo. Os preços do gado vivo mudam diariamente com base na oferta e demanda por carne bovina e outras proteínas, níveis de estoque de gado, clima e dentre outros fatores.

A Companhia é parte de um contrato de fornecimento de gado com a U.S. Premium Beef, LLC ("**USPB**"), o atual proprietário de uma participação de 15,1% na National Beef. A USPB concordou em fornecer, e a

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Companhia concordou em comprar, através da USPB, de membros da USPB, 735.385 cabeças de gado por ano (sujeito a ajuste), com base nas tabelas de preços que a National Beef forneceu à USPB. As tabelas de preços são baseadas em termos que podem ser obtidos de uma parte não afiliada. Em 2023, a Companhia adquiriu aproximadamente 23% do total de gado processado dos membros da USPB, de acordo com o contrato de fornecimento de gado. A Companhia também comprou gado adicional de certos membros da USPB fora do contrato de fornecimento de gado, bem como de centenas de outros fornecedores de gado.

América do Sul

Gado

A Companhia compra apenas o gado para abate, exceto em caso de atividades de confinamentos de terminação (confinamento usado para engordar gado nos últimos três ou quatro meses antes do abate).

A Companhia compra gado de pecuaristas no Brasil, Argentina e Uruguai. O gado é então transportado em uma combinação de caminhões próprios e de terceiros para as plantas da Companhia, onde são abatidos, desossados, processados e industrializados.

O gado é comprado de fazendeiros localizados em um raio de cerca de 300 km de nossas instalações de abate para minimizar os custos de transporte e melhorar a qualidade da carne, reduzindo o estresse sobre o gado.

Os compradores de gado da Companhia estão localizados em todas as principais áreas produtoras de gado na América do Sul. Esses compradores visitam fazendas e compram gado no mercado à vista aberto. Os compradores são treinados para selecionar animais livres de doenças de alta qualidade e seu desempenho é regularmente monitorado pela Companhia. A Companhia compra gado apenas de produtores selecionados e registrados, com base em um rigoroso processo de seleção de animais. Os fornecedores de gado da Companhia devem documentar a qualidade de suas operações e verificar se o uso de antibióticos e produtos químicos agrícolas segue os padrões do fabricante.

As compras de gado são pagas dentro de um período de 30 dias a partir da entrega, ou à vista, em dinheiro na entrega, com um desconto sobre o preço, dependendo das condições do mercado no momento da compra. A estratégia da Companhia é reduzir seus custos de compra, favorecendo as compras feitas com dinheiro, desde que o desconto aplicado lhe seja financeiramente atraente. De acordo com a prática do setor, a Companhia não celebra acordos de longo prazo com seus fornecedores para a compra de gado.

Historicamente, os preços do gado estão sujeitos a flutuações substanciais. O fornecimento de gado e os preços são afetados por fatores como preços da terra, clima e acesso dos agricultores ao capital. A oferta também é afetada por períodos cíclicos, onde há uma elevada taxa de abate de matrizes causando uma menor oferta de bezerras no período subsequente. Durante esses períodos, há uma tendência de aumento dos preços do gado e inicia-se um processo de recomposição do rebanho bovino, até atingir um ponto de equilíbrio novamente.

A Companhia também desenvolve operações de confinamento de terminação de gado na América do Sul. Nesta operação, o gado é adquirido magro, cerca de três meses antes do abatido. O animal permanece confinado durante esses três meses, alimentando-se de ração até atingir o peso ideal para ser abatido. Os confinamentos garantem uma maior oferta de gado e melhor controle de preços durante os períodos de estiagem, que é quando há uma redução nas áreas de pastagem e, conseqüentemente, redução na oferta de gado gordo para abate.

Além disso, a Companhia adquire carcaças de gado de terceiros. Nesta operação, o gado é abatido por um terceiro e a Companhia adquire apenas a carcaça do animal. A decisão de adquirir carcaças de terceiros é essencialmente uma decisão econômico-financeira que a Companhia quando se avalia que essa é a opção mais lucrativa.

A Companhia acredita que é capaz de repassar o aumento dos preços do gado ao consumidor final em cada um de seus mercados, uma vez que os preços de seus produtos de origem bovina tendem a variar proporcionalmente às variações dos preços do gado.

ii - Eventual dependência de poucos fornecedores

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia possui mais de 13 mil fornecedores, e, desta forma, não possui nenhum risco de concentração de fornecedores em nenhum mercado onde está presente.

iii - Eventual volatilidade em seus preços

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado doméstico e internacional.

No tocante ao milho, trigo e farelo de soja, os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras.

No intuito de diminuir o impacto das commodities, a Companhia administra os níveis de estoque e, eventualmente, pode negociar gado em bolsa de mercadorias.

A Companhia saliente que, por ser uma empresa geograficamente diversificada, outros fatores não mencionados, tais como benefícios fiscais, monopólio ou oligopólio, subsídios, dependência de tecnologia e legislação especial, não influenciam suas operações e/ou mercados de atuação.

1.5 Principais clientes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades de abate e processamento de carnes no Brasil da Companhia estão sujeitas a ampla regulamentação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“**MAPA**”) e outras autoridades estaduais ou locais em relação ao processamento, embalagem, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem de produtos, incluindo sua aderência a padrões de segurança. Nos últimos anos, as práticas e procedimentos de saneamento na indústria de processamento de carne têm sido submetidos a escrutínio e supervisão mais intensivos pelo MAPA. Cada um dos seus sítios em que essas atividades são realizadas deve ser previamente licenciado pelas autoridades e a Companhia deve manter um técnico responsável por cada sítio. Os rótulos de produtos de origem animal devem ser registrados no MAPA. A Companhia está sujeita a uma extensa legislação e regulamentações governamentais nos Estados Unidos, no Brasil e nos mercados internacionais nos quais opera, bem como em países para os quais a Companhia exporta seus produtos. Os produtos exportados são inspecionados com frequência pelas autoridades competentes em segurança alimentar e qualquer violação constatada durante as inspeções poderá resultar na devolução e/ou destruição parcial ou total do lote e em custos decorrentes de atrasos na entrega de produtos a clientes da Companhia.

A Companhia está sujeita a extensas leis e regulamentos ambientais. Como produtor de produtos derivados de animais que usam uma ampla gama de processos industriais, incluindo abate de animais e processamento de carne, as fábricas da Companhia estão sujeitas a licenças operacionais e outorgas de água para usar os recursos hídricos. Além disso, a Companhia está obrigada a observar as regulamentações aplicáveis a áreas protegidas, como áreas de preservação permanente, unidades de conservação, áreas indígenas e áreas de reserva legal (“**Reserva Legal**”).

Licenciamento Ambiental

As leis e regulamentações ambientais brasileiras exigem a obtenção de licença ambiental para qualquer atividade considerada efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, cause degradação do meio ambiente. Essas licenças ambientais são necessárias para a aprovação, instalação, operação e qualquer ampliação ou alteração significativa de suas atividades e devem ser periodicamente renovadas, em tempo hábil.

Além disso, as licenças estabelecem condicionantes técnicas que devem ser cumpridas pela Companhia para que permaneçam válidas. De acordo com as Resoluções 1/1986 e 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), as licenças para determinadas atividades específicas que são consideradas de alto impacto no meio ambiente estão sujeitas a um procedimento mais complexo e exigem a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (“**EIA**”), seguida de Relatório de Impacto Ambiental (“**RIMA**” e, em conjunto, “**EIA/RIMA**”), que corresponde a uma avaliação ambiental multidisciplinar.

Além disso, a Lei nº 9.985/00 regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. De acordo com essa lei e com os Decretos Federais nº 4.340/02 e nº 6.848/09, certas atividades consideradas como causadoras de impacto ambiental significativo, efetivo ou potencial, devem contribuir para a manutenção de unidades de conservação, por meio do pagamento de valor proporcional ao impacto causado por tal atividade, que varia de 0 a 0,5% dos custos totais previstos para a sua implantação do empreendimento, com base nas informações fornecidas no EIA/RIMA.

A Resolução nº 237/97 do CONAMA e a Lei Complementar nº 140/11 determinam qual autoridade (federal, estadual ou municipal) é responsável por conceder a licença pertinente. Geralmente, as licenças ambientais são concedidas da seguinte forma: (i) pelo IBAMA, em casos de certas atividades predeterminadas, listadas para uma regulamentação específica, ou se a atividade envolver ou apresentar impacto ambiental em mais de um Estado ou em determinadas áreas ambientalmente protegidas;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(ii) pela agência ambiental municipal, se a atividade envolver ou apresentar impacto ambiental local; e (iii) pelo órgão ambiental estadual, caso a atividade não atenda aos parâmetros para licenças federais ou municipais. O processo de obtenção de uma licença ambiental envolve, em regra, três licenças com termos determinados: a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Cada licença é concedida de acordo com a fase da atividade e sua validade dependerá do cumprimento das condicionantes técnicas impostas pelo órgão competente. Operar uma atividade potencialmente poluente sem a licença ambiental competente ou em violação às condicionantes de operação aplicáveis pode levar a responsabilidades criminais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar quaisquer danos na esfera civil. As penalidades administrativas variam de simples advertências a suspensão total ou parcial das atividades, além da imposição de multas que podem variar de R\$500,00 a R\$10 milhões, de acordo com o artigo 66 do Decreto nº 6.514/2008, dependendo da gravidade dos fatos, da capacidade econômica do infrator e seus antecedentes. Alguns Estados, no entanto, possuem legislação mais rígida e as multas por exercício de atividades sem as respectivas licenças ou em desacordo com essas podem alcançar valores superiores.

Outras Autorizações Ambientais

Além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos/controlados; (iii) autorização para intervenção em áreas de preservação permanente; e (iv) outorgas para uso de recursos hídricos (tais com poços artesianos, barragens ou lançamento de efluentes em rios e lagos). A não obtenção de tais autorizações pode sujeitar a Companhia às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

Responsabilização Ambiental

Existem três tipos de responsabilidade ambiental decorrentes da legislação ambiental brasileira, que podem ser aplicados separada e cumulativamente: (i) civil, (ii) criminal e (iii) administrativa.

A responsabilidade civil por danos ambientais é objetiva e se aplica a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que direta ou indiretamente cause danos ao meio ambiente ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo. A evidência de um nexo causal entre a ação (ou omissão) e o dano é suficiente para estabelecer a responsabilidade. A pessoa física ou jurídica responsável por causar danos ambientais não pode invocar em sua defesa causas de excludentes de ilicitude, tais como culpa exclusiva de terceiros, caso fortuito ou força maior. Tal responsabilidade obriga à reparação dos danos e/ou ao pagamento de indenização. Além disso, a responsabilidade civil por danos ambientais não está sujeita à prescrição, uma vez que se refere a interesses difusos e coletivos, que devem ser amplamente protegidos. No entanto, ações judiciais movidas por terceiros afetados por danos ambientais (ações indenizatórias individuais) estão sujeitas a um prazo de prescrição de 3 anos a partir do conhecimento dos danos. A responsabilidade civil também se aplica de forma conjunta e solidária àqueles direta ou indiretamente responsáveis por atividades que causam degradação ambiental.

Como resultado, a parte que ajuíza a ação de reparação de danos ambientais pode escolher livremente quem processar. Nos últimos anos, tem havido uma tendência a se buscar indenização da parte com maior capacidade de pagamento, o que é conhecido como a *Deep Pocket Doctrine*. A parte que está sendo processada pode ser responsabilizada por reparar todos os danos causados. Entretanto, tal parte pode, por sua vez, mover uma ação judicial de regresso contra a parte que foi diretamente responsável pelo dano, a fim de recuperar quaisquer quantias pagas para efetuar a reparação. Não há limite para o valor que os tribunais brasileiros podem fixar para cobrir os custos de reparação do dano ou do pagamento de uma indenização e/ou compensação.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Além disso, tanto as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente desenvolvidas pela Companhia, assim como a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em seus empreendimentos, incluindo, por exemplo, a supressão de vegetação, a realização de terraplanagens e a destinação final de resíduos sólidos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

A Lei Federal nº 9.605/98 (“**Lei de Crimes Ambientais**” ou “**LCA**”) permite a atribuição de responsabilidade criminal a pessoas jurídicas quando (i) a decisão de cometer o ato for tomada pelo representante legal ou contratual ou de seu órgão colegiado; e (ii) a infração for cometida em benefício ou interesse da empresa. A responsabilidade criminal ambiental é subjetiva, pessoal e intransferível (isto é, depende da evidência de culpa e a sucessão não é aplicada). As pessoas físicas estão sujeitas a multas e pena privativa de liberdade, a qual é geralmente substituída, em certas circunstâncias, por penas restritivas de direitos.

Pessoas jurídicas estão sujeitas a multas, suspensão parcial ou total de atividades e embargos, entre outras penalidades. Há uma presunção refutável de negligência por parte da pessoa jurídica, uma presunção que pode ser difícil de se afastar. A responsabilidade da pessoa jurídica não isenta a responsabilidade das pessoas físicas que concorreram para a prática do crime. Isso inclui membros de pessoas jurídicas que participaram da decisão ou que, tendo conhecimento da conduta criminosa, não conseguiram impedir sua ocorrência quando poderiam tê-lo feito. A LCA também prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica na reparação de danos ambientais quando essa representar um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Nesses casos, os acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsabilizados a recuperar quaisquer danos causados ao meio ambiente.

De acordo com o Decreto Federal nº 6.514/08, penalidades administrativas também podem ser impostas sempre que uma violação da legislação ambiental for identificada, resultando na imposição de penalidades (tais como advertências, multas variando de R\$50,00 a R\$50 milhões e suspensão de atividades) por agências de proteção ambiental.

Se as multas não forem pagas, os respectivos valores são inscritos em dívida ativa, sujeitos a processos de execução fiscal.

A aplicação de penalidades e/ou despesas com reparações ou indenizações por danos ambientais pode impactar, ou até mesmo suspender, a instalação e operação dos empreendimentos da Companhia.

A regulamentação ambiental impõe à Companhia outros ônus adicionais, incluindo a exigência de destinação adequada aos seus resíduos sólidos gerados, a realização de monitoramento das emissões atmosféricas e a obtenção de outorgas para captação de água e descarte de efluentes em corpos hídricos, com a observância dos parâmetros legais.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Uma das principais prioridades da Companhia é o cumprimento estrito de todas as leis ambientais nos níveis federal, estadual e municipal em todas as jurisdições em que a Companhia opera. Isso inclui manter suas licenças, alvarás, outorgas e autorizações atualizadas e em conformidade com as respectivas condicionantes técnicas.

A Companhia avalia periodicamente o impacto ambiental de seus produtos, processos, operações e serviços para identificar aqueles que causam ou podem causar danos ambientais significativos. Por meio de seus programas de gestão ambiental, busca identificar oportunidades para melhorar os processos de produção, além de impedir a ocorrência de impactos ambientais negativos e ações judiciais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em relação à responsabilidade ambiental, a Companhia busca seguir regras rígidas sobre a aquisição de gado apenas de fazendas—não constantes na lista de áreas embargadas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e ou também não estejam presentes na “lista suja” de mão de obra escrava do Secretário do Trabalho. A Companhia age proativamente quando os produtores não cumprem a lei, removendo-os imediatamente de sua lista de fornecedores autorizados de animais para abate.

Os procedimentos adotados pela Companhia incluem a verificação de certidão negativa junto ao IBAMA para garantir que as propriedades não estejam com pendências ambientais registradas junto ao órgão, verificando o formulário de registro de propriedade rural e outros documentos ambientais quando necessário, bem como estabelecer comitês ambientais internos em todas as suas unidades que operam com o princípio de acesso à informação e prevenção de problemas ambientais.

Além disso, a Companhia implementou um Código de Ética que estabelece diretrizes para seu relacionamento com fornecedores e inclui verificação detalhada de sua implementação. A Companhia realiza reuniões periódicas com funcionários e fornecedores, bem como reuniões com comitês de avaliação, para garantir que essas regras sejam conhecidas e cumpridas. Também criou uma linha direta para relatar problemas como uma maneira adicional de monitorar seu relacionamento comercial com seus parceiros.

A Companhia busca manter conformidade com todas as leis e regulamentos ambientais brasileiros e se esforça ao máximo para manter todas as licenças ambientais necessárias às suas operações.

Para cada compra de gado, a Companhia verifica o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do fornecedor ou o Cadastro de Pessoa Física (CPF) nas listas publicadas pela Secretaria do Trabalho. A Companhia também está em conformidade nas seguintes áreas:

- fornecedores relacionados a áreas embargadas pelo IBAMA;
- fornecedores relacionados a áreas indígenas declaradas ou em fase administrativa posterior;
- fornecedores envolvendo situações de trabalho escravo;
- fornecimento de animais oriundos de áreas de ambientalmente protegidas (Unidades de Conservação); e
- fornecimento de animais oriundos de áreas desmatadas (indicadas pelo sistema Prodes/INPE).

Mudanças Climáticas

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. A atual regulamentação sobre GEE, ou, ainda, a regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Companhia busca implementar em todas as suas unidades, de forma eficiente, planos de gerenciamento para os resíduos sólidos gerados em suas operações, com o objetivo de viabilizar segregação de materiais passíveis de reciclagem e destinar de forma adequada os resíduos perigosos e não reutilizáveis, por meio de parceiros devidamente licenciados.

Com relação às licenças ambientais, a Companhia mantém todas as autorizações necessárias para que possa operar e exercer suas atividades. Para informações sobre as práticas socioambientais e de sustentabilidade

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

da Companhia, veja o item 7.8 deste Formulário de Referência.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A Companhia e suas controladas são titulares de diversos pedidos de registro e marcas registradas junto ao INPI, bem como de marcas registradas no exterior (incluindo na Argentina, no Uruguai e nos Estados Unidos), conforme indicado no item 9.1(b) deste Formulário de Referência. Adicionalmente, a Companhia também é titular de nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, tal como "marfrig.com.br".

As principais marcas da Companhia estão devidamente registradas nas classes de serviços e produtos que se referem às suas atividades (especialmente na classe 29). As marcas registradas e os pedidos de registro de marcas são criteriosamente acompanhados pela Companhia. A Companhia não possui dependência de marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia não divulga, em suas demonstrações financeiras, a abertura da receita proveniente por país e sim por segmento operacional América do Norte e América do Sul.

Em bases fiscais, de acordo com as demonstrações financeiras publicadas e no formato atual de abertura das operações:

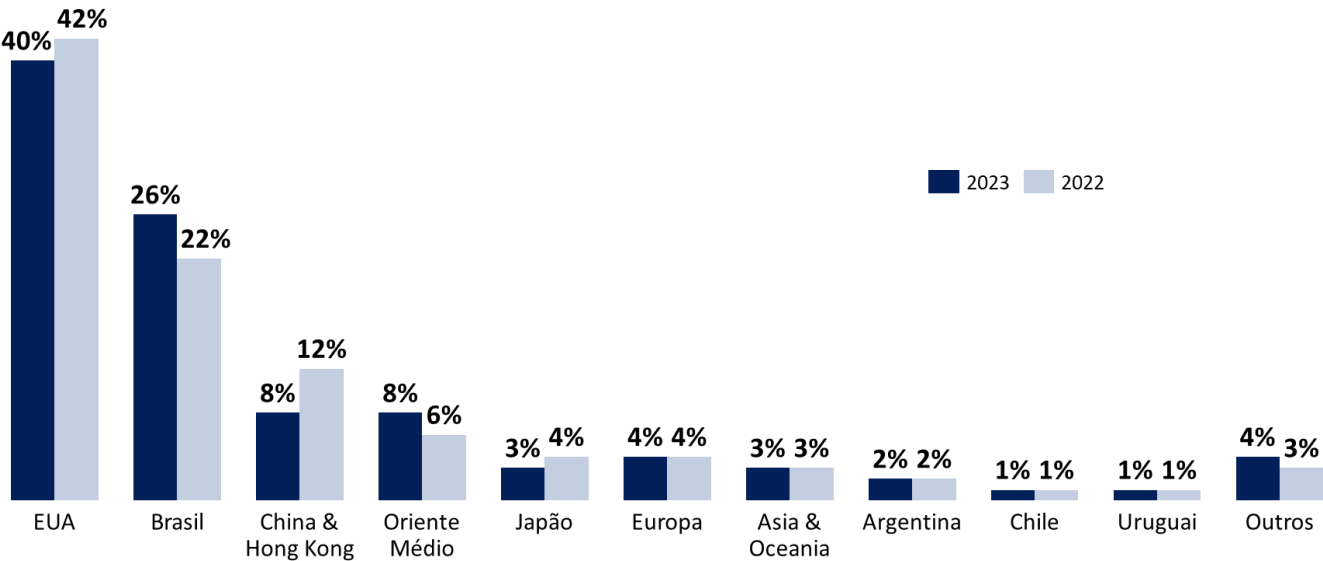
(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022 (reclassificado)
Beef América do Norte		
Mercado interno	53.531,7	54.206,4
Exportação	6.020,0	7.167,0
Total Beef América do Norte	59.551,7	61.373,4
Beef América do Sul		
Mercado interno	7.363,3	5.870,4
Exportação	11.859,7	16.501,0
Total Beef América do Sul	19.223,0	22.371,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF		
Mercado interno	28.955,4	22.922,0
Exportação	24.487,9	18.704,5
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	53.443,3	41.626,5
Marfrig Consolidado		
Mercado interno	89.850,4	82.997,8
Exportação	42.367,6	42.373,5
Total Marfrig Consolidado	132.218,0	125.371,3

(b) **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia conta com um portfólio diversificado e abrangente, seus produtos estão presentes nas maiores redes de restaurantes e supermercados, além das casas dos consumidores em aproximadamente 100 países. Em razão do elevado número de países, e em base proforma apresentamos a seguir a abertura do percentual da receita líquida da Companhia por região no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:



(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme mencionado nos itens acima, a Companhia não divulga, em suas demonstrações financeiras, a abertura da receita proveniente por país, as informações por região estão indicadas nos subitens (a) e (b) acima.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Aspectos Regulatórios

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação pelo Unites States Department of Agriculture ("**USDA**"), incluindo o Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar do USDA – *Food Safety and Inspection Service* ("**FSIS**"), Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal – *Animal and Plant Health Inspection Service* ("**APHIS**") e Inspeção de Grãos, Empacotadores e Administração de Estocagem – *Food and Drug Administration* ("**GIPSA**"); a *Food and Drug Administration* ("**FDA**"); a Agência de Proteção Ambiental dos EUA – *U.S. Environmental Protection Agency* ("**EPA**") e outras autoridades federais, estaduais, locais e estrangeiras em relação ao abate, processamento, embalagem, armazenamento, segurança, distribuição, publicidade e rotulagem de seus produtos. A Companhia também está sujeita à Lei de *Packers e Stockyards* de 1921 ("**PSA**").

As instalações de Dodge City e do Liberal estão sujeitas ao Título V, de acordo com o Federal Clean Air Act e o Kansas Air Quality Act. A instalação de St. Joseph está sujeita a uma autorização secundária de ar que está em vigor. As instalações de Dodge City, Liberal, Hummels Wharf e Moultrie estão sujeitas aos requisitos do Plano de Gerenciamento de Riscos (Risk Management Plan) do Clean Air Act, relacionados ao uso de amônia como refrigerante.

Todas as plantas da Companhia são descartadoras indiretas de águas residuais para obras de tratamento de propriedade pública e estão sujeitas a exigências de acordo com a Lei Federal da Água Limpa (*Federal Clean Water Act*), leis estaduais e municipais, bem como acordos ou permissões com autoridades municipais ou de condados. Após a renovação desses acordos e permissões, a Companhia é obrigada a, de tempos em tempos, realizar investimentos para atualizar ou expandir instalações de tratamento de águas residuais para atender novos requisitos de descarga mais rigorosos impostos no momento da renovação. As descargas de águas pluviais das plantas da Companhia também são reguladas pelas autoridades estaduais e locais.

Todas as instalações da Companhia geram fluxos de resíduos sólidos, incluindo pequenas quantidades de resíduos perigosos. A Companhia está sujeita a leis que estabelecem a responsabilidade estrita e, em determinadas circunstâncias, solidária, pela remediação de substâncias perigosas em locais contaminados; entretanto, não recebeu nenhuma indicação de que possui qualquer responsabilidade oriunda de violação da *Comprehensive Environmental Response, Compensation and Liability Act* ("**Superfund**") ou contrapartes estaduais. Todas as plantas estão sujeitas ao direito da comunidade de conhecer os requisitos de relatório sob o Superfund Amendments and Reauthorization Act de 1986, que exige registros anuais das substâncias usadas nas facilidades das instalações.

Regulamentação Sanitária

As atividades da Companhia de abate e produção nos Estados Unidos estão sujeitas a ampla regulamentação pelo FSDA do USDA, pelo FDA e por outras autoridades governamentais em relação ao processamento, embalagem, armazenamento, distribuição, rotulagem e conformidade com os padrões de segurança federais. Práticas e procedimentos sanitários na indústria de processamento de carne estão sujeitos a escrutínio e supervisão pelo USDA FSIS. As plantas da Companhia nos EUA estão sujeitas à supervisão do USDA FSIS está em conformidade com os programas HACCP, GMPs e SOPs estabelecidos que são implementados e monitorados pela gerência local e pela equipe local de Serviços Técnicos.

Os rótulos dos produtos são autorizados pelo USDA FSIS e gerenciados pelo Departamento de Serviços Técnicos da empresa. A indústria de processamento de alimentos dos EUA está sujeita a extensas legislações e regulamentações governamentais nos Estados Unidos e nos mercados internacionais para os quais a Companhia fornece produtos.

Licenças Ambientais

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A indústria alimentícia dos EUA está sujeita a extensas leis e regulamentos ambientais. Como produtor de produtos derivados de animais que requerem uma ampla gama de processos industriais, incluindo abate de animais e processamento de carne, as fábricas da Companhia estão sujeitas a licenças operacionais e monitoramento de direitos de água, ar, limites de descarga de água e água apropriada para processamento.

Todas as leis e regulamentos ambientais locais, estaduais e federais a que a Companhia está sujeita exigem permissões para qualquer atividade que possa impactar o meio ambiente. Essas autorizações são necessárias para aprovação, instalação, operação, expansão ou emendas de cada local, com todas as suas atividades sendo revisadas periodicamente para conformidade. Além disso, as licenças estabelecem condições técnicas que devem ser cumpridas para que a licença permaneça válida.

As entidades federais, estaduais e municipais são responsáveis pela concessão de permissões relevantes para os negócios da Companhia. As licenças ambientais são concedidas para operações ou atividades específicas. O processo de aquisição de uma licença ambiental envolve a aplicação na entidade apropriada, o desenvolvimento de um programa para conformidade e controle, o monitoramento da conformidade e as revisões periódicas pelo poder concedente. Operar sem a licença ambiental relevante ou violar as condições operacionais pode resultar em ações administrativas. As ações administrativas e/ou as penalidades variam de simples advertências, suspensão total ou parcial de atividades ou multas.

Cumprimento da Regulação Estrangeira e Política Ambiental

A Companhia está comprometida em garantir que está conduzindo todas as suas operações e atividades de acordo com as melhores práticas. A Companhia se envolve ativamente com agências locais, estaduais e nacionais para monitorar todos os mandatos aplicáveis, e utiliza auditorias independentes de terceiros para ajudá-la a fazer *benchmark* de suas operações e identificar oportunidades e inovações que melhorarão seus processos.

A Companhia mantém todas as concessões necessárias de inspeção que a autorizam a operar e a exercer suas atividades. A Companhia não tem conhecimento de nenhum processo administrativo relevante em andamento contra si por não conformidade com relação aos regulamentos do USDA FSIS.

A Companhia mantém todas as concessões necessárias de inspeção que a autorizam a operar e a exercer suas atividades. A Companhia não tem conhecimento de nenhum processo administrativo relevante em andamento contra si por não conformidade com relação aos regulamentos do USDA FSIS.

Para controlar o impacto ambiental de suas operações nos Estados Unidos, a Companhia implementou sistemas de controle, captura, tratamento e/ou monitoramento necessários para alcançar a conformidade ambiental. Além disso, a Companhia possui e mantém todas as permissões e autorizações ambientais necessárias para cumprir a conformidade com as leis ambientais aplicáveis nas jurisdições em que opera. Adicionalmente, a Companhia mantém um programa ativo de manutenção preventiva, que audita seus processos e corrige todas as deficiências para atender à conformidade. A Companhia cumpre rigorosamente todos os requisitos de relatórios periódicos exigidos em nossas licenças de operação ambiental.

A Companhia audita seus produtos, processos e operações quanto à conformidade ambiental. Por meio de seus programas de gestão ambiental, busca identificar oportunidades para melhorar os processos de produção, além de impedir a ocorrência de problemas ambientais negativos.

A Companhia mantém um processo de manutenção preventiva de seus equipamentos e filtros, bem como programas para o uso eficiente da água, em um esforço para controlar o impacto ambiental de suas operações.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Uruguai

As carnes processadas no Uruguai seguem normas rígidas de certificação orgânica, por meio de um sistema de produção ambientalmente correto, no qual os animais são tratados com medicamentos fitoterápicos e homeopáticos, e alimentados em pastos sem agrotóxicos. O resultado é uma carne totalmente isenta de resíduos químicos. O Uruguai também é pioneiro com o Viva Grass Fed Beef, programa de produção sustentável e implantação de carnes certificadas. O gado é alimentado apenas por pasto e criado sem a utilização de antibióticos, hormônios de crescimento e ração, atendendo à demanda do mercado norte-americano.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Seguimos avançando em melhorias e aprimoramentos, na jornada que culminará no alcance de compromissos e metas assumidas em relação a governança ambiental, social e corporativa (ESG, na sigla em inglês). Em 2023, registramos evoluções e resultados importantes nas práticas de controle de origem de matérias primas e de bem-estar animal. Outras questões que permeiam nossas estratégias são as mudanças climáticas, tema ao qual temos dedicado esforços para controlar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em nossas operações e na cadeia de fornecimento, além do consumo de água e energia e a gestão de efluentes e resíduos. As boas práticas que temos adotado nessas frentes permitiu que elevássemos ainda mais o destaque da Marfrig em importantes rankings internacionais de sustentabilidade. A Marfrig divulga, anualmente tais informações, em versões em inglês, português e espanhol, no Relatório de Sustentabilidade e também no Informe de Progresso em Sustentabilidade, os quais são instrumentos para o relato da estratégia de negócios e dos aspectos econômicos, sociais e ambientais relacionados às suas atividades, bem como para a prestação de contas sobre seu desempenho a todos os stakeholder relacionados.

Mais informações sobre o tema ASG podem ainda ser acessadas no website da empresa: <https://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade/central-conteudo>

a) Se a Companhia divulga informações AS em relatório anual o outro documento específico para esta finalidade

A publicação do Relatório Anual de Sustentabilidade é uma prática que nos acompanha há mais de 17 anos, desde 2007, quando a Marfrig Global Foods listou suas ações no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

b) A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento específico para esta finalidade

Em 2010, esse relato passou a ser feito com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB), referência internacional para a elaboração de materiais voltados à prestação de contas sobre avanços em práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Além disso, também são considerados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Até o momento o documento não foi auditado, estando previsto para os próximos ciclos.

d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Todas as versões do Relatório de Sustentabilidade anualmente divulgado pela Marfrig estão disponíveis para acesso, no website <https://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade/central-conteudo>. No mesmo endereço são divulgadas informações sobre as atuações da empresa no que se refere ao desenvolvimento sustentável, de acordo com a visão e estratégia da Companhia, bem como a sua Política de Sustentabilidade e os compromissos públicos assumidos.

e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Revisamos e reformulamos os temas prioritários para a condução dos nossos negócios, sob a ótica da sustentabilidade. Por meio de um novo estudo de materialidade, realizado no início de 2023, identificamos questões e aspectos que passaram a ser contemplados em nossa matriz e, consequentemente, no aprimoramento do nosso novo ciclo de reporte. Com base na reformulação da materialidade, realizamos a seleção dos indicadores GRI e demais parâmetros considerados neste relatório. Adicionalmente, foi realizada análise das matrizes de materialidade adotadas por multinacionais do setor de proteína animal, envolvendo 11 empresas, dos cinco continentes. Foi verificado se os assuntos eram aderentes a aspectos abordados pela

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

SASB, pela FAIRR Initiative e pela GRI, referências utilizadas na construção da nossa matriz de materialidade. Os temas materiais selecionados refletem atuais assuntos que são essenciais para gerar e preservar valor para nossa empresa. Esses temas são os seguintes: Pecuária Sustentável, Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Bem-estar Animal, Ciclo dos Recursos Hídricos, Qualidade e Segurança dos Alimentos, Ambientes de Trabalho Seguros e Inclusivos, Diversificação dos Negócios e Geográfica, Solidez Transparência e Integridade dos Negócios. Esses temas também abrangem aspectos como governança corporativa, relacionamento com clientes, diversidade, direitos humanos e trabalhistas, comunidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, emissões, transição energética e biodiversidade.

f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório Anual de Sustentabilidade apresenta informações sobre governança, gestão ambiental e social de forma integrada, alinhando os compromissos e estratégias da empresa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). E pode ser acessado no website da Marfrig: <https://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade/central-conteudo>.

Esse documento fornece detalhes sobre a natureza do negócio, o modelo de gestão integrado com os Princípios de Desenvolvimento Sustentável da empresa e suas subsidiárias, bem como seu desempenho em sustentabilidade.

As ações e iniciativas empreendidas em cada um dos tópicos materiais contribuem, efetivamente, para o alcance de 15 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são: 1 - Erradicação da pobreza, 2 - Fome zero e agricultura sustentável, 3 - Saúde e Bem-Estar, 5 - Igualdade de gênero, 6 - Água potável e saneamento, 7 - Energia limpa e acessível, 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, 10 - Redução das desigualdades, 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, 12 - Consumo e produção responsáveis, 13 - Ação contra a mudança global do clima, 15 - Vida terrestre, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e meios de implementação

Além disso, a empresa estabelece anualmente objetivos e metas para a gestão ambiental, saúde e segurança no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI), e a área de Meio Ambiente, Saúde e Segurança monitora os indicadores de desempenho associados a esses índices.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

As questões sobre o tema de mudanças climáticas são conduzidas em pilar também intitulado “mudanças climáticas”. Com base em processos e metas, temos atuado para minimizar os impactos de nossas operações, tanto por meio da redução de emissões de GEE, como pela compensação dessas emissões e o uso de energia renovável, práticas para as quais há metas estabelecidas. Serão reportadas com base na metodologia IFRS os dados de 2025, a partir de 2026, conforme instrução da CVM (<https://www.ibgc.org.br/blog/normas-issb-ifrs-cvm>).

Com nossas práticas de gestão e redução de emissões de GEE, atingimos a melhor performance entre todas as indústrias de proteína bovina do mundo, no quesito mudanças climáticas e florestas, mensurado pelo Carbon Disclosure Project (CDP). A Marfrig alcançou pontuação máxima (nota A) na edição de 2023 do ranking do CDP, na categoria “Mudanças Climáticas”. Nas outras duas categorias do ranking do CDP (“Segurança Hídrica” e “Florestas”), a Marfrig obteve, em 2023, a segunda melhor nota (A-), que também foi o melhor resultado entre as empresas globais de proteína animal. A divulgação dos resultados ocorre anualmente por meio de nosso formulário de Mudanças Climáticas do CDP, documento esse que pode ser acessado no seguinte link: <https://www.cdp.net/pt/responses?queries%5Bname%5D=Marfrig>.

O CDP utiliza uma metodologia própria, com classificações de “A” a “D-”, com base nas melhores práticas ambientais. Em 2023, cerca de 23.000 empresas de todo o mundo foram avaliadas pela organização. A plataforma de divulgação do CDP fornece o mecanismo para relatórios de acordo com as recomendações do TCFD (Task Force on Climate Related Financial Disclosures).

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

A Marfrig é a primeira empresa de proteína animal do Brasil e a primeira de carne bovina da América Latina a se comprometer e ter suas metas de redução de gases de efeito estufa aprovadas pelo Science-Based Targets initiative (SBTi), iniciativa voltada a reduzir a emissão desses gases nos três escopos das cadeias de fornecimento (escopos 1,2 e 3), em linha com as metas do Acordo de Paris, estabelecendo metas de redução sob base científica reconhecida internacionalmente. Acesse o site para maiores informações: <https://sciencebasedtargets.org/>.

Essa maturidade no inventário de carbono é consequência de longo tempo de esforço da Marfrig, que ocorre desde 2014, ao reportar seus dados de escopo 1, 2 e 3 no Carbon Disclosure Project (CDP), e toda a evolução pode ser acessada na própria página da instituição: <https://www.cdp.net/en/responses?queries%5Bname%5D=Marfrig>.

Também implantou uma plataforma de gestão da sustentabilidade que endereça todos os temas relevantes da cadeia de valor da pecuária, estruturado em seis pilares. O controle da origem da matéria-prima; a tecnologia e a inovação para a redução das emissões de gases de efeitos estufa; práticas que assegurem o bem-estar animal; uso racional e otimizado de recursos naturais, em especial água e energia, buscando sempre fontes renováveis de geração; redução da geração de resíduos e efluentes e sua destinação adequada e por fim, e muito importante, a responsabilidade social nas comunidades e povos tradicionais nas regiões nas quais a empresa origina e produz.

Desenvolveu os protocolos de pecuária de baixo carbono com a Empresa Brasileira de Pesquisa Pecuária (Embrapa) a mais importante e renomada instituição de pesquisa agropecuária no país, lançando produtos inovadores dentro da sua linha de carnes sustentáveis, a VIVA. O primeiro produto dessa linha foi a Viva Carne Carbono Neutro (CCN) lançada em 2020 e brevemente será lançada a Viva Carne Baixo Carbono (CBC). Obteve também a habilitação para a produção de carne orgânica sob os critérios do protocolo de produção de orgânicos dos EUA, o National Organic Program (NOP).

Historicamente, a Marfrig assumiu o compromisso com uma cadeia livre de desmatamento em 2009 e em 2010 foi a pioneira na implantação de um sistema de geomonitoramento via satélite. Hoje, a Marfrig monitora diariamente 100% de seus fornecedores diretos, distribuídos por uma área equivalente à do Reino Unido. Também, em 2020, a Marfrig lançou o Plano Verde+, para fortalecer seu compromisso com uma pecuária sustentável e livre de desmatamento ao longo de sua cadeia de fornecimento. Alcançando até 2023 o monitoramento de 73% de seus fornecedores indiretos de animais para abate no Brasil. No Relatório de Sustentabilidade apresentamos todas as evoluções e resultados importantes em relação a governança ASG.

1.10 Informações de sociedade de economia mista**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 28 de agosto de 2023, seguindo sua estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, celebrou na mesma data, determinados contratos de compra e venda de ações, comprometendo-se a alienar para a Minerva S.A. ("Minerva") determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai ("Ativos da Operação").

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) e o saldo de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais) a ser pago no fechamento.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O Fato Relevante que trata do assunto pode ser encontrado no site de Relação com os Investidores da Companhia (<https://ri.marfrig.com.br/arquivos-cvm/>)

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

- 1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Reestruturação Societária – Reino Unido:

Em dezembro de 2022, a Companhia realizou uma reestruturação societária em seu grupo envolvendo a constituição de duas subsidiárias nos Estados Unidos (MARFRIG US HOLDINGS, LLC e a MFG US Holding, LLC). Em 8 de dezembro, a MARFRIG US HOLDINGS, LLC foi constituída pela Marfrig NBM Holdings Ltd como única sócia. Em 16 de dezembro de 2022, a MFG US Holding, LLC foi constituída pela Marfrig Beef International Ltd como única sócia. Em 29 de dezembro de 2022, MBIL e MBL transferem, a valor contábil, todas as ações que possuem da Marfrig NBM Holdings Ltd para a MFG US Holding, LLC em troca da nova emissão de quotas da MFG US Holding, LLC. Como resultado, a Marfrig Beef International Ltd e a Marfrig Beef UK Ltd passam a deter 75% e 25% das quotas da MFG US Holding, LLC, respectivamente. Em adição, em 20 de dezembro a Beef Holdings Ltd vendeu para a Marfrig NBM Holdings Ltd a sua participação na NBM US Holdings Inc. Em 23 de dezembro de 2022, Marfrig NBM Holdings Ltd vende as ações que possui da NBM US Holdings Inc. para a MARFRIG US HOLDINGS, LLC, que passa a ser a controladora direta da NBM US Holdings Inc.

Reestruturação Societária – Argentina:

Em 30 de março de 2023, os Conselhos de Administração da Quickfood Argentina S.A. ("Quickfood"), da Campo del Tesoro S.A. ("Campo") e da Marfrig Argentina S.A. ("Marfrig" ou ambas em conjunto as "Empresas Absorvidas") celebraram um Compromisso Prévio de Fusão, através do qual foram estabelecidas as bases para a fusão da Quickfood, com a Campo e a Marfrig, através da absorção desta última, nos termos dos artigos 82º e seguintes da Lei Geral das Sociedades ("LGS") (doravante, a "Fusão").

Adicionalmente, em 9 de junho de 2023, foi celebrado o Acordo Definitivo de Fusão da Quickfood, Campo e Marfrig, através da Escritura n.º 441, lavrada a fls. 1.811, do Registro Notarial 2.174 da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Finalmente, em 2 de outubro de 2023, o Registro Geral de Justiça registrou a fusão sob o nº 16897 do Livro 114, Volume - das Sociedades Anônimas.

Aumento de Capital Privado – Brasil:

Nos termos da reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2023 e dos Avisos aos Acionistas divulgados em 14 de agosto, 19 e 29 de setembro de 2023, a Marfrig realizou aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, para subscrição privada, de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações, ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por ação, totalizando R\$ 2.163.000.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e três milhões de reais), montante este integralmente destinado à conta de capital social da Companhia. Em decorrência da homologação total do referido aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 8.328.577.961,00 (oito bilhões, trezentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais), dividido em 660.000.000 (seiscentas e sessenta milhões) de ações, para R\$ 10.491.577.961,00 (dez bilhões, quatrocentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais), dividido em 960.000.000 (novecentas e sessenta milhões) de ações.

1.13 Acordos de acionistas

A Companhia não conta atualmente com acordo de acionista.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Em 2023 não houve alteração relevante na forma da condução dos negócios do emissor.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou pelas suas controladas que não estivessem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Destaques Financeiros – Consolidado

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 12,6%, passando de R\$ 132.218,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 148.861,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No período findo em 31 de dezembro de 2024 a receita líquida de vendas foi de R\$ 148.861,0 milhões, um crescimento de 12,6% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2023, os principais fatores foram o crescimento na receita de vendas no segmento BRF e o maior preço médio na Operação América do Norte;

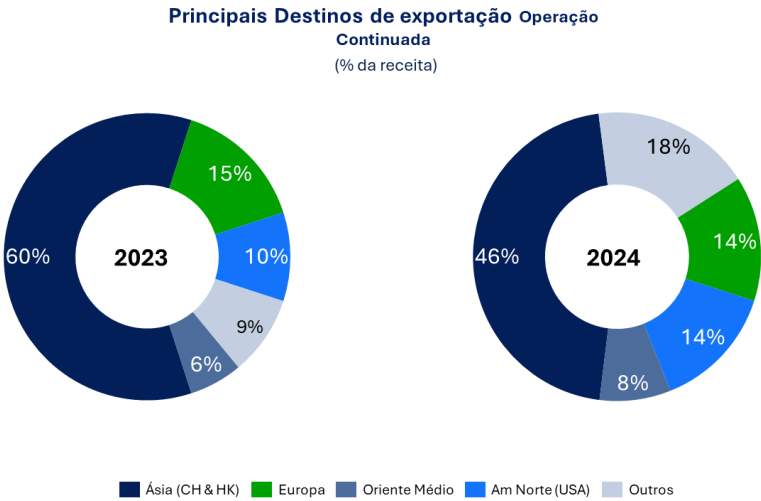
A tabela abaixo mostra as vendas líquidas para as unidades de negócios da Companhia:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Beef América do Norte			
Mercado interno	60.411,4	53.531,7	54.206,4
Exportação	6.510,1	6.020,0	7.167,0
Total Beef América do Norte	66.921,5	59.551,7	61.373,4
Beef América do Sul			
Mercado interno	8.390,3	7.363,3	5.869,4
Exportação	12.415,0	11.859,7	16.502,0
Total Beef América do Sul	20.805,3	19.223,0	22.371,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF			
Mercado interno	31.295,5	28.955,4	22.922,0
Exportação	29.838,7	24.487,9	18.704,5
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	61.134,2	53.443,3	41.626,5
Marfrig Consolidado			
Mercado interno	100.097,2	89.850,4	82.997,8
Exportação	48.763,8	42.367,6	42.373,5
Total Marfrig Consolidado	148.861,0	132.218,0	125.371,3

O total de vendas da operação América do Norte foi de 1.981 mil toneladas em 2024, contra 1.978 em 2023.

O volume de vendas da operação América do Sul foi de 815 mil toneladas, 22,9% superior a 2023.

1.16 Outras informações relevantes



Lucro bruto

O lucro bruto foi de R\$19.690,7 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2024, uma aumento de 47,2% em relação ao mesmo período em 2023, e a margem bruta atingiu 13,2% no período findo em 31 de dezembro de 2024.

Já no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro bruto foi de R\$ 13.377,5 milhões, uma redução de 18,8 % em relação ao mesmo período em 2022, e a margem bruta atingiu 10,1% no período findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 2024, o lucro bruto do segmento Beef América do Norte foi de R\$ 2.978,7 milhões, uma redução de 24,7% em relação a 2023. A redução é reflexo do momento mais favorável dos produtores de gado e maior custo para a operação.

Em 2024, o indicador geral de mercado do preço médio de venda - USDA Comprehensive - foi de US\$ 306,64/cwt, valor 3,9% superior a 2023, e que compensou parcialmente o impacto do aumento do custo do gado no mesmo período.

Os créditos de abate (Drop Credit) como couro, sebo e outros subprodutos, foram 12,2% menores em 2024 que em 2023, US\$ 11,48/cwt versus US\$ 13,08/cwt no 2023.

Essa combinação fez com que a margem bruta no ano de 2024 fosse de 4,5%, inferior em 2,1 p.p. em comparação ao ano anterior.

Em 2024, o Lucro Bruto da operação Beef América do Sul foi de R\$ 2.965,8 milhões, 8,1% maior em relação a 2023.

Em 2024, o Lucro Bruto da operação Aves, Suínos e Industrializados - BRF foi de R\$ 15.835,2 milhões, 79,3% maior em relação a 2023. O aumento é explicado pela estabilidade no custo da matéria prima e crescimento nas vendas.

Comerciais, administrativas e gerais

As despesas de SG&A totalizaram R\$ 13.453,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 8,5% em relação aos R\$ 12.397,6 milhões registrados no mesmo período em 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas SG&A corresponderam a 9,0% do total da receita líquida de vendas em comparação com 9,4% no mesmo período em 2023.

Em 2024, as despesas comerciais foram de R\$ 11.235,4 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,5%, o percentual 34 pbs inferior ao ano anterior.

1.16 Outras informações relevantes

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 2.218,4 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foram de 1,5% em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A redução no DVGA/Receita Líquida reflete os esforços conjuntos do plano de troca de melhores práticas entre as operações da Marfrig e da BRF, que já capturam reduções das despesas e ganhos comerciais.

Ebitda Ajustado

Em 2024, a Marfrig ficou com EBITDAaj de R\$ 13.766,6 milhões, um aumento de 48,1% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDAaj foi de 9,2%, superior em 2,2 p.p. em relação a margem de 7,0% de 2023. O avanço é explicado pelo desempenho recorde da BRF somado a expansão dos resultados na América do Sul, que compensaram a redução de EBITDA da Operação América Norte

Receitas Financeiras (Despesas)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 5.532,2 milhões, uma redução de 1,3% comparado a R\$ 5.602,4 em 2023. As despesas financeiras totalizaram R\$ 18.186,4 milhões e as receitas financeiras totalizaram R\$ 12.654,2 milhões em 2024.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Var%
	2024	2023	
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	1.490,4	1.474,5	1,1%
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos c/instituições financeiras	(5.669,0)	(5.398,6)	5,0%
Correções monetárias, Desp. Bancárias, amortiz. custo sobre dívida e outros	(1.066,9)	(502,6)	112,3%
Variação cambial ativa e passiva	(286,6)	(1.175,7)	-75,6%
Total	(5.532,2)	(5.602,4)	-1,3%
Receitas financeiras	12.654,2	11.521,1	9,8%
Despesas financeiras	(18.186,4)	(17.123,5)	6,2%
Total	(5.532,2)	(5.602,4)	-1,3%

1.16 Outras informações relevantes

Dívida Líquida /EBITDA

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Dívida Líquida(1)/EBITDA UDM/(carve-out) (2)	2,21x	3,65x	2,65x
Índice de liquidez corrente (3)	1,28x	1,24x	1,25x
Prazo médio do vencimento da dívida (em meses)	68	69	69
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela não circulante (%)	86,3%	85,4%	79,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em R\$ (%)	38,3%	34,2%	37,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em outras moedas (%)	61,7%	65,8%	62,8%

⁽¹⁾ Dívida líquida corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela circulante e não circulante), menos o somatório dos saldos de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

⁽²⁾ Em função das disposições contratuais (carve-out) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA UDM).

⁽³⁾ Índice de liquidez corrente corresponde ao total do circulante dividido pelo total do passivo circulante, desconsiderando o instrumento mandatário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Marfrig era de R\$ 61.123,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 38,3% denominado em Reais e 61,7% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,24% ao ano. O índice de liquidez corrente ficou em 1,28x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 22.519,5 milhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,21x em 31 de dezembro de 2024. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 13,7% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 86,3% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 34,2% denominado em Reais e 65,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,30% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 3,65x em 31 de dezembro de 2023, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,24x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 21.878,4 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 14,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 85,4% os vencimentos do longo prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.172,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era

1.16 Outras informações relevantes

de R\$ 30.325,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 37,2% denominado em Reais e 62,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,48% ao ano. O índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses), ficou em 3,03x, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,25x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2022 de R\$22.492,5 milhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,64x em 31 de dezembro de 2022. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 20,9% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 79,1% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 20,2% denominado em Reais e 79,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 5,5% ao ano. O índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses), ficou em 1,51x, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,14x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2021 de R\$8.400,3 bilhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 1,32x em 31 de dezembro de 2021. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 22,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 77,4% os vencimentos do longo prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas das operações continuadas da Companhia.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Na avaliação dos diretores da Companhia, a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia reflete o comprometimento com a melhoria de sua estrutura de capital, bem como a busca por um melhor desempenho de nossas atividades.

O direcionamento estratégico da Companhia é pautado no processamento de proteínas, produtos de maior valor agregado e com marca, com uma estrutura de capital adequada, com alavancagem controlada e de menor despesa financeira, sempre atuando de forma sustentável, na geração de valor para todos os nossos *stakeholders*, cadeia pecuária, para as comunidades onde temos presença, para nossos investidores.

Destacamos os principais eventos de 2023:

(i) Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A. uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A..

Os Ativos objetos da transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000.000, que será pago no fechamento da operação; e

(iii) Em 29 de setembro de 2023, a Companhia aprovou o aumento do capital social, dentro do limite autorizado previamente em reunião realizada pelo Conselho de Administração no dia 14 de agosto de 2023, em razão da verificação da subscrição e integralização de 300.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações"), ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, no montante total de R\$ 2.163.000.000.

Os demais eventos que ocorreram no exercício de 2023 estão detalhados no item 2.4(b) deste formulário de referência.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Líquida(1)/EBITDA UDM/(carve-out) (2)	3,65x	2,64x
Índice de liquidez corrente (3)	1,24x	1,25x
Prazo médio do vencimento da dívida (em meses)	69	69
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela não circulante (%)	85,4%	79,1%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em R\$ (%)	34,2%	37,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em outras moedas (%)	65,8%	62,8%

(1) Dívida líquida corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela circulante e não circulante), menos o somatório dos saldos de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

(2) Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA UDM).

(3) Índice de liquidez corrente corresponde ao total do circulante dividido pelo total do passivo circulante, desconsiderando o instrumento mandatário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.172,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 34,2% denominado em Reais e 65,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,30% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 3,65x em 31 de dezembro de 2023, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,24x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 21.878,4 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 14,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 85,4% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 37,2% denominado em Reais e 62,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,48% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,64x em 31 de dezembro de 2022, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,25x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 22.492,5 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 20,9% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 79,1% os vencimentos do longo prazo.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados. Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante):

- Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia era composta de 19,0% de capital próprio e 81,0% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 19,4% de capital próprio e 80,6% de capital de terceiros.

Os Diretores acrescentam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia prosseguiu com aquisições de ações da BRF, aumentando sua participação de 33,27% para 50,06%, passando a deter o total de 842.165.702 ações.

Em 29 de setembro de 2023, a Companhia aprovou o aumento do capital social em 300.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações"), ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, no montante total de R\$ 2.163.000.000.

Em 1º de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e consequentemente controle sobre as operações da controlada BRF.

Essas movimentações alteraram a estrutura de capital próprio e de capital de terceiros durante o ano de 2023 e 2022, e estão detalhadas nas notas 5.12 e 13.2.6 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e nas notas 13.2.6 e 26.1. das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

O principal indicador para monitoramento é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários e a parcela circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	21.878.356	22.492.533
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela circulante	7.509.414	12.813.280
Indicador de liquidez modificado	2,91	1,76

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a capacidade de pagamento da Companhia frente aos seus compromissos financeiros é considerada confortável levando-se em consideração suas disponibilidades, seu perfil do endividamento que possui e sua expectativa de geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, do total do endividamento bruto, apenas 14,6% tinham vencimento no curto prazo enquanto 85,4% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$21.878,4 milhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 2,91x.

Em 31 de dezembro de 2022, do total do endividamento bruto, apenas 20,9% tinham vencimento no curto prazo enquanto 79,1% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$22.492,5 milhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 1,76x.

Adicionalmente, os Diretores informam que a Companhia constantemente busca um perfil de endividamento com maior equilíbrio nos seus vencimentos, evitando concentrações de pagamentos em um determinado período.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores entendem que no último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; (iii) emissão de dívida (*bonds* e debêntures); (iv) oferta subsequente de ações primárias (*Follow-on* ou aumento privado de capital).

Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, incluindo o investimento em novas plantas, expansão e/ou modernização das plantas existentes, e (iii) redução do endividamento e das taxas de juros a eles atreladas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores acreditam que essas fontes de financiamento estão adequadas ao perfil de endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha R\$ 21.878,4 milhões em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, em comparação com R\$ 7.509,4 milhões em dívida de curto prazo. Considerando o perfil de dívida da Companhia e sua capacidade histórica de levantar capital e gerar caixa em dólares americanos e reais, a Companhia espera poder pagar suas dívidas, usando uma combinação de diferentes recursos de capital, tais como as receitas geradas a partir das atividades operacionais da Companhia, emissões de dívida e patrimônio e condições de pagamento estendidas aos seus fornecedores.

A Companhia acredita que o foco em seu negócio principal, juntamente com os investimentos que planejam fazer nos próximos anos, permitirá um aumento na geração de caixa. Isso, por sua vez, pode aumentar gradualmente a capacidade da Companhia de pagar suas obrigações financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas
- (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir mostra o endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022, descrito por modalidade, com as taxas médias ponderadas e os prazos médios ponderados de vencimento:

Linha de crédito	Encargos (%a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Em 31 de dezembro de	
				2023 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
MOEDA NACIONAL:					
NCE / Capital de Giro	CDI / Pré-Fixado	12,93%	2,68	2.361.124	4.692.869
CPR / CCB	CDI	13,54%	1,72	3.805.840	6.079.882
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	CDI / IPCA	12,24%	5,31	4.971.440	6.184.481
Incentivos fiscais	Pré-Fixado	2,40%	-	6.604	5.286
Debêntures	CDI / IPCA	10,80%	5,72	6.486.619	5.768.475
Total moeda nacional		12,08%		17.631.627	22.730.993
MOEDA ESTRANGEIRA:					
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	Taxa Fixa + Sofr / Pré Fixado + V.C	7,00%	3,33	6.003.525	5.218.815
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C / Pré-Fixado	5,32%	8,80	18.891.545	24.788.824
Empréstimo bancário (US\$)	Taxa Fixa + Libor / Sofr + V.C	7,08%	2,17	5.667.881	6.263.450
Linha de crédito rotativo - revolving	Taxa Fixa + Libor	7,17%	4,73	2.452.259	1.656.705
Capital de giro	Pré-Fixado / Taxa Flutuante / Eibor	15,68%	1,84	938.755	514.004
Total moeda estrangeira		6,33%		33.953.965	38.441.798
Total de empréstimos, financiamento e debêntures		8,30%		51.585.592	61.172.791
Passivo circulante				7.509.414	12.813.280
Passivo não circulante				44.076.178	48.359.511

Os Diretores da Companhia entendem que as modalidades abaixo expressam os empréstimos e financiamentos mais relevantes.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores e em vigor em 31 de dezembro de 2023:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nota de crédito à exportação – NCE/Capital de Giro

A Companhia emitiu notas de crédito à exportação que visa fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinados à exportação. As notas acumulam uma média de juros anual na taxa de 12,93%.

Cédula de Crédito – CPR & CCB

A Companhia celebrou contratos de Cédula de Crédito entre Crédito de Produtor Rural (CPR) e Cédula de Crédito Bancário (CCB), essas células possuem vencimentos que variam de 1 a 5 anos, e estão em linha com a estratégia de alongamento do prazo médio da dívida. Os contratos acumulam juros a uma taxa anual média de 13,54% a.a.

Debêntures Não Conversíveis - CRA

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a emissão de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), no valor total de R\$ 1.200,0 milhões, emitidas para colocação privada, com vencimento da primeira emissão em 15 de julho de 2028 e a segunda emissão em 15 de julho de 2031, sendo a 8ª (oitava) Emissão de Debêntures da Companhia.

Em 20 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada. O valor total de tal emissão é de R\$ 1.500,0 milhões e foram emitidas 1.500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou também a 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão é de R\$ 500,0 milhões e foram emitidas 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 10 de novembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação pública. O valor total de tal emissão é de R\$ 750,0 milhões e foram emitidas 750.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 17 de novembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação privada. O valor total de tal emissão é de R\$ 1.000,0 milhões e foram emitidas 1.000.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 13 de julho de 2023, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada. No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 273ª emissão da Emissora, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 1.125.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio, CRA, representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). O procedimento de *bookbuilding* foi concluído pelos Coordenadores em 07 de agosto de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 06 de novembro de 2023, por meio de RCA foi aprovada a 14ª escritura para emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, no montante de R\$ 500 milhões com prazo total de 5 anos. Os recursos serão usados para recomprar e cancelar dívidas vincendas.

Debêntures

Foram subscritas pela controlada BRF em 30 de abril de 2019, 750.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$ 750,0 milhões, sendo emitidas em 3 séries. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. A 1ª série teve um montante de R\$ 70,0 milhões remunerado a CDI+0,80% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2022. A 2ª série tem um montante de R\$ 411,7 milhões remunerado a IPCA+5,50% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026. A 4ª série tem um montante de R\$ 268,3 milhões remunerado a CDI+1,45% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026.

Em 14 de julho de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração da controlada da BRF, a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2 (duas) séries, para colocação privada, pela Companhia. As Debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 46ª (quadragésima sexta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da Securitizadora ("CRA"), com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures, os quais foram, em 14 de julho de 2020, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada. Foram subscritas pela Securitizadora, no âmbito da Colocação Privada, 2.200.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o montante de R\$ 2.200,0 milhões. A 1ª série tem um montante de R\$ 705,0 milhões remunerado a IPCA+5,30% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2027. A 2ª série tem um montante de R\$1.495,0 milhões remunerado a IPCA+5,60% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2028, 2029 e 2030.

Em 28 de Maio de 2021, foi aprovada a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, pela Companhia. As Debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 60ª (sexagésima) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da Securitizadora ("CRA"), com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures, os quais foram, em 02 de junho de 2021, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada. Foram subscritas pela Securitizadora, no âmbito da Colocação Privada, 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 1.000,0 milhões.

Em 13 de julho de 2022, foram subscritas pela securitizadora, na controlada BRF, no âmbito da colocação privada, 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 e compostas por 2 (duas) séries, totalizando o montante de R\$ 1.700,0 milhões. A primeira série é composta por 710.000 (setecentos e dez mil) debêntures, com vencimento em 13 de julho de 2027 e indexadas ao DI. A segunda série é composta por 990.000 (novecentos e noventa mil) debêntures com vencimento em 13 de julho de 2032 e indexadas ao IPCA.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Linha de crédito rotativo – revolving

Em 14 de setembro de 2023, a National Beef celebrou a do contrato de crédito com a Cobank ACB, com a finalidade de concessão de linha de crédito rotativo reduzida em um valor principal agregado de US\$ 510,0 milhões, com taxa de juros 7,17% a.a., com data de vencimento em 14 de setembro de 2028.

Em 21 de novembro de 2023, a Companhia concluiu, através de sua subsidiária National Beef Packers, o processo de aumento de limite e alongamento de prazo da “Revolving Credit Facility RCF” disponível. Agora, a linha tem montante total de US\$ 1.125 bilhões e seu vencimento passou de 2026 para 2028. Participam da operação o “Farm Credit System” e mais seis bancos internacionais.

Visando manter uma posição prudencial e sustentável de liquidez de curto prazo e em continuidade à estratégia de extensão do prazo médio e redução do custo de suas dívidas, em 27 de dezembro de 2019, a controlada BRF contratou junto ao Banco do Brasil uma linha de crédito rotativo no valor de até R\$1.500.000, com vencimento em três anos, sendo renovada para mais dois anos na data de 26 de outubro de 2022. A referida linha de crédito poderá ser desembolsada total ou parcialmente a critério da Companhia, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2023 as linhas estavam disponíveis, porém não utilizadas.

Contrato de Financiamento de Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)

A Companhia celebrou Contratos de Financiamentos de Pré-Exportação, esse tipo de contrato é firmado para fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinada à exportação.

Em 13 de novembro de 2023, a Companhia contratou junto a um sindicato de bancos um empréstimo na modalidade “PPE” - “Export Prepayment Credit Agreement” no montante de US\$ 535 milhões com um prazo total de 5 anos.

Senior Notes 2026 – NBM US Holdings

A décima segunda operação, foi concluída em 14 de maio de 2019, e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. emitiu US\$ 1.000,0 milhões em valor principal agregado de Senior Notes com vencimento em 14 de maio de 2026 (“2026 Notes”). As notas foram emitidas para financiar ofertas de leilão para as Senior Notes de 2021 e 2023 e pagar taxas e despesas associadas a essas transações, com os recursos líquidos restantes para pagar outras dívidas pendentes (incluindo, entre outras, recompras no mercado aberto de algumas das dívidas pendentes da Companhia). As notas foram oferecidas aos QIBs nos Estados Unidos, com base na isenção de registro fornecida pela Rule 144-A e a certas pessoas não-americanas em transações offshore, com base no Regulation S. As notas rendem juros de 7% ao ano com taxas semestrais devidas em 14 de maio e 14 de novembro de cada ano, com início em 14 de novembro de 2019. As notas são garantidas incondicional e irrevogavelmente pela Marfrig, MARB, Marfrig Holdings e Marfrig Overseas. Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 15 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 42 milhões do principal.

Senior Notes 2026 – BRF

Em 29 de setembro de 2016, a Controlada BRF, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de Senior Notes de 10 (dez) anos, no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% a.a. (yield to maturity de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017. Em 14 de setembro 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 718,0 mil, sendo o prêmio pago US\$ 28,0 mil (equivalente a R\$ 151,0 mil), líquido de juros. Em 20 de setembro de 2023, a controlada BRF efetuou recompras de Senior Notes 4,350% com vencimento em 2026. Efetuando o pagamento do montante equivalente a R\$ 984.886 pela recompra destes passivos, valor que inclui principal, juros, prêmio e impostos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(valor principal agregado de US\$ 200 milhões). Ainda, nesta data, todas as *Senior Notes* com vencimento em 2024 foram resgatadas por 100% (cem por cento) do seu valor agregado de principal de US\$ 295 milhões acrescido dos juros acumulados e não pagos, efetuando o pagamento do montante equivalente a R\$ 1.521.887.

Senior Notes 2029 – NBM US Holdings

A décima terceira operação, denominada Sustainable Transition Bond, foi concluída em julho de 2019 e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. de US\$ 500,0 milhões de *Sênior Notes*, com cupom de 6,625% a.a. e pagamento semestral de juros, com vencimento principal em 10 anos (agosto/2029), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira de BB- pela Standard & Poors ("S&P") e BB- pela Fitch Ratings.

Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A., Marb Bondco PLC, Marfrig Overseas Limited e Marfrig Holdings (Europe) B.V. Os recursos captados com a emissão serão investidos no processo de compra de gado proveniente do Bioma Amazônia, mais especificamente nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia e que atendam critérios específicos, visando um controle sobre desmatamento, não utilização de terras indígenas, erradicação do trabalho escravo e infantil, através de um maior controle da rastreabilidade do gado, com inovações desenvolvidas pela Companhia. Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 13 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 11 milhões do principal.

Senior Notes 2030 – BRF

Em 24 de setembro de 2019, a Controlada BRF concluiu oferta de Senior Notes no valor total de US\$ 750,0 milhões, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, havia US\$ 750,0 milhões (equivalente a R\$ 3.897,5 milhões) de principal em aberto desses títulos. Em 2 de junho de 2021, foi iniciada a oferta de recompra das 4,875% Senior Notes ("Oferta de Recompra") e, em 30 de junho de 2021, a Companhia divulgou o encerramento e o resultado da Oferta de Recompra das 4,875% Senior Notes.

A Oferta de Recompra não estava condicionada à recompra de qualquer valor de principal mínimo das 4,875% Senior Notes, mas a obrigação da Companhia de completar a Oferta de Recompra foi condicionada ao montante total de recompra não excedente a US\$ 180,0 (cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos). Foi pago o montante de principal de US\$ 59,4 (equivalentes a R\$ 297,1 milhões). A Controlada efetuou recompras durante o ano de 2022 no montante de US\$ 102,3 milhões (equivalentes a R\$ 537,9 milhões).

Senior Notes 2031 – Marb

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia concluiu uma oferta no exterior de bônus (*bonds*), no valor total de US\$ 1.500,0 milhões. A emissão teve demanda 4,5 vezes superior à oferta. Os *bonds* com vencimentos em 2031, foram emitidos com taxa de juros de 3,95% a.a., menor valor histórico da Companhia. A operação recebeu classificação de risco em moeda estrangeira de "BB-" pela Standard & Poors ("S&P") e "BB" pela Fitch Ratings. A operação tem como garantidoras a Marfrig Global Foods S.A., NBM US Holdings, Marfrig Holdings (Europe) B.V. and Marfrig Overseas Limited.

A emissão faz parte do processo de *Liability Management*, cujo objetivo é o de alongar o perfil e reduzir o custo da estrutura de capital da Companhia foi utilizada no processo de *Tender Offer* das *Senior Notes*, com remuneração de 7% a.a. e vencimento em 2024 e *Senior Notes*, com remuneração de 6,875% a.a. e vencimento em 2025. Em 10 de março de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

US\$ 24 milhões do principal. Em 02 de outubro de 2023, a Companhia recomprou e cancelou parcela equivalente a US\$ 28 milhões do principal.

Senior Notes 2050 – BRF

Em 21 de setembro de 2020, a Controlada BRF concluiu oferta de *Senior Notes* no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 21 de setembro de 2050, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano. Em 26 de outubro de 2020, foi feita uma captação adicional de US\$ 300,0 milhões, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano.). A Controlada efetuou recompras durante o ano de 2022 no montante de US\$ 128,8 milhões (equivalentes a R\$ 676,9 milhões).

Empréstimo Bancário (US\$)

A Companhia mantém um saldo em aberto de R\$ 5.667,9 milhões de empréstimo bancário em dólar americano, a uma taxa média de 7,08% a.a., esse tipo de crédito é utilizado para gerar capital de giro nas empresas do grupo localizadas fora do Brasil.

Contratos de financiamento firmados com os compradores ou suas afiliadas

Na data deste formulário de referência, e exceto pelas facilidades de capital de giro celebradas no curso normal dos negócios da Companhia e conforme divulgado acima, a Companhia não tem outros contratos de financiamento celebrados com os compradores iniciais ou suas afiliadas.

Cronograma consolidado de vencimento do endividamento em todas as moedas:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
2023	-	12.813.280
2024	7.509.414	6.694.216
2025	7.114.288	5.788.310
2026	11.385.522	10.303.766
2027	4.159.849	3.619.778
2028 em diante	21.416.519	21.953.441
Total	51.585.592	61.172.791

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores confirmam que a Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não em decorrência dos financiamentos, empréstimos e garantias acima descritos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece ainda que, no último exercício social, não existiu grau de subordinação entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores entendem que as principais restrições impostas à Companhia em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário estão descritas a seguir.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas nos contratos de dívida que evidenciam ou governam seu endividamento pendente, tais como, limitações à assunção de novas dívidas, gravames, pagamentos e investimentos restritos, dentre outras cláusulas restritivas que são padrão nos tipos de instrumentos de dívida celebrados, incluindo o seguinte:

- Não incorrer em nenhum novo endividamento (conforme definido em tais contratos) que, na data de tal ocorrência, considerando seu efeito *proforma*, levaria a relação dívida líquida/EBITDA (conforme definida em tais contratos) a ser superior a 4,75 ou, no caso de financiamentos bancários, manter uma relação dívida líquida financeira/EBITDA (conforme definido em tais contratos), que não exceda 4,75.
- Não restringir a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de: (i) pagar dividendos/outras distribuições entre grupos, (ii) incorrer ou pagar dívidas/adiantamentos entre empresas, ou (iii) transferir propriedades ou ativos entre eles.
- Não vender quaisquer ativos, a menos que: (i) a venda do ativo seja pelo valor justo de mercado; (ii) pelo menos 75% da contraprestação consista em dinheiro ou ativos/propriedades relacionados aos negócios da Companhia; e (iii) dentro de 360 dias após a recebimento de tais recursos, eles sejam usados para pagamento de dívidas ou aquisição de ativos adicionais em negócios relacionados aos negócios da Companhia.
- Não emitir, vender ou transferir ações ordinárias de subsidiárias, exceto se para a própria Companhia ou suas subsidiárias ou em conformidade com as cláusulas que previam limitação na venda de ativos ou limitação de pagamentos restritos.

Além disso, certos contratos contêm cláusulas de *cross default*, em caso de inadimplência da Companhia ou de suas subsidiárias. A Companhia continua a pagar suas dívidas e efetuar pagamentos programados de principal e juros.

Limites de endividamento

A Companhia possui determinados contratos de empréstimos e financiamentos que registram cláusulas de manutenção de seu nível de endividamento consolidado, por meio de *covenants*.

Estes *covenants* tratam da relação entre a Dívida Líquida e o LAJIDA (EBITDA) dos últimos doze meses da Companhia (LTM), e possuem limite de 4,75x. O não cumprimento dos mesmos pode implicar em solicitação por parte dos credores, no vencimento antecipado da dívida da Companhia.

Em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA Ajustado – últimos doze meses), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA Ajustado), ficou em 3,65x.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de
	2023
Dívida bruta consolidada	56.502.301
(-) Disponibilidade consolidada	21.972.274
(-) Efeito de variação cambial (<i>carve-out</i>)	584.438
Dívida Líquida Consolidada Ajustada	33.945.589
LAJID Aj. do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	9.295.493
Indicador de alavancagem para <i>covenants</i> financeiros	3,65

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2023.

Restrição à alienação de ativos

Existem restrições a alienação de ativos que possam levar ao descumprimento de obrigações previstas no âmbito de certos Adiantamentos a Contratos de Câmbio – ACC.

Restrição à alienação de Controle

Há restrições a alienação de controle da beneficiária dos créditos nos financiamentos provenientes de NCEs, Finame, NPRs, CCBs e alguns ACCs.

(g) Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização de financiamentos já contratados

Os Diretores informam que todos os contratos de financiamento foram liberados integralmente após a respectiva aprovação e formalização com a contraparte credora.

(h) Comentários dos Diretores a respeito de alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Nas tabelas abaixo, “AH” e “AV” constantes das colunas significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia, e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.marfrig.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022.

ATIVO	31-dez-23	AV	31-dez-22	AV	AH
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.460.212	4,9%	6.403.788	4,7%	0,9%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	15.418.144	11,8%	16.088.745	11,8%	-4,2%
Valores a receber de clientes	7.213.646	5,5%	6.727.128	4,9%	7,2%
Estoques	10.113.118	7,7%	12.852.085	9,4%	-21,3%
Ativos biológicos	2.756.684	2,1%	3.200.633	2,4%	-13,9%
Tributos a recuperar	2.920.641	2,2%	3.261.989	2,4%	-10,5%
Despesas do exercício seguinte	302.499	0,2%	225.475	0,2%	34,2%
Títulos a receber	96.770	0,1%	60.977	0,0%	58,7%
Adiantamentos a fornecedores	913.428	0,7%	1.172.394	0,9%	-22,1%
Instrumentos financeiros derivativos	126.921	0,1%	131.127	0,1%	-3,2%
Caixa Restrito	13.814	0,0%	-	0,0%	100,0%
Dividendos a Receber	851	0,0%	-	0,0%	100,0%
Outros valores a receber	664.869	0,5%	473.737	0,3%	40,3%
	47.001.597	35,9%	50.598.078	37,2%	-7,1%
Ativos mantidos para venda	5.099.203	3,9%	-	0,0%	100,0%
Total do Ativo Circulante	52.100.800	39,8%	50.598.078	37,2%	3,0%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	319.995	0,2%	406.402	0,3%	-21,3%
Valores a receber de clientes	5.897	0,0%	5.307	0,0%	11,1%
Depósitos judiciais	463.528	0,4%	510.392	0,4%	-9,2%
Tributos a recuperar	9.089.563	6,9%	8.922.184	6,6%	1,9%
Títulos a receber		0,0%		0,0%	-81,8%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	2.130		11.692		
Caixa restrito	72.395	0,1%	89.717	0,1%	-19,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.586.765	2,0%	3.011.971	2,2%	-14,1%
Instrumentos financeiros derivativos	625.851	0,5%	74.118	0,1%	744,4%
Outros valores a receber	229.725	0,2%	352.450	0,3%	-34,8%
Ativos biológicos	1.858.316	1,4%	1.649.133	1,2%	12,7%
Investimentos	654.638	0,5%	701.933	0,5%	-6,7%
Propriedades para investimento	115.165	0,1%	111.329	0,1%	3,4%
Imobilizado	40.646.704	31,0%	46.030.660	33,8%	-11,7%
Direito de uso	3.631.190	2,8%	3.216.533	2,4%	12,9%
Intangível	18.551.974	14,2%	20.412.424	15,0%	-9,1%
Total do Ativo não Circulante	78.853.836	60,2%	85.506.245	62,8%	-7,8%
TOTAL DO ATIVO	130.954.636	100,0%	136.104.323	100,0%	-3,8%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31-dez-23	AV	31-dez-22	AV	AH
(em mil de R\$, exceto percentual)					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16.706.980	15,8%	18.824.682	17,2%	-11,2%
Pessoal, encargos, benefícios a funcionários	1.669.658	1,6%	2.066.326	1,9%	-19,2%
Impostos, taxas e contribuições	763.562	0,7%	673.199	0,6%	13,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.509.414	7,1%	12.813.280	11,7%	-41,4%
Antecipações de clientes	4.614.640	4,4%	2.405.785	2,2%	91,8%
Arrendamentos a pagar	1.080.298	1,0%	819.547	0,7%	31,8%
Títulos a pagar	196.697	0,2%	816.905	0,7%	-75,9%
Provisão para contingências	720.187	0,7%	867.294	0,8%	-17,0%
Instrumentos financeiros derivativos	121.443	0,1%	264.544	0,2%	-54,1%
Dividendos a pagar	810	0,0%	756	0,0%	7,1%
Antecipação por venda de ativo	1.500.000	1,4%	-	0,0%	100,0%
Outras obrigações	729.346	0,7%	868.262	0,8%	-16,0%
	35.613.035	33,6%	40.420.580	36,9%	-11,9%
Passivos relacionados á ativos mantidos para venda	6.557.838	6,2%	-	0,0%	100,0%
Total do Passivo Circulante	42.170.873	39,8%	40.420.580	36,9%	4,3%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.553.512	9,0%	10.719.659	9,8%	-10,9%
Fornecedores	422	0,0%	7.459	0,0%	-94,3%
Pessoal, encargos, benefícios a funcionários	454.398	0,4%	456.944	0,4%	-0,6%
Impostos, taxas e contribuições	346.661	0,3%	417.721	0,4%	-17,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.076.178	41,6%	48.359.511	44,1%	-8,9%
Arrendamentos a pagar	3.158.263	3,0%	2.783.551	2,5%	13,5%
Títulos a pagar	63.239	0,1%	117.756	0,1%	-46,3%
Provisão para contingências	5.461.632	5,1%	5.859.743	5,3%	-6,8%
Instrumentos financeiros derivativos	94.247	0,1%	183.068	0,2%	-48,5%
Outras obrigações	685.376	0,6%	328.722	0,3%	108,5%
Total do Passivo não Circulante	63.893.928	60,2%	69.234.134	63,1%	-7,7%
TOTAL DO PASSIVO					
	106.064.801	81,0%	109.654.714	80,6%	-3,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	10.367.391	7,9%	8.204.391	6,0%	26,4%
Reserva de capital e ações em tesouraria	(515.881)	-0,4%	(2.434.260)	-1,8%	-78,8%
Reserva legal	484.848	0,4%	484.848	0,4%	0,0%
Reserva de incentivo fiscal	229.403	0,2%	517.726	0,4%	-55,7%
Reserva de lucros	2.927.390	2,2%	4.443.963	3,3%	-34,1%
Outros resultados abrangentes	(5.861.827)	-4,5%	(5.646.808)	-4,1%	3,8%
Patrimônio líquido de controladores	7.631.324	5,8%	5.569.860	4,1%	37,0%
Participação de não controladores	17.258.511	13,2%	20.879.749	15,3%	-17,3%
Total do Patrimônio Líquido	24.889.835	19,0%	26.449.609	19,4%	-5,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	130.954.636	100,00%	136.104.323	100,0%	-3,8%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 52.100,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 50.598,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um aumento de 3,0%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 39,8% e 37,2% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Disponibilidades: As disponibilidades da Companhia totalizavam R\$ 21.878,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representa um decréscimo de 2,7% em relação ao montante de R\$ 22.492,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do ativo total, as disponibilidades totalizavam 16,7% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 16,5% em 31 de dezembro de 2022. O aumento é explicado, principalmente, pelos aumentos de capitais realizados pela BRF e pela Companhia além da geração de caixa operacional oriunda das atividades da empresa.

Valores a Receber de Clientes: Os valores a receber de clientes da Companhia totalizavam R\$ 7.213,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representa um acréscimo de 7,2% em relação ao montante de R\$ 6.727,1 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do ativo total, os valores a receber de clientes totalizavam 5,5% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 4,9% em 31 de dezembro de 2022. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo é justificado principalmente pelo maior volume de vendas durante o ano.

Estoques e Ativo biológico: Os Estoques e os ativos biológicos da Companhia totalizavam R\$ 12.869,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 16.052,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um decréscimo de 19,8%. Como percentual do ativo total, os estoques e ativo biológicos representavam 9,8% e 11,8% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar da Companhia totalizavam R\$ 2.920,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 3.262,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um decréscimo de 10,5%. Como percentual do ativo total, os tributos a recuperar representavam 2,2% e 2,4% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$ 78.853,8 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representa um decréscimo de 7,8% em relação ao montante de R\$ 85.506,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 60,2% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 62,8% em 31 de dezembro de 2022. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A..

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar totalizavam R\$ 9.089,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 8.922,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um acréscimo de 1,9%. Como percentual do ativo total, tributos a recuperar representavam 6,9% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 6,6% em 31 de dezembro de 2022.

Imobilizado e Direito de Uso: O imobilizado e direito de uso totalizavam R\$ 44.277,9 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 49.247,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um decréscimo de 10,1%. Como percentual do ativo total, o imobilizado e direito de uso representavam 33,8% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 36,2% em 31 de dezembro de 2022. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A..

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Intangível: O ativo intangível da Companhia era de R\$ 18.552,0 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 20.412,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um decréscimo de 9,1%. Como percentual do ativo total, o ativo intangível representava 14,2% e 15,0% em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A..

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 4,3%, passando para R\$ 42.170,9 milhões em 31 de dezembro de 2023, em comparação a R\$ 40.420,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 39,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2023 comparado a 36,9% em 31 de dezembro de 2022.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2023, as contas a pagar com fornecedores totalizavam R\$ 16.707,0 milhões, o que representa uma redução de 11,2% em relação ao montante de R\$ 18.824,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do passivo total, as contas a pagar junto a fornecedores totalizavam 15,8% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 17,2% em 31 de dezembro de 2022. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2023, o montante de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 7.509,4 milhões, o que representa um decréscimo de 41,4% em relação ao montante de R\$ 12.813,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. Do passivo total, a linha de empréstimos, financiamentos e debêntures representou 7,1% em 31 de dezembro de 2023 e 11,7% em 31 de dezembro de 2022.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$ 63.893,9 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representava um decréscimo de 7,7% em relação ao montante de R\$ 69.234,1 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 60,2% do passivo total em 31 de dezembro de 2023 comparado a 63,1% em 31 de dezembro de 2022.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2023, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizavam R\$ 9.553,5 milhões, que representou um decréscimo de 10,9% em relação ao montante de R\$ 10.719,7 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do passivo total, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizavam 9,0% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 9,8% em 31 de dezembro de 2022.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos totalizavam R\$ 44.076,2 milhões, que representou um decréscimo de 8,9% em relação ao montante de R\$ 48.359,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em termos percentuais do passivo total, os empréstimos e financiamentos totalizavam 41,6% em 31 de dezembro de 2023 comparado a 44,1% em 31 de dezembro de 2022. A redução no montante é explicada principalmente pela reclassificação para disponíveis para venda de ativos e passivos, que serão mantidos assim até aprovação final dos órgãos reguladores – transação com a Minerva S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um decréscimo em 5,9%, passando para R\$ 24.889,9 milhões em 31 de dezembro de 2023 ante R\$ 26.449,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. A redução é explicada, principalmente pelo decréscimo na rubrica de reserva de lucros, devido ao resultado negativo do ano e da rubrica outros resultados abrangentes, onde transitam principalmente a variação cambial de parte da dívida em moeda estrangeira. Em contrapartida, houve um aumento do capital social no montante de R\$ 2.163,0.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa das operações continuadas da Companhia, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		AH(%)
	2023	2022 (reclassificado)	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	12.556,4	7.989,3	57,2%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.120,4)	(5.873,5)	4,2%
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades de financiamentos	(3.911,2)	523,0	-847,8%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 57,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao mesmo período de 2022, passando de R\$ 7.989,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 12.556,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A variação é explicada pela melhora operacional, principalmente nos segmentos América do Sul e BRF.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um acréscimo de 4,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao mesmo período de 2022, passando de R\$ (5.873,5) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (6.120,4) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos apresentou uma redução de 847,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao mesmo período de 2022, passando de R\$ 523,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ (3.911,2) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Explicado principalmente pelo aumento de capital realizado na BRF (Follow on) e aumento de capital privado realizado na Marfrig, que somados foram responsáveis pela captação de R\$ 5,7

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

bilhões e utilizados para redução de dívidas e financiar o capital de giro da Companhia e consequente redução de necessidade de empréstimos bilaterais com bancos ou instituições financeiras.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Análise comparativa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Conforme destacado no item 2.1, parte da operação da América do Sul foi classificada como operação descontinuada, com isso, a demonstração comparativa de resultado é apresentada considerando que a operação foi descontinuada desde o início do período comparativo, sendo assim incluída a observação “reclassificado” nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2022.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M23	%RL	12M22 (Reclassificado)	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receita líquida de vendas	132.218,0	100,0%	125.371,4	100,0%	5,5%	6.846,7
Custo de produtos e mercadorias vendidas	(118.840,5)	-89,9%	(108.890,3)	-86,9%	9,1%	(9.950,2)
Lucro Bruto	13.377,5	10,1%	16.481,0	13,1%	-18,8%	(3.103,6)
Receitas (despesas) operacionais	(12.316,3)	-9,3%	(7.314,5)	-5,8%	68,4%	(5.001,8)
Comerciais	(10.431,1)	-7,9%	(8.868,8)	-7,1%	17,6%	(1.562,3)
Administrativas e gerais	(1.966,5)	-1,5%	(1.557,4)	-1,2%	26,3%	(409,1)
Resultado com equivalência patrimonial	(63,5)	0,0%	(64,6)	-0,1%	-1,7%	1,1
Outras receitas operacionais	144,8	0,1%	3.176,3	2,5%	-95,4%	(3.031,5)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.061,2	0,8%	9.166,6	7,3%	-88,4%	(8.105,4)
Resultado financeiro	(5.602,4)	-4,2%	(6.174,7)	-4,9%	-9,3%	572,3
Receitas financeiras	11.521,1	8,7%	11.069,9	8,8%	4,1%	451,2
Despesas financeiras	(17.123,5)	-13,0%	(17.244,6)	-13,8%	-0,7%	121,1
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(4.541,2)	-3,4%	2.991,8	2,4%	-	251,8%
Imposto de renda e contribuição social	1.089,6	0,8%	448,0	0,4%	143,2%	641,6
Imposto de renda e contribuição social corrente	(223,0)	-0,2%	(241,4)	-0,2%	-7,6%	18,4
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.312,6	1,0%	689,4	0,5%	90,4%	623,3
Resultado líquido no exercício das operações continuadas	(3.451,6)	-2,6%	3.439,8	2,7%	-	200,3%
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	(169,6)	-0,1%	(676,8)	-0,5%	-74,9%	507,2
Resultado líquido no exercício antes das participações	(3.621,2)	-2,7%	2.763,0	2,2%	-	231,1%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultado líquido atribuído a:

Participação do acionista controlador - operação continuada	(1.348,4)	-1,0%	4.831,4	3,9%	-	127,9%	(6.179,8)
Participação do acionista controlador - operação descontinuada	(169,4)	-0,1%	(665,6)	-0,5%	-74,5%		496,2
Participação do acionista controlador - Total	(1.517,8)	-1,1%	4.165,8	3,3%	-	136,4%	(5.683,6)

Resultado líquido atribuído a:

Participação do acionista não-controlador - operação continuada	(2.103,2)	-1,6%	(1.391,6)	-1,1%	51,1%		(711,7)
Participação do acionista não-controlador - operação descontinuada	(0,2)	0,0%	(11,3)	0,0%	-98,0%		11,0
Participação do acionista não-controlador - Total	(2.103,4)	-1,6%	(1.402,9)	-1,1%	49,9%		(700,6)

Lucro (Prejuízo) Básico por Ação - Ordinária	(2,3663)		6,4022		-	137,0%	(8,8)
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação - Ordinária	(2,3663)		6,3976		-	137,0%	(8,8)

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 5,5%, passando de R\$ 125.371,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 132.218,0 milhões no mesmo período em 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o incremento é explicado, principalmente pelos maiores preços praticados na Operação América do Norte e pela contabilização completa dos resultados da BRF, que em 2022 passou a fazer parte do conjunto de informações somente a partir do 2º trimestre.

A tabela abaixo mostra as vendas líquidas para as unidades de negócios:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022 (reclassificado)
Beef América do Norte		
Mercado interno	53.531,7	54.206,4
Exportação	6.020,0	7.167,0
Total Beef América do Norte	59.551,7	61.373,4
Beef América do Sul		
Mercado interno	7.363,3	5.870,4
Exportação	11.859,7	16.501,0
Total Beef América do Sul	19.223,0	22.371,4
Aves, Suínos e Industrializados - BRF		
Mercado interno	28.955,4	22.922,0
Exportação	24.487,9	18.704,5
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	53.443,3	41.626,5
Marfrig Consolidado		
Mercado interno	89.850,4	82.997,8
Exportação	42.367,6	42.373,5
Total Marfrig Consolidado	132.218,0	125.371,3

2.2 Resultados operacional e financeiro

Apresentamos abaixo informações sobre as mudanças na receita líquida de vendas da Companhia por unidade de negócios, conforme demonstrado na tabela acima.

Beef América do Norte

A receita líquida de vendas no segmento Beef América do Norte reduziu para R\$ 59.551,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2022 que foi de R\$ 61.373,4 milhões, explicada pelo efeito de tradução cambial.

Quando observada em dólares, a receita de vendas foi de US\$ 11.948 milhões, um crescimento de 0,6% em comparação com 2022. A receita líquida recorde é explicada pelo maior preço médio (+6,7% vs 2022) que compensaram o menor volume de vendas.

Mercado interno. A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento Beef América do Norte diminuiu de R\$ 54.206,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 53.531,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Quando comparada em dólar, moeda corrente da operação, a receita líquida no mercado interno foi de US\$ 10.741 milhões, um crescimento de 2,4%, explicado principalmente pelo maior preço médio de vendas.

Mercado de exportação. A receita líquida de vendas de exportação nas operações do segmento Beef América do Norte diminuiu de R\$ 7.167,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 6.020,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em dólares, a receita líquida de exportações foi de US\$ 1.207 milhões, uma redução de 13% em comparação ao ano anterior, explicado principalmente pelos menores embarques, principalmente para Japão e Coreia do Sul e priorização do mercado doméstico.

Beef América do Sul

A receita líquida de vendas no segmento Beef América do Sul reduziu 14,1%, de R\$ 22.371,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 19.223,0 milhões no mesmo período em 2023. A redução é explicada principalmente pela queda no preço médio de vendas para o mercado externo.

Mercado interno. A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento Beef América do Sul aumentou 25,5%, de R\$ 5.870,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 7.363,3 milhões no mesmo período em 2023.

Mercado de exportação. A receita líquida de vendas de exportação na operação do segmento Beef América do Sul reduziu 28,1%, de R\$ 16.501,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 11.859,7 milhões no mesmo período em 2023.

Aves, Suínos e Industrializados - BRF

Após a combinação de negócios com a BRF S.A a Companhia passou a apresentar o segmento “Aves, Suínos e Industrializados - BRF” a partir do segundo trimestre de 2022, portanto qualquer comparação contra 2023 ficará prejudicada.

A receita líquida de vendas no segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 28,4%, de R\$ 41.626,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 53.443,3 milhões no mesmo período em 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Mercado interno. A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 26,3%, de R\$ 22.922,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 28.955,4 milhões no mesmo período em 2023.

Mercado de exportação. A receita líquida de vendas de exportação na operação do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF aumentou 30,9%, de R\$ 18.704,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 24.487,9 milhões no mesmo período em 2023.

Custo de produtos e mercadorias vendidas

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 9,1%, de R\$ 108.890,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 118.840,5 milhões no mesmo período em 2023. O aumento é explicado pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (vs 3 trimestres em 2022), pelo maior custo do gado na América do Norte, conforme explicado anteriormente e maior volume de vendas na Operação América do Sul. Os gastos com matéria prima representaram cerca de 60,8% dos custos totais.

A tabela abaixo mostra a composição do custo dos produtos vendidos:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	%	2022 (reclassificado)	%
Mão de obra direta e indireta	10.164,6	8,6%	7.274,1	6,7%
Matérias-primas	72.227,2	60,8%	81.742,0	75,1%
Custos de produção	36.448,7	30,7%	19.874,2	18,3%
Total	118.840,5	100,0%	108.890,3	100,0%

As matérias-primas, que incluem animais, continuaram sendo o principal componente do custo dos produtos vendidos, representando 60,8% do custo total dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a 75,1% no mesmo período em 2022.

Lucro bruto

O lucro bruto foi de R\$ 13.377,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução de 18,8% em relação ao mesmo período em 2022, e a margem bruta atingiu 10,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 2023, o lucro bruto do segmento Beef América do Norte foi de R\$ 3.953,8 milhões, uma redução de 54,5% em relação a 2022. Em 2023, quando medido em dólares, o Lucro Bruto da operação América do Norte foi de US\$ 793 milhões, uma redução de 52,9% em relação a 2022. O “cutout ratio” (preço médio de carne bovina dividido pelo custo médio de gado), foi de 1,70x em 2023 contra 1,86x em 2022, a queda é explicada pelo maior custo de matéria prima, conforme explicado acima, menor volume de vendas e menor preço médio de exportações.

Essa combinação fez com que a margem bruta no ano de 2023 fosse de 6,6%, inferior em 7,6 p.p. em comparação ao ano anterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 2023, o Lucro Bruto da operação Beef América do Sul foi de R\$ 2.742,3 milhões, 13,2% maior em relação a 2022. O aumento é explicado pela menor despesa com matéria prima, o que mais do que compensou o menor volume de vendas e menor preço médio de exportação.

Em 2023, o Lucro Bruto da operação Aves, Suínos e Industrializados - BRF foi de R\$ 8.833,7 milhões, 25,8% maior em relação a 2022. O aumento é explicado pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (vs 3 trimestres em 2022).

Comerciais, administrativas e gerais

As despesas de SG&A totalizaram R\$ 12.397,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 18,9% em relação aos R\$ 10.426,2 milhões registrados no mesmo período em 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas SG&A corresponderam a 9,4% do total da receita líquida de vendas em comparação com 8,3% no mesmo período em 2022.

Em 2023, as despesas comerciais foram de R\$ 10.431,1 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,9%, o percentual 82 pbs superior ao ano anterior, explicado principalmente pela consolidação da BRF e seu perfil com maiores despesas em marketing.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 1.966,5 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foram de 1,5% em comparação com 1,2% no mesmo período em 2022.

Ebitda Ajustado

Em 2023, a Marfrig ficou com EBITDAaj de R\$ 9.295,5 milhões, uma redução de 27,1% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDAaj foi de 7,0%, inferior em 314 pbs em relação a margem de 10,2% de 2022, a redução da rentabilidade é explicada pela **menor** performance da Operação América do Norte, **conforme explicado anteriormente**.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais líquidas, reduziram R\$ 3.031,5 milhões, passando de uma receita líquida de R\$ 3.176,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para uma receita líquida R\$ 144,8 milhões no mesmo período em 2023. Vale destacar que em 2022 essa rubrica havia sido impactada pelo efeito do ganho de compra vantajosa da BRF no resultado.

Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 5.602,4 milhões, uma redução de 9,3% comparado a R\$ 6.174,7 em 2022. As despesas financeiras totalizaram R\$ 17.123,5 milhões e as receitas financeiras totalizaram R\$ 11.521,1 milhões em 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A tabela abaixo inclui um detalhamento do resultado financeiro:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Var%
	2023	2022 (reclassificado)	
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	1.474,5	978,0	50,8%
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(5.398,6)	(3.379,2)	59,9%
Correções monetárias, despesas bancárias, amortizações, custo sobre dívida e outros	(502,6)	(443,8)	13,3%
Perda títulos mobiliários	-	(795,3)	-
Variação cambial ativa e passiva	(1.175,7)	(2.534,4)	-53,6%
Total	(5.602,4)	(6.174,7)	-9,3%
Receitas financeiras	11.521,1	11.069,9	4,1%
Despesas financeiras	(17.123,5)	(17.244,6)	-0,7%
Total	(5.602,4)	(6.174,7)	-9,3%

A Companhia não realiza transações alavancadas envolvendo derivativos ou instrumentos similares.

As transações com derivativos são projetadas para fornecer proteção mínima contra sua exposição a moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, e a Companhia mantém uma política conservadora de não tomar posições que possam comprometer sua posição financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia registrou no resultado o valor de R\$ 1.089,6 milhões e R\$ 448,0 milhões, respectivamente, devido aos impostos diferidos e os impostos pagos no exterior.

Resultado líquido das operações

O prejuízo líquido das operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.621,2 milhões, comparado ao um ganho líquido atribuível às operações de R\$ 2.763,0 milhões no mesmo período em 2022. A margem líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi negativa em 2,7%, comparada com 2,2% positivos no mesmo período em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Marfrig possui 32 unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. As receitas da Companhia, portanto, são provenientes tanto dos mercados internos onde possui operações quanto das exportações para diversos países que a Companhia acessa através de sua rede de distribuição.

Os principais fatores que afetaram a receita da Companhia foram os seguintes:

- (a) Segmento Beef America do Norte que gerou um grande volume de faturamento através da subsidiária National Beef que foi adquirida em junho de 2018.
- (b) Consolidação dos resultados da controlada BRF a partir de 01 de abril de 2022, após eleição e posse de chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração dessa controlada, a Companhia passou a exercer influência significativa, e conseqüentemente controle sobre as operações.
- (c) Disponibilização de parte dos ativos da América do Sul para venda.
- (d) variação cambial, inflação e oscilações das taxas de juros;
- (e) variações nos preços médios de vendas nos mercados nacional e internacional, decorrentes, em grande parte, de alterações na relação oferta x demanda e do aproveitamento das oportunidades em cada mercado que a Companhia atua;
- (f) variação nos preços dos principais insumos;
- (g) eficiência do processo de produção e taxa de utilização da capacidade fabril; e
- (h) desempenho da economia mundial e dos países nos quais a Companhia possui produção.

Abaixo comentamos um pouco mais sobre os pontos acima listados.

Oferta e demanda dos nossos produtos

Do lado da oferta, podemos citar a disponibilidade e preços das matérias primas aos quais a Companhia está exposta, dentre elas gado e grãos nos países em que a Companhia concentra sua produção. A baixa disponibilidade de matéria-prima pode elevar os custos de aquisição comprometendo as margens caso a Companhia não possua ou não tenha condições de repassar a elevação do custo para os preços dos produtos finais.

Do lado da demanda, podemos citar, por exemplo, uma crise econômica mundial, causando uma retração nos níveis de emprego e, conseqüentemente, o impacto na renda disponível e no consumo das famílias, esses fatores podem afetar significativamente as operações da Companhia. Por outro lado, a abertura de novos mercados aos produtos comercializados pela Companhia poderia influenciar positivamente seu resultado.

Os Diretores informam que surtos de doenças em animais podem resultar em barreiras comerciais e sanitárias por parte de outros países e, dessa forma, impactar o acesso aos mercados internacionais e, conseqüentemente, as vendas da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Crescimento do PIB global e dos países onde temos operações e demanda por nossos produtos

Os Diretores entendem que o crescimento no consumo de alimentos e proteínas animais está diretamente ligado ao crescimento populacional e a renda da população. O desempenho do PIB nos países onde a Companhia vende seus produtos pode afetar os resultados operacionais.

Efeitos das oscilações de preços de matéria-prima

Os Diretores informam que os principais componentes dos custos de produção da Companhia são as compras de matérias-primas, o que inclui a compra de animais (gado, aves e suínos) e insumos para ração (grãos). As oscilações dos preços do gado e dos grãos nos mercados interno e externo afetam significativamente a receita operacional líquida e os custos das mercadorias vendidas. A Companhia não tem controle sobre esses preços, os quais variam de acordo com a dinâmica da oferta e demanda.

Preços de venda nos mercados internos e externo

De acordo com os Diretores, o preço dos produtos da Companhia nos mercados interno e externo são geralmente estabelecidos pelas condições do mercado, sobre as quais a Companhia não tem controle. Os preços no mercado interno também são afetados pelos preços que a Companhia consegue cobrar dos diversos clientes atacadistas e varejistas que revendem seus produtos.

Reflexos da volatilidade cambial e da política monetária

Conforme opinião dos Diretores, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela volatilidade das moedas com as quais a Companhia opera. Boa parte das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o real. Além disso, parte das dívidas é denominada em dólar norte americano, o que exige que a Companhia faça pagamentos de principal e juros nessa moeda.

Os Diretores informam que as exportações brasileiras e as relevantes operações internacionais, que possibilitam à Companhia gerar contas a receber em moeda estrangeira, tendem a ter aproximadamente a participação do endividamento em moedas estrangeiras, o que propicia o que chamamos de "*hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* natural" em relação à parte significativa das obrigações da dívida em dólar norte americano.

Na opinião dos Diretores, a inflação e as medidas adotadas pelos governos dos países onde atuamos para combatê-la podem ter efeitos consideráveis sobre a economia desses países e, consequentemente, sobre os negócios da Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção dos governos sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia e para os seus clientes. Ademais, no caso da Companhia enfrentar altas taxas de inflação nos países onde opera, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação na estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso em seus resultados.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações em seus negócios, incluindo os seguintes:

Efeitos de aquisições e alienações

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

BRF S.A.

Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A. a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000 a ser pago no fechamento da operação.

A conclusão desta transação está sujeita a aprovações regulatórias e concorrenciais usuais nesse tipo de operação, a qual estima-se que ocorra no segundo semestre de 2024.

Exercício social 2022

Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a PlantPlus Foods LLC ("PlantPlus Foods") concluiu o processo de aquisição da Sol Cuisine Ltd. ("Sol Cuisine"), empresa listada na Bolsa de Valores de Toronto – TMX – sob o código VEG. Sol Cuisine é uma produtora que tem apresentado rápido crescimento no segmento de proteína vegetal, com marca própria e *private label*, com presença nas principais categorias de pratos e aperitivos. Os produtos da empresa são oferecidos por meio de plataforma de distribuição *omni-channel* estabelecida no Canadá, Estados Unidos da América e México.

Em 01 de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e consequentemente controle sobre as operações da controlada BRF. A chapa eleita assume as responsabilidades e atribuições do Conselho de Administração, consistindo na eleição da diretoria executiva, definição da remuneração da Administração, autorizar a constituição e dissolução de sociedades, escolher e destituir os auditores independentes, aprovar políticas e alçadas dentre outros tópicos que coligiam na administração do negócio.

Crescimento do PIB e demanda por produtos

As vendas nos mercados domésticos em cada país em que a Companhia opera representaram 68,0% de suas vendas líquidas totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, as vendas nos mercados domésticos representaram 66,2% de vendas líquidas totais. Dessa forma, a Companhia é significativamente afetada pelas condições econômicas em seus principais mercados domésticos. A situação financeira da Companhia e de vendas foi e continuará sendo afetada pelo crescimento do PIB e pela demanda por produtos da Companhia em seus principais mercados domésticos.

Efeitos das flutuações nos preços das matérias-primas

As flutuações nos preços de gado e insumos para ração (grãos) nos mercados doméstico e internacional em que a Companhia opera afeta significativamente suas vendas líquidas e o custo dos produtos vendidos.

Efeitos nas vendas líquidas

Os preços domésticos e internacionais dos produtos da Companhia geralmente são determinados por condições de mercado fora de seu controle. Esses preços também são afetados pela marcação adicional que os varejistas cobram dos consumidores finais, alguns dos quais a Companhia negocia caso a caso. Entre os principais fatores que influenciam os preços de seus produtos estão preços de gado, surtos de doenças e restrições sanitárias, comerciais e aduaneiras impostas no Brasil, Estados Unidos e no exterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Efeitos no custo dos produtos vendidos

O gado e insumos para ração (grãos) são as principais matérias-primas da Companhia. As compras de matérias-primas representaram 60,8% do seu custo total de mercadorias vendidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e 75,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Entre outros custos de material estão mão de obra direta e indireta, custos industriais diretos e indiretos, materiais de embalagem e energia elétrica.

A Companhia não controla os preços do gado, o custo do gado varia de acordo com os preços do mercado interno e de exportação, que variam dependendo da oferta e demanda. Geralmente a Companhia compra gado para ser entregue a cada 30 dias, em média, e o preço que pagam é baseado nos preços de mercado no momento da compra. Como resultado, flutuações no preço de mercado afetam diretamente o custo dos produtos vendidos.

Além disso, os preços das matérias-primas de insumos para ração, incluindo milho, farelo de soja e soja (em grão), geralmente são afetados por mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio.

Os preços do milho e do farelo, grão e óleo de soja estão expostos aos riscos de preços decorrentes de compras futuras. A gestão deste risco, é feita por meio de estoques físicos, saldos de pedidos a preço fixo e por meio de instrumentos financeiros derivativos.

A Política de Riscos da Companhia estabelece limites para proteção de fluxo de compra de milho e farelo, grão e óleo de soja, com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento de preço destas matérias-primas, e compreende a possível utilização de instrumentos derivativos ou da administração de estoques. A controlada BRF efetua compras de commodities com preços a fixar nos mercados futuro e spot e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição ativa (compra) para fixar antecipadamente tais preços.

Efeito dos níveis de exportação no desempenho financeiro

Nas operações do segmento Beef América do Sul, a Companhia geralmente obtém preços e margens mais altos nos mercados de exportação para seus produtos do que aqueles que obtém nos mercados domésticos. A diferença de preços e margens entre os mercados interno e de exportação resulta, em parte, da demanda geralmente mais alta por produtos de maior valor agregado nos mercados de exportação, principalmente no que diz respeito a cortes premium e produtos processados, e ao maior poder de compra nos países mais desenvolvidos.

As vendas de exportação do segmento Beef América do Sul representaram 61,7% e 73,8% das suas vendas líquidas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Os valores líquidos de vendas externas reduziram 28,1%, passando de R\$ 16.502,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 11.859,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

No segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF as vendas de exportação representaram 45,8% das vendas líquidas desse segmento, totalizando o montante de R\$ 24.487,9 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Efeitos das variações cambiais

Os resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação ao dólar.

Uma parte substancial da receita líquida da Companhia é atrelada ao dólar. Todos os resultados obtidos por subsidiárias no exterior e a receita de exportação é dolarizada. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar as receitas da Companhia, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas.

Além disso, uma parcela substancial dos empréstimos e financiamentos da Companhia é realizada em moedas estrangeiras, principalmente em dólares. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras e os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes não denominados em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras e empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes realizadas em moedas que não seja o Real.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Com 75,2% e 79,5% das vendas líquidas sendo feitas em moedas diferentes do real nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui uma Política de Riscos para gestão da exposição de resultado operacional, tendo como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A controlada BRF possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como *hedge accounting* de fluxo de caixa.

A controlada BRF possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição. Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting* de fluxo de caixa e valor justo para proteção da exposição cambial de resultado operacional.

Efeito do nível de dívida

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida total **da operação continuada** da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões, sendo 34,2% (ou R\$ 17.631,6 milhões) em reais e 65,8% (ou R\$ 33.954,0 milhões) em outras moedas. A Companhia tinha R\$ 7.509,4 milhões em dívida de curto prazo (que inclui a parcela atual de empréstimos e financiamentos, juros sobre debêntures e debêntures a pagar) e R\$ 44.076,2 milhões em dívida de longo prazo (que inclui a parcela não circulante de empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar) em 31 de dezembro de 2023. O nível da dívida da Companhia resulta em despesas financeiras significativas, que consistem em despesa de juros, variações cambiais de dívida em moeda estrangeira e outros itens.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 5.602,4 milhões, consistindo em R\$ 17.123,5 milhões em despesas financeiras e R\$ 11.521,1 milhões em receitas financeiras.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme mencionado acima, os Diretores acreditam que diversos fatores exerceram influência sobre a receita da Marfrig.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os Diretores entendem que a receita consolidada da Companhia foi influenciada, pela disponibilização de parte dos ativos da América do Sul para venda, pela consolidação do ano completo da BRF versus 3 trimestres do período de 2022 e a melhor performance da Operação América do Sul.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores informam que os resultados das nossas operações são influenciados por diversos fatores, como variação dos preços de matérias-primas e custo de mão-de obra.

Consideração do impacto das taxas de câmbio sobre o resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2023, 65,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 75,2% das vendas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, 62,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 79,5% das vendas da Companhia.

Considerações sobre impacto da inflação e da taxa de juros sobre o resultado financeiro

Os efeitos da economia hiperinflacionária foram reconhecidos em contrapartida à rubrica de “ajuste acumulado de conversão e ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e “variações cambiais”, no resultado do exercício.

Conforme requerido pela norma contábil, os itens não monetários, assim como o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço das subsidiárias esteja registrado ao valor corrente.

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do exercício, tanto para itens patrimoniais como de resultado.

Nas demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a correção monetária por hiperinflação impactou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 1.082,8 milhões.

Argentina

A Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária desde 2018. No exercício de 2023, o Banco Central da Argentina elevou a taxa básica do país para 160%, para tentar conter a maior alta generalizada dos preços dos últimos anos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia vem apresentando as demonstrações contábeis com a correção da inflação para as controladas nesse país, bem como os reflexos na demonstração consolidada da Companhia. O índice de preços definido e aplicado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 161% (95% em 31 de dezembro de 2022).

Turquia

Os níveis de inflação na Turquia mantiveram-se elevados nos períodos recentes e ultrapassaram a inflação acumulada nos últimos 3 anos acima de 100%, conforme o *Turkish Statistical Institute*.

O índice de preços definido e aplicado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 65% (64% em 31 de dezembro de 2022).

Análise comparativa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A receita líquida de vendas consolidada aumentou para R\$ 132.218,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2022 que foi de R\$ 125.371,4 milhões. A receita líquida recorde é explicada pela consolidação do ano completo da BRF versus 3 trimestres do período de 2022 e a melhor performance da Operação América do Sul.

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 9,1%, de R\$ 108.890,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 118.840,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento é explicado pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (vs 3 trimestres em 2022), pelo maior custo do gado na América do Norte, conforme explicado anteriormente e maior volume de vendas na Operação América do Sul.

O item matéria-prima seguiu sendo o principal componente do CPV representando 60,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 contra 75,1% do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O gasto com mão de obra representou 8,6% do custo total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a 6,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O lucro bruto foi de R\$ 13.377,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma redução de 18,8% em relação ao mesmo período em 2022 e a margem bruta atingiu 10,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As despesas comerciais, administrativas e gerais totalizaram R\$ 12.397,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 18,9% em relação aos R\$ 10.426,2 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse incremento reflete a consolidação do resultado da BRF e seu perfil de maiores despesas comerciais e gastos com publicidade.

Em 2023, as despesas comerciais foram de R\$ 10.431,1 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,9%, aumento também impactado pela consolidação da BRF.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 1.966,5 milhões em 2023. As despesas administrativas e gerais em função da receita líquida foram de 1,5%, comparado com 1,2% em 2022.

Em 2023 um EBITDA ajustado de R\$ 9.295,5 milhões, uma redução de 27,1% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDA ajustado foi de 7,0%, já a margem em 2022 foi de 10,2%. A redução da rentabilidade é explicada pela performance da Operação América do Norte.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores informam que não houve no último exercício social, mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores informam que não houve no último exercício social, mudanças nas práticas contábeis da Companhia que afetassem significativamente as Demonstrações Contábeis do último exercício social.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não constaram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000 a ser pago no fechamento da operação.

A conclusão desta transação está sujeita a aprovações regulatórias e concorrenciais usuais nesse tipo de operação, a qual estima-se que ocorra no segundo semestre de 2024.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Reorganização societária - Argentina

Em 1º de janeiro de 2023, a Companhia deliberou pela reorganização societária entre as empresas do Grupo Quickfood S.A., Marfrig Argentina S.A. e Campo Del Tesoro S.A., todas alocadas em território argentino. A reorganização trata-se de uma incorporação da Marfrig Argentina S.A. e da Campo Del Tesoro S.A., realizada pela Quickfood S.A. Essa incorporação gerou um aumento líquido de investimento na Quickfood S.A. no valor de \$ 923.143.314 de pesos argentinos (R\$ 19.040). Do valor total incorporado, a sócia MFG Holding SAU tem direito a 90%, o que representa \$ 830.828.982 de pesos argentinos (R\$ 17.136) e a Marfrig Global Foods S.A. tem direito aos 10% restantes, representados por \$ 92.314.331 de pesos argentinos (R\$ 1.904).

MFG Holding SAU

Em 31 de março de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de \$ 3.754.980.000 de pesos argentinos (R\$ 94.123), passando dos \$ 39.900.000 de pesos argentinos (R\$ 1.181) para \$ 3.794.880.000 de pesos argentinos (R\$ 92.213). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Em 27 de junho de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de \$ 1.376.205.036 de pesos argentinos (R\$ 25.868), passando dos \$ 3.794.880.000 de pesos argentinos (R\$ 92.213) para \$ 5.171.085.036 de pesos argentinos (R\$ 97.216). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 01 de dezembro de 2023, foi deliberado aumento de capital social da MFG Holding SAU, no montante de \$ 3.240.896.399 de pesos argentinos (R\$ 44.272), passando dos \$ 5.171.085.036 de pesos argentinos (R\$ 97.216) para \$ 8.411.981.435 de pesos argentinos (R\$ 50.472). O valor integral do aporte foi realizado pela controladora Marfrig Global Foods S.A.

Quickfood S.A.

Em 31 de março de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 4.172.200.000 de pesos argentinos (R\$ 104.581), passando dos \$ 10.329.853.508 de pesos argentinos (R\$ 274.411) para \$ 14.502.053.508 de pesos argentinos (R\$ 352.400). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 3.754.980.000 de pesos argentinos (R\$ 94.123), aportados pela MFG Holding SAU e \$ 417.220.000 de pesos argentinos (R\$ 10.458) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A.

Em 03 de abril de 2023, o sócio Marcos Antonio Molina dos Santos efetivou, conforme deliberado em 31 de março de 2023, o aporte de capital no valor de \$ 62.107 de pesos argentinos (R\$ 117), passando dos \$ 14.502.053.508 de pesos argentinos (R\$ 352.400) para \$ 14.502.115.615 de pesos argentinos (R\$ 326.298).

Em 27 de junho de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 1.529.118.349 de pesos argentinos (R\$ 28.769), passando dos \$ 14.502.115.615 de pesos argentinos (R\$ 326.298) para \$ 16.031.233.964 de pesos argentinos (R\$ 301.387). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 1.376.205.036 de pesos argentinos (R\$ 25.892), aportados pela MFG Holding SAU, \$ 152.894.964 de pesos argentinos (R\$ 2.874) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A e \$ 18.349 de pesos argentinos (R\$ 3) aportados pelo sócio Marcos Antonio Molina dos Santos.

Em 01 de dezembro de 2023, foi deliberado aumento de capital social da QuickFood S.A., no montante de \$ 3.601.000.000 de pesos argentinos (R\$ 49.192), passando dos \$ 16.031.233.964 de pesos argentinos (R\$ 301.387) para \$ 19.632.233.964 de pesos argentinos (R\$ 117.793). Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: \$ 3.240.896.399 de pesos argentinos (R\$ 44.272), aportados pela MFG Holding SAU, \$ 360.060.389 de pesos argentinos (R\$ 4.919) aportados pela sócia Marfrig Global Foods S.A e \$ 43.212 de pesos argentinos (R\$ 1) aportados pelo sócio Marcos Antonio Molina dos Santos.

Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia deliberou por aumentar o capital de R\$ 3.650 para R\$ 10.000, sendo o aumento no valor total de R\$ 6.350, mediante a emissão de 6.350.000 milhões de novas quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada quota, totalmente subscrito e integralizado pela Companhia nesta data.

Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia deliberou por aumentar o capital de R\$ 10.000 para R\$ 30.000, sendo o aumento no valor total de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 milhões de novas quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada quota, totalmente subscrito e integralizado pela Companhia nesta data.

Projeto Biomas

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia investiu em conjunto com Suzano, Rabobank e Vale, na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas"), o valor de R\$ 5.000, nos termos dos respectivos acordos de investimento, uma vez que foram cumpridas as condições precedentes e realizados os atos de fechamentos estabelecidos em referidos acordos.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

A Biomas atuará nas atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil.

BRF S.A.

Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A. Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

PlantPlus Foods Brasil Ltda.

Em 17 de março de 2023, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Foods Brasil Ltda., no montante de R\$ 5.225, passando dos R\$ 4.609 para R\$ 9.834. Os valores foram aportados pelas sócias da seguinte forma: R\$ 5.173 pela sócia PlantPlus Foods, LLC, R\$ 36 pela sócia Marfrig Global Foods S.A. e R\$ 16 pela sócia ADM Investments Limited. Foram emitidas 5.225.251 milhões de novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada, totalmente subscritas pelas sócias.

PlantPlus Foods, LLC.

Durante exercício de 2023, foi deliberado o aumento de capital social da PlantPlus Food, LLC, no montante de US\$ 14,5 milhões, a subsidiária NBM US Holdings Inc., aportou o montante de US\$ 10,2 milhões, equivalente a 70% do capital deliberado.

PR_SAD Administração de Bem Próprio S.A.

Durante exercício de 2023, foi deliberado pela controlada BRF aumentos de capital social, no montante de R\$ 769 de sua coligada PR_SAD Administração de Bem Próprio S.A., passando dos R\$ 7.314 para R\$ 8.083.

Na opinião dos Diretores, esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas Demonstrações Contábeis ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado. O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156/2022. O EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O EBITDA Ajustado da Companhia consiste no lucro (prejuízo) líquido, ajustado pela receita (despesa) financeira líquida, imposto de renda e contribuição social, equivalência patrimonial das subsidiárias, outras receitas (despesas) operacionais, outros ajustes efetuados na controlada BRF e depreciação e amortização.

A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA de um período ou exercício dividido pela receita líquida da Companhia para o mesmo período ou exercício.

A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita líquida das operações continuadas da Companhia para o mesmo período ou exercício.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não devem ser considerados como substituto para o lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou como substitutos de caixa como medida de liquidez. Outras Companhias podem calcular o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado de forma diferente à apresentada no item 2.5 (b).

2.5 Medições não contábeis

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

A Companhia apresenta abaixo a reconciliação e os valores do EBITDA Ajustado e da margem EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com o lucro líquido:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022 (reclassificado)
Lucro (prejuízo) líquido continuado	(3.451,6)	3.439,8
Resultado financeiro líquido	5.602,4	6.174,7
Imposto de renda e contribuição social	(1.089,6)	(448,0)
Depreciação e amortização	6.740,2	5.332,7
Resultado com equivalência patrimonial	63,5	64,6
Outras receitas (despesas) operacionais	(144,8)	(3.176,3)
Outros Aj. EBITDA BRF	907,5	561,6
EBITDA Ajustado continuado	8.627,6	11.949,1
EBITDA Ajustado descontinuado	667,9	799,2
EBITDA Ajustado	9.295,5	12.748,3
Margem EBITDA Ajustado	7,0%	10,2%

(c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.

A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como indicador adicional para monitorar suas operações e desempenho econômico, sendo uma medida útil uma vez que é frequentemente usada por analistas do mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas em avaliar as empresas do setor. Como o EBITDA Ajustado não reflete receitas ou despesas financeiras, impostos, contribuição social ou depreciação e amortização, é um indicador de desempenho financeiro geral, que não é afetado por alterações nas taxas de juros, dívidas, impostos, taxas de contribuição social, outros ajustes efetuados na controlada BRF, e taxas de depreciação e amortização. Como resultado, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado é uma ferramenta útil para comparar seu desempenho operacional em diferentes períodos e como base para determinadas decisões da Administração. Além de desempenho financeiro geral, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado também lhe permite entender melhor sua capacidade de quitar seus passivos e financiar suas despesas de capital e capital de giro. Entretanto, a utilidade do EBITDA Ajustado como uma medida de rentabilidade é limitada, uma vez que não reflete diversos custos e despesas envolvidos nos negócios, como despesas financeiras, impostos, depreciação, despesas de capital e outros custos relacionados, que podem ter um efeito significativo no lucro líquido da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

(a) Transação entre partes relacionadas

Em 19 de janeiro de 2024, a BRF prestou garantias com o objetivo de assegurar cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Potengi Holdings S.A no âmbito de sua 1ª emissão de 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com prazo de vencimento de 18 anos. O valor nominal unitário é de R\$ 1, sendo que a BRF prestou garantia fidejussória do montante correspondente a 24% do valor da emissão

(b) Programa de recompra de ações BRF

Em 07 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da BRF aprovou a criação de programa de aquisição de ações de sua própria emissão até o limite 14.000.000 ações ordinárias, em um prazo máximo de 18 meses. Não houve recompra de ações em 2023 no âmbito desse programa. Em 2024, até 26 de fevereiro de 2023, foram recompradas 7.584.700 ações com custo médio de R\$ 12,62, totalizando R\$ 95.752.

(c) Certificado de Recebíveis do Agronegócio

Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia deliberou sobre aprovação da emissão da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para colocação privada.

No âmbito da oferta pública de distribuição de certificado de recebíveis do agronegócio da 318ª emissão da Emissora, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 1.500.000, lastreados em direitos creditórios do agronegócio ("CRA"), representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia adicional fidejussória (colocação privada). O procedimento de bookbuilding foi concluído pelos Coordenadores em 21 de março de 2024.

2.7 Destinação de resultados

(a) Regras sobre retenção de lucros

Segundo o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito;
- b) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável; e
- c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- I. O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
- II. O acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral poderá aprovar destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária, por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Marfrig e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia dentre outros fatores que o Conselho de Administração e os acionistas da Marfrig julguem relevantes.

Conforme legislação aplicável, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

2.7 Destinação de resultados

A Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No curso normal de seus negócios, a Companhia, através de sua subsidiária BRF, celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam outros contratos de futura venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Na opinião dos Diretores, os compromissos firmes de compra são demonstrados no item 2.8.a - tópico (ii) deste formulário de referência irão afetar os custos e despesas da Companhia, assim como ativos e passivos quando atingirem os requisitos para reconhecimento de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Nos casos de instrumentos com preços a fixar, variações no preço de serviços, energia elétrica, commodities, insumos, dentre outros, podem afetar significativamente os custos e despesas futuros da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que tais operações são decorrentes do curso normal dos negócios e são compostas por contratos com terceiros para aquisição de matérias-primas, principalmente milho e farelo de soja, em que os preços acordados podem ser fixos ou a fixar, além de outros compromissos, tais como fornecimento de energia elétrica, embalagens, construção de imóveis, entre outros, para suprimento de suas atividades de manufatura.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

No curso normal de seus negócios, a Companhia, através de sua subsidiária BRF, celebra contratos de longo prazo com terceiros que incluem principalmente aquisição de materiais secundários, insumos energéticos, serviços de armazenagem e industrialização, entre outros para atendimento de suas atividades. Nesses contratos os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais e geralmente é adquirido o mínimo acordado contratualmente e, por essa razão, não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido por competência. Em 31 de dezembro de 2023 os compromissos firmes de compra na totalizaram R\$ 5.023.227⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Com objetivo aprimorar a informação sobre compromissos, a Companhia reavaliou o formato e base de divulgação e passou a demonstrar apenas valores referentes a compromissos já contratados com cláusulas de rescisão por descumprimento.

2.10 Planos de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na opinião dos Diretores, os investimentos refletem a visão estratégica da Companhia, com foco em proteína animal (bovinos, suínos, ovinos, peixes e aves) e vegetal, e produtos de maior valor agregado.

Além dos investimentos estratégicos, a constante busca pelo ganho de eficiência, ganhos de escala, redução de custos e melhorias operacionais, as atividades da Companhia demandam investimentos regulares.

Adicionalmente, os Diretores entendem que a Companhia seguirá investindo em projetos que reforcem sua atuação no mercado de produtos de maior valor agregado, em linha com as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade corporativa, com responsabilidade social, principalmente nas comunidades, e preservação ambiental.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos somaram R\$ 6.701,9 milhões. Excluídos os investimentos da controlada BRF e o montante investido em compra de ações da BRF S. A., ou seja, considerando somente aqueles destinados na operação de bovinos, como as expansões em curso das unidades de Várzea Grande no Brasil, Tacuarembó no Uruguai e San Jorge na Argentina e a manutenção recorrente das unidades fabris os investimentos totalizaram R\$ 1.311,1 milhões.

Destaca-se ainda o efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Em 2023, o CAPEX da Companhia aumentou 45,8% na comparação com 2022. Esse aumento é explicado pelos maiores investimentos conforme descrito acima e pela consolidação do ano completo da BRF em 2023 (vs 3 trimestres em 2022).

Esses projetos estão alinhados com a com a estratégia de otimização da diversificação geográfica da Companhia, que potencializa a operação em unidades mais eficientes, enquanto encerra operações em plantas ineficientes.

Os investimentos destacados acima, referem-se exclusivamente aos segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os investimentos do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultadas no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos, (iii) transações de mercado de capitais em geral.

2.10 Planos de negócios

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 28 de agosto de 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da Transação são os seguintes (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes; (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000 a ser pago no fechamento da operação.

A conclusão desta transação está sujeita a aprovações regulatórias e concorrenciais usuais nesse tipo de operação, a qual estima-se que ocorra no segundo semestre de 2024.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 03 de julho de 2023 foi realizada pela controlada BRF S.A a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovando a alteração do limite de autorização para aumento de capital, passando de 1.325.000.000 ações ordinárias para 1.825.000.000 de ações ordinárias.

No âmbito da Oferta, e no contexto dos Compromissos de Investimento, foram adquiridas 200.323.582 ações pela Marfrig Global Foods S.A., totalizando 560.457.162 ações, desta forma, aumentando sua participação de 33,27% para 33,31% na respectiva data. Todas as novas ações são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, tendo a fixação do preço unitário em R\$ 9 (nove reais).

Em 19 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 601.890.861 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 33,31% para 35,77% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 25 de setembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 673.879.961 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 35,77% para 40,05% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 757.225.906 ações, desta forma, aumentando sua participação de 40,05% para 45,01% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

2.10 Planos de negócios

No período compreendido entre 14 de outubro de 2023 até o dia 29 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 41.322.600 novas ações, portanto a participação após esse movimento passou a ser de 798.548.506 ações ou 47,46% do capital da BRF S.A.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia passou a deter o total de 842.165.702 ações da controlada BRF, desta forma, aumentando sua participação de 47,46% para 50,06% nesta data. As ações se dividem entre ordinárias e *American Depositary Receipts* ("ADR's").

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, as pesquisas em andamento do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultadas no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não possui gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os projetos em desenvolvimento já divulgados do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não possui gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios relacionadas a questões ASG

(i) Sustentabilidade e Desempenho Socioambiental

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Companhia. Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando continuamente para implementar as melhores práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG), alinhadas com os princípios para investimentos responsáveis. Em relação à

2.10 Planos de negócios

governança corporativa, a Companhia criou um Comitê de Sustentabilidade para discutir, avaliar e definir prioridades de sustentabilidade.

O comprometimento da Companhia com a sustentabilidade está expresso em sua estratégia de negócios, nas parcerias e compromissos assumidos com organizações de renome e reconhecimento nas áreas social e ambiental e nas ações voltadas para o bem-estar animal.

A Companhia tem uma posição de vanguarda na produção sustentável e de preservação da biodiversidade, e assumiu e vem mantendo e fortalecendo vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações.

A Companhia desenvolveu e implementou uma plataforma de sustentabilidade baseada seis pilares:

1. Controle de origem: gerenciamento da procedência da matéria-prima e engajamento dos fornecedores às melhores práticas de sustentabilidade. É responsável pela execução do Programa Marfrig Verde+, voltado a disseminar a pecuária sustentável e de baixa emissão ao longo da cadeia de valor. Dentro das operações industriais, aplica um rígido controle de qualidade e segurança do alimento, por meio de processos e procedimentos que observam o uso de antibióticos, hormônios e substâncias controversas, caso sejam utilizados na criação do gado;
2. Mudanças climáticas: busca ganhos contínuos de eficiência dos processos, a fim de minimizar o impacto das operações nas mudanças climáticas e para adaptá-las a esse novo contexto;
3. Bem-estar animal: gerencia as práticas de manejo dos animais, desde a fazenda até o abate, que devem ser feitas em linha com as recomendações da *World Animal Protection* e das mais rigorosas normas internacionais para abate humanitário;
4. Uso de recursos naturais: promove a gestão do consumo de água e energia nos processos produtivos. Busca alternativas de geração de energia a partir de fontes limpas e renováveis;
5. Efluentes e Resíduos: dissemina condutas ambientalmente responsáveis para o tratamento e descarte de efluentes e resíduos sólidos originados nas operações; e
6. Responsabilidade social: Para contribuir de forma efetiva com o crescimento social e o bem-estar das comunidades próximas às suas operações, desenvolvemos campanhas, a Companhia promove doações e implementamos programas de responsabilidade social nos diferentes países em que atua. Entre os destaques, estão o Instituto Marfrig e a parceria com o Hospital de Amor, no Brasil.

Conquistas e destaques em 2023

Programa Verde+: pioneiro no setor, é o programa de combate ao desmatamento dos biomas onde a empresa origina. Com ele, a Marfrig busca garantir que 100% de nossa cadeia de produção seja sustentável e livre de desmatamento até 2025, meta essa que inicialmente foi estabelecida para 2030, e que foi antecipada e publicamente divulgada ao final de 2023.

2.10 Planos de negócios

Essa antecipação da meta foi encorajada pelos resultados obtidos até então pelo programa Verde +, que encerrou o ano de 2023 alcançando 100% de monitoramento por satélite dos fornecedores diretos, atingiu a marca de 85% de controle de fornecedores indiretos no Bioma Amazônia, também controlou 71% dos fornecedores indiretos no Bioma Cerrado.

Reinclusão de fornecedores de gado: Até o fechamento de 2023, tivemos 3,561 fazendas reincluída – fornecedores que voltaram a operar em conformidade com nossos compromissos - demonstrando o forte compromisso com o princípio da inclusão, dentro do Programa Verde+.

Mitigação de Riscos Socioambiental: A Marfrig, em parceria com a Agroicone, concluiu o Mapa de Mitigação de Risco Socioambiental para os biomas onde atua, permitindo a expansão das práticas socioambientais da empresa também para todo o território nacional, em linha com os objetivos do Programa Verde+. Dessa forma temos um controle preciso, sob a perspectiva de risco socioambiental, das áreas fornecedoras para a empresa, em todos os biomas em que a empresa atua no Brasil.

Apoio a pequenos produtores de cria: Investimento no Programa de Produção Sustentável de Bezerros do MT, junto com a IDH – Iniciativa para o Comércio Sustentável. O objetivo é testar as tecnologias, prover assistência técnica ambiental e fundiária a pequenos produtores, e garantir a rastreabilidade desde a origem do bezerro inteiro até a prateleira do consumidor.

Melhor empresa de proteína bovina no FAIRR: A Marfrig foi a empresa de proteína bovina mais bem colocada no ranking da *Collier FAIRR Protein Producer Index 2023/24*. A Marfrig conquistou o 4º lugar entre as 60 empresas avaliadas, sendo que os três primeiros colocados são empresas norueguesas de pescado. A Marfrig também é a única classificada como de baixo risco entre as empresas de proteína bovina avaliadas no ranking. A *FAIRR Initiative* é uma rede colaborativa sediada em Londres, Inglaterra, composta por mais de 370 investidores internacionais e 70 trilhões de dólares em ativos sob gestão, com objetivo de aumentar a conscientização sobre os riscos e oportunidades em ESG no setor de proteína animal e laticínios.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): Pelo quarto ano consecutivo, a Marfrig integrou a 19ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A partir de 2 de janeiro de 2024, entrou em vigor a nova carteira, composta por 78 ações de empresas de diversos segmentos. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa da performance das empresas de capital aberto, sob o aspecto das práticas de governança ambiental, social e corporativa. O indicador é uma referência de boas práticas de sustentabilidade, pois reúne ações de companhias que segue princípio diferenciados nesse tema. **Índice de Carbono Eficiente:** A Companhia também está no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3, cuja carteira engloba ações de companhias que adotam medidas eficientes para minimizar a emissões de gases de efeito estufa procedentes de suas operações.

CDP: No último ano foram avaliadas pelo CDP 23.000 empresas em todo o mundo, e a Marfrig recebeu a nota “A” no tema de Mudanças Climáticas e A- para temas de Segurança Hídrica e Floresta (Gado). Com isso, a companhia está entre as empresas referência no gerenciamento de recursos

2.10 Planos de negócios

naturais globalmente. Em 2023 também progredimos nas pontuações das categorias do CDP relacionadas a Mudanças Climáticas, de A- para A, maior nota no ranking.

BBFAW: Tier 2 no BBFAW 2022 (*Business Benchmark on Farm Animal Welfare*), mais importante ranking global em gestão de bem-estar animal. Somos a única empresa de proteína bovina, nas Américas, a alcançar essa colocação. A metodologia do BBFAW passou por alterações, e até o momento nenhuma nova avaliação ocorreu cujo resultado esteja público.

Science Based Targets: A Marfrig é a primeira empresa de proteína animal do Brasil e a única de carne bovina da América Latina a se comprometer com a *Science Based Targets*, iniciativa voltada a reduzir a emissão de gases de efeito estufa, limitando o aquecimento global a 1,5°C, em linha com as metas do Acordo de Paris. Ainda, foi a única empresa brasileira, no setor, a ter as metas aprovadas pela referida instituição.

Carne Carbono Neutro / Carne Baixo Carbono: A Marfrig mantém, em parceria com a Embrapa, a marca Viva Carne Carbono Neutro (CCN), proveniente de animais inseridos em um sistema de produção pecuária-floresta que neutraliza as emissões de metano e programa para 2024, o lançamento dos produtos Carne Baixo Carbono, cujos produção reduz a emissão de gases de efeito estufa, se comparado a produção convencional. Tudo isso com verificado e comprovado através de certificação de terceira parte.

Tecnologias de medição de carbono no solo: Parceria com empresa Agorrobótica - uma green fintech que usa inteligência artificial para explorar o solo - para realização de análises fotônicas de solo para medição e determinação da quantidade de carbono estocado, permitindo a geração de créditos de carbono certificados, com rentabilização de toda a cadeia de produção.

re.green: junto com a Marfrig, a empresa re.green realizará a restauração e enriquecimento ecológico de 2.000 hectares de floresta nativa, recuperando áreas desmatadas e áreas agrícolas de baixa aptidão, e gerando créditos de carbono baseados nessas áreas restauradas e preservadas, e melhorando a remoção de gases de efeito estufa.

Empresa Biomas: A Marfrig é co-criadora da empresa BIOMAS, uma empresa totalmente dedicada às atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil. O objetivo da iniciativa é, ao longo de 20 anos, atingir uma área total restaurada e protegida de 4 milhões de hectares de matas nativas em diferentes biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. A área é equivalente ao território da Suíça ou do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente chamada de Biomas, a empresa nasce com planos de restaurar 2 milhões de hectares de áreas degradadas, a partir do plantio de aproximadamente 2 bilhões de árvores nativas, em um modelo de negócios em larga escala. A empresa também conservará e preservará 2 milhões de hectares. A expectativa do grupo formado por grandes companhias com presença global é, além dos benefícios ambientais da iniciativa em si, contribuir para estimular o desenvolvimento regional e o fortalecimento das comunidades locais com seu envolvimento na cadeia de valor.

Comitê Gestor do Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado do Cerrado: A Marfrig mantém-se como membro do Comitê Gestor do Protocolo Monitoramento Voluntário do

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

(a) Recompra da McKey Korea LLC

O processo de recompra da McKey Korea LLC (sociedade coreana pertencente à Keystone Foods) pela Companhia encontra-se na fase de produção de provas e oitiva de testemunhas.

(b) Negócio National Beef

Há cinco ações coletivas e vinte e nove ações judiciais individuais foram ajuizadas nos Estados Unidos, e duas ações coletivas no Canadá, alegando que a Companhia e/ou sua subsidiária, National Beef, com outras empresas do setor, conspiraram para controlar os preços do gado e da carne. Em todas as ações, o tribunal proferiu decisões que excluíram a Companhia como ré e mantiveram a National Beef. A National Beef também foi notificada de uma investigação civil conduzida pelo Departamento de Justiça dos EUA e por aproximadamente trinta procuradores estaduais sobre a compra de gado alimentado e venda de carne bovina. A National Beef respondeu aos pedidos de informações federais e estaduais e cooperou com as investigações. A National Beef também é réu em uma ação coletiva movida nos Estados Unidos, alegando que ela e outras empresas de proteínas conspiraram para reduzir e fixar salários e benefícios.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

No âmbito da proposta de incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da BRF S.A. (“**BRF**” e, em conjunto com a Companhia, “**Companhias**”) não detidas pela Companhia, com a consequente transferência da base acionária da BRF para a Companhia (“**Incorporação de Ações**”), a ser deliberada no âmbito da assembleia geral extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, em 18 de junho de 2025, a Companhia divulgou, em 15 de maio de 2025, fato relevante comunicando a respeito da adoção de projeções referentes a potenciais sinergias comerciais, operacionais e fiscais.

Este item apresenta projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras da Companhia, inclusive considerando os efeitos esperados da Incorporação de Ações. Tais projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem vir a afetar o setor de atuação da Companhia e da BRF, suas participações de mercado, seus negócios, suas operações e seus resultados. Embora a Companhia acredite que tais estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições fora do controle das Companhias, incluindo (sem limitação) os fatores de riscos descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência, e são feitas com base nas informações de que a Companhia dispõe atualmente. Nesse sentido, as informações apresentadas acima refletem as expectativas da Companhia, sujeitas a riscos e incertezas, sendo dados estimativos e indicativos que não constituem promessa de desempenho. Tais expectativas dependem das condições do mercado, do cenário econômico e dos setores em que a Companhia e a BRF atuam. Qualquer alteração na percepção ou nas premissas acima descritas pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

(a) objeto da projeção

A Companhia passou a divulgar, em 15 de maio de 2025, as seguintes projeções, relacionadas às potenciais sinergias identificadas no contexto da Incorporação de Ações:

- aumento de receitas e redução de custos;
- redução de despesas; e
- otimização fiscal.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções indicadas neste item se referem aos seguintes períodos:

- aumento de receitas e redução de custos: montante estimado de R\$485 milhões por ano, a ser capturado nos próximos anos;
- redução de despesas: montante estimado de R\$320 milhões por ano, a ser capturado nos próximos anos; e
- otimização fiscal: montante estimado de R\$3 bilhões, a valor presente líquido, a ser capturado nos próximos anos.

Os valores dos indicadores apresentados acima são aproximados, com base na melhor estimativa da Companhia na data deste Formulário de Referência, não constituem promessa de desempenho futuro da Companhia e podem sofrer alterações adversas de forma material.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da companhia e quais escapam ao seu controle

As principais premissas consideradas para a elaboração das referidas projeções foram, além de

3.1 Projeções divulgadas e premissas

fatores macroeconômicos e do mercado de atuação da Companhia e da BRF, seguem abaixo:

- aumento de receitas e redução de custos: aumento de receitas e redução de custos, decorrente da aceleração de oportunidades de *cross-selling*, incluindo volumes e demais frentes comerciais por meio da capilaridade logística e força das marcas, e de sinergias na cadeia de suprimentos (matéria-prima, embalagens e insumos);
- redução de despesas: redução de despesas decorrente da estrutura comercial e logística, da consolidação de um sistema operacional único e da otimização da estrutura corporativa; e
- otimização fiscal: otimização fiscal usual de operações de natureza similar à da Incorporação de Ações.

Todas as premissas consideradas nas estimativas estão sujeitas a fatores de influência externa que escapam ao controle da administração da Companhia. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nessas estimativas, a Companhia pode revisá-las para patamares superiores ou inferiores em comparação às originalmente apresentadas.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Veja o item 3.1(b) acima.

3.2 Acompanhamento das projeções

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que as projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência passaram a ser divulgadas no exercício social corrente.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que as projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência passaram a ser divulgadas no exercício social corrente.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que as projeções constantes do item 3.1 deste Formulário de Referência passaram a ser divulgadas no exercício social corrente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia é controladora de outra empresa (BRF S.A.) com capital social negociado em bolsa de valores no Brasil – B3, portanto para tomada de qualquer decisão de investimentos é recomendado a consulta a documentação pública de nossa controlada. Os documentos podem ser obtidos em: <https://ri.brf-global.com/>

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação de mercado, na reputação, nos negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia:

Desenvolvimentos adversos em relação à saúde e à segurança de alimentos e/ou à publicidade dos mesmos poderão aumentar os custos das operações ou reduzir a demanda pelos produtos da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam o setor alimentício em geral, inclusive riscos de contaminação e de deterioração de alimentos, envolvendo questões nutricionais e de saúde, processos por consumidores, adulteração de produtos, eventual indisponibilidade e despesas com seguros contra responsabilidade e os custos potenciais e consequências negativas de eventual recall de produtos. O consumo de produtos adulterados, contaminados ou vencidos pode causar doenças ou danos pessoais. Quaisquer riscos para a saúde, reais ou percebidos, associados aos produtos da Companhia, incluindo qualquer publicidade negativa sobre tais riscos, podem provocar perda da confiança dos clientes na segurança e qualidade desses produtos, reduzindo seu nível de consumo, o que pode afetar negativa e materialmente a Companhia. Em março de 2017, por exemplo, a Operação Carne Fraca da Polícia Federal contra a indústria de proteínas pode ter contribuído com a redução temporária da demanda por carne bovina no mercado brasileiro após apercepção pública de riscos à saúde e de baixos padrões de qualidade.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a demandas e processos relacionados a doenças e outros danos reais ou alegados, o que pode afetar negativamente sua reputação e, consequentemente, seus negócios, independente do resultado final. O setor de atuação da Companhia pode enfrentar publicidade negativa caso os produtos de outros produtores sejam contaminados, o que pode resultar na redução da procura dos consumidores pelos produtos da Companhia na categoria afetada.

Além disso, os sistemas da Companhia destinados a atender a regulamentos de segurança alimentar podem não ser totalmente eficazes para protegê-la de riscos ligados à segurança alimentar. Qualquer contaminação de produtos pode ter um efeito materialmente negativo na situação financeira, resultados e fluxo de caixa da Companhia.

A criação de animais e processamento de carne envolvem riscos relacionados à saúde animal e ao controle de doenças, os quais podem impactar negativamente a Companhia.

As operações da Companhia envolvem criação de bovinos e cordeiros, exigindo que a Companhia mantenha a saúde animal e controle sobre doenças. A Companhia pode ser obrigada a descartar animais e suspender a venda de alguns de seus produtos a clientes nos países em que atua ou para os países que exporta caso um surto de doença que afete os animais, tais como (i) no caso do gado e outros animais, a febre aftosa; e (ii) no caso de gado, a encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como "doença da vaca louca". A eliminação de gado bovino ou outros animais afetados pode impedir a recuperação dos custos decorrentes da criação ou aquisição desses animais e resultar em despesas adicionais, como despesas de descarte dos animais contaminados.

Surto ou receio de surto de doenças animais podem restringir a comercialização dos produtos da Companhia, afetando negativamente os mercados em que a Companhia atua e, consequentemente, as operações da Companhia.

Flutuações nos preços de commodities e disponibilidade de matéria prima, especialmente de gado vivo e outros recursos, podem afetar negativamente os resultados, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, bem como o preço dos seus produtos, dependem do custo e da oferta de commodities e de matérias-primas, tais como bovinos, materiais de embalagem e energia. A produção e o preço destas commodities são determinados por forças variáveis de mercado relacionadas ao equilíbrio entre oferta e demanda, sobre as quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle. Tais fatores incluem, entre outros, condições climáticas globais, ocorrências de doenças, níveis globais de oferta de estoques e demanda por matérias-primas, bem como políticas agrícolas e de energia de governos locais e estrangeiros. Além disso, a volatilidade dos custos das commodities impacta diretamente a margem bruta e lucratividade da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de elevar suficientemente os preços dos seus produtos de maneira a compensar o aumento dos custos de matérias-primas, seja devido à sensibilidade dos seus consumidores aos preços ou à estratégia de precificação dos seus concorrentes. Adicionalmente, caso a Companhia aumente seus preços para compensar o aumento de custos, a Companhia poderá sofrer com a diminuição na demanda, levando a uma redução do volume de vendas.

Por outro lado, uma diminuição nos custos com commodities e outros insumos pode criar uma pressão para redução dos preços da Companhia. Com o tempo, caso a Companhia não consiga precificar os seus produtos de forma a cobrir aumentos de custos e de compensar aumentos de custos operacionais com ganhos de eficiência, a volatilidade ou o aumento de preços de commodities e matérias-primas pode vir a afetar material e negativamente a lucratividade, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

A consolidação de um número significativo de clientes da Companhia poderá ter impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Muitos dos clientes da Companhia, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Essas consolidações produziram clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptos a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos personalizados. Esses clientes também podem usar espaço para exposição atualmente utilizada para os produtos da Companhia para seus produtos de marca própria. Caso a Companhia não seja capaz de reagir a essas tendências, o volume de vendas da Companhia poderá diminuir, ou pode ser obrigada a diminuir seus preços e aumentar custos com promoções. Qualquer um desses fatores pode ter um efeito adverso relevante na condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Riscos relacionados ao Coronavírus

Ao final de 2019, um surto de Coronavírus (COVID- 19), começou e, desde então, se espalhou por vários países. Houve relatos de múltiplas fatalidades relacionadas ao vírus em vários países, incluindo Brasil e Estados Unidos, onde a Companhia tem suas principais operações. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia de COVID-19. Durante o mês de março de 2020 e seguintes, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram bloqueios ou outras restrições para conter o vírus e várias empresas suspenderam ou reduziram as operações.

A Companhia pode enfrentar restrições impostas pelos órgãos reguladores e autoridades, dificuldades relacionadas com absenteísmo de empregados que resultariam em insuficiência de contingente para operar em alguma planta, dificuldades operacionais, tais como a postergação da retomada de capacidade de produção devido a atrasos em inspeções, avaliações e autorizações, entre outras dificuldades operacionais. A Companhia pode ter necessidade de adotar medidas de contingência adicionais, podendo ter um impacto material adverso em suas condições.

Nesse sentido, as novas variantes dos vírus, a incapacidade de vacinação em massa e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações na negociação dos valores mobiliários da Companhia.

Se a pandemia da COVID-19 continuar e os esforços para conter a pandemia, governamentais ou não, limitarem ainda mais a atividade comercial ou a capacidade da Companhia de comercializar e transportar seus produtos para os clientes em geral, por um período prolongado, a demanda por seus produtos poderá ser afetada adversamente. Esses fatores também podem afetar de maneira adversa a condição financeira ou os resultados operacionais da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito material adverso nos negócios, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

A Companhia é ré em determinados processos judiciais, arbitrais e administrativos e não pode garantir que os resultados desses processos lhe serão favoráveis ou que tenha feito provisões adequadas em caso de perdas em tais processos. Decisões judiciais desfavoráveis podem envolver responsabilidade substanciais e impedir que a Companhia participe ou se beneficie de transações ou benefícios fiscais, como planejado, e podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O descumprimento, pela Companhia, dos contratos financeiros dos quais é parte pode afetá-la de forma adversa.

Os contratos que regem a maior parte das dívidas da Companhia contêm cláusulas de *cross-default* ou vencimento antecipado que preveem que a infração a uma das obrigações de dívida pode ser considerada como uma infração às demais obrigações de dívida, ou pode resultar no vencimento antecipado dessa dívida. Portanto, uma infração a qualquer uma das obrigações

4.1 Descrição dos fatores de risco

de dívida da Companhia pode tornar as demais obrigações de dívida imediatamente devidas, o que, por sua vez, terá um efeito negativo sobre a Companhia. A Companhia não pode garantir a eficácia de tais procedimentos na prevenção de descumprimentos futuros.

Determinados financiamentos obtidos incluem cláusulas que impedem a Companhia de obter ou manter dívidas caso o indicador da relação entre dívida líquida e EBITDA (conforme definido em tais cláusulas) supere o limite de 4,75 vezes. Além disso, alguns dos contratos da Companhia preveem restrições com relação à sua capacidade de distribuição de dividendos, vendas de ativos ou até de concessão de garantias a terceiros. Portanto, na ocorrência de qualquer evento de inadimplência previsto em tais contratos, o fluxo de caixa e demais condições financeiras da Companhia poderiam ser adversamente impactadas.

A Companhia depende de membros de seu alto escalão administrativo e da sua habilidade de recrutar e reter profissionais qualificados.

A Companhia depende dos membros do seu alto escalão administrativo e de outros profissionais qualificados para implantar suas estratégias comerciais e desempenhar suas operações. A Companhia depende, ainda, de sua capacidade de recrutar e reter profissionais qualificados. Não há garantia de que a Companhia será bem sucedida em atrair ou reter pessoas chave para sua administração. Caso uma dessas pessoas chave da administração da Companhia deixe de exercer suas atuais atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que pode afetar seus resultados e sua condição financeira. A perda de qualquer um de seus funcionários principais pode afetar negativamente a Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de integrar as operações das empresas adquiridas ou se beneficiar das oportunidades de crescimento.

A Companhia pode buscar oportunidades de crescimento selecionadas no futuro. Tais oportunidades podem expor a Companhia à sucessão de passivos relativos a processos envolvendo as empresas ou negócios adquiridos, suas respectivas administrações ou passivos contingentes incorridos anteriormente. No caso de haver um passivo relevante associado a essas oportunidades, ou caso a Companhia não obtenha êxito na integração de sociedade e negócios adquiridos, a Companhia pode ser prejudicada de maneira relevante e sua reputação ser impactada negativamente.

Caso a Companhia realize aquisições no futuro, tais transações podem ser estruturadas de tal forma que resultem na assunção de passivos ocultos ou não identificados durante o processo de *due diligence* realizado previamente à aquisição. Tais obrigações e responsabilidades podem prejudicar a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ter êxito no aproveitamento de oportunidades de crescimento nas quais se envolva no futuro ou em implantar sistemas e controles operacionais, financeiros e administrativos para atingir os benefícios esperados resultantes de tais oportunidades. Tais riscos incluem: (i) não atingimento dos resultados esperados por empresas ou negócios adquiridos, (ii) não ser capaz de reter ou contratar pessoal chave das empresas ou negócios adquiridos e (iii) não ser capaz de atingir as sinergias e/ou economias de escala esperadas. Além disso, o processo de integração de negócios pode causar a interrupção ou perda de velocidade das atuais atividades da Companhia. A divisão da atenção da administração da Companhia e atrasos ou dificuldades encontradas em relação à integração destes negócios podem afetar negativamente os negócios da Companhia, os resultados das suas operações, prospectos e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

As operações societárias realizadas pela Companhia podem ter um efeito adverso.

A Marfrig realiza operações societárias com frequência. Nos últimos anos, a Companhia realizou importantes movimentos societários, como: (i) a aquisição da National Beef, nos Estados Unidos; (ii) a venda da Keystone para a Tyson, nos Estados Unidos; (iii) a compra da Quickfood, na Argentina;

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os principais movimentos societários recentes foram:

Em uma estratégia de complementariedade comercial, investiu ao longo de 2021 aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em ações da BRF (BRF S.A.), o que representa 33,20% do capital social da empresa. Essa participação colocou a Companhia em posição de maior acionista individual da BRF.

Em fevereiro de 2022, após investimentos de aproximadamente R\$9 bilhões na empresa, a Marfrig indicou uma chapa para compor o novo Conselho de Administração da BRF, que foi eleita em março de forma majoritária para liderar a administração da Companhia.

Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Companhia passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022.

Em agosto de 2022, Miguel Gularte foi indicado e assumiu como o novo CEO da BRF.

Em julho de 2023, a BRF comunicou ao mercado o encerramento oferta de ações ao mercado (follow-on) onde foram subscritas e integralizadas 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), ao preço de R\$ 9,00 (nove reais) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais). A Marfrig, no âmbito desta oferta, investiu aproximadamente R\$ 1,8 bilhão para manutenção de sua participação.

Durante o processo de aumento de capital e revisão do estatuto social, foi votado e aprovado pela maioria dos acionistas a supressão da cláusula "poison pill" que limitava a Marfrig fazer qualquer aumento de participação no capital social da Companhia.

Em paralelo a operação de follow-on da BRF, a Marfrig anunciou ao mercado uma operação de aumento de capital privado que foi concluída em setembro de 2023. Foram subscritas e integralizadas 300.000.000 (trezentas milhões) de Ações, representando 100% (cem por cento) das Ações objeto do Aumento de Capital, ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, totalizando R\$ 2.163.000.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e três milhões de reais), tendo sido totalmente destinado à conta de capital social da Companhia. A operação teve como principal objetivo a recomposição de caixa após o investimento descrito acima e o curso normal de suas atividades.

Após esse movimento, a Marfrig investiu aproximadamente R\$ 3 bilhões para elevar sua participação de 33,27% para os atuais 50,06% conforme comunicação de 28 de dezembro de 2023.

Também em 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A..

Os Ativos objetos da transação são os seguintes:

- (1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupinguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas
- (2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes;
- (3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e
- (4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7.500.000.000, sendo um sinal de R\$ 1.500.000.000 recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6.000.000.000, que será pago no fechamento da operação.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7,5 bilhões, sendo um sinal de R\$ 1,5 bilhão recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6,0 bilhões, que será pago no fechamento da operação.

No final de setembro de 2024, o CADE aprovou a venda dos ativos no Brasil, Argentina e Chile, e em 28 de outubro, a Marfrig comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi concluída a entrega destes ativos. Com o fechamento desta transação, a Companhia recebeu na mesma data, o valor de R\$ 5,7 bilhões, totalizando o preço de alienação de R\$ 7,2 bilhões, considerado o valor de R\$ 1,5 bilhão recebido a título de sinal, na data de assinatura. O preço ainda está sujeito ao mecanismo de ajuste pós fechamento previsto no Contrato.

A transação de venda dos ativos do Uruguai permanece sobre avaliação dos órgãos competentes do país e sua definição está sujeita as aprovações de praxe nesse tipo de negociação. O preço atribuído de alienação dos Ativos Uruguai foi de R\$ 675 milhões, ajustado por cláusulas contratuais.

Operações futuras a serem analisadas e eventualmente realizadas pela Companhia podem incluir, entre outras, planos de recompra de ações, reestruturações societárias, fusões e aquisições, entre outras. Não é possível garantir o sucesso da operação da BRF, concretização da operação de otimização de ativos e quaisquer outras operações no futuro, o que pode afetar negativamente a Companhia e sua condição financeira.

Além disso, a Companhia pode ser adversamente afetada após o fechamento de operações societárias, inclusive em razão de ajuste de preço pós-fechamento.

Os titulares de ações da Companhia poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido anual da Companhia, conforme determinado e ajustado de acordo com a Lei de Sociedades por Ações, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. Além disso, a despeito da exigência do dividendo obrigatório, a Companhia poderá deliberar por não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício fiscal caso seu Conselho de Administração determine que essas distribuições não sejam aconselháveis tendo em vista da condição financeira da Companhia.

Ademais, a Companhia é parte em diversos contratos financeiros, nos quais se obrigou a não efetuar pagamento de dividendos em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, além de restringir sua capacidade de pagar dividendos caso encontre-se em descumprimento de qualquer obrigação prevista em referidos contratos. A Companhia não pode garantir que, no futuro, será capaz de atender às exigências necessárias para efetuar o pagamento de dividendos.

A captação de recursos adicionais por meio da emissão de novas ações, inclusive no contexto de uma oferta pública, poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia.

A Companhia poderá captar recursos por meio de aumentos de capital para subscrição pública ou privada de ações ou títulos de dívida conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que poderá resultar na diluição da participação acionária de tais acionistas na Companhia no momento da emissão das novas ações.

Os negócios da Companhia poderão ser prejudicados pelo seu nível de endividamento

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia possui um nível expressivo de endividamento e pode aumentar ainda mais este nível de endividamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado de empréstimos financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.123,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 38,3% denominado em Reais e 61,7% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,24% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,21x em 31 de dezembro de 2024, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,28x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 22.519,5 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 13,7% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 86,3% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 61.123,6 milhões sendo, aproximadamente, 38,3% em reais (ou R\$ 23.389,4 milhões), e 61,7% em outras moedas (ou R\$ 37.734,2 milhões), enquanto 75,6% do faturamento estava atrelado a outras moedas que não ao Real.

Em 31 de dezembro de 2024, 13,7% da dívida da Companhia vence no curto prazo, equivalente a R\$ 8.352,8 milhões (que inclui a parcela de curto prazo de empréstimos e financiamentos, juros e principal de debêntures); e 86,3% da dívida da Companhia vence no longo prazo, equivalente a R\$ 52.770,8 milhões (que inclui a parcela de longo prazo de empréstimos e financiamentos e o principal de debêntures).

Para refinarçar a dívida a vencer, a Companhia pode buscar novos empréstimos e financiamentos ou recursos de outras fontes, tais como emissão de ações (aumento de capital) ou venda de ativos. Caso as estratégias para obtenção de recursos não forem bem-sucedidas, ou ainda, caso a Companhia não consiga vender seus ativos em condições favoráveis, a Companhia pode não ser capaz de fazer investimentos necessários em seus negócios, o que pode reduzir as vendas futuras e afetar de forma negativa a sua rentabilidade e posição financeira. Além disso, as fontes de recursos necessários para cumprir com as obrigações de dívida da Companhia e aumento de juros podem reduzir os recursos disponíveis para a manutenção dos níveis atuais de operação da Companhia, prejudicando significativamente os negócios da Companhia.

Caso a Companhia não consiga refinarçar sua dívida de curto prazo ou caso o fluxo de caixa das operações não cresça conforme esperado, ou ainda, caso tal fluxo de caixa diminua significativamente, a Companhia poderá não ser capaz de cumprir suas obrigações.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço que desejarem.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A saída de capital estrangeiro do país em períodos de crise econômica pode afetar negativamente o preço das ações de Companhias listadas na B3.

O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode também ser negativamente afetado por diversas razões exógenas ao desempenho da Companhia, como, por exemplo, crises econômicas, mudanças nas taxas de juros, controle no câmbio, restrições a remessas ao exterior, variações cambiais, inflação, liquidez no mercado doméstico financeiro, de capitais e de empréstimos, política fiscal e regime tributário além de outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento integral das leis de proteção de dados, inclusive pela aplicação de multas e outros tipos de sanções. A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares dos dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições.

Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD, que na data de elaboração deste documento ainda não havia iniciado as atividades.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), que entrou em vigor em 1º de agosto de 2021.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos, desde sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da completa estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, estará sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD, impactando negativamente sua condição financeira, aumentando consequentemente os riscos.

A Companhia pode ser alvo de aplicação de penalidades ou indenizações por falhas na proteção dos dados pessoais e inadequação à legislação, conforme previsto em lei que poderão afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor das suas ações, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que foram introduzidas e incertezas quanto à interpretação da nova legislação pelas autoridades governamentais, o que poderia causar um efeito substancialmente negativo nos resultados da Companhia, comprometendo sua capacidade de pagar suas obrigações.

As operações da Companhia dependem da reputação de sua marca, qualquer dano à sua a imagem e reputação podem produzir efeitos adversos em seus resultados.

O sucesso da Companhia depende, entre outros fatores, de sua capacidade de manter e aperfeiçoar a imagem e reputação da sua marca perante consumidores e fornecedores. Manter uma marca forte é essencial. Eventos que prejudiquem de modo relevante a marca da Companhia podem causar efeito negativo relevante sobre seus negócios e situação financeira.

A marca da Companhia desempenha um papel relevante na manutenção do seu crescimento e de sua posição competitiva. Consequentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento de sua marca.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a marca da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desgastes e depreciação perante o mercado consumidor na hipótese de ocorrências ou eventos que impactem negativamente sua reputação e/ou imagem. A Companhia também pode ser alvo de publicidade negativa em caso de ações inapropriadas de seus fornecedores (e.g., violações de normas de segurança de produtos, normas socioambientais, de trabalho ou uso de trabalho infantil ou trabalho em condições análogas à de escravo, corrupção entre outras).

Qualquer dano à imagem e reputação da Companhia poderá resultar na redução do volume das vendas e/ou da receita, impactando negativamente os seus resultados operacionais e financeiros, impactando negativamente o desempenho financeiro, e, por consequência, podendo ocasionar perdas financeiras aos acionistas e detentores de dívidas da Companhia.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Os interesses do acionista controlador da Companhia poderão ser conflitantes com os interesses de seus investidores.

O acionista controlador da Companhia, possui poderes para, entre outras atribuições, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas de que não seja parte, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que poderiam ser conflitantes com os interesses dos seus investidores e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia

Investigações de atos de corrupção envolvendo a Companhia, o presidente do seu Conselho de Administração e o acionista controlador, além de outros conselheiros, diretores e funcionários, bem como quaisquer alegações, acusações, processos ou acordos relacionados podem ter um efeito adverso na Companhia

A Companhia pode ser material e adversamente afetada, inclusive do ponto de vista reputacional, como consequência do envolvimento, ou do alegado envolvimento, conforme o caso, da Companhia, do presidente do seu Conselho e acionista controlador, Sr. Marcos Molina, ou de quaisquer dos seus conselheiros, diretores ou funcionários em investigações ou processos que investiguem alegações de atos de corrupção.

O Ministério Público Federal (MPF) do Brasil, juntamente com a Polícia Federal do país, investigou a Companhia e o Sr. Molina no âmbito de operações deflagradas pela Polícia Federal por supostas alegações de corrupção e improbidade, dentre as quais destaca-se a Operação Cui Bono.

A Operação Cui Bono investigou supostos esquemas de pagamentos, por parte de diversas empresas brasileiras, a agentes públicos em troca de benefícios indevidos na obtenção de aprovações de empréstimos por parte de certas instituições financeiras estatais. A respeito da citada operação (i) a ação penal que apurou os fatos da denúncia foi trancada por falta de justa causa e (ii) foi proposta Ação Civil de Improbidade Administrativa contra a Companhia e o Sr. Marcos Molina, em dezembro de 2019, para investigação de eventual dano causado ao erário no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), que, atualizado pela SELIC até a data da propositura da referida ação, equivale a, aproximadamente, R\$ 162,7 milhões.

O Sr. Marcos Molina firmou junto ao Ministério Público Federal, Termo de Compromisso de Reparação, por meio do qual, sem assunção de culpa ou responsabilidade em qualquer esfera, obrigou-se ao pagamento de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), tendo sido o referido termo homologado pelo MM. Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em 15.5.2018, sendo que o valor previsto no acordo e efetivamente pago poderá ser levado em consideração

4.1 Descrição dos fatores de risco

oportunamente, em caso de eventual condenação da Companhia no âmbito da referida Ação Civil de Improbidade Administrativa.

Esta e futuras investigações, bem como os seus resultados, podem causar um impacto adverso na Companhia, sobre sua imagem e reputação, bem como sobre a imagem e reputação das pessoas físicas nela envolvidas, incluindo o Sr. Molina. Caso a imagem pública ou a reputação de tais pessoas sejam prejudicadas como resultado destes ou de outros fatos, a imagem pública, os resultados, operações e preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderão ser negativamente afetados.

(c) aos acionistas da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas, exceto aqueles mencionados no item (b) acima.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia é controladora da BRF S.A., empresa com ações negociadas na B3 e na NYSE e deveres e obrigações similares às da Marfrig – Para acessar a documentação e outras informações da Companhia: <https://ri.brf-global.com/>

(e) aos fornecedores da Companhia

A Companhia não está sujeita a riscos relevantes decorrentes de seus fornecedores.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia é dependente de um número pequeno de grandes clientes.

No ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, as vendas para nossos dez principais clientes representaram aproximadamente 19,2% de nossas vendas líquidas, em comparação com aproximadamente 16,6% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023. Além disso, muitos de nossos clientes geralmente fazem pedidos de produtos conforme a necessidade e, como resultado, seus níveis de pedidos variaram de período para período no passado e podem variar significativamente no futuro. A perda de qualquer um dos nossos maiores clientes e a incapacidade de garantir negócios substitutos teriam um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, muitos dos clientes da Companhia costumam fazer pedidos de produtos conforme a sua necessidade (as-needed basis) e, com isso, seus volumes de pedidos variaram entre os diversos períodos de anos anteriores e poderão variar significativamente no futuro. A perda de qualquer um dos seus grandes clientes e a incapacidade de assegurar negócios substitutos teria um efeito adverso sobre o negócio, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Mudanças nas preferências do consumidor poderão afetar negativamente os negócios da Companhia.

Em geral, a indústria alimentícia está sujeita a tendências, demandas e preferências dos consumidores. Os produtos da Companhia concorrem com outras fontes de proteínas, inclusive peixes e proteínas de origem vegetal. As tendências do setor alimentício mudam frequentemente e a Companhia pode não conseguir prever, identificar ou reagir a essas mudanças de tendências. A incapacidade da Companhia de prever, identificar e reagir a tais mudanças pode acarretar a redução da demanda e dos preços de seus produtos, o que, por sua vez, pode causar um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Percepções negativas contínuas e a falha em satisfazer as preferências do consumidor podem afetar material e adversamente as vendas de produtos, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

A Companhia enfrenta forte concorrência de empresas nacionais e estrangeiras na produção, industrialização e venda de seus produtos nos mercados em que atua.

Os mercados em que a Companhia opera são altamente competitivos. A Companhia enfrenta forte concorrência na produção, industrialização e comercialização de seus produtos com relação a custo e qualidade da matéria prima e mão de obra. Além disso, os produtos da Companhia concorrem com uma série de outras fontes de proteínas, entre elas peixes e proteínas de origem vegetal.

Os principais fatores de concorrência na indústria transformadora de proteínas animais são (i) eficiência operacional, (ii) disponibilidade, qualidade e custo das matérias primas e da mão de obra, (iii) disponibilidade de recursos financeiros, e (iv) outros tais como preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição dos produtos, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade da Companhia de ser um concorrente eficaz depende da sua capacidade de competir com base nestas características. Adicionalmente, alguns dos concorrentes da Companhia possuem mais recursos financeiros e portfólios de produtos e clientes mais diversificados que a Companhia. Caso a Companhia não tenha êxito em manter sua posição competitiva no mercado, ela poderá enfrentar uma redução em sua participação de mercado, o que poderá, por sua vez, afetar negativamente os resultados de suas operações e valor de seus valores mobiliários.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia está sujeita a uma vasta legislação e regulamentação governamental nos Estados Unidos, Brasil e em todos os mercados em que opera, bem como nos países para os quais exporta seus produtos.

A principal atividade comercial da Companhia – a produção, processamento e comercialização de produtos alimentícios, nos mercados doméstico e de exportação – e suas instalações estão sujeitas a leis e regulamentos federais, estaduais e municipais pertinentes a cada um dos mercados em que opera, bem como a regulamentos e inspeções relacionadas ao processamento, acondicionamento, armazenagem, distribuição, publicidade e rotulagem.

Os produtos da Companhia são frequentemente inspecionados por oficiais de segurança alimentícia nacionais e estrangeiros. Qualquer reprovação de conformidade nessas inspeções poderá resultar

(i) no retorno total ou parcial de um carregamento ao seu país de origem, (ii) na destruição total ou parcial do carregamento ou (iii) em custos relativos a atrasos na entrega dos produtos aos clientes da Companhia. Todos esses fatores podem causar impactos negativos e materiais nos resultados da Companhia. Adicionalmente, alterações em regulamentos governamentais relativos às principais atividades comerciais da Companhia em países em que opera e em países para os quais realiza exportações podem aumentar significativamente o ônus da Companhia, incluindo exigências de realização de investimentos adicionais ou outros custos não previstos para atender a especificações necessárias para os produtos, os quais podem causar um impacto negativo e material na Companhia.

Leis e regulamentos ambientais podem vir a exigir investimentos adicionais para o regular funcionamento das atividades da Companhia, e o descumprimento de tais leis e regulamentos pode resultar em penalidades criminais e administrativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia, nos diversos mercados e países onde atua, está sujeita a diversas leis, regulamentos, autorizações e licenciamentos nas esferas federais, estaduais e municipais, tais como o licenciamento das atividades exercidas, manuseio e descarte de resíduos, emissão de poluentes no ar, água e solo, captação de água e remediação de áreas contaminadas. Todas essas regulamentações, e exigências legais têm o poder de afetar os negócios da Companhia caso essa não seja capaz de cumprir com os seus termos. No Brasil, a Companhia deve ainda preservar determinadas áreas de todas as propriedades rurais em que ela ou seus parceiros realizam atividades. Tais propriedades rurais devem estar registradas no Cadastro Ambiental Rural ("CAR"). A Companhia possui propriedades e atividades que não estão em conformidade com estas leis e regulamentos ambientais e qualquer descumprimento a tais leis e regulamentos e falta de autorização ou licença pode resultar em penalidades civis, administrativas e criminais.

No Brasil, o eventual descumprimento na esfera administrativa pode resultar em multas, que podem chegar a R\$50 milhões, e outras penalidades, como o cancelamento de autorizações ou a revogação de licenças ambientais, suspensão das atividades, além de publicidade negativa e da responsabilidade pela reparação de danos ambientais na esfera civil.

Adicionalmente, segundo a maior parte das legislações ambientais, tais como a lei norte-americana Comprehensive Environmental Response, Compensation and Liability Act e leis estaduais análogas, a Companhia pode ser considerada responsável pelos custos de investigação ou remediação de qualquer contaminação em suas propriedades ou naquelas em que opera, ou com relação às quais a Companhia gerencia o descarte ou tratamento de substâncias perigosas, independentemente de culpa.

Tendo em vista a possibilidade de futuras medidas regulatórias não previstas ou outros acontecimentos, principalmente em relação ao aumento da rigidez das leis ambientais no Brasil, nos Estados Unidos e em outros mercados domésticos em que a Companhia opera, o valor e cronograma de futuros dispêndios necessários para manutenção de conformidade podem aumentar em relação aos níveis atuais e afetar negativamente a disponibilidade de recursos para investimentos e outros fins. O cumprimento das regras existentes ou novas leis e regulamentos ambientais pode resultar no aumento de custos e despesas da Companhia.

Quaisquer deteriorações das relações trabalhistas da Companhia podem afetar adversamente seu negócio.

A Companhia depende do uso intensivo de mão de obra em suas atividades. A maioria de seus trabalhadores está representada por sindicatos e os seus contratos de trabalho são regulados por acordos coletivos de trabalho. Quando do término dos acordos coletivos de trabalho ou outros acordos de trabalho vigentes, a Companhia poderá não ser capaz de negociar acordos sindicais nos mesmos termos e, adicionalmente, grupos de funcionários atualmente não sindicalizados podem buscar representação no futuro, o que pode resultar em aumento de custos, piora nas relações de trabalho, retardamentos ou paralizações do trabalho, os quais podem ter um efeito substancialmente negativo nos resultados da Companhia.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos países em que atua e para os quais exporta.

Além de nossas operações nos Estados Unidos e no Brasil, também temos operações na Argentina, no Chile e no Uruguai. As vendas no exterior representam uma parte significativa de nossas vendas líquidas, correspondendo a 32,8% de nossas vendas líquidas totais no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 32,0% de nossas vendas líquidas totais no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados às condições políticas, econômicas e sociais nos mercados domésticos dos países em que opera e em seus principais mercados de

4.1 Descrição dos fatores de risco

exportação. A Companhia pode ser afetada adversamente por restrições comerciais, alterações nas políticas fiscais, requisitos para licenciamento e autorizações e outros fatores que estão fora de seu controle nesses mercados, tais como:

- a interferência dos governos locais em políticas econômicas;
- instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e taxa de juros;
- controles externos e restrições às remessas para o exterior;
- legislação e políticas fiscais;
- consequências negativas resultantes de mudanças regulatórias;
- a dificuldade e custos relativos ao cumprimento das leis, tratados e regulamentos;
- custos de distribuição, interrupção em transporte e redução na disponibilidade de frete;
- liquidez no mercado financeiro e de capitais;
- expropriação e nacionalização de empresas privadas e interferência governamental em suas operações;
- aumentos salariais definidos pelos governos locais e mudanças nas leis trabalhistas;
- adoção de regulamentação sanitárias;
- alterações nas leis e regulamentações socioambientais; e
- demais mudanças políticas, sociais e econômicas nos mercados domésticos nos países em que a Companhia opera ou nos seus principais mercados de exportação.

A ocorrência de qualquer um desses riscos, bem como outros fatores que afetem as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados domésticos dos países onde a Companhia atua ou seus principais mercados de exportação poderá afetar negativa e materialmente os resultados da Companhia.

Restrições comerciais mais severas nos principais mercados de exportação podem impactar negativamente a Companhia.

Devido à crescente participação de mercado de produtos brasileiros de carne bovina em mercados internacionais, exportadores brasileiros têm sido cada vez mais afetados por medidas impostas por países importadores que visam proteger produtores locais. A competitividade das empresas brasileiras levou alguns países a criarem obstáculos comerciais, limitando o acesso de empresas brasileiras aos seus mercados ou até mesmo a oferecerem subsídios aos produtores locais. Alguns países impõem quotas sobre os produtos brasileiros de carne bovina e adotam medidas protecionistas que podem afetar negativamente as exportações da Companhia. A National Beef poderá, no futuro, sofrer com barreiras comerciais similares em países como Japão, México, Coreia do Sul, Hong Kong, China, Taiwan, Itália e Canadá, os principais destinos das suas exportações.

Qualquer das referidas restrições pode afetar o volume de exportações da Companhia e, consequentemente, suas receitas operacionais (dos mercados de exportação) e condições financeiras. No caso de barreiras comerciais criadas recentemente nos principais mercados de exportação da Companhia, pode ser difícil realizar a venda dos produtos em outros mercados em condições favoráveis, o que pode causar um impacto negativo e substancial na Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(j) questões socioambientais

As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos relacionados à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

A Companhia enfrenta, no contexto de sua operação, riscos inerentes à operação industrial das fábricas, relacionados especialmente às questões ambientais e de segurança do trabalhador. Eventuais falhas em observar aspectos ambientais nas operações podem gerar passivos que onerem a Companhia pela autuação dos órgãos competentes, sanções criminais, bem como pela necessidade de investimentos para reparação dos danos.

Além disso, os trabalhadores da Companhia estão expostos a riscos relacionados à segurança do trabalho nas suas operações. A inobservância de situações de perigo, a ausência de equipamentos de proteção individual e coletiva, assim como a fadiga e cansaço dos trabalhadores podem resultarem acidentes de trabalho com ônus humano e material para a Companhia.

Na cadeia de fornecedores, a Companhia também enfrenta riscos de caráter socioambiental, como a eventual associação da Companhia com fornecedores que possuam práticas que desrespeitem os direitos humanos (trabalho escravo ou análogo; desrespeito aos direitos indígenas e de minorias), ou ainda que utilizem áreas ambientalmente protegidas sem autorização e áreas embargadas não propriamente divulgadas. A associação da Companhia a esses fornecedores pode traduzir-se em perda de valor da marca da Companhia por impactos a sua imagem, distrato com clientes significativos e comprometimento no abastecimento de matéria-prima. Este risco indireto da Companhia tem o potencial de afetar a capacidade de atender mercados e concretizar sua estratégia de expansão. Além disso, há o risco de a Companhia ser considerada solidariamente responsável com tais fornecedores pela reparação de danos ambientais que tenham causado, bem como de, teoricamente, se expor a autuações, de modo que a Companhia não pode garantir que seus fornecedores estejam em cumprimento com todas as legislações que lhe são aplicáveis.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam o setor alimentício em geral, inclusive riscos de contaminação e deterioração de alimentos, envolvendo questões nutricionais e de saúde, processos por consumidores relativos aos produtos, interferência em produtos, possibilidade de falta e custo do seguro por responsabilidade e o custo e interrupção por potencial recall de produto. O consumo de produtos adulterados, contaminados ou vencidos pode causar doença ou dano pessoal. Quaisquer riscos à saúde, reais ou percebidos, associados aos produtos da Companhia, incluindo qualquer publicidade negativa sobre tais riscos, podem causar desconfiância nos clientes com relação a segurança e qualidade desses produtos, reduzindo o nível de consumo dos mesmos, o que pode afetar negativa e materialmente a Companhia.

Ainda a Companhia pode estar sujeita a demandas ou processos relacionados a doenças ou danos reais ou supostos, o que pode afetar negativamente seus negócios, independentemente do resultado final. O setor de atuação da Companhia pode enfrentar a publicidade negativa caso os produtos de outros produtores sejam contaminados, o que pode levar à redução da procura dos consumidores pelos produtos da Companhia na categoria afetada. A Companhia mantém sistemas destinados a atender a regulamentos de segurança alimentar; no entanto, os sistemas para o atendimento a regras governamentais podem não ser totalmente eficazes para atenuar os riscos ligados à segurança alimentar. Qualquer contaminação de produtos pode ter um efeito materialmente adverso na condição financeira, resultados das operações e fluxo de caixa da Companhia.

(k) riscos macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e de nossas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevêê-las.

Os negócios da Companhia, a situação econômico-financeira e os seus resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política e outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto a implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por Companhias brasileiras. As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e sua análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de Companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.).

Consequentemente a incerteza sobre se o Governo Federal vai conseguir aprovar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e no Governo Federal. A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em

4.1 Descrição dos fatores de risco

não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe. As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Os esforços do Governo Federal para combater a inflação podem dificultar o crescimento da economia brasileira e prejudicar os negócios da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou taxas extremamente altas de inflação e, como resultado, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas de juros reais do mundo. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis para o sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O Banco Central reduziu e aumentou ativamente a taxa básica de juros (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), em resposta às condições econômicas e de mercado. Ao final de 2024, a taxa SELIC era de 12,25%.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem ter efeitos significativos na economia brasileira e nos negócios da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do Governo Federal e do Banco Central e reduções nas taxas de juros podem desencadear aumentos na inflação e, consequentemente, volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros, que podem afetar negativamente os negócios da Companhia. Além disso, a Companhia pode não conseguir ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio e a desvalorização do real podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira foi desvalorizada periodicamente no passado em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, desvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes varia diariamente ou mensalmente, sistemas de câmbio flutuante, controles de câmbio entre outros. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar americano e outras moedas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por exemplo, durante a crise financeira de 2010, a taxa de câmbio do dólar atingiu a marca de R\$1,66 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio era de R\$4,8413 por US\$1,00.

Desvalorizações do real em relação ao dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, levar a aumentos nas taxas de juros, limitar o acesso da Companhia a mercados financeiros estrangeiros e estimular a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal brasileiro. Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar americano pode levar a uma deterioração da conta corrente e da balança de pagamentos do Brasil e causar uma diminuição das exportações brasileiras. Qualquer um dos desenvolvimentos pode afetar negativamente a economia brasileira como um todo e, consequentemente, os resultados operacionais da Companhia e o preço dos seus valores mobiliários.

Além disso, a maioria das exportações da Companhia são denominadas em dólares americanos. Quando o real se deprecia em relação ao dólar, as receitas de vendas de exportação aumentam, assumindo que os preços de produtos da Companhia no mercado internacional permaneçam constantes. Por outro lado, quando o real se valoriza em relação ao dólar americano e os preços do mercado internacional para os produtos da Companhia permanecem constantes, as receitas com as vendas de exportação diminuem. Essa variação ocorre porque muitos dos clientes da Companhia pagam pelos produtos de exportação em dólares americanos, mas a Companhia mantém seus registros contábeis em reais. Além disso, os contratos financeiros da Companhia contêm *covenants* financeiros que exigem a manutenção de certos índices. Uma desvalorização súbita e material do real em relação ao dólar americano pode resultar na incapacidade da Companhia de cumprir tais índices em alguns de seus contratos financeiros. Assim, alterações nas taxas de câmbio podem resultar em perdas ou ganhos nas vendas e dívidas denominadas em dólar da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países emergentes, podem afetar adversamente o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia.

O preço de mercado dos valores mobiliários das empresas brasileiras é afetado em graus variados pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos e outros países da América Latina e mercados emergentes. As reações dos investidores aos desenvolvimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Crises nos Estados Unidos e países de mercados emergentes ou políticas econômicas de outros países podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiar as operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A economia do Brasil permanece vulnerável a choques externos, incluindo aqueles que podem ser causados por dificuldades econômicas significativas de seus principais parceiros comerciais regionais ou por efeitos gerais de "contágio", que podem ter um efeito adverso relevante na economia brasileira e na Companhia.

As crises econômicas globais e a instabilidade relacionada no sistema financeiro internacional tiveram no passado e podem continuar tendo no futuro um efeito negativo no crescimento econômico no Brasil. As crises econômicas globais reduzem a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações comerciais em todo o mundo. Enquanto o Brasil exporta uma parcela diversificada de produtos, tanto em quantidade de produtos quanto de destinos, em relação aos seus pares, um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de qualquer um dos principais

4.1 Descrição dos fatores de risco

parceiros comerciais do Brasil, como União Europeia, China ou Estados Unidos, pode ter um impacto adverso relevante nas exportações e na balança comercial do Brasil e afetar adversamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, como as reações dos investidores internacionais aos eventos que ocorrem em um país emergente às vezes produzem um efeito de “contágio”, no qual toda uma região ou classe de investimento é desfavorecida pelos investidores internacionais, o Brasil pode ser adversamente afetado por fatores econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desenvolvimentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, conseqüentemente, os resultados.

Guerras podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e na economia brasileira

Os investidores internacionais consideram geralmente o Brasil como um mercado emergente. Historicamente, a ocorrência de fatos adversos em economias em desenvolvimento resultou na percepção de um maior risco pelos investidores do mundo, incluindo investidores dos Estados Unidos e de países europeus. Tais percepções em relação aos países de mercados emergentes afetaram significativamente o mercado de capitais brasileiro e a disponibilidade de crédito no Brasil, tanto de fontes de capital nacionais como internacionais.

Nesse sentido, o Brasil poderá ser impactado pela ocorrência de eventos internacionais, que incluem a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, o recente conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, bem como crises econômicas na Europa e em outros países, que afetam a economia global, produzindo uma série de efeitos que impactam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de sociedades cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação.

Além da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em 07 de outubro de 2023, o grupo extremista Hamas bombardeou Israel. Em resposta aos ataques, o primeiro-ministro de Israel, Benjamim Netanyahu, declarou que o país está em estado de guerra. Recentemente, esse conflito tomou proporções ainda maiores, com novos ataques envolvendo o Hamas e Israel. Os desdobramentos desse conflito podem influenciar o preço de combustíveis fósseis, encarecendo a produção e os custos logísticos da produção agroindustrial. Tais acontecimentos podem ensejar a valorização do dólar, acarretando possíveis impactos negativos para a cadeia produtiva agroindustrial, tanto por falta de insumos bem como das sanções econômicas impostas, afetam a economia e o mercado de capitais global, podendo impactar negativamente a economia brasileira e o mercado de capitais brasileiro.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1º Desenvolvimentos adversos em relação à saúde e à segurança de alimentos e/ou à publicidade dos mesmos poderão aumentar os custos das operações ou reduzir a demanda pelos produtos da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam o setor alimentício em geral, inclusive riscos de contaminação e de deterioração de alimentos, envolvendo questões nutricionais e de saúde, processos por consumidores, adulteração de produtos, eventual indisponibilidade e despesas com seguros contra responsabilidade e os custos potenciais e consequências negativas de eventual *recall* de produtos. O consumo de produtos adulterados, contaminados ou vencidos pode causar doenças ou danos pessoais. Quaisquer riscos para a saúde, reais ou percebidos, associados aos produtos da Companhia, incluindo qualquer publicidade negativa sobre tais riscos, podem provocar a perda da confiança dos clientes na segurança e qualidade desses produtos, reduzindo seu nível de consumo, o que pode afetar negativa e materialmente a Companhia. Em março de 2017, por exemplo, a Operação Carne Fraca da Polícia Federal contra a indústria de proteínas pode ter contribuído com a redução temporária da demanda por carne bovina no mercado brasileiro após a percepção pública de riscos à saúde e de baixos padrões de qualidade.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a demandas e processos relacionados a doenças e outros danos reais ou alegados, o que pode afetar negativamente sua reputação e, consequentemente, seus negócios, independente do resultado final. O setor de atuação da Companhia pode enfrentar publicidade negativa caso os produtos de outros produtores sejam contaminados, o que pode resultar na redução da procura dos consumidores pelos produtos da Companhia na categoria afetada.

Além disso, os sistemas da Companhia destinados a atender a regulamentos de segurança alimentar podem não ser totalmente eficazes para protegê-la de riscos ligados à segurança alimentar. Qualquer contaminação de produtos pode ter um efeito materialmente negativo na situação financeira, resultados e fluxo de caixa da Companhia.

2º Flutuações nos preços de commodities e disponibilidade de matéria prima, especialmente de gado vivo e outros recursos, podem afetar negativamente os resultados, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, bem como o preço dos seus produtos, dependem do custo e da oferta de *commodities* e de matérias-primas, tais como bovinos, materiais de embalagem e energia. A produção e o preço destas *commodities* são determinados por forças variáveis de mercado relacionadas ao equilíbrio entre oferta e demanda, sobre as quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle. Tais fatores incluem, entre outros, condições climáticas globais, ocorrências de doenças, níveis globais de oferta de estoques e demanda por matérias-primas, bem como políticas agrícolas e de energia de governos locais e estrangeiros. Além disso, a volatilidade dos custos das *commodities* impacta diretamente a sua margem bruta e lucratividade da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de elevar suficientemente os preços dos seus produtos de maneira a compensar o aumento dos custos de matérias-primas, seja devido à sensibilidade dos seus consumidores aos preços ou à estratégia de precificação dos seus concorrentes. Adicionalmente, caso a Companhia aumente seus preços para compensar o aumento de custos, a Companhia poderá sofrer com a diminuição na demanda, levando a uma redução do volume de vendas.

Por outro lado, uma diminuição nos custos com commodities e outros insumos pode criar uma pressão para redução dos preços da Companhia. Com o tempo, caso a Companhia não consiga precificar os seus produtos de forma a cobrir aumentos de custos e de compensar aumentos de custos operacionais com ganhos de eficiência, a volatilidade ou o aumento de preços de commodities e matérias-primas pode vir a afetar material e negativamente a lucratividade, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

3º Os negócios da Companhia poderão ser prejudicados pelo seu nível de endividamento

A Companhia possui um nível expressivo de endividamento e pode aumentar ainda mais este nível de endividamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.123,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 51.585,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 38,3% denominado em Reais e 61,7% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,24% ao ano. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,21x em 31 de dezembro de 2024, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,28x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 22.519,5 milhões. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 13,7% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 86,3% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento bruto da Marfrig era de R\$ 61.123,6 milhões sendo, aproximadamente, 38,3% em reais (ou R\$ 23.389,3 milhões), e 61,7% em outras moedas (ou R\$ 37.734,3 milhões), enquanto 75,6% do faturamento estava atrelado a outras moedas que não ao Real.

Em 31 de dezembro de 2024, 13,7% da dívida da Companhia vence no curto prazo, equivalente a R\$ 8.352,8 milhões (que inclui a parcela de curto prazo de empréstimos e financiamentos, juros e principal de debêntures); e 86,3% da dívida da Companhia vence no longo prazo, equivalente a R\$ 52.770,8 milhões (que inclui a parcela de longo prazo de empréstimos e financiamentos e o principal de debêntures).

Para refinarçar a dívida a vencer, a Companhia pode buscar novos empréstimos e financiamentos ou recursos de outras fontes, tais como emissão de ações (aumento de capital) ou venda de ativos. Caso as estratégias para obtenção de recursos não forem bem-sucedidas, ou ainda, caso a Companhia não consiga vender seus ativos em condições favoráveis, a Companhia pode não ser capaz de fazer investimentos necessários em seus negócios, o que pode reduzir as vendas futuras e afetar de forma negativa a sua rentabilidade e posição financeira. Além disso, as fontes de recursos necessários para cumprir com as obrigações de dívida da Companhia e aumento de juros podem reduzir os recursos disponíveis para a manutenção dos níveis atuais de operação da Companhia, prejudicando significativamente os negócios da Companhia.

Caso a Companhia não consiga refinarçar sua dívida de curto prazo ou caso o fluxo de caixa das operações não cresça conforme esperado, ou ainda, caso tal fluxo de caixa diminua significativamente, a Companhia poderá não ser capaz de cumprir suas obrigações.

4º As operações societárias realizadas pela Companhia podem ter um efeito adverso.

A Companhia realiza operações societárias com frequência. Nos últimos anos, a Companhia realizou importantes movimentos societários: (i) a aquisição da National Beef, nos Estados Unidos; (ii) a venda da Keystone para a Tyson, nos Estados Unidos; (iii) a compra da Quickfood, na Argentina;

A Companhia, em uma estratégia de complementariedade comercial, investiu ao longo de 2021 e 2022 aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em ações da BRF (BRF S.A.), o que representa 33,20% do capital social da empresa. Essa participação colocou a Companhia em posição de maior acionista individual da BRF.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Em fevereiro de 2022, após investimentos de aproximadamente R\$9 bilhões na empresa, a Companhia indicou uma chapa para compor o novo Conselho de Administração da BRF, que foi eleita em março de forma majoritária para liderar a administração da Companhia. Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Companhia passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022.

Com a aprovação do novo Conselho de Administração da BRF S.A, indicada pela Marfrig Global Foods S.A, a Companhia passou a deter controle da BRF S.A a partir de 1º de abril de 2022.

Em agosto de 2022, Miguel Gularte foi indicado e assumiu como o novo CEO da BRF.

Em julho de 2023, a BRF comunicou ao mercado o encerramento oferta de ações ao mercado (follow-on) onde foram subscritas e integralizadas 600.000.000 (seiscentas milhões) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), ao preço de R\$ 9,00 (nove reais) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos milhões de reais). A Companhia, no âmbito desta oferta, investiu aproximadamente R\$ 1,8 bilhão para manutenção de sua participação.

Durante o processo de aumento de capital e revisão do estatuto social, foi votado e aprovado pela maioria dos acionistas a supressão da cláusula "poison pill" que limitava a Marfrig fazer qualquer aumento de participação no capital social da Companhia.

Em paralelo a operação de follow-on da BRF, a Companhia anunciou ao mercado uma operação de aumento de capital privado que foi concluída em setembro de 2023. Foram subscritas e integralizadas 300.000.000 (trezentas milhões) de Ações, representando 100% (cem por cento) das Ações objeto do Aumento de Capital, ao preço de emissão de R\$ 7,21 (sete reais e vinte e um centavos) por Ação, totalizando R\$ 2.163.000.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e três milhões de reais), tendo sido totalmente destinado à conta de capital social da Companhia. A operação teve como principal objetivo a recomposição de caixa após o investimento descrito acima e o curso normal de suas atividades. Após esse movimento, a Companhia investiu aproximadamente R\$ 3 bilhões para elevar sua participação de 33,27% para 50,06% conforme comunicação de 28 de dezembro de 2023. Também em 2023, seguindo a estratégia de focar na produção de carnes com marca e produtos de maior valor agregado, a Companhia deliberou pela alienação de determinadas unidades de abate de bovinos e ovinos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, que fazem parte do segmento Beef América do Sul, para a Minerva S.A.

Os Ativos objetos da transação são os seguintes:

(1) no Brasil as seguintes unidades de abate de bovinos: (i) Alegrete, no Rio Grande do Sul; (ii) Bagé, no Rio Grande do Sul; (iii) Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; (iv) Chupunguaia, em Rondônia; (v) Mineiros, em Goiás, (vi) Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, (vii) São Gabriel, no Rio Grande do Sul, (viii) Tangará da Serra, no Mato Grosso e três unidades inativas

(2) Na Argentina a unidade de abate de bovinos de Villa Mercedes;

(3) no Chile a unidade de abate de ovinos Patagonia; e

(4) no Uruguai: as seguintes unidades de abate de bovinos (i) Colônia, (ii) Salto e (iii) San José.

O preço de alienação dos Ativos da Operação é de R\$ 7,5 bilhões, sendo um sinal de R\$ 1,5 milhão recebidos no dia 28 de agosto de 2023 e o saldo de R\$ 6,0 bilhões, que será pago no fechamento da operação.

No final de setembro de 2024, o CADE aprovou a venda dos ativos no Brasil, Argentina e Chile, e em 28 de outubro, a Marfrig comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi concluída a entrega destes ativos. Com o fechamento desta transação, a Companhia recebeu na mesma data, o valor de R\$ 5,7 bilhões, totalizando o preço de alienação de R\$ 7,2 bilhões,

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

considerado o valor de R\$ 1,5 bilhão recebido a título de sinal, na data de assinatura. O preço ainda está sujeito ao mecanismo de ajuste pós fechamento previsto no Contrato.

A transação de venda dos ativos do Uruguai permanece sobre avaliação dos órgãos competentes do país e sua definição está sujeita as aprovações de praxe nesse tipo de negociação. O preço atribuído de alienação dos Ativos Uruguai foi de R\$ 675 milhões, ajustado por cláusulas contratuais.

Operações futuras a serem analisadas e eventualmente realizadas pela Companhia podem incluir, entre outras, planos de recompra de ações, reestruturações societárias, fusões e aquisições, entre outras. Não é possível garantir o sucesso da operação da BRF, concretização da operação de otimização de ativos e quaisquer outras operações no futuro, o que pode afetar negativamente a Companhia e sua condição financeira.

Além disso, a Companhia pode ser adversamente afetada após o fechamento de operações societárias, inclusive em razão de ajuste de preço pós-fechamento.

5º O descumprimento, pela Companhia, dos contratos financeiros dos quais é parte pode afetá-la de forma adversa.

Os contratos que regem a maior parte das dívidas da Companhia contêm cláusulas de *cross-default* ou vencimento antecipado que preveem que a infração a uma das obrigações de dívida pode ser considerada como uma infração às demais obrigações de dívida ou pode resultar no vencimento antecipado dessa dívida. Portanto, uma infração a qualquer uma das obrigações de dívida da Companhia pode tornar as demais obrigações de dívida imediatamente devidas, o que, por sua vez, terá um efeito negativo sobre a Companhia. A Companhia não pode garantir a eficácia de tais procedimentos na prevenção de descumprimentos futuros.

Determinados financiamentos obtidos incluem cláusulas que impedem a Companhia de obter ou manter dívidas caso o indicador da relação entre dívida líquida e EBITDA (conforme definido em tais cláusulas) supere o limite de 4,75 vezes. Além disso, alguns dos contratos da Companhia preveem restrições com relação à sua capacidade de distribuição de dividendos, vendas de ativos ou até de concessão de garantias a terceiros.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado oriundos do curso normal de seus negócios. Esses riscos de mercado, que estão fora do controle da Companhia, envolvem principalmente a possibilidade de que alteração nas taxas de juro, taxas de câmbio, inflação e no preço das commodities possam afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou futuros ou fluxo de caixa e ganhos futuros.

Riscos de mercado Risco de taxa de câmbio

Uma parcela substancial da dívida da Companhia é denominada em dólares norte- americanos, o que a expõe ao risco de taxa de câmbio de moedas estrangeiras. Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição a qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar norte-americano em relação ao real.

Em relação ao fluxo de caixa, a exposição cambial deste representa toda a exposição líquida do caixa operacional projetado e oriundo de transações em moeda estrangeira.

O quadro a seguir demonstra a posição dos ativos e passivos monetários da Companhia que estão atrelados a moedas estrangeiras e, por conseguinte, sofrem impactos de flutuações cambiais e afetam o resultado da Companhia:

Descrição	Consolidado		
	31/12/23	31/12/22	Efeito no resultado Variação cambial 2023
Operacional			
Contas a receber	3.107.867	3.405.775	(355.507)
Importações a pagar	(2.259.358)	2.914.448	(361.350)
Dividendos a receber	(242)	-	(83)
Outros	(721.507)	1.000.819	(887.621)
Subtotal	126.760	7.321.042	(1.604.561)
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(33.953.965)	(38.441.798)	849.303
Títulos a pagar e a receber	(333.764)	7.187	(102.369)
Saldo de bancos e aplicações financeiras ^(a)	6.652.705	2.785.781	322.835
Instrumentos financeiros derivativos	502.292	-	(640.872)
Subtotal	(27.132.732)	(35.648.830)	428.897
Total	(27.005.972)	(28.327.788)	(1.175.664)
Variação cambial ativa			7.793.838
Variação cambial passiva			(8.969.502)
Variação cambial líquida			(1.175.664)

^(a) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2023 a Companhia contratou NDF (Non-Deliverable Forward), não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio sobre suas exportações, conforme composição apresentada abaixo, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas “Variação Cambial Ativa” e “Variação Cambial Passiva”.

Exposição de resultado operacional

A gestão da exposição de resultado operacional tem como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A controlada BRF possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como hedge accounting de fluxo de caixa.

A controlada BRF possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição. Os instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa e valor justo para proteção da exposição cambial de resultado operacional.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores de hedge de fluxo de caixa (instrumentos derivativos), estão demonstrados na tabela abaixo:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

						Consolidado	
Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício	Notional	31/12/23 MTM R\$
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2024	5,2959	USD 128.500	52.159
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2024	5,1633	USD 65.500	14.564
NDF	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2024	5,2487	USD 45.500	11.528
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2024	5,0122	USD 295.000	15.693
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2024	5,0151	USD 40.000	2.014
						574.500	95.958

Instrumentos de hedge nas informações financeiras

Em 16 de dezembro de 2021 foram descontinuadas as relações de hedge de fluxo de caixa, pois os instrumentos de hedge eram instrumentos financeiros não derivativos (empréstimos) e não mais atendiam à estratégia e aos objetivos da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2023, o empréstimo Bond BRF SA BRFSBZ 3.95, designado como instrumento de proteção de exportações, foi liquidado e o montante de R\$ (548.639), anteriormente acumulado em Outros

Resultados Abrangentes, foi reclassificado ao resultado do exercício na rubrica de Receita Líquida.

Exposição de investimentos

A controlada BRF possui tanto investimentos (ativos líquidos) quanto empréstimos (passivos financeiros) denominados em moeda estrangeira. Para equilibrar os efeitos contábeis, certos passivos financeiros não derivativos são designados como instrumentos de proteção à exposição cambial gerada por tais investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros não derivativos designados como hedge accounting de investimento líquido estão demonstrados na tabela abaixo:

							Consolidado	
Hedge de valor justo - Instrumentos não derivativos	Objeto (investimento)	Passivo	Vencimento	Taxa de exercício		Notional	31/12/23 MTM R\$ ⁽¹⁾	
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Federal Foods LLC	USD	3º Tr. 2050	3,7649	USD ⁽²⁾	44.158	(82.409)	
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	BRF Kuwait food Management Company WLL	USD	3º Tr. 2050	3,7649	USD ⁽²⁾	88.552	(96.199)	
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al Khan Foodstuff LLC	USD	3º Tr. 2050	3,7649	USD ⁽²⁾	53.446	(70.185)	
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	BRF Foods GmbH	USD	3º Tr. 2050	5,1629	USD ⁽²⁾	170.721	33.138	
Bond - BRF SA BRFSBZ 4.35	Al-Wafi Al-Takamol International for Foods Products	USD	3º Tr. 2050	5,1629	USD ⁽²⁾	23.426	8.639	
						380.303	(207.016)	

⁽¹⁾ Corresponde à parcela efetiva do resultado do hedge acumulada na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

⁽²⁾ Designado em 1º de agosto de 2019.

⁽³⁾ Designado em 1º de novembro de 2022.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços, e outras variáveis.

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo:

Seleção dos riscos

Em 31 de dezembro de 2023, os principais riscos que podem afetar o valor dos instrumentos financeiros da Companhia são:

- Taxa de câmbio US\$/R\$; US\$/GBP, US\$/EUR, US\$/CLP e US\$/AUD;
- Taxa de câmbio R\$/EUR, R\$/TRY, R\$/KRW, R\$/PYG, R\$/AOA e R\$/SAR;
- Taxa de juros flutuante LIBOR e SOFR;
- Taxa de inflação IPCA; e

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

e) Taxa de juros CDI e SELIC.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, não reflete na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Seleção dos cenários

O cenário provável da taxa de câmbio dólar-real e outras moedas emergentes e taxa de juros CDI levou em conta os cenários usados para o plano orçamentário da companhia para 2024. A estimativa para o final de 2024 para o dólar é de R\$ 5,00, enquanto espera-se que a Selic encerre o período em 9,00% a.a. A taxa Selic é utilizada como referência para as análises de sensibilidade ao CDI.

Para as taxas de juros LIBOR/SOFR, optou-se por utilizar a projeção para 1 ano de LIBOR de 5,00% e de SOFR de 4,76%, consistente com as curvas de mercado para 2024.

Para a projeção de IPCA para o final do ano de 2024, o cenário provável de 3,90% levou em conta o relatório Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) de 29 de dezembro de 2023.

Na análise de sensibilidade, para cada variável foram estimadas as variações de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Commodities de gado

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para o preço da commodities do gado. A Companhia considerou o cenário I como apreciação de 10%, e os cenários II e III como 25% e 50% de deterioração, para a volatilidade de preço da commodities do gado, utilizando como referência a cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2023.

		Consolidado			
Paridade - Cotação USDA - Gado - R\$/US\$		Cenário atual	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumento	Risco				
Futuro	Aumento no preço do boi gordo	188	19	(47)	(9)
Futuro	Aumento no preço do boi gordo	(2.384)	(238)	596	119
		(2.196)	(219)	549	110

Commodities de milho e farelo, grão e óleo de soja

Para o cenário provável das commodities a Companhia usa como referência o valor futuro dos ativos em 31 de dezembro de 2023 e desta forma entende que não tem mudanças no resultado das operações. Já para o câmbio, o cenário provável é referenciado por fontes externas como o relatório Focus do Bacen e da Bloomberg com base no câmbio previsto para o próximo ano ou na ausência desse a última data disponível.

Nos cenários possível e remoto foi considerado em ambos os casos uma variação tanto positiva como negativa em 15% e 30% respectivamente a partir do cenário provável. Tais cenários de sensibilidade se originam de informações e premissas utilizadas pela Administração no monitoramento dos riscos anteriormente mencionados.

As informações utilizadas na preparação destas análises têm como base a posição em 31 de dezembro de 2023.

Os valores estimados podem diferir significativamente em relação aos números e resultados a serem efetivamente registrados pela Companhia. Os valores positivos indicam ganhos e os negativos indicam perdas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado				
Resultado operacional - câmbio	Cenário				
	Remoto -30%	Possível -15%	Provável	Possível 15%	Remoto 30%
Farelo de Soja - CBOT	289	350	412	474	536
Custo dos produtos vendidos	5.440	2.720	-	(2.720)	(5.440)
Collar	(4.628)	(2.079)	-	359	1.831
NDF	(496)	(248)	-	248	496
Efeito líquido	316	393	-	(2.113)	(3.113)
Óleo de Soja - CBOT	835	1.014	1.193	1.372	1.551
Custo dos produtos vendidos	3.579	1.789	-	(1.789)	(3.579)
NDF	(3.579)	(1.789)	-	1.789	3.579
Efeito líquido	-	-	-	-	-
Milho - CBOT	139	169	199	228	258
Custo dos produtos vendidos	26.323	13.162	-	(13.162)	(26.323)
Collar	(3.755)	(1.412)	-	343	2.282
NDF	(21.476)	(10.738)	-	10.738	21.476
Efeito líquido	1.092	1.012	-	(2.081)	(2.565)
Milho - B3	756	918	1.079	1.241	1.403
Custo dos produtos vendidos	21.911	10.955	-	(10.955)	(21.911)
Collar	(15.696)	(349)	-	12.520	38.068
Futuro	22.039	11.019	-	(11.019)	(22.039)
Efeito líquido	28.254	21.625	-	(9.454)	(5.882)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes os processos em que a Companhia e/ou suas controladas figurem no polo passivo e que: (i) tenham valor individual igual ou superior a R\$10,0 milhões; ou (ii) em decorrência de sua matéria, possam vir a impactar negativamente a imagem ou operações da Companhia.

Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza tributária no valor de R\$11,4 bilhões, dos quais R\$ 44,5 milhões encontravam-se provisionadas na mesma data.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, destacam-se os seguintes processos em razão do valor

Processo nº 13804.000910/2007-63	
a. juízo	Câmara de Julgamento - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	29/03/2007
d. partes no processo	Polo Ativo: Marfrig Global Foods S.A. Polo Passivo: Delegacia da Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 185,1 milhões
f. principais fatos	Pedido de Restituição de pagamento realizado a maior diante do pedido de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, relativo ao período de 02/2002 a 12/2006. Este processo está correlacionado com os Processos de Cobrança - Dívidas Ativas 80.2.08.001763-81, 80.2.0.8001764-62 e 80.6.08.004498-08. O Recurso Especial da empresa foi provido para reconhecer o direito ao crédito. Atualmente aguarda-se publicação. Atualmente o processo encontra-se em processo de diligência fiscal para validação dos valores.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda será gerado débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Provisão Revertida

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Auto de Infração nº 16645.720004/2017-19	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/08/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 205 milhões
f. principais fatos	Trata-se de não homologação de Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTFs dos meses de abril e junho de 2016. Em 05.09.2017, a empresa apresentou Impugnação. Em 28.03.2018, a empresa foi intimada acerca do acórdão que negou provimento à impugnação apresentada. Em 27.04.2018, interposto Recurso Voluntário. Aguardando Julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda será gerado débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Auto de Infração Nº 19515.001967/2010-17	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	05/07/2010
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$80,9 milhões
f. principais fatos	CSLL e IRPJ exigidos no exercício de 2007, em virtude da glosa do crédito objeto de Pedido de Compensação realizado com crédito pleiteado pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, correspondente ao período de 02/2002 a 12/2006. Aguardando julgamento da Impugnação apresentada pela empresa.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Em eventual perda ocorrerá cobrança do valor correspondente com as respectivas atualizações legais, mediante ação de execução fiscal. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5005612-86.2020.4.03.6182	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	30/03/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda Nacional Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$30,4 milhões.
f. principais fatos	Execução Fiscal para cobrança de IRPJ e CSLL dos lucros das controladas auferidos no exterior de 2007. Foi objeto da apresentação de garantia (seguro garantia) no valor do débito. Protocolizado Embargos à Execução Fiscal, aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão

Processo nº 16561.720087/2014-23	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	17/09/2014
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$155,1 milhões (redução de ativo diferido de IRPJ e CSLL)
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração referente a ausência de adição no lucro real e na base de cálculo da CSLL de lucros no exterior de 2009, glosas de amortização de ágio e ausência de oferecimento a tributação de juros decorrentes de contratos de mútuo ativos com controladas no exterior. Impugnação julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso Voluntário também julgado parcialmente procedente. Partes interpuseram Recurso Especial e aguardam julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em decorrência da autuação (prejuízo glosado), a administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo, tendo em vista a redução de ativo diferido de IRPJ e CSLL.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.900.993/2015-00	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	14/10/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$46,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Declarações de Compensação visando quitar débitos de estimativa mensal de IRPJ e de CSLL dos períodos de 06/2011 e 04/2016, por meio de compensação com créditos oriundos de Saldo Negativo de IPRJ (ano calendário 2011) e de COFINS não cumulativa vinculados às receitas de exportação do 3º trimestre de 2011. Negado provimento a manifestação de inconformidade. Empresa interpôs recurso voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 12585.000213/2010-77	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	03/05/2012
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$22,7 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo exportação referente ao 3º Trimestre de 2008 com reconhecimento parcial dos créditos. Manifestação de Inconformidade julgada improcedente. A Companhia interpôs recurso voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.941.556/2012-95	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	03/05/2013
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$20,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativa exportação referente ao 4º Trimestre de 2010 com reconhecimento parcial dos créditos. Manifestação de Inconformidade da empresa julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Em 12.03.2018, publicado acórdão que deu parcial provimento ao recurso para afastar as glosas relativas aos bens de CFOP 1.125, admitir o cálculo do crédito presumido das aquisições de ovinos pelo percentual de 60%, admitir o creditamento relativo aos fretes sobre aquisições de insumos e sobre transferências de insumos e produtos em elaboração, entre os estabelecimentos fabris da pessoa jurídica e reconhecer o direito à tomada de crédito, como quota de depreciação, pelas aquisições de peças de reposição de máquinas e equipamentos empregados no processo produtivo. Interposto Recurso Especial pela Fazenda Nacional. Aguardando intimação da empresa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.945.140/2013-27	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	18/06/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$19 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo vinculados a receita do mercado interno referente ao 3º Trimestre de 2011. Com reconhecimento parcial dos créditos, a Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade, a qual foi julgada improcedente. Contra essa decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1525734-46.2014.8.26.0014	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	28/01/2014
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$63,3 milhões
f. principais fatos	Cobrança de ICMS relativa a "Guerra Fiscal". Crédito indevido oriundo de benefício fiscal de outro estado não amparado por convênio do CONFAZ. Comunicado CAT 36, correspondente ao período de 01/2004 a 12/2004 (Auto de Infração 3.123.212-7 e CDA 1.097.799.510). Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. Em 02/04/2018 foi apresentada Exceção de Pré-Executividade, em razão da incorreta aplicação do índice referido na Lei 13.918/09 e seu afastamento, bem como o sobrestamento do presente feito, frente à disposição trazida pela Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017 e a determinação do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 628.075/RS. Em 12/06/2018 apresentada Impugnação à Exceção de Pré-Executividade. Em 13/09/2018 foi publicada decisão que conheceu da Exceção de Pré-Executividade para dar-lhe parcial acolhimento para determinar a Fazenda Pública do Estado de São Paulo que atualize o valor do débito pela Taxa Selic para todo o período, excluindo-se a incidência da Lei nº 13.918/09. Em 08/10/2018, apresentada petição informando da interposição de Agravo de Instrumento, o qual foi distribuído sob o nº 2215209-64.2018.8.26.0000. Em 09/10/2018 juntado Comunicado do Tribunal de Justiça informando a concessão do efeito suspensivo no recurso de Agravo de Instrumento. Em 04/12/2018, foi publicado despacho determinando que se aguarde o julgamento do recurso de Agravo de Instrumento nº 2215209-64.2018.8.26.0000. No Agravo de Instrumento, em 30/10/2018 foi publicada decisão que suspendeu o andamento do feito até o julgamento final do tema 490 pelo STF (RE 628.075/RS). Aguardando análise de pedido de anistia protocolizando nos termos da LC 160/17.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 4.082.498-6	
a. juízo	Posto Fiscal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/10/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$52,6 milhões
f. principais fatos	ICMS - "Guerra Fiscal" - Crédito indevido oriundo de benefício fiscal de outra Unidade da Federação (MS e GO) não amparado por Convênio do CONFAZ, correspondente ao período de 2012 a 2013. Proferida decisão que julgou improcedente a defesa apresentada. Em 17/02/2017 interposto Recurso Ordinário. A Terceira Câmara Julgadora julgou improcedente o recurso ordinário. Interposto Recurso Especial. Em 27/02/2018, a empresa apresentou petição a respeito do convênio ICMS nº 190/2017, que regulamentou a LC nº 160/2017, estabelecendo as regras para convalidação e prorrogação dos benefícios fiscais concedidos unilateralmente. Em 29/06/2018 o Recurso Especial interposto pela empresa não conhecido. Apresentado Pedido de Retificação de Julgado. Em 23.09.2019, apresentado pedido de remissão dos débitos. Em 08.10.2019, publicado despacho determinando o saneamento de irregularidades no pedido de remissão. Apresentado esclarecimentos em 10.10.2019. Aguardando análise de pedido de anistia protocolizando nos termos da LC 160/17.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 4.085.168-0	
a. juízo	Posto Fiscal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	24/11/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$48,6 milhões
f. principais fatos	ICMS - "Guerra Fiscal" - Crédito indevido oriundo de benefício fiscal de outra Unidade da Federação (MS e GO) não amparado por Convênio do CONFAZ, correspondente ao período de 2011. Foi negado provimento à Impugnação apresentada. Em 21.03.2017 interposto Recurso Ordinário. A Décima Quinta Câmara Julgadora julgou improcedente o recurso ordinário. Interposto Recurso Especial. Em 27.02.2018, foi apresentada petição a respeito do convênio ICMS nº 190/2017, que regulamentou a LC nº 160/2017, estabelecendo as regras para convalidação e prorrogação dos benefícios fiscais concedidos unilateralmente. Em 23.09.2019, foi apresentado pedido de remissão dos débitos. Aguardando análise de pedido de anistia protocolizando nos termos da LC 160/17.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 11080.734876/2017-83	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	13/12/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$15,1 milhões
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo, decorrente de multa por compensação não homologada do processo número 10880.941556/2012-9. Apresentado Recurso. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 18186726136/2017-34	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/06/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$23,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado em face do contribuinte que exige de multa de 50% em razão da falta de pagamento de CSLL sobre a base de cálculo estimada mensal. Houve lavratura do Auto de Infração e em 26 de julho de 2017, a Companhia apresentou Impugnação. Impugnação julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento da multa. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 18186726137/2017-89	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	21/06/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$78,7 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado em face do contribuinte que exige de multa de 50% em razão da falta de pagamento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada mensal. Impugnação julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento da multa. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5048626-77.2023.8.09.0051	
a. juízo	TJ - Goiás
b. instância	Judicial
c. data de instauração	27/01/2023
d. partes no processo	Polo Ativo: Marfrig Global Foods S.A. Polo Passivo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$20,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de ação Cautelar visando a garantia antecipada para futura Execução Fiscal, objetivando a discussão do Auto de Infração que visa a exigência de ICMS e multa, em razão da empresa ter realizado supostas saídas de mercadoria sem a emissão de documentação fiscal, no período de 01/01/2015 a 31/12/2015. Aguardando sentença. Processo com garantia e liminar deferida para obstar que o débito seja pendência para renovação de CND.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 4011801956150	
a. juízo	Posto Fiscal – Goianésia/GO
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	26/09/2018
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$158 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa, lavrado em face de Marfrig Global Foods S.A, que visa a exigência de créditos tributários a título de ICMS e multa, referente aos anos de 2015 e 2017, em razão de supostas omissões de saída de mercadorias (presunção em razão da análise dos inventários, GTAs, notas fiscais de entrada e saídas). Apresentado recurso voluntário em 22/09/2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 4011802174903	
a. juízo	Posto Fiscal – Jataí/GO
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	07/11/18
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.1 bilhão
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa, lavrado em face de Marfrig Global Foods S.A, que visa a exigência de créditos tributários a título de ICMS e multa, referente aos anos de 2015 a 2017, em razão de supostas omissões de saída de mercadorias (presunção em razão da análise dos inventários, GTAs, notas fiscais de entrada e saídas). Aguardando julgamento da impugnação. Em 07.01.2020, processo convertido novamente em diligência para que a Autoridade Fiscal se manifestasse sobre todos os pontos trazidos no processo. Aguarda realização da diligência e intimação da empresa. Em 24.08.2021, protocolizada manifestação pela Empresa. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 4011802176191	
a. juízo	Posto Fiscal – Jataí/GO
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	07/11/18
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$14,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa, que visa a exigência de supostos créditos tributários a título de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e multa, relativos ao período de apuração de março/2015 a setembro/2017, em razão de a empresa autuada ter supostamente escriturado, indevidamente, valores a título de crédito pela codificação GO020070 e GO020083, omitindo, supostamente, o pagamento de ICMS. Aguardando julgamento da impugnação. Em 24.07.2020, a empresa foi intimada da sentença que julgou improcedente a Impugnação apresentada. Em 31.07.2020, interposto Recurso Voluntário. Em 08.12.2020, entregues memoriais. Processo incluído na pauta de julgamento do dia 11.12.2020, momento em que o julgamento foi remarcado para o dia 17.12.2020. Julgamento convertido em diligência para que a empresa explique as planilhas relativas ao código GO020070 (CMS de frete pago por substituição tributária); e em relação ao código GO020083 (uso e consumo) faça uma relação entra a entrada sem crédito e a saída com débito.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5001968-22.2022.4.03.6100	
a. juízo	Justiça Federal SP
b. instância	Judicial
c. data de instauração	01/02/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Marfrig Global Foods S.A Polo Passivo: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$25,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DO FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO – FAP, através da qual se pretende que a União proceda ao cálculo individualizado, por estabelecimento, dos índices FAP que foram atribuídos para as vigências anteriores a 2016, nos termos da Súmula 351 do STJ, com a consequente (i) redução dos valores inseridos em parcelamentos fiscais a que a autora aderiu, e (ii) redução de autuação fiscal lavrada.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	R\$25,3 milhões

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 16561.720.092/2018-60	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	22/11/2018
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3,8 bilhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração que visa a exigência de IRPJ e CSLL, em razão de ganho de capital da transação da venda da Seara Brasil no valor de R\$337 milhões e da Zenda no valor de R\$483 milhões. O fiscal entendeu não existir base legal para excluir o valor de assunção de dívida da base de cálculo do ganho de capital. Provimento parcial à impugnação apresentada. Em 26.07.2019, Recurso Voluntário interposto. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário e do Recurso de Ofício.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.921.041/2016-01	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	13/11/2017
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$19,1 milhões
f. principais fatos	Trata-se PER/DCOMP nº 40116.25296.291014.1.1.19-5155, relativo a Cofins NC Ressarcimento/Compensação, do período de apuração do 1º trimestre de 2014 (01/01/2014 a 31/03/2014), requerendo o valor de R\$ 38.630.199,67, o qual foi deferido o valor de R\$ 4.865.416,28, gerando débito tributário R\$ 20.099.061,00. Aguardando julgamento da Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia. A empresa foi intimada acerca do Despacho de Revisão, reverteu algumas glosas e aumentou o crédito de R\$ 4.865.416,29 para R\$ 5.269.010,53. Em 26.06.2020, a empresa apresentou manifestação destacando que as glosas mantidas deverão ser canceladas. Em 11.05.2021, apresentado Recurso Voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto com acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.941.535/2012-70	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/06/2012
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$22,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de PIS vinculado à Receita de Mercado Externo referente ao 4º Trimestre de 2010. Apresentada Manifestação de Inconformidade. Em 28.08.2017, negado provimento à Manifestação de Inconformidade. Em 26.09.2017 interposto Recurso Voluntário. Parcial provimento ao Recurso Voluntário para reconhecer o direito ao crédito de laboratório e análises microbiológicas. Aguardando intimação do acórdão. Proferida revisão de ofício que reanalisou as glosas, e aumentou o valor do crédito de R\$ 7.591.756,86 para 7.690.006,08. Em 27.05.2020, interposto Recurso Especial. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.903607/2016-12	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$136,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de crédito de COFINS, vinculado ao mercado interno/externo/crédito presumido, requerido por meio da PER 11747.36411.180515.1.1.19-0958, atinente ao 4º Trimestre de 2014, no valor total de R\$ 82.564.733,24. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamente em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.903600/2016-92	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$77,7 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER nº 06876.47466.301014.1.1.19-7384 – Cofins 1º trimestre de 2014, no montante de R\$ 50.324.250,79. Houve o deferimento parcial do crédito no montante de R\$ 12.795.350,02 e uma glosa de R\$ 37.528.900,77. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamente em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.903606/2016-60	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$22,6 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER/DCOMP nº 31769.96852.180515.1.1.18-7420 - PIS 4º trimestre de 2014. Houve a homologação parcial da compensação declarada no PER/DCOMP 01835.32682.040917.1.7.18-4082, restando um saldo devedor do montante indevidamente compensado de R\$ 10.975.996,33 de principal. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamente em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.903604/2016-71	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$26,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER/DCOMP nº 18725.34205.311014.1.1.18-6252 - PIS 3º trimestre de 2014. Houve a homologação parcial da compensação declarada no PER/DCOMP 17242.44235.290416.1.3.18-0339, restando um saldo devedor do montante indevidamente compensado de R\$ 12.924.370,29 de principal. Em 10.01.2020 intimação da empresa do despacho decisório. Em 10.02.2020 protocolada a manifestação de inconformidade. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamebte em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.903602/2016-81	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$20,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER/DCOMP nº 36712.36128.301014.1.1.18-4267 - PIS 2º trimestre de 2014. Houve a homologação parcial da compensação declarada no PER/DCOMP 09094.52733.290416.1.3.18-5800, restando um saldo devedor do montante indevidamente compensado de R\$ 9.934.370,62 de principal.. Em 10.01.2020 intimação da empresa do despacho decisório. Em 10.02.2020 protocolada a manifestação de inconformidade. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamebte em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.903605/2016-15	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$124,8 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER nº 40383.37321.311014.1.1.19-9352 – Cofins 3º trimestre de 2014, no montante de R\$ 73.335.422,83. Houve o deferimento parcial do crédito no montante de R\$ 13.804.992,62 e uma glosa de R\$ 59.530.430,21. Em 10.01.2020 intimação da empresa do despacho decisório. Em 10.02.2020 protocolada a manifestação de inconformidade. Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamebte em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.903603/2016-26	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$96,5 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER nº 05248.82192.301014.1.1.19-8072 – Cofins 2º trimestre de 2014, no montante de R\$ 58.347.616,65. Houve o deferimento parcial do crédito no montante de R\$ 12.589.307,50 e uma glosa de R\$ 45.758.309,15. Em 20.10.2020, apresentado aditamento ao recurso voluntário especificamebte em relação ao tópico "Dos Créditos Decorrentes de Despesas de Depreciações". Julgado parcialmente procedente o recurso. Apresentado Recurso Especial em 15.09.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 19311.720205/2019-48	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$21,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pela falta de recolhimento do Imposto sobre Operações de Crédito - IOF do período de janeiro a dezembro de 2016, pois entendeu a fiscalização que o contrato tácito de conta corrente existente entre as empresas (Pampeano, MFB e MFG Energia) se tratava de operação de mútuo da empresa Marfrig para as demais. Com esse posicionamento, lançou o valor do imposto e multa de 75%. Em 15.03.2020 protocolado recurso voluntário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 16561.720062/2020-78	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/11/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.6 bilhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração pela falta de pagamento de IRPJ e da CSLL, referentes aos anos-calendário de 2015 e 2016, sobre a venda para a JBS das participações da Moy Park. Em 09.12.2020, apresentada Impugnação. Em 03.08.2021, proferida decisão dando parcial provimento a Impugnação. Em 02.09.2021, apresentado Recurso Voluntário. Aguardando Julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10825.733854/2020-88	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	26/12/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$24,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que visa a exigência de créditos tributários a título de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição destinada ao Programa de Integral Social - PIS, relativo ao ano calendário de 2017, em razão da não inclusão de receitas financeiras na base de cálculo das referidas contribuições. Em 08.07.21, apresentado Recurso Voluntário. Aguardo Julgamento
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 18220.727491/2021-43	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	16/08/2021
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$11,6 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado para a cobrança de multa isolada por compensação não homologada. Em 20.09.21, apresentada Impugnação. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário em 11.01.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 18220.727494/2021-87	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	16/08/2021
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$33,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado para a cobrança de multa isolada por compensação não homologada. Em 20.09.21, apresentada Impugnação. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário em 11.01.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 5846262/2020	
a. juízo	Posto Fiscal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	03/03/2021
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado do Mato Grosso Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10,8 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração (NAI nº 823870000152021129) lavrado para a cobrança de ICMS em decorrência da não comprovação das operações de exportação no período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Apresentada impugnação 22/06/2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto creditado indevidamente, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 4012200657840	
a. juízo	Posto Fiscal – Goianésia/GO
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	01/07/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$76,9 milhões
f. principais fatos	Trata-se de AI lavrado em razão da empresa ter omitido o pagamento do ICMS, resultante da apuração no período de 01/01/2015 a 30/06/2018, com a utilização da escrituração indevida de valores a título de créditos outorgados condicionados, referentes as saídas para comercialização de carne fresca/congelada/salmorada. Apresentada impugnação em 03/08/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Recolhimento do imposto, acrescidos dos acréscimos legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981828/2021-81	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$17,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 4º trim./2019 (nº PER 37798.08553.210120.1.5.19-0059). Valor do PER: R\$ 50.568.815,69. Valor Reconhecido: R\$ 30.523.724,44. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.981826/2021-91	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$18,7 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 3º trim./2019 (nº PER 06416.89681.171019.1.1.19-9798). Valor do PER: R\$ 49.025.453,37. Valor Reconhecido: R\$ 29.961.680,26. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981823/2021-58	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$20,8 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 2º trim./2019 (nº PER 12651.26378.180719.1.1.19-7040). Valor do PER: R\$ 42.239.928,50. Valor Reconhecido: R\$ 23.927.924,14. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.981817/2021-09	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$18 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 1º trim./2019 (nº PER 42345.65097.160420.1.5.19-5786). Valor do PER: R\$ 40.041.198,82. Valor Reconhecido: R\$ 23.549.498,09. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.981815/2021-10	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$19,3 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 4º trim./2018 (nº PER 25883.46032.170119.1.1.19-0060). Valor do PER: R\$ 41.778.656,49. Valor Reconhecido: R\$ 25.107.758,57. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.981796/2021-13	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$25,5 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 2º trim./2015 (nº PER 34072.55418.180216.1.1.19-7961). Valor do PER: R\$ 29.867.972,24. Valor Reconhecido: R\$ 6.651.003,63. Apresentada impugnação em 07/02/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 17459.720033/2022-16	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	11/12/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$971.1 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, lavrado em face de Marfrig Global Foods, que visa a exigência de IRPJ e CSLL, no valor histórico de R\$ 836.624.459,90, relativo ao ano calendário de 2017.. Em 13.01.2023, apresentada Impugnação. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário em 21.11.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5420393-71.2022.8.09.0105	
a. juízo	Execução Fiscal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	18/07/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Fazenda do Estado de Goiás Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$26 milhões.
f. principais fatos	Execução Fiscal cujo objeto é o débito do AI nº 4011503463725 (ICMS). CDA nº 2893388. Foi objeto da apresentação de garantia (seguro garantia) no valor do débito no processo cautelar nº 5431517-19.2022.8.09.0051. Empresa citada. Apresentado Embargo à Execução Fiscal em 26.10.2023. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão

Processo nº 19613.746960/2022-53	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	14/10/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10 milhões
f. principais fatos	Trata o presente Auto de Infração da aplicação da multa isolada de 50% sobre o valor dos débitos indevidamente compensados na DCOMP nº 34072.55418.180216.1.1.19- 7961, referente a suposto direito creditório de PIS/COFINS, do 2º trimestre de 2015, no valor de R\$ 29.867.972,24, transmitida pelo contribuinte em 18/02/2016. O direito creditório pleiteado foi analisado no processo 10880.981796/2021-13. Apresentada impugnação em 08/11/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.921032/2016-10	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	15/04/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$12,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de PER/DCOMP nº 21725.94741.131213.1.1.11-0311, referente ao tributo de COFINS não cumulativo, relativo ao período de apuração do 3º trimestre de 2013 (01/07/2013 a 30/09/2013), requerendo crédito pedido de R\$ 31.621.805,60, o qual foi deferido o valor de R\$ 2.701.807,54, gerando débito tributário no valor de R\$ 13.791.936,70. Impugnação julgada parcialmente procedente. Apresentado Recurso Voluntário em 11.05.2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.921039/2016-23	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	15/04/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$14,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de PER/DCOMP nro.: 03865.93567.170714.1.1.11-013, referente ao tributo de Confins não cumulativo, relativo ao período de apuração do 4º trimestre de 2013 (01/10/2013 a 31/12/2013), requerendo o crédito pedido no valor de R\$ 33.724.961,91, o qual foi deferido o valor de R\$ 3.675.797,76, gerando débito tributário de R\$ 15.347.575,20. Impugnação julgada parcialmente procedente. Apresentado Recurso Voluntário em 10.05.2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.933621/2016-32	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/12/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10,2 milhões
f. principais fatos	Trata-se de PER/DCOMP nº 01397.99912.131213.1.1.11-0807, relativo ao tributo de PIS/PASEP não cumulativo, do período de apuração do 1º trimestre de 2013 (01/01/2013 a 31/03/2013), requerendo o crédito pedido de R\$ 27.822.990,10, o qual foi deferido o valor de R\$ 240.362,78, glosando débito de R\$ 11.481.964,55. Impugnação julgada parcialmente procedente. Apresentado Recurso Voluntário em 10.05.2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.921043/2016-91	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	15/04/2016
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10 milhões
f. principais fatos	Trata-se de PER/DCOMP 24195.75844.291014.1.1.19-0300, relativo ao tributo COFINS NC Ressarcimento/Compensação, do 2º trimestre de 2014 (01/04/2014 à 30/06/2014), requerendo o crédito pedido de R\$ 43.780.702,29, o qual foi deferido o valor de R\$ 4.225.072,03, gerando débito tributário de R\$ 10.316.385,90. Impugnação julgada parcialmente procedente. Apresentado Recurso Voluntário em 11.05.2021. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.930634/2015-79	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	26/06/2015
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$13,5 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não cumulativo vinculado as receitas do mercado interno, referente ao 4º Trimestre de 2012, no valor de R\$ 26.282.055,54. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário. Em 21.07.2023 processo convertido em diligência para saneamento dos insumos discutidos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.941561/2012-06	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	29/10/2012
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$11,3 milhões
f. principais fatos	Trata-se de pedido de restituição de créditos de COFINS não cumulativa, vinculada a receita do mercado interno, período do 2º trimestre de 2011 - Valor solicitado: R\$ 25.842.058,23. Recuso Voluntário julgado parcialmente procedente. Apresentado Recurso Especial. Aguardando intimação do acórdão.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.945152/2013-51	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/04/2015
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10,4 milhões
f. principais fatos	Trata-se de Pedido de Ressarcimento de COFINS não cumulativo vinculado as receitas do mercado interno, referente ao 2º Trimestre de 2012, no valor de R\$ 19.626.942,55. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário. Em 14.11.2019 processo convertido em diligência para saneamento dos insumos discutidos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 10880.994130/2020-44	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$12 milhões
f. principais fatos	Pedido de ressarcimento de créditos de COFINS - 2º trim./2017 (nº PER 17408.98515.290817.1.1.19-3366). Valor do PER: R\$ 32.566.558,10 Valor Reconhecido: R\$ 19.419.999,97. Apresentada Impugnação. Em 07.03.2023 processo convertido em diligência para saneamento dos insumos discutidos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10880.903606/2016-60	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$22,6 milhões
f. principais fatos	Trata-se de despacho decisório, referente a análise do PER/DCOMP nº 31769.96852.180515.1.1.18-7420 - PIS 4º trimestre de 2014. Houve a homologação parcial da compensação declarada no PER/DCOMP 01835.32682.040917.1.7.18-4082, restando um saldo devedor do montante indevidamente compensado de R\$ 10.975.996,33 de principal. Impugnação julgada improcedente. Recurso Voluntário parcialmente procedente em 28.06.2023. Em 15.09.2023, apresentado Recurso Especial. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo nº 18220.721947/2022-42	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	23/09/2022
d. partes no processo	Polo Ativo: Delegacia da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$16,4 milhões
f. principais fatos	Trata o presente Auto de Infração da aplicação da multa isolada de 50% sobre o valor dos débitos indevidamente compensados na DCOMP não homologada no processo administrativo nº 10880.903606/2016-60.. Apresentada impugnação em 28/10/2022. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Valor do débito com as respectivas atualizações legais. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista no valor de R\$156.654.975,27, dos quais R\$55.366.572,53 encontravam-se provisionadas na mesma data.

A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas se referem a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, equiparação salarial, horas in itinere, risco ergonômico, entre outros.

Não há processos individualmente relevantes de natureza Trabalhista para a Companhia, a se destacar por objeto ou valores.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza cível no valor de R\$158,603 milhões, dos quais R\$ 81,8 milhões encontravam-se provisionadas na mesma data.

As ações cíveis ajuizadas contra a Companhia e suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios.

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, destacam-se os seguintes em razão do valor e/ou de seu objeto:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0305964-39.2013.8.19.0001	
a. juízo	48ª Vara Cível o Rio de Janeiro (RJ)
b. instância	1º Grau
c. data de instauração	03/09/2013
d. partes no processo	Polo Ativo: Confederação Brasileira Futebol Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 88,5 milhões (valor histórico).
f. principais fatos	Ação Monitória que discute a rescisão do Contrato firmado para patrocínio da Seleção Brasileira de Futebol. Sentença parcialmente procedente fixando a multa contratual compensatória em US\$2 milhões, estabelecendo a taxa de câmbio de 23 de setembro de 2010, além da condenação ao pagamento das prestações vencidas. Ambas as partes apelaram da sentença. Os embargos de declaração opostos pela CBF contra o segundo acórdão foram desprovidos na sessão de julgamento de 12 de março de 2018. O recurso especial da CBF foi inadmitido, a parte interpôs agravo em recurso especial, respondido pela Marfrig em 29 de novembro de 2011. Em 21 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão, que manteve a inadmissão ao recurso e determinou que os autos subam ao STJ. Em 26 de março de 2019, o REsp da Marfrig foi autuado no STJ sob o nº 1.803.803. Em 25.04.19, os autos foram distribuídos, por dependência à 3ª Turma do STJ, sob a relatoria do Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Os autos estão conclusos desde 25 de abril de 2019. Em 24 de julho de 2022 opusemos Embargos de divergência em face ao acórdão que negou provimento ao REsp da Marfrig para elevar a multa contratual de US\$ 2 milhões para mais de US\$ 23,2 milhões. Opostos embargos de declaração em face de acórdão proferido pela c. Corte Especial que negou provimento a agravo interno interposto pela Marfrig em face de decisão da Ministra Presidente do e. STJ que indeferiu liminarmente os Embargos de Divergência da Marfrig. Os embargos de declaração aguardam pauta de julgamento.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda ocorrerá a liquidação da sentença para pagamento da multa contratual monetariamente atualizada. A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelos valores envolvidos.
i. Valor provisionado	R\$59,9 milhões.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ação Civil Pública nº 0012385-66.2015.405.6100	
a. juízo	10ª Vara Cível Justiça Federal - SP
b. instância	2º Grau
c. data de instauração	25/06/2015 (valor histórico)
d. partes no processo	Polo Ativo: Ministério Público Federal ("MPF") Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$30 milhões (valor histórico)
f. principais fatos	O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública sob alegação da empresa trafegar por rodovias federais com veículos com excesso de peso por eixo. Requer o pagamento de indenização por dano material supostamente causado ao pavimento das rodovias federais, ao patrimônio público, à vida, integridade física e saúde, segurança pessoal e patrimonial e à ordem econômica, ao meio ambiente, além de indenização por dano moral coletivo. O processo encontra-se suspenso em razão de pedido do MPF. Foi realizada reunião com o representante do MPF, em que foi exposto o cronograma para implementação de software para diminuição no número de autuações por excesso de peso por eixo. Houve a implementação do software. Em 26/02/2021 o MP requereu a suspensão do processo por 60 dias, haja vista que aguarda informações do DNIT. Em 26/03/2021 peticionamos concordando com o prazo de 60 dias requerido pelo MPF. Em 24/05/2021 foi realizada reunião com o MPF para discutir possível proposta de acordo. Em 25/05/2021 o MPF apresentou o TAC sugerido à Marfrig nos autos, bem como requereu a suspensão do processo por 90 dias, a fim de prosseguir com as tratativas de acordo. Em 17/09/2021 o MPF apresentou petição informando que não possui mais provas a produzir. Em 06/10/2021 apresentamos petição especificando as provas que pretendemos produzir, sendo que os autos estão conclusos para decisão desde 08/10/2021. Após, proferida decisão intimando Ré/Marfrig para detalhar os fatos que pretende provar com as modalidades de provas requeridas. Em 23/09/2022, peticionamos nos autos justificando a necessidade das provas requeridas e reiterando o pedido de prova oral, pericial e documental suplementar. Determinado o sobrestamento do feito até julgamento do Tema Repetitivo 1104 do STJ. Estuda-se firmar Acordo.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelo risco de imagem relacionado ao objeto da ação, além de eventuais sanções decorrentes de decisão judicial.
i. Valor provisionado	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 1020689-04.2019.4.01.3400	
a. juízo	22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
b. instância	1º Grau
c. data de instauração	29/07/2019
d. partes no processo	Polo Ativo: Ministério Público Federal ("MPF") Polo Passivo: Marfrig Global Foods S.A, Marcos Molina e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 162,770 milhões (data-base: julho/2019)
f. principais fatos	O Ministério Público Federal (MPF) propôs Ação Civil de Improbidade Administrativa em desfavor da pessoa jurídica Marfrig Global Foods S.A, do Sr. Marcos Molina e de outras pessoas físicas em decorrência dos fatos apurados no bojo da denominada Operação Cui Bono, na qual investiga supostos esquemas de pagamentos indevidos a agentes públicos em troca de benefícios indevidos para aprovações de empréstimos por parte de certas instituições financeiras estatais. Em síntese, o MPF requer a condenação solidária dos réus ao pagamento de 162.770.000,00 (data-base: julho/2019). Antes mesmo do ajuizamento da presente ação, no curso das investigações feitas perante a autoridade policial, o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos concordou em celebrar termo de compromisso de reparação, por meio do qual, mesmo sem assumir culpa em qualquer esfera, anuiu em pagar R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a título de reparação de danos econômicos. Sendo assim, na hipótese de ser proferida decisão desfavorável, os valores pagos pelo Sr. Marcos Molina no Termo de Compromisso de Reparação viriam em seu proveito e da Marfrig.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impactoem caso de perda	A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelo risco de imagem relacionado ao objeto da ação, além de eventuais sanções decorrentes de decisão judicial, como a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente pelo prazo de até 10 anos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo Administrativo CVM nº 19957.009010/2021-72	
a. juízo	Comissão de Valores Mobiliários - Gerência de Acompanhamento de Empresas – 4 – GEA-4
b. instância	2º Grau
c. data de instauração	02/12/2021
d. partes no processo	Polo Ativo: Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") Polo Passivo: Tang David
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 340.000,00 (data-base: agosto/2023)
f. principais fatos	O PAS CVM 19957.009010/2021-72 foi instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) para apurar a responsabilidade de Tang David, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores de Marfrig Global Foods S.A. Em decisão proferida em 8 de agosto de 2023, o Colegiado da CVM concluiu que houve atraso (i) na divulgação de fato relevante referente à aquisição pela Marfrig de ações de emissão da BRF S.A. e (ii) no envio de comunicação a terceiros em relação a contrato derivativo. A CVM aplicou multa de R\$ 340.000 e penalidade de advertência. Em 6 de dezembro de 2023, foi apresentado recurso da decisão exarada junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), e o caso atualmente aguarda julgamento na segunda instância administrativa.
g. chance de perda	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda	A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelo possível risco de imagem relacionado ao objeto da ação.
i. Valor provisionado	Não há provisão. Processo não envolve a Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo Administrativo CVM nº 19957.007369/2023-77	
a. juízo	Comissão de Valores Mobiliários – Superintendência de Relações com Empresas – SEP
b. instância	1º Grau
c. data de instauração	20.06.2023
d. partes no processo	Polo Ativo: Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) Polo Passivo: MMS Participações Ltda; Marcos Antonio Molina dos Santos e Tang David
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável nessa fase do processo administrativo.
f. principais fatos	Processo instaurado para apurar operações de rolagem (no mercado à vista e no mercado futuro) entre março e agosto de 2018, envolvendo ações ordinárias de emissão da Marfrig Global Foods S.A., realizada pela MMS Participações Ltda., pela suposta criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários. O Colegiado da CVM, responsável por deliberar sobre o caso, ainda não proferiu qualquer decisão.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	A administração da Companhia entende que o critério de relevância se aplica ao presente processo pelo possível risco de imagem relacionado ao objeto da ação.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas estavam envolvidas em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas trabalhistas, fiscais e cíveis, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais no montante de R\$ 6.181.819.000.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, no conhecimento da Companhia, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos demais itens desta seção 4 do Formulário de Referência e que possam impactar adversamente os negócios da Companhia e/ou de suas controladas.

4.7 Outras contingências relevantes

Outras contingências relevantes Contingências em outras jurisdições Venda do negócio Keystone

O processo judicial que trata de recompra da McKey Korea LLC (sociedade coreana pertencente à Keystone Foods) pela Companhia encontra-se na fase de avaliação de julgamento sumário. As partes apresentaram seus pedidos e aguardam a decisão do juiz. A fase de produção de provas e oitiva de testemunhas foi concluída.

Negócio National Beef

Há cinco ações coletivas e vinte e nove ações judiciais individuais foram ajuizadas nos Estados Unidos, e duas ações coletivas no Canadá, alegando que a Companhia e/ou sua subsidiária, National Beef, com outras empresas do setor, supostamente conspiraram para controlar os preços do gado e da carne. Em todas as ações, o tribunal proferiu decisões que excluíram a Companhia como ré e mantiveram a National Beef. A National Beef também foi notificada de uma investigação civil conduzida pelo Departamento de Justiça dos EUA e por aproximadamente trinta procuradores estaduais sobre a compra de gado alimentado e venda de carne bovina. A National Beef respondeu aos pedidos de informações federais e estaduais e cooperou com as investigações. A National Beef também é ré em uma ação coletiva movida nos Estados Unidos, alegando que ela e outras empresas de proteínas supostamente conspiraram para reduzir e fixar salários e benefícios.

A National Beef é ré em uma ação coletiva proposta intitulada Brown, et al. v. JBS USA Food Company et al., ajuizada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito do Colorado em 1º de novembro de 2022. Os réus apresentaram moções para indeferimento, que o tribunal negou, exceto em relação à subsidiária da National Beef Packers, Iowa Premium. Os demandantes apresentaram uma queixa emendada em 12 de janeiro de 2024. A queixa emendada alega que os réus, direta e indiretamente, por meio de pesquisas salariais da indústria e de um serviço de benchmarking, (i) fixaram salários e benefícios, e (ii) trocaram informações sobre remuneração e benefícios com o objetivo de reduzir e estabilizar salários e benefícios em violação das leis antitruste federais. Os demandantes buscam, entre outras coisas, danos monetários triplicados, juros pré e pós-juízo, alívio declaratório e injuntivo e os custos do processo (incluindo honorários advocatícios). A National Beef acredita ter defesas meritórias contra as reivindicações nesse caso e pretende defender-se vigorosamente; no entanto, a National Beef está negociando um acordo da ação coletiva com relação a salários e benefícios dos empregados e fez uma provisão para um possível acordo. No entanto, não há garantias quanto ao resultado desse caso ou ao impacto na posição financeira consolidada, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da National Beef.

Contingências envolvendo o acionista controlador Operação Cui Bono

A Operação Cui Bono investigou supostos esquemas de pagamentos de diversas empresas brasileiras a agentes públicos em troca de benefícios indevidos na obtenção de aprovações de empréstimos por determinadas instituições financeiras estatais.

Vale mencionar que a ação penal proposta no âmbito da Operação Cui Bono para apuração dos fatos da denúncia, foi trancada de forma definitiva em relação ao Sr. Marcos Molina, por falta de justa causa.

Ainda no âmbito da operação, foi proposta Ação Civil de Improbidade Administrativa contra a Companhia e o Sr. Marcos Molina. Em maio de 2018, o Sr. Marcos Molina celebrou um Termo de Compromisso de Reparação com o Ministério Público Federal, na esfera cível, com o objetivo de reparar danos econômicos, morais e sociais, sem qualquer assunção de culpa. A Companhia não faz parte desse acordo e não é financeiramente responsável por qualquer pagamento relacionado a ele, embora os pagamentos revertam em seu benefício.

4.7 Outras contingências relevantes

Processos Administrativos – Comissão de Valores Mobiliários

Processo Administrativo CVM nº 19957.009010/2021-72: O referido processo foi instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) para apurar a responsabilidades de Tang David, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores de Marfrig Global Foods S.A. Em decisão proferida em 8 de agosto de 2023, o Colegiado da CVM concluiu que houve atraso (i) na divulgação de fato relevante referente à aquisição pela Marfrig de ações de emissão da BRF S.A. e (ii) no envio de comunicação a terceiros em relação a contrato derivativo. A CVM aplicou multa de R\$ 340.000 e penalidade de advertência. Em 6 de dezembro de 2023, foi apresentado recurso da decisão exarada junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), e o caso atualmente aguarda julgamento na segunda instância administrativa.

Processo Administrativo Sancionador CVM nº 19957.007369/2023-77: Processo instaurado para apurar operações de rolagem (no mercado à vista e no mercado futuro) entre março e agosto de 2018, envolvendo ações ordinárias de emissão da Marfrig Global Foods S.A., realizada pela MMS Participações Ltda., pela suposta criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários. O Colegiado da CVM, responsável por deliberar sobre o caso, ainda não proferiu qualquer decisão.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Com a finalidade de medir, monitorar e mitigar os Riscos, a Marfrig implementou uma estrutura interna em tamanho compatível com suas operações e complexidade de seus negócios. As atribuições dos componentes dessa estrutura estão contempladas conforme descrito abaixo:

I. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, sendo assessorado e apoiado nesse contexto pelo Comitê de Auditoria Estatutário, tem a atribuição de definir os objetivos estratégicos referentes ao ambiente de Riscos da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração aprovar a Política de Gestão de Riscos.

O Conselho de Administração é responsável por:

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e garantir a sua aplicação;
- Aprovar eventuais extrapolações desta Política.

II. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Marfrig deverá atuar diretamente na Gestão dos Riscos, considerando as seguintes responsabilidades:

- Atingir os objetivos estratégicos da Companhia assegurando que suas atividades sejam conduzidas de forma a proteger e valorizar o seu patrimônio, através da definição de diretrizes de mitigação dos Riscos monitorados;
- Avaliar o posicionamento da Companhia para cada Risco identificado, de acordo com as diretrizes e políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- Aprovar os indicadores de desempenho a serem utilizados na Gestão de Riscos;
- Acompanhar a execução e propor ao Conselho de Administração a atualização da Política de Gestão de Riscos, em conformidade com as regulamentações, ética e controles internos estabelecidos pela Companhia.

III. Gestão de Riscos

A área de Gestão de Riscos tem como tarefa primordial acompanhar, monitorar, avaliar e comunicar os Riscos incorridos pela Companhia.

As principais atribuições, seguindo as definições da Política de Gestão de Riscos, são:

- Monitorar o cumprimento das exposições aos Riscos, confrontando aos limites estabelecidos pela Política;
- Responsável pelo desenvolvimento, controle e aperfeiçoamento dos modelos de cálculo da exposição de Risco;
- Responsável pelos controles e divulgação dos relatórios das exposições aos Riscos da Companhia;
- Responsável por modelar e avaliar as exposições ao Risco de mercado, com objetivo de evidenciar os potenciais impactos que podem causar uma perda financeira a Companhia;
- Promover discussões de outros potenciais fatores de Riscos que possam impactar os resultados futuros da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Instrumentos Financeiros Elegíveis

O uso de instrumentos financeiros derivativos é permitido para proteção (hedge) de operações financeiras já contratadas e/ou fluxos de caixa da Companhia. Caso a Tesouraria entenda que há oportunidades disponíveis no mercado, será permitido montar uma posição após a devida aprovação da Diretoria Financeira e do Grupo de Trabalho de Gestão e Finanças, composto este pelas áreas de Tesouraria e Gestão de Riscos.

Os principais instrumentos derivativos são os seguintes:

- Swaps (Moedas, Juros e Commodities);
- NDFs (non-deliverable forward);
- Futuros (Moedas, Juros e Commodities);
- Opções [A venda de opções só será permitida em estruturas de collar para excluir o Risco de alavancagem];

Risco de Mercado

Risco de Mercado pode ser definido como o Risco oriundo da oscilação dos preços de diversos fatores de Riscos identificados na operação da Companhia. Para isso, a Marfrig busca identificar a quais fatores de Risco está exposta e quais podem ser protegidos via operações de hedge.

Os fatores de Risco de mercado são apresentados a seguir:

- Taxa de Câmbio: refere-se às atividades atreladas à variação de outras moedas (que não sejam o Real);
- Commodities: refere-se às atividades atreladas à variação do preço das commodities, tais como boi gordo, milho e soja;
- Taxa de Juros: refere-se às atividades atreladas à variação da taxa de juros, pré ou pós fixados, em reais ou outras moedas.

Os seguintes controles são monitorados pela área de Gestão de Riscos:

- Cálculo periódico da exposição cambial, Resultado e o valor em Risco pela metodologia Value at Risk (Paramétrico, com 99% de confiança e intervalo de 1 dia).
- Monitoramento periódico do fluxo de amortizações dos instrumentos financeiros não derivativos designados como hedge accounting;
- Os limites de exposição a este Risco específico são monitorados de forma diligente pela Companhia e quantificados utilizando metodologias proprietárias;
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. Exposição a Taxa de Câmbio

Essa seção tratará especificamente da exposição às variações das taxas de câmbio diferentes da moeda de balanço da Companhia.

Exposição Cambial do Balanço

A exposição cambial de balanço é toda exposição em moeda diferente da moeda funcional da Companhia que gera variação cambial no resultado contábil decorrente da variação das taxas de câmbio durante todo o período em que o saldo contábil estiver em aberto.

Exposição Cambial de Fluxo de Caixa

A exposição cambial de fluxo de caixa é toda exposição líquida do caixa operacional e financeiro da companhia em moeda diferente da moeda funcional da Marfrig.

Com o objetivo de reduzir volatilidade nas margens do negócio e, ainda, otimizar a Gestão de caixa da companhia aumentando o seu grau de previsibilidade, a Marfrig pode assumir uma posição de hedge de proteção de fluxo de caixa com base até o limite:

- das expectativas de compras e vendas em outras moedas;
- das parcelas da dívida em outras moedas vincendas nos próximos 12 meses.

Para a tomada de decisão devem ser observados os históricos relativos à capacidade de repasse de preço e perspectiva de mercado.

b. Exposição a Commodities

De forma a mitigar os Riscos oriundos da exposição à variação dos preços das commodities (Boi Gordo, Milho e outros insumos relacionados à produção) serão adotados procedimentos específicos de controle de Risco, conforme abaixo:

- Cálculo periódico da exposição, resultado e o valor em Risco pela metodologia Value at Risk (Paramétrico, com 99% de confiança e intervalo de 1 dia).
- Serão considerados hedges os instrumentos financeiros e comerciais que tenham como objetivo proteger a Companhia da variação do preço das commodities. Os limites de exposição a este Risco específico são monitorados de forma diligente pela Companhia e quantificados utilizando metodologias proprietárias.
- Há ainda um possível descasamento entre os preços da commodity praticados no mercado Brasileiro (praças locais de compra) e os preços praticados nos contratos de derivativos negociados nas bolsas de mercadorias e futuros. O basis se refere ao diferencial entre os preços do produto físico no mercado brasileiro à vista e os preços das posições no mercado futuro nas bolsas de Chicago (CBOT) e Bolsa no Brasil (B3), com objetivo de manutenção dos preços dos produtos a fixar.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, serão observados os limites abaixo:

- Boi Gordo: com a finalidade de diminuir a exposição da Companhia à volatilidade dos preços da arroba do boi gordo, 100% da exposição nos próximos 12 meses pode ser protegida por derivativos (quando houver liquidez);
- Milho e outros insumos relacionados à produção: até 100% da exposição nos próximos 12 meses para cada insumo pode ser protegida por derivativos.
- Contratação individual de instrumentos financeiros derivativos que ultrapassem o valor principal de 2.5% sobre o Patrimônio Líquido da Companhia, independentemente do prazo de vencimento da operação, deve ter aprovação do Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores.
- Todas as operações devem respeitar, primordialmente, os limites definidos e descritos na política independentemente do tipo de instrumento, objetivo, volume e prazo de vencimento.
- Qualquer exceção deste capítulo deverá ser aprovada previamente no Conselho de Administração.

c. Exposição a Taxas de Juros / Índices de Inflação

A Marfrig poderá ter exposição nas taxas de juros em decorrência das alterações econômicas, que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TLP, LIBOR/SOFR, CDI ou índices de inflação tais como IGP-M (Índice geral de preços de mercado) e IPCA (Índice nacional de preços ao consumidor).

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de minimizar o custo médio agregado do serviço da dívida consolidada e se proteger da volatilidade das taxas de juros de mercado.

De forma a mitigar e controlar os Riscos oriundos da exposição à taxa de juros, serão adotadas:

- Cálculo periódico da exposição à taxa de juros;
- O tratamento para este Risco específico é monitorado de forma diligente pela Companhia e quantificado utilizando metodologia proprietária.
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

d. Demais fatores de Risco

Para a realização de uma operação que esteja fora dos fatores definidos na política, deve-se observar os mesmos procedimentos descritos para os demais Riscos tratados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras e decorrentes de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além da possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, em razão de alguma descontinuidade do mercado. Como consequência, ocorrerão descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos ocasionada por:

- Dificuldade em negociar rapidamente ativos ou posições que possua, por falta de preços ou de liquidez de mercado;
- Dificuldade para obter funding ou financiamento de sua posição de caixa e com isso manter suas obrigações financeiras adimplentes.

i. Análise de Necessidade de Caixa

Para esse cálculo devem ser consideradas:

- as dívidas de curto prazo;
- o pagamento de obrigações tributárias;
- os desembolsos com projetos e investimentos;
- a geração de caixa operacional.

A metodologia de Gestão do Caixa pela Companhia observa três níveis de caixa, com horizonte de curto prazo:

- Caixa Obrigatório: Caixa necessário para cumprir com os compromissos da Companhia por um período de 03 (três) meses;
- Caixa Mínimo: Caixa mínimo necessário para cumprir com os compromissos da Companhia por um período de 12 (doze) meses;
- Complemento de Caixa: Valor que excede o caixa mínimo e reflete o caráter cíclico da Companhia.

A classificação do caixa, bem como o devido tratamento aos Riscos envolvidos são tratados em metodologia específica e monitorado de forma diligente pela Companhia.

ii. Linhas de Crédito de Liquidez

A Diretoria Executiva tem como responsabilidade garantir que os recursos e linhas de créditos estejam disponíveis para o gerenciamento das operações. Desta forma, poderá optar em adquirir linhas de crédito com instituições financeiras.

Mensalmente, o Grupo de Trabalho de Gestão e Finanças revisa e discute a projeção de fluxo de caixa, as necessidades de financiamento, bem como qualquer informação relevante para o gerenciamento de liquidez, com o objetivo de garantir uma Gestão eficaz dos recursos de financiamento e assegurar a liquidez adequada, reportando a Diretoria Executiva.

As principais fontes de financiamento da Companhia compreendem:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais;
- endividamento bancário de curto e longo prazos;
- emissão de ações (Equity);
- emissão de dívida (Debêntures e Bonds).

iii. Aplicações Financeiras e Equivalente de Caixa

O saldo excedente de Caixa, após apurado o Caixa Mínimo de Segurança, pode ser investido pela Tesouraria nas seguintes modalidades:

- I. Renda Fixa: produtos oferecidos por instituições financeiras ou títulos de renda fixa de emissão privada que remuneram o capital investido a taxa de juros fixos ou pré-fixados, com liquidez pré-determinada conforme planejamento financeiro da Tesouraria;

As aplicações financeiras em Renda Fixa deverão observar os critérios definidos na política de gestão de riscos.

- II. Renda Variável: compra de ações de empresas listadas em Bolsa de Valores a preços de mercado.

As aplicações financeiras em Renda Variável devem ser de caráter passivo, sem o exercício de controle da Gestão Executiva e sem influência nos órgãos de Governança da companhia emissora.

Caso o investimento em renda variável passe a ser de caráter ativo na empresa emissora, observadas as devidas deliberações do Conselho de Administração, o tratamento passará a ser de Participação Societária, deixando de ser classificado em Aplicações Financeiras e Caixa e Equivalente de Caixa, devendo ser tratado conforme regras de Participação Societária.

iv. Monitoramento e métricas

Mensalmente, o Grupo de Trabalho de Gestão e Finanças deverá reportar uma posição a Diretoria Executiva, confrontando as fontes de financiamento correntes e projetadas e as linhas de crédito disponíveis.

Os limites de Riscos de liquidez são definidos a seguir:

- Administrar a concentração de vencimentos da dívida de curto prazo para que não ultrapasse 30% do montante total de endividamento;
- O prazo médio de pagamento das dívidas deverá ser no mínimo de 36 meses;
- O índice de Dívida Líquida /EBITDA Ajustado definido na política Financeira;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Risco de Contraparte

a. Exposição Total

A Exposição Total por contraparte na data de referência do cálculo será a soma da exposição de aplicações financeiras das carteiras em Moeda Local e em Moeda Estrangeira, saldo de conta corrente do Conglomerado, exceto recursos disponíveis em contas do tipo colateral / conta garantia que estejam vinculadas às dívidas tomadas pela Companhia, eventuais MtM de derivativos a favor do Conglomerado, e outras exposições financeiras à contraparte.

O limite de concentração por instituição financeira representa o percentual máximo de recursos que pode ser aplicado por instituição, de acordo com a classificação de rating.

b. Rating de Crédito da Contraparte

Consideraremos os ratings emitidos por três agências de rating internacionais:

- Standard & Poor's;
- Moody's;
- Fitch Ratings.

Para instituições com mais de uma avaliação de rating será considerado a mediana das classificações caso três classificações de Risco estejam disponíveis, e a menor classificação caso menos classificações de Risco estejam disponíveis.

c. Contrapartes Elegíveis

Para ser elegível como contraparte do Conglomerado, a instituição deverá possuir os seguintes requisitos:

- Possuir rating apurado por uma das três agências de ratings citadas;
- Possuir rating nacional melhor que A- ou rating global melhor que BBB-.

d. Limites

O limite de concentração por classificação de Risco de crédito deve respeitar os percentuais abaixo especificados em relação ao saldo total de caixa onshore e offshore:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Alocação máxima por Rating		
Rating Global	Rating Local	Limite
BBB- ou Superior	AA+ ou Superior	100%
BB- ou Superior	AA- ou Superior	40%
B- ou Inferior	A+ ou Inferior	10%

Localmente, temos ainda a seguinte exceção:

Alocação (BRL)	Rating
Até 100 mln	1 contraparte AAA
Entre 100 mln e 200 mln	2 contrapartes AAA
Acima de 200 mln	Regra Geral

O limite de concentração por instituição financeira deve respeitar os percentuais abaixo especificados em relação ao saldo total de caixa de cada contraparte, de acordo com a respectiva classificação de rating:

Alocação máxima por Instituição		
Rating Global	Rating Local	Limite % Cx. Total
US Bonds	Tít. Púb. ou Soberano	100%
BBB- ou Superior	AA+ ou Superior	30%
BB- ou Superior	AA- ou Superior	10%
B+ ou Inferior	A+ ou Inferior	2%

A classificação de rating da instituição será revisada trimestralmente ou de forma extraordinária, caso ocorra a veiculação de notícias relevantes sobre a instituição.

Já a verificação dos limites definidos na política deverá ser efetuada diariamente pela Tesouraria. O cumprimento dos limites de exposição deverá ser acompanhado de forma a manter o enquadramento pré-estabelecido pela Diretoria Executiva.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Risco Socioambiental

Frente aos desafios socioambientais e às crescentes preocupações com a sustentabilidade, a implementação de práticas responsáveis tornou-se imperativa para as organizações que buscam alcançar o sucesso de forma ética, preservando o meio ambiente e contribuindo de forma positiva para a sociedade.

Ao gerir os riscos socioambientais, a Companhia fortalece sua reputação, conquista a confiança dos clientes e investidores, além de contribuir positivamente para a comunidade na qual está inserida. Ademais, a eficiência operacional e a redução de custos podem ser alcançadas por meio de processos mais sustentáveis e tecnologias inovadoras, conferindo-lhe maior competitividade no mercado global.

Diretrizes

A gestão de riscos socioambientais está apoiada nos seis pilares que compõem a Plataforma Marfrig de Sustentabilidade:

- Controle de Origem;
- Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- Bem-estar Animal;
- Uso de Recursos Naturais;
- Efluentes e Resíduos;
- Responsabilidade Social;

A Diretoria de Sustentabilidade e as áreas envolvidas em cada um dos seis pilares possuem planos de trabalho específicos de gerenciamento que consideram aspectos de curto, médio e longo prazo, inclusive das situações de riscos, com objetivos e metas estabelecidas, atribuição de responsabilidades e funções, cronogramas e monitoramento das ações desenvolvidas. Além disso, esses planos também preveem a utilização de devida diligência em relação aos riscos reais e potenciais de suas atividades quanto aos impactos negativos à sustentabilidade, tanto internamente quanto em relação à sua cadeia de fornecedores.

Dado a importância do tema para a Companhia, foram criadas as Políticas de Sustentabilidade, Responsabilidade Social, Relacionamento com Stakeholders, e Bem-estar Animal, disponíveis no site da Companhia para consulta aos colaboradores, fornecedores e outros públicos de relacionamento.

Risco Operacional

O risco operacional representa a possibilidade de perdas resultantes de inadequações ou falhas nos processos internos da Companhia, erros cometidos por colaboradores, deficiências nos sistemas tecnológicos ou eventos externos incontrolláveis. Compreender e gerenciar eficazmente esse tipo de risco tornou-se uma prioridade estratégica por diversas razões:

- Proteção do Valor Empresarial: O risco operacional pode ter impactos financeiros significativos, afetando diretamente a lucratividade e a estabilidade financeira. A gestão adequada do risco operacional preserva o valor do negócio, protegendo os ativos e os interesses dos stakeholders.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Sustentabilidade Operacional:** A exposição a riscos operacionais não mitigados pode levar a interrupções nas operações, atrasos na produção e falhas na entrega de produtos ou serviços. Ao adotar medidas de mitigação, as empresas aumentam sua capacidade de operar de forma consistente e resiliente.
- **Reputação e Credibilidade:** Incidentes decorrentes de riscos operacionais, como produtos defeituosos ou interrupções no serviço, podem minar a confiança dos clientes e prejudicar a reputação da Companhia. A gestão proativa do risco operacional contribui para a manutenção da credibilidade e da imagem no mercado.
- **Conformidade Regulatória:** a Companhia está sujeita a regulamentações rigorosas que exigem a identificação e o controle de riscos operacionais. O não cumprimento dessas exigências pode resultar em multas substanciais e outras penalidades.
- **Preparação para o Inesperado:** Eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais, crises econômicas ou mudanças regulatórias súbitas, podem abalar uma organização. A gestão do risco operacional prepara a Companhia para enfrentar esses eventos e responder de maneira eficaz.

A implementação de uma abordagem para a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento desses riscos é crucial para a continuidade bem-sucedida das operações, a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo da Companhia.

Risco Sanitário

A garantia da segurança do alimento se dá através do cumprimento das normas sanitárias e processos de Qualidade que são fundamentais para a manutenção da reputação, sustentabilidade e o sucesso do negócio. Através de processos produtivos seguros e medidas efetivas de controle de processo registrados diariamente através dos monitoramentos contínuos, podemos garantir que os produtos comercializados pela Companhia estejam em conformidade com padrões higiênicos sanitários e de qualidade, asseguramos a Satisfação tanto dos consumidores quanto da própria organização.

A indústria frigorífica, por lidar diretamente com a produção de alimentos perecíveis, enfrenta desafios únicos em relação à manutenção da higiene e ao controle de contaminação, tornando a adoção de práticas sanitárias essenciais para mitigar riscos à saúde pública e para manter a integridade dos produtos.

Esses riscos podem comprometer a qualidade e segurança dos produtos produzidos nas unidades do grupo, podendo resultar em possíveis problemas de saúde para os consumidores e prejudicando a reputação da Companhia. Abaixo estão alguns dos principais riscos sanitários enfrentados na rotina do dia a dia, onde a Marfrig através de seus processos estabelecidos e aplicados, garantem seus produtos:

- **Contaminação microbiológica:** A presença de microrganismos patogênicos nos alimentos pode levar a surtos de doenças transmitidas por alimentos. Isso pode ocorrer devido à diversos fatores, entre eles a falhas nas Boas Práticas de Fabricação no processo dos alimentos ou à contaminação cruzada entre alimentos através de superfícies sem a devida higienização e Procedimentos sanitários incorretos.
- **Contaminação química:** O uso inadequado ou incorreto de substâncias químicas, como medicamentos veterinários, produtos de limpeza ou aditivos, pode resultar em contaminação dos alimentos, tornando-os inseguros para o consumo humano.
- **Contaminação física:** A presença de materiais estranhos aos alimentos pode ocorrer durante o processamento ou manipulação incorretos, representando um risco de lesões aos consumidores.
- **Má conservação e refrigeração inadequada:** A falta de controle da temperatura de refrigeração das armazenagens ou de veículos pode implicar em perda de Qualidade dos produtos e favorecer o crescimento

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de microrganismos, impactando em deterioração dos alimentos reduzindo sua vida útil ou mesmo inviabilizando seu consumo.

- Problemas de higiene pessoal: A falta de Boas Práticas de Fabricação e de higiene dos funcionários pode levar à contaminação cruzada dos alimentos durante o manuseio ou produção.
- Falhas no controle e garantia da qualidade: A falta de um sistema de controle e Garantia da qualidade robusto pode resultar em produtos que não atendem aos padrões sanitários estabelecidos, aumentando o risco de comercializar alimentos inadequados para o consumo.
- Problemas de saneamento nas instalações: A má gestão dos resíduos e águas residuais, bem como a falta de limpeza e desinfecção adequadas das instalações, podem contribuir para a atração e proliferação de pragas prejudiciais ao processo industrial como um todo.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota políticas rigorosas de processo, garantindo práticas de higiene e manipulação seguras, em instalações que atenderem a todas as Normas e Legislações Nacionais e Internacionais vigentes e aplicáveis de acordo com suas habilitações, realizando monitoramento contínuo do processo produtivo e cumprindo com a sua missão, visão e valores.

Além disso, a capacitação adequada dos funcionários e investimentos em tecnologias de controle e rastreamento de processos também são fundamentais para garantir a qualidade e segurança dos alimentos produzidos.

Risco Tecnológico

O Risco Tecnológico está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da organização, ao longo da sua cadeia de valor. Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições.

Investir em estratégias de proteção cibernética, planos de contingência, treinamento de pessoal e parcerias com especialistas em segurança da informação são algumas das ações essenciais para fortalecer a resiliência tecnológica da organização.

A seguir, alguns dos principais riscos tecnológicos que a Companhia pode enfrentar:

- Segurança cibernética: A exposição da Companhia a ameaças cibernéticas, como ataques de hackers, malware, phishing e ransomware, pode comprometer a integridade dos sistemas de informação, roubar dados confidenciais e interromper as operações, resultando em perdas financeiras e danos à reputação.
- Vazamento de dados: Falhas na segurança da informação podem levar ao vazamento de dados sensíveis, como informações de clientes, fornecedores e funcionários, causando violações de privacidade e problemas legais.
- Interrupção de sistemas: A dependência de sistemas digitais torna a Companhia vulnerável a falhas técnicas, erros humanos ou desastres naturais que possam interromper as operações e afetar a produtividade.
- Problemas de integração de sistemas: A utilização de diversas tecnologias e sistemas de informação pode resultar em dificuldades de integração, gerando inconsistências e dificuldades de comunicação entre diferentes áreas da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Gestão inadequada de ativos tecnológicos:** A falta de monitoramento e manutenção dos ativos tecnológicos, como servidores, computadores e equipamentos de automação, pode levar a falhas operacionais e reduzir a eficiência dos processos.
- **Falta de backup e recuperação de dados:** A ausência de estratégias efetivas de backup de dados e recuperação pode resultar em perda irreparável de informações críticas em caso de incidentes de segurança ou falhas nos sistemas.
- **Desatualização tecnológica:** O não acompanhamento das inovações tecnológicas pode levar a Companhia a ficar obsoleta, perdendo competitividade no mercado e enfrentando dificuldades para atender às demandas dos clientes.
- **Conformidade regulatória:** A Companhia precisa se adequar às regulamentações e normas específicas do setor que envolvam o uso de tecnologia, como segurança de dados e privacidade, a fim de evitar penalidades legais e multas.
- **Uso inadequado de tecnologias:** A falta de treinamento adequado para os colaboradores ou o uso impróprio das tecnologias disponíveis pode levar a erros nos processos, afetando a qualidade dos produtos e a segurança dos alimentos.

Para mitigar esses riscos, a Companhia investe em políticas de segurança cibernética robustas, treinamento dos colaboradores para o uso adequado das tecnologias, atualização constante de sistemas e infraestrutura, e implementação de práticas de backup e recuperação de dados.

Outros Riscos

A área de Gestão de Riscos promove discussões de outros potenciais fatores de Riscos que possam impactar a Companhia e as devidas ações para mitigá-los.

5.2 Descrição dos controles internos

Descrição dos Controles Internos

As Diretorias das Divisões de Negócios têm a responsabilidade e compromisso com a entrega de suas metas de performance estabelecidas no período orçamentário. Para tal, é necessário que as Diretorias observem suas variáveis de risco e tomem suas ações para garantir suas entregas, dentro dos parâmetros desta política. É competência de cada Divisão de Negócio: i) a identificação e avaliação de seus riscos de mercado, ii) a definição e execução de suas estratégias de proteção de riscos, tomando como base seu conhecimento, suas análises e instrumentos disponíveis nos mercados locais, iii) o controle e práticas de gestão das variáveis de riscos, e iv) o reporte dos resultados do desdobramento dessa Política ao GGR.

As Diretorias das Divisões devem garantir uma comunicação formal e tempestiva ao GGR em caso de qualquer evento que indique impacto significativo em relação ao orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. Nesse caso, o GGR irá submeter à Diretoria Estatutária as exposições e ações propostas pelas Divisões de Negócios. Caberá ao GGR formalizar esse fluxo de informação por escrito.

(a) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Cada Divisão de Negócio da Companhia possui uma Diretoria Financeira que tem, dentre outras atribuições, a responsabilidade pelo mapeamento e reporte das exposições cambiais (on-balance e off-balance) para a Vice-Presidência de Finanças e RI da Companhia.

Após a formalização da operação de hedge com a contraparte, cada Divisão de Negócio é responsável por registrar contabilmente o derivativo nos respectivos livros contábeis, sempre com base nos cálculos marcação-a-mercado. Além disso, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para conferir razoável segurança em seus processos e demonstrações financeiras.

(b) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Na opinião dos Diretores, a avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. A Companhia recorre à auditoria interna e em conjunto com as recomendações constantes do relatório de controles internos emitidos pela auditoria externa, avalia a eficiência dos controles e promove melhoria dos processos e práticas internas.

Os serviços de auditoria externa, para o exercício social de 2023 foram prestados pela Grant Thornton como auditoria independente da Companhia foram iniciadas a partir da revisão das Informações Trimestrais (ITRs) relativas ao primeiro trimestre do exercício social de 2017.

Em 2015 foi institucionalizada a área de Compliance da Companhia, demonstrando empenho da Companhia em cumprir e estar em conformidade com regulamentos internos e externos de atuação.

Tais trabalhos contribuem para o aprimoramento dos controles internos da Companhia. Nos exercícios de 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019, a Companhia recebeu os relatórios dos auditores independentes, os quais contemplaram as recomendações sobre os controles internos, que foram analisadas e implementadas dentro do planejamento da Companhia priorizando os aspectos mais relevantes. O resultado do trabalho das auditorias interna e externa são apresentados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria que também contribuem para o aprimoramento nos processos e controles internos da Companhia. Os Diretores acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações contábeis.

5.2 Descrição dos controles internos

(c) Estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira é a principal área responsável pelas demonstrações financeiras, contando com o suporte direto da Controladoria na elaboração das mesmas, garantindo a adoção de boas práticas de controle interno em concordância com as normas contábeis aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia possui os seguintes comitês que servem para apoiar seu processo de controle: (i) Comitê de Auditoria, (ii) Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos, e (iii) Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, e (iv) Comitê de Sustentabilidade.

Os Comitês de Auditoria, de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humano, e Financeiro e de Gestão de Riscos, dentro de suas respectivas áreas, são responsáveis por assegurar que as atividades da Companhia sejam conduzidas de forma a proteger e valorizar o seu patrimônio e otimizar o retorno sobre o investimento no longo prazo. Tais Comitês apoiam e assessoram o Conselho de Administração no estabelecimento da orientação geral das atividades da Companhia e nas decisões sobre questões estratégicas, em conformidade com as leis, ética e controles internos da Companhia.

O Comitê de Sustentabilidade funciona como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas à inserção da cultura de sustentabilidade e bem-estar animal no posicionamento estratégico da Companhia.

(d) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Auditoria Interna é o responsável pela supervisão dos controles internos adotados, tendo entre suas atribuições incluir no plano anual de Auditoria Interna trabalhos para realizar testes de eficiência nos controles que ajudam a mitigar os riscos aos quais está exposta a Companhia. O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria também auxiliam a auditoria interna da Companhia na supervisão dos controles internos adotados.

(e) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Grant Thornton Auditores Independentes comunicou os responsáveis pela governança as contatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos.

Os diretores entendem que os comentários apresentados nos relatórios sobre procedimentos e controles internos emitidos pelos auditores independentes da Companhia não representam riscos de distorções relevantes das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e que o relatório não afeta a opinião dos auditores em seus respectivos relatórios finais de auditoria.

Os Relatórios de Recomendações para Aprimoramento dos Procedimentos Contábeis e dos Controles Internos, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não apontaram deficiências significativas de controles.

Os auditores recomendaram que a Companhia realizasse: mapeamento de todos os processos, identificando os controles chave de cada um e definição de um cronograma anual de acompanhamento e monitoramento da efetividade dos controles (testes de auditoria interna).

(f) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5.2 Descrição dos controles internos

Os diretores da Companhia avaliaram o Relatório de Recomendações para Aprimoramento dos Procedimentos Contábeis e dos Controles Internos ("Relatório sobre Controles Internos") emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes, em relação ao exercício de 2023, e endereçaram as recomendações apontadas como oportunidade de melhoria nos processos de controles internos.

Os diretores informam, ainda, que a Companhia fez no exercício social de 2019, uma revisão em toda a política de normas e procedimentos internos e mantém constante processo de atualização e revisão dessas normas, bem como procedimentos de avaliação de sua aplicabilidade e que estará avaliando as sugestões propostas e incrementando o que for aderente.

5.3 Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Definição de diretrizes e regras claras

A Companhia conta com uma área de Compliance autônoma, responsável pela gestão das principais regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos contra a administração pública, os quais estão descritos nos documentos listados a seguir. As políticas sob a gestão da área de Compliance são públicas, podem ser acessadas em www.marfrig.com.br/compliance, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

- (i) Código de Ética e Conduta;
- (ii) Política Global Anticorrupção;
- (iii) Política de Doação, Patrocínios e Contribuições;
- (iv) Política Concorrencial;
- (v) Política de Conflitos de Interesses;
- (vi) Política de Relacionamento e Comunicação com Agentes Públicos;
- (vii) Política de Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades;
- (viii) Política de Mídias Sociais;
- (ix) Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo; e

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Treinamento periódico

Capacitação regular de todos os colaboradores, com ênfase nas áreas e cargos mais suscetíveis aos riscos identificados.

Monitoramento de Riscos

Implementação e acompanhamento de indicadores específicos para monitorar riscos.

Detecção de Irregularidades

Institucionalização de canais de denúncias e mecanismos para reportar preocupações de forma confidencial.

Comitês de Avaliação e Resposta a Incidentes

Formação de comitês especializados para avaliar incidentes e aplicar políticas de consequências adequadas.

Monitoramento Contínuo

Reavaliação constante dos riscos de Compliance e revisão periódica das políticas e procedimentos internos para garantir sua eficácia.

Além disso, e das políticas que estão sob gestão da área de Compliance, a Marfrig possui o "Código de Ética e Conduta de Terceiros", que fornece orientações sobre a postura adequada e esperada de seus parceiros na condução dos negócios, assegurando que estejam alinhados com as diretrizes da Companhia. A entrega desse Código a todos os terceiros com os quais firmamos contrato é obrigatória, e todos os contratos incluem cláusulas de compliance, reforçando nosso compromisso com a integridade.

A Companhia também realiza atividades contínuas de conscientização e divulgação sobre a importância e a finalidade desses mecanismos de integridade.

5.3 Programa de integridade

ii. A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Com a implementação do Departamento de Compliance a partir de deliberação conjunta do Comitê de Gestão e do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos, foi reestruturado o Comitê de Ética e Compliance, coordenado pela Área de Compliance. As atribuições do Comitê de Ética e Compliance, incluem avaliar a aderência das políticas da Companhia, indicadores da área, avaliar as consultas que lhe forem endereçadas, analisar os reportes recebidos, bem como analisar casos não previstos nas políticas da Companhia. Além deste comitê a Companhia conta com o Comitê de Auditoria, órgão auxiliar do Conselho de Administração na operacionalização dos processos de auditoria interna e externa, que avalia a eficácia dos controles de observância legal e controles internos.

a) código de ética ou de conduta

A Companhia adota um Código de Ética e Conduta (“**Código de Conduta**”), cuja última revisão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em abril de 2023 e que pode ser acessado em <https://www.marfrig.com.br/pt/compliance/politicas-compliance>

O documento aborda temas como direitos humanos, antissuborno, anticorrupção, ambiente de trabalho, normas de comportamento, diversidade e inclusão entre outros assuntos.

O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os administradores e colaboradores da Companhia, e busca estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, bem como as atitudes e ações em suas diversas relações.

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Ética e Conduta ou à sua essência estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre advertência, suspensão, destituição da função gerencial e dispensa do empregado.

As diretrizes e orientações contidas no Código de Ética e Conduta são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, jovens aprendizes e prestadores de serviços internos da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

Todo novo empregado realiza treinamento de integração, oportunidade em que é apresentado o Código de Conduta, sua capacitação e o aceite. Além disso, a Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta com periodicidade anual ou sempre que houver alterações/atualizações, abrangendo todos os envolvidos, quais sejam, diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, empregados e estagiários.

b) canal de denúncias

A Companhia possui canal de Denúncia denominado HELPLINE, gerenciado pela área Compliance, disponibilizado para receber toda e qualquer denúncia acerca de fatos que contrariem o Código de Ética e Conduta, às leis aplicáveis, normas, políticas e procedimentos da Companhia.

O canal é disponibilizado aos colaboradores da Companhia, clientes, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros e demais terceiros interessados.

A Companhia valoriza a ética e a transparência em suas operações. Por isso, oferecemos aos colaboradores e terceiros a opção de enviar relatos de forma completamente anônima, através do Canal de Denúncias, garantido o sigilo das informações.

A Companhia estimula a comunicação imediata de inconformidades e não tolera retaliações ou punições

5.3 Programa de integridade

àqueles que registrarem denúncias com responsabilidade.

Em 2023 foram recebidos mais de 600 reportes, sendo que mais 90% das ocorrências se referiam a gestão de pessoas, mais especificamente, temas relacionados a Recursos Humanos.

iii. procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Política Global Anticorrupção da Marfrig prevê a inclusão de cláusulas anticorrupção apropriadas em todos os contratos firmados pela Companhia, além de considerar outras medidas disponíveis para evitar a sucessão de qualquer passivo prévio ao fechamento da operação.

Além disso, após conclusão do negócio, deve ser conduzida uma análise de conformidade com as Leis Anticorrupção e Antitruste e a adequação à Política Anticorrupção, conforme necessário.

iv. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Os principais riscos a que a Companhia está exposta estão sujeitos a fatores internos e externos, de diferentes complexidades conforme descritos na seção 4 deste Formulário de Referência. A estrutura organizacional, as práticas, os procedimentos e as políticas de controles internos atuam de forma sistemática e consistente na identificação das mudanças, na avaliação e em respostas mais efetivas sobre os efeitos daqueles riscos. Neste contexto, a Companhia aperfeiçoa sua estrutura, suas práticas, seus procedimentos e suas políticas visando mitigar a exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MARCIA AP. PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS						
182.070.698-21	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
59.398.384	6,923	0	0,000	59.398.384	6,923	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS						
102.174.668-18	Brasil	Não	Sim	30/04/2024		
Não						
59.526.979	6,938	0	0,000	59.526.979	6,938	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.						
08.542.030/0001-31	Brasil	Não	Sim	28/02/2025		
Não						
499.356.617	58,205	0	0,000	499.356.617	58,205	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
392.000	0,046	0	0,000	392.000	0,046	
OUTROS						
239.254.139	27,887	0	0,000	239.254.139	27,887	
TOTAL						
857.928.119	100,000	0	0,000	857.928.119	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.				08.542.030/0001-31		
MARCIA AP. PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS						
182.070.698-21	Brasil	Não	Sim	28/09/2023		
Não						
249.004.359	50,000	0	0,000	249.004.359	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS						
102.174.668-18	Brasil	Não	Sim	28/09/2023		
Não						
249.004.359	50,000	0	0,000	249.004.359	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.				08.542.030/0001-31		
498.008.718	100,000	0	0,000	498.008.718	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/02/2025
Quantidade acionistas pessoa física	73.342
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1.005
Quantidade investidores institucionais	1.076

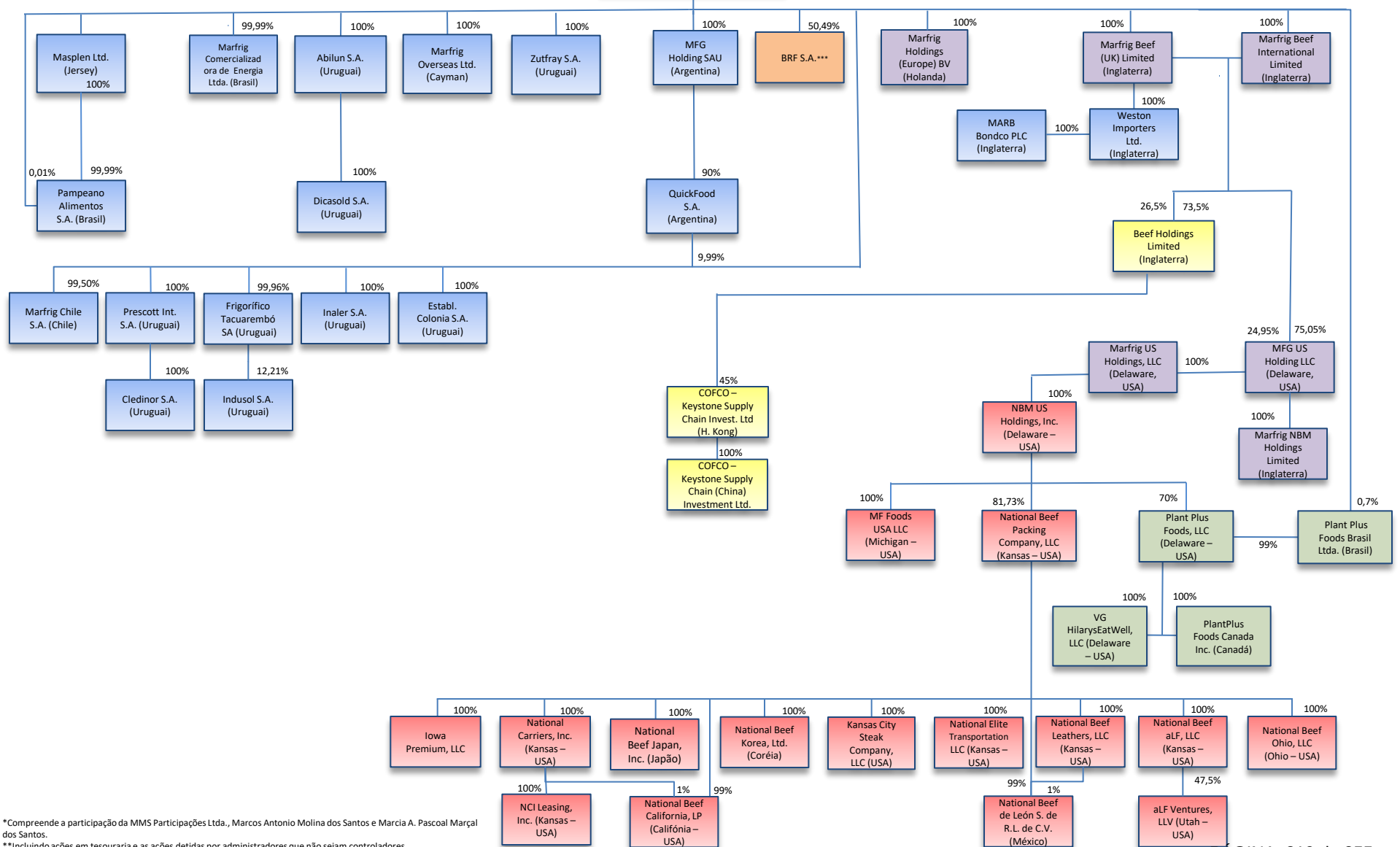
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	237.618.211	27,697%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	237.618.211	27,697%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Abilun S.A.	00.000.000/0000-00	100
BRF S.A	01.838.723/0001-27	50,49
Establecimientos Colonia S.A.	00.000.000/0000-00	100
Estancias Del Sur S.A	00.000.000/0000-00	99,99
Frigorífico Tacuarembó S.A.	00.000.000/0000-00	99,96
Inaler S.A.	00.000.000/0000-00	100
Marfrig Beef (UK) Limited	00.000.000/0000-00	100
Marfrig Beef International Limited	00.000.000/0000-00	100
Marfrig Chile S.A.	00.000.000/0000-00	99,5
Marfrig Comercializadora de Energia Ltda.	13.076.126/0001-91	99,99
Marfrig Holdings (Europe) BV	00.000.000/0000-00	100
Marfrig Overseas Ltd	00.000.000/0000-00	100
Masplen Ltd	00.000.000/0000-00	100
MFG Holdings SAU	00.000.000/0000-00	100
PAMPEANO ALIMENTOS S.A.	35.768.720/0001-86	99,99
PLANTPLUS FOODS BRASIL LTDA.	41.471.021/0001-72	70
Prestcott International S.A.	00.000.000/0000-00	100
Quickfood S.A	00.000.000/0000-00	99,99



*Compreende a participação da MMS Participações Ltda., Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia A. Pascoal Marçal dos Santos.

**Incluindo ações em tesouraria e as ações detidas por administradores que não sejam controladores.

*** Inclui BRF S.A. e suas subsidiárias – mais informações em: <https://ri.brf-global.com/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>

6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A administração é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia. O Estatuto permite a criação de comitês pelo Conselho de Administração para auxílio no exercício de suas funções, tendo sido criados quatro comitês: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê Financeiro; (iii) Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos; e (iv) Comitê de Sustentabilidade. Além dos órgãos que administram a Companhia, a Marfrig tem um Conselho Fiscal permanente com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei e pelo Estatuto Social.

Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Conforme Política de Indicação adotada pela Companhia, o Conselho de Administração, os Comitês e Diretoria Executiva devem ser compostos por profissionais altamente qualificados, levando em conta conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, raciais, étnico, faixa etária e gênero, devendo constituir um grupo comprometido e alinhado com a missão, princípios e valores éticos da Marfrig.

No processo de seleção de candidatos serão considerados todos os perfis dentro das capacidades estabelecidas para o cargo como a formação e experiência profissional, a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

Os candidatos aos cargos devem declarar possíveis conflitos ou impedimentos para análise da Diretoria de Compliance ou demais áreas e órgãos competentes. Os candidatos também devem reportar quaisquer relacionamentos com Agentes Públicos, PPEs e/ou Pessoas Vinculadas a Agentes Públicos.

A Política de Indicação de Conselheiros, Membros de Comitês e da Diretoria Executiva, foi aprovada em reunião do conselho de administração realizada em 14 de julho de 2022 e está disponível para consulta no site de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.marfrig.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-regimentos/>).

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

As avaliações do Conselho de Administração e da Diretoria tem como base o manual do IBGC: Avaliação de conselhos: Recomendações e Prática e são realizadas anualmente.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

No processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração utiliza-se questionário composto por 49 questões, sendo 37 delas destinadas a avaliação do Conselho de administração, como um colegiado, e 12 questões destinadas ao desempenho individual de cada conselheiro. As perguntas estão divididas em seis aspectos: (1) Composição e Dinâmica do Conselho de Administração e Participação dos Conselheiros; (2) Pessoas e Cultura (3) Estrutura e processo

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(4) Estratégia e Negócios; (5) Riscos Corporativos e Controles Internos; e (6) Desempenho individual, sendo, este último uma auto avaliação. O resultado consolidado em cada questão permite que seja determinada possíveis diferenças quanto à percepção dos conselheiros bem como às boas práticas de governança adotadas pela Companhia. Por intermédio do resultado fica possibilitada a identificação de melhorias que visem à evolução e preservação da governança da Companhia. A Companhia adota a prática de submeter ao Conselho de Administração e a Diretoria, a avaliação individual de seus Diretores, inclusive de seu Diretor Presidente, quando da concessão anual de sua remuneração variável, com apoio e fiscalização do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contratou tais serviços.

C. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia conta com uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações de Conflito de Interesses cuja versão mais recente foi aprovada em reunião do conselho de administração realizada em 06 de abril de 2023. Na ocorrência de conflito de interesses, este deverá ser manifestado por uma das partes ou, ainda, por qualquer terceiro que dele tiver conhecimento, tão logo o conflito se verifique ou dele tenham ciência. As partes em posição de conflito deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre o mesmo. Caso solicitado pelos órgãos aprovadores, as partes poderão participar parcialmente das discussões, com o objetivo de subsidiá-las com maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, no entanto, deverão retirar-se da discussão final, inclusive do processo de votação do tema. As questões referentes as situações de conflito de interesses deverão ser encaminhadas aos Departamentos de Compliance e Jurídico, que serão responsáveis pela verificação do cumprimento dos aspectos estritamente formais e legais atinentes a aplicação da presente política, enquanto que o departamento envolvido na operação em questão será responsável pela verificação das condições negociais, com base nos fundamentos desta Política. A formalização da existência do conflito de interesse e o subsequente afastamento das partes envolvidas nas discussões deverão constar na ata da reunião no qual o assunto for apreciado.

A Companhia também conta com uma Política de Conflito de interesses cuja última versão revisada foi aprovada em reunião do conselho de administração realizada em 31 de agosto de 2021 que, dentre outros, dita: i) É dever dos membros do Conselho de Administração monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e Conselho Fiscal, de forma a evitar o mau uso dos ativos da organização; ii) os colaboradores, as partes interessadas e os seus parentes que detiverem participação em um cliente ou em um fornecedor da Companhia não devem se valer da sua posição para influenciar, privilegiar ou obter vantagens para si ou para as empresas nas quais tenham participação; iii) os colaboradores não deverão influenciar em qualquer decisão relacionada ao processo de contratação de fornecedores, de colaboradores, indicados ou não, que sejam parentes e/ou partes relacionadas; iv) o Departamento de Compliance deverá, anualmente, realizar o monitoramento junto a todos os colaboradores com cargo superior ao gerencial e partes interessadas, de possíveis situações de conflito de interesses. Os demais colaboradores deverão informar ao Departamento de Compliance por meio dos seus canais de comunicação, amplamente divulgados, possíveis situações de conflito de interesses relacionadas a si e/ou aos seus parentes.

As políticas citadas estão disponíveis para consulta no site de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.marfrig.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-regimentos/>).

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- d. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

Não se aplica.

- e. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.**

O Conselho de administração da Companhia, conta com o o comitê de sustentabilidade diretamente focado nas questões do meio ambiente e sociais (pessoas). O Conselho de Administração da Companhia conta com membro efetivo especialista em questões ambientais, qual seja o Sr. Roberto Silva Waack que, por sua vez, é o Coordenador do Comitê de Sustentabilidade e faz reportes sobre o tema e sobre o trabalho realizado pelo referido comitê a cada reunião do conselho de administração.

A Companhia se posiciona como um importante agente de transformação na cadeia produtiva, engajando fornecedores e parceiros de negócios a uma agenda de produção ambientalmente responsável, com objetivos e metas claras relacionadas, entre outras questões, ao combate ao desmatamento e à redução nas emissões de GEE (gases de efeito estufa), minimizando o impacto da pecuária sobre as mudanças climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 17	1	16	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 17	1	16	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 17	0	17	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

O Estatuto permite a criação de comitês pelo Conselho de Administração para auxílio no exercício de suas funções, tendo sido criados quatro comitês: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê Financeiro; (iii) Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos; e (iv) Comitê de Sustentabilidade.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A avaliação do trabalho da auditoria independente pelo Conselho de Administração é feita trimestralmente durante as reuniões do Conselho de Administração agendadas para deliberar sobre as divulgações das informações trimestrais de resultados, e anualmente quando da realização da reunião para a convocação da Assembleia Geral Ordinária.

A Política de contratação de serviços extra-auditoria, foi aprovada em reunião do conselho de administração realizada em 31 de agosto de 2020 e está disponível para consulta no site de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.marfrig.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-regimentos/>).

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

A Companhia possui canal de denúncias que está apto a receber questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG. Ainda, a área de sustentabilidade da Companhia conta e-mail próprio que pode ser utilizado para o envio das reclamações, contudo, não existe um canal específico para o recebimento de temas ASG.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome	ALAIN EMILE HENRI MARTINET	CPF:	233.887.318-10	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	23/01/1943
Experiência Profissional:	Alain Emile Henri Martinet, 82 anos, é membro do Conselho de Administração da Marfrig Global Foods S.A. desde dezembro de 2009 e atua como membro de seu Comitê de Sustentabilidade. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de 40 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig.										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		31/03/2025	Sim	22/12/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ALFREDO FERREIRA MARQUES FILHO

CPF: 028.236.498-67

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 18/07/1961

Experiência Profissional:

Alfredo Ferreira Marques Filho, 63 anos, iniciou sua carreira em auditoria em 1981, passando a ser sócio-diretor da divisão de auditoria em 1990 e na BDO em 2011. Foi sócio da divisão de auditoria da BDO RCS, com mais de 43 anos de experiência e responsável pelas filiais de Goiânia e Brasília. É Atualizador, Administrador de Empresas registrado no Conselho Regional de Administração – CRA/SP, e Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/SP. Além disso, é auditor registrado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI, BACEN, SUSEP e CVM, e Perito Contador registrado no Cadastro Nacional de Peritos Contadores – CNPC. Membro do Instituto dos Auditores Independentes – IBRACON, participou dos Comitês de Auditoria de instituições financeiras, a exemplo do Banco ABC S.A. e Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. Integrou o Conselho Fiscal da Fertilizantes Heringer S.A., TIM S.A., Dixie Toga, além do Conselho de Administração da Contax S.A. Atualmente atua como Conselheiro Fiscal da Romi S.A. Possui formação em Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, com pós-graduação em Finanças Corporativas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		31/03/2025	Não	31/03/2025

Nome ANTONIO DOS SANTOS MACIEL NETO

CPF: 532.774.067-68

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro Mecânico

Data de Nascimento: 11/10/1957

Experiência Profissional:

Antonio dos Santos Maciel Neto, 67 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, desde maio de 2007 e, atualmente, é empresário dos setores da pecuária, venture capital e educação executiva. É membro dos Conselhos de Administração da National Beef, nos Estados Unidos, Dotz e Coordenador do Comitê de RH e Gestão da Superbid. Foi Presidente do Grupo CAO A de 2013 a 2017, da Suzano, de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e da América do Sul e também Vice-presidente Corporativo da Ford Motor Company, de 1999 a 2006. Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo. Nesses três anos, Maciel foi o Coordenador Técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas a Archer Daniels Midland Company (ADM), nos Estados Unidos, por 11 anos e Suzano, por 2 anos. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979 e fez diversos cursos, na área de gestão, nas Universidades de Harvard, Chicago e Fundação Getúlio Vargas. É coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		31/03/2025	Sim	20/05/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

EDUARDO MEDEIROS DA SILVA

CPF:

101.761.378-82

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogado

Data de Nascimento:

24/12/1967

Experiência Profissional:

Eduardo Medeiros da Silva, 57 anos, é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo sob o nº 143.476, graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP, em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Possui também formação em Comércio Exterior pela UNINTER com pós-graduação Lato Sensu em Práticas ESG pelo IBMEC. É mestrando em Gestão de Empresas pela Universidade de La Rioja, Espanha. Possui mais de 25 anos de experiência em gestão de empresas fabricantes de brinquedos e advocacia empresarial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		31/03/2025	Sim	29/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ELY CARLOS PEREZ

CPF: 140.264.678-05

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 01/06/1970

Experiência Profissional:

Ely Carlos Perez é um contador sênior com 54 anos de idade, graduado pela Universidade São Marcos e detentor de um MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Com mais de 25 anos de experiência em consultoria de Contabilidade Fiscal, Gerencial e Financeira, é especialista em implementação de Sistemas ERP (Enterprise Resource Planning).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		31/03/2025	Sim	29/04/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

HERCULANO ANÍBAL ALVES

CPF:

463.463.178-49

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Economista e Administrador rural

Data de Nascimento:

15/02/1953

Experiência Profissional:

Herculano Aníbal Alves, 72 anos, é Mestre em Finanças e Investimentos e Pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Sua formação inclui ainda educação executiva em Governança, Risco e Compliance pela Risk University – KPMG e Curso de Comitê de Auditoria pelo IBGC. Qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado financeiro, como Diretor de Investimentos, gestor de Renda Variável e analista de Investimento e analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Ônibus Vila Carrão. Nos três primeiros, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Global Foods (2015/16) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo, da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018/19), da Gerdau (2017/18), da Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001/05) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013/19) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015/16) e da Barigui Gestão de Recursos (2016/23). Presidente do Comitê de Auditoria da Tívio Capital (2023-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista Financeiro, Coordenador do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Recursos Humanos da Marfrig, e Membro do Comitê financeiro da BRFPprev (2024-atual).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		31/03/2025	Sim	24/04/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL

CPF:

918.587.207-53

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Economista e Contador

Data de Nascimento:

12/05/1966

Experiência Profissional:

José Luiz Gurgel, 58 anos, é membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods S.A., desde 2022. Preside o Comitê de Auditoria Estatutário da Indústrias Nucleares do Brasil – INB desde 2022, bem como é membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da mesma empresa. Desde 2024, é presidente do Comitê de Auditoria Estatutário da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Nos anos de 2021 e de 2022 foi membro do Conselho Fiscal do Grupo SOMA. Com 30 anos de experiência como auditor independente, entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de Janeiro. Entre julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO; integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Como sócio de auditoria na KPMG e na BDO, liderou trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras de empresas de capital aberto no Brasil, EUA e Europa bem como auditoria de controles internos para fins de atendimento da SOX para o mercado de capitais norte americano de acordo com as normas do PCAOB. Mestre em Ciências Contábeis (2018) pela Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda – FUCAPE RJ com dissertação elaborada na área de auditoria. Graduado em Economia pela UERJ e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade com pós-graduação em gestão empresarial pela Cândido Mendes. Foi diretor do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no período de 2008 a 2017. É Conselheiro Fiscal certificado pelo IBGC.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		31/03/2025	Sim	08/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

LUCIO ABRAHÃO MONTEIRO BASTOS

CPF:

090.776.838-52

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador de Empresas

Data de Nascimento:

04/08/1969

Experiência Profissional:

Lucio Abrahão Monteiro Bastos, 55 anos, é sócio e COO de empresa no setor de energia por cinco anos, tendo atuado por mais de 28 anos em empresas de auditoria e consultoria. Foi sócio de big four até abril de 2019 com foco especialmente em consultoria tributária, trabalhista e previdenciária onde coordenou a área de Tributos Indiretos e Alfandegários. Atuou como Sócio Líder Latam em Consultoria de empresa de grande porte por vários anos, auxiliando sua venda em 2008. Com formação Superior em Direito, MBA em Gestão Empresarial e experiência em conselhos e comitês. Na área de treinamento, ministrou cursos sobre imposto de renda e contribuição social, tributação na produção e circulação de mercadorias, gestão tributária, rotinas trabalhistas e previdenciárias, com artigos publicados em diversos periódicos e jornais. Participou de diversos cursos e palestras para aperfeiçoamento profissional. Colaborou com diversos artigos e publicações em revistas e jornais do Brasil.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		31/03/2025	Não	31/03/2025

Nome

MARCIA AP. PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS

CPF:

182.070.698-21

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Empresária

Data de Nascimento:

28/03/1973

Experiência Profissional:

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 51 anos, é membro do Conselho de Administração desde março de 2007 e membro do Comitê Financeiro da Companhia. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. A Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS Participações Ltda., controladora da Companhia. A Sra. Márcia também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da BRF S.A., sociedade controlada da Marfrig Global Foods S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		31/05/2025	Sim	26/03/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome

MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS

CPF:

102.174.668-18

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Empresário

Data de Nascimento:

17/01/1970

Experiência Profissional:

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, 55 anos, é Presidente do Conselho de Administração da Companhia e Presidente do Conselho de Administração da BRF S.A. O executivo é especialista em desenvolvimento de produtos e inovação e acumula experiência de mais de 30 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes chave da Marfrig, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS Participações Ltda. que é controladora da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2027	Presidente do Conselho de Administração		31/03/2025	Sim	26/03/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome RICARDO FLORENCE DOS SANTOS

CPF: 812.578.998-72

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 26/02/1955

Experiência Profissional: Ricardo Florence dos Santos, 70 anos, atua como membro dos Conselhos Fiscais da Marfrig desde 2020 e da BRF desde 2024, dos Conselhos Consultivos das empresas ATMO e BENCORP e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário das empresas MOVIDA Aluguel de Carros e CPFL Energia. Atuou como membro independente do Conselho de Administração da MOVIDA Aluguel de Carros S.A. entre 2016 e 2023, como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016, como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014 e como membro dos Conselhos Fiscais da CPFL Energia e sua controlada CEEE-T entre 2017 e 2022. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Paro de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Paro de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e dos Conselhos Consultivos da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006) e Granol (2020 a 2023).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		31/03/2025	Sim	30/03/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

ROBERTO SILVA WAACK

CPF:

029.327.158-52

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Biólogo e Administrador

Data de Nascimento:

28/03/1960

Experiência Profissional:

Roberto Silva Waack, 64 anos, é conselheiro de administração e coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A. Foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como dirigente de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação em conselhos de organizações como Wisewood/Braskem (plásticos reciclados), Instituto Arapyau (filantropia, presidente do Conselho), Synergia Consultoria SocioAmbiental, CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Membro de Comitês de Sustentabilidade da Tupy e Natura S.A. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Cofundador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e, também, da Concertação pela Amazonia. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). É colunista do Estadão Economia e Associated Fellow da Chatham House (Londres).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		31/03/2025	Sim	26/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

RODRIGO MARÇAL FILHO

CPF:

184.346.398-90

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Empresário

Data de Nascimento:

03/10/1974

Experiência Profissional:

O Sr. Rodrigo Marçal Filho, 50 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007 e Diretor Estatutário da Companhia, eleito em 07/01/2014, com posse em 23/01/2014. Teve vida profissional vinculada ao ramo de agronegócios tendo atuado como administrador de fazendas até seu ingresso na Companhia. Ingressou na Companhia em maio de 2000, foi diretor de infraestrutura até se tornar o diretor responsável pela compra de gado e membro do Conselho de Administração.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2027	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor Estatutário sem designação específica	31/03/2025	Sim	26/03/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

RUI MENDONÇA JUNIOR

CPF:

207.399.070-34

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro Mecânico

Data de Nascimento:

19/12/1958

Experiência Profissional:

Rui Mendonça Junior, é CEO da Operação América do Sul da Marfrig desde agosto de 2022. Engenheiro mecânico formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem MBA em Gestão de Agronegócios. Faz parte dos quadros executivos da Marfrig desde 2007 e, antes de assumir a posição de CEO, era diretor de industrializados da Operação América do Sul. Mendonça tem uma carreira de mais de 40 anos no setor de proteína bovina. Antes da Marfrig, trabalhou em multinacionais europeias e teve experiência internacional, nos mercados australiano e americano. Rui Mendonça é conselheiro da PlantPlus Foods, joint-venture para alimentos plant-based formada entre Marfrig e ADM, uma das líderes globais em soluções para a indústria de alimentos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/03/2023	31/03/2028	Diretor Presidente / Superintendente				

Nome TANG DAVID **CPF:** 213.882.168-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 16/04/1969

Experiência Profissional: O Sr. Tang David, 53 anos, está na Marfrig desde 2007 e ocupou cargos como Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria Interna e Diretor Estatutário sem Designação Específica da Companhia. Atuou por 11 anos (desde 1991) na Tesouraria da Asea Brown Boveri - ABB Brasil, último cargo como Diretor Executivo do Banco ABB S.A. (braço financeiro da ABB Brasil). Trabalhou por 04 anos (entre 2002 e 2006) na Tesouraria da JBS Friboi, último cargo como Controller da Divisão In-Natura.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/03/2023	31/03/2028	Diretor de Relações com Investidores				

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome:ALAIN EMILE HENRI MARTINET

CPF:233.887.318-10

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administrador de Empresas

Data de Nascimento:23/01/1943

Experiência Profissional:

Alain Emile Henri Martinet, 82 anos, é membro do Conselho de Administração da Marfrig Global Foods S.A. desde dezembro de 2009 e atua como membro de seu Comitê de Sustentabilidade. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de 40 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027	N/A		31/03/2025	06/05/2019

Nome:ANA YANG

CPF:253.388.878-86

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administra
dora de
Empresas

**Data
de
Nas
cime
nto:**01/03/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Ana Yang é a Diretora Executiva do Chatham House Sustainability Accelerator. Ana possui ampla experiência profissional relacionada à sustentabilidade e mudanças climáticas, embasada por vinte anos de experiência abrangendo o setor privado, financiamento do desenvolvimento, sociedade civil, filantropia e laboratório de ideias. Seus interesses atuais se concentram em entender como as finanças e a inovação podem possibilitar a transição para sustentabilidade profunda. Antes da Chatham House, Ana trabalhou na Children’s Investment Fund Foundation, onde liderou o fluxo de trabalho de uso da terra e finanças do Programa de Mudanças Climáticas. Entre 2005 e 2008, foi Diretora Executiva da Forest Stewardship Initiative do FSC Brasil e mais tarde integrou a equipe de Consultoria de Negócios Sustentáveis da International Finance Corporation (IFC), assessorando empresas e investidores em investimentos com impacto na Amazônia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	20/04/2023	31/03/2027	N/A	N/A	20/04/2023	10/11/2022

Nome:ANTONIO DOS SANTOS MACIEL NETO

CPF:532.774.067-68

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Engenheiro Mecânico

Data de Nascimento:11/10/1957

Experiência Profissional:

Antonio dos Santos Maciel Neto, 67 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, desde maio de 2007 e, atualmente, é empresário dos setores da pecuária, venture capital e educação executiva. É membro dos Conselhos de Administração da National Beef, nos Estados Unidos, Dotz e Coordenador do Comitê de RH e Gestão da Superbid. Foi Presidente do Grupo CAO A de 2013 a 2017, da Suzano, de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e da América do Sul e também Vice-presidente Corporativo da Ford Motor Company, de 1999 a 2006. Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo. Nesses três anos, Maciel foi o Coordenador Técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas an Archer Daniels Midland Company (ADM), nos Estados Unidos, por 11 anos e Suzano, por 2 anos. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979 e fez diversos cursos, na área de gestão, nas Universidades de Harvard, Chicago e Fundação Getúlio Vargas. É coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	31/03/2025	31/03/2027		Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria	31/03/2025	18/05/2020
Comitê de Remuneração		Outros	31/03/2025	AGO a ser realizada em 2027		Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário	31/03/2025	16/05/2013

Nome: HERALDO GERES **CPF:** 119.691.688-89 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 26/10/1968

Experiência Profissional: O Sr. Heraldo Geres, 53 anos, é o Diretor Jurídico Estatutário e Vice Presidente Jurídico e de Recursos Humanos da Companhia, formado em direito, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994, pós graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, cursou Administração de Empresas também na PUC-SP, foi mestrando em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui Certificate in Global Business Administration pela Thunderbird School of Business (EUA).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027			31/03/2025	06/05/2019

Nome:HERCULANO ANÍBAL ALVES

CPF:463.463.178-49

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Economista e Administrador rural

Data de Nascimento:15/02/1953

Experiência Profissional:

Herculano Aníbal Alves, 72 anos, é Mestre em Finanças e Investimentos e Pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Sua formação inclui ainda educação executiva em Governança, Risco e Compliance pela Risk University – KPMG e Curso de Comitê de Auditoria pelo IBGC. Qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado financeiro, como Diretor de Investimentos, gestor de Renda Variável e analista de Investimento e analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Ônibus Vila Carrão. Nos três primeiros, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Global Foods (2015/16) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo, da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018/19), da Gerdau (2017/18), da Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001/05) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013/19) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015/16) e da Barigui Gestão de Recursos (2016/23). Presidente do Comitê de Auditoria da Tivio Capital (2023-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista Financeiro, Coordenador do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Recursos Humanos da Marfrig, e Membro do Comitê financeiro da BRFPPrev (2024-atual).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027			31/03/2025	06/05/2019
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027			31/03/2025	11/05/2021

Nome: JOSÉ LUIZ SANCHES

CPF: 065.351.898-64

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Auditor e Consultor Empresarial

Data de Nascimento: 11/08/1985

Experiência Profissional:

Sr. José Luiz Sanches, 57 anos, auditor e consultor empresarial, com 36 anos de experiência em auditoria independente e consultoria em contabilidade e Sócio Administrador na J L Sanches Assessoria Empresarial. Desde agosto de 2022 vem atuando em consultoria e assessoramento empresarial. Desde janeiro de 2020 é integrante do Conselho Fiscal do Hotéis Complexo Civita – IBIS STYLES e MERCURE da franquia Accor Hotels, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Março de 2015 a julho de 2022, foi sócio na PKF Affiance Brazil Auditores Independentes, nos escritórios de Ribeirão Preto/SP e São Paulo/SP. Abril de 2011 a setembro de 2014 foi sócio de auditoria da KPMG Auditores Independentes nos escritórios de Ribeirão Preto/SP e Uberlândia/MG. Maio de 2000 a março de 2011 foi sócio de auditoria na BDO, nos escritórios de Ribeirão Preto/SP e Campo Grande/MS. Abril de 1999 a abril de 2000, atuou como Gerente Contábil na Sibelco Mineração Ltda. (Grupo Unimin) em Análândia/SP. Agosto de 1986 a março de 1999, Supervisor de Auditoria na KPMG Auditores Independentes, no escritório de São Carlos/SP. Nas atividades de Sócio de Auditoria nas empresas BDO, KPMG e PKF, atuou na liderança de trabalhos de Auditoria de Demonstrações Contábeis, Revisões Limitadas, Procedimentos Previamente Acordados, Diagnósticos Contábeis, Tributários e Trabalhistas, Due-Diligence, Revisões de Prospectos para Bonds e IPO, entre outras atividades de auditoria para a carteira de clientes do setor do agronegócio (frigoríficos, usinas de açúcar e álcool); agropecuária nas atividades de cana-de-açúcar, laranja, soja e gado bovino e suíno; indústrias metalúrgicas; concessionárias de rodovias, água e esgoto; serviços médicos (Hospital, Santa Casa e Cooperativa Médica); Fertilizantes e Mineração. Possui a formação acadêmica e qualificações técnicas em Bacharel em Ciências Contábeis pela Associação de Escolas Reunidas – ASSER – São Carlos; Pós-graduado em Controladoria e Finanças pela UNICEP – São Carlos; membro do Conselho Regional de Contabilidade, categoria contador – CRC-SP; Associado ao Instituto de Auditoria Independente do Brasil – IBRACON; possui o Cadastro Nacional de Auditores Independentes -CNAI do Conselho Federal de Contabilidade; foi Integrante do Grupo Técnico do Agronegócio do IBRACON.O Sr. José não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027			31/03/2025	05/07/2023

Nome: JOSÉ MAURO DEPES
LORGA

CPF: 711.509.277-04

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 05/11/1960

Experiência Profissional:

É sócio e COO do grupo Delta Energia desde maio de 2019, tendo atuando por mais de 26 anos em empresas de auditoria e consultoria. Foi sócio da KPMG Brasil até abril de 2019 com foco especialmente em consultoria tributária, trabalhista e previdenciária onde coordenou a área de Tributos Indiretos e Alfandegários. Atuou como Sócio Líder Latam em Consultoria na BDO Brasil por vários anos até a aquisição em 2008 pela KPMG. Com formação Superior em Direito pela FMU e MBA em Gestão Empresarial pela Trevisan Escola de Negócios também atua como conselheiro no Conselho de Ética da ANFAC – Associação Nacional de Fomento Comercial. Como consultor, prestou serviços para diversas empresas nacionais e internacionais em diferentes áreas, como due diligence, acquisition review, consultor de tributos e negócios além de representar clientes nas cortes administrativas e judiciais. Na área de treinamento, ministrou cursos sobre imposto de renda e contribuição social, tributação na produção e circulação de mercadorias, gestão tributária, rotinas trabalhistas e previdenciárias, com artigos publicados em diversos periódicos e jornais. Participou de diversos cursos e palestras para aperfeiçoamento profissional de âmbito nacional e internacional. Colaborou com diversos artigos e publicações em revistas e jornais no Brasil.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027			31/03/2025	18/05/2020

Nome:
MARCELLA FERNANDA
MARÇAL DOS SANTOS

CPF:
541.233.298-61

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Estudante

Data de Nascimento:
06/12/2002

Experiência Profissional:

A Sra. Marcella é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia e conta com experiência profissional no setor do agronegócio. É graduanda em Administração de Empresas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027	N/A		31/03/2025	11/05/2021

Nome: MARCELO DE CAMARGO FURTADO **CPF:** 054.087.568-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 15/11/1963

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Furtado é CSO e sócio fundador da startup ZScore uma plataforma de relacionamento que oferece uma solução de rastreabilidade de ativos ambientais utilizando a tecnologia Blockchain. Presidente do conselho da World Resources Institute (WRI) Brasil. Membro do conselho da Conectas Direitos Humanos e membro do comitê de sustentabilidade e inovação da Duratex. Foi diretor executivo da Alana Foundation (2018 a março de 2020) e co-fundador da plataforma Believe.Earth. Membro fundador e atuou de 2016 a junho de 2018 como facilitador da Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura, um fórum multistakeholder com representantes da academia, setor privado e sociedade civil para promover uma economia para o uso do solo sustentável, inclusiva e de baixo carbono. Engenheiro Químico por formação com mestrado em energias renováveis. Profissional com mais de 30 anos de experiência como ativista comprometido com o avanço da agenda da sustentabilidade e justiça social através da inovação e mobilização pública nas áreas de Clima, Energia e Uso da Terra. Lemann Fellow e membro do Yale World Fellow (2011). Diretor Executivo do Instituto Arapyau (2013 a 2017) fundação familiar que promove sustentabilidade, justiça, educação e ativismo político. Diretor Executivo do Greenpeace Brasil (2008 a 2013). Diretor de campanhas no Greenpeace Brasil para Floresta, Clima&Energia e Poluição Industrial (2005 a 2008). Atuou no Greenpeace Internacional (1990 a 2005) como conselheiro para políticas públicas em clima, energia e poluição industrial; coordenou a campanha global (e anteriormente para a América Latina) pela promoção de tecnologias limpas e contra o comércio internacional de resíduos tóxicos. Antes de se juntar ao setor sem fins lucrativos trabalhou na Dow Chemicals na área de marketing e na Technova como consultor em de inovação e tecnologia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027	N/A		31/03/2025	22/06/2020

Nome: MARCIA AP. PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS

CPF: 182.070.698-21

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Empresária

Data de Nascimento: 28/03/1973

Experiência Profissional:

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 51 anos, é membro do Conselho de Administração desde março de 2007 e membro do Comitê Financeiro da Companhia. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. A Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS Participações Ltda., controladora da Companhia. A Sra. Márcia também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da BRF S.A., sociedade controlada da Marfrig Global Foods S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027			31/03/2025	18/05/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: MARCOS FERNANDO MARÇAL DOS SANTOS

CPF: 387.480.138-11

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 20/11/1995

Experiência Profissional:

O Sr. Marcos Fernando é graduado em administração de empresas pela fundação armando alvares penteado – FAAP, cursa o preparatório “jornada sucessor” promovido pela consultoria Falconi e é membro do comitê de remuneração, governança corporativa e recursos humanos da Marfrig Global Foods S.A. Conta com sólida experiência profissional no setor do agronegócio, tendo ocupado na marfrig os cargos de auditor (2015 – 2018), comercial (2018), gerente geral na unidade de Bataguassu – MS (2018-2019) e gerente geral na unidade de Várzea Grande – MT (2019-2021). atualmente ocupa o cargo de diretor de supply chain (2021 – atual).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027			31/03/2025	14/07/2022

Nome: PAULO PIANEZ JUNIOR

CPF: 083.886.738-31

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 24/08/1966

Experiência Profissional:

O Sr. Paulo é formado em Economia pela UNICAMP, pós-graduado em Qualidade e especializado em Retail Management pela Youngstown State University (EUA), Paulo atuou mais de 10 anos como Diretor de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Grupo Carrefour Brasil e anteriormente foi diretor da qualidade do BankBoston e Superintendente de Relações com Clientes do Banco Santander

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027	N/A		31/03/2025	06/05/2019

Nome:ROBERTO SILVA WAACK**CPF:**029.327.158-52**Passaporte:****Nacionalidade:**Brasil**Profissão:**Biólogo e Administrador**Data de Nascimento:**28/03/1960

Experiência Profissional:

Roberto Silva Waack, 64 anos, é conselheiro de administração e coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A. Foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como dirigente de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação em conselhos de organizações como Wisewood/Braskem (plásticos reciclados), Instituto Arapyau (filantropia, presidente do Conselho), Synergia Consultoria SocioAmbiental, CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Membro de Comitês de Sustentabilidade da Tupy e Natura S.A. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Cofundador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e, também, da Concertação pela Amazonia. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). É colunista do Estadão Economia e Associated Fellow da Chatham House (Londres).

Comitês:								
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	31/03/2025	31/03/2027	N/A	N/A	31/03/2025	06/05/2019

Nome:TANG DAVID**CPF:**213.882.168-41**Passaporte:****Nacionalidade:**Brasil**Profissão:**Administrador de Empresas**Data de Nascimento:**16/04/1969

Experiência Profissional:

O Sr. Tang David, 53 anos, está na Marfrig desde 2007 e ocupou cargos como Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria Interna e Diretor Estatutário sem Designação Específica da Companhia. Atuou por 11 anos (desde 1991) na Tesouraria da Asea Brown Boveri - ABB Brasil, último cargo como Diretor Executivo do Banco ABB S.A. (braço financeiro da ABB Brasil). Trabalhou por 04 anos (entre 2002 e 2006) na Tesouraria da JBS Friboi, último cargo como Controller da Divisão In-Natura.

Comitês:								
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2025	31/03/2027			31/03/2025	18/05/2020

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	
Presidente do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcia Ap. Pascoal Marçal dos Santos	182.070.698-21	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
A Sra. Marcella Marçal é filha do Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e da Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	
Presidente do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rodrigo Marçal Filho	184.346.398-90	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Diretor Estatutário e Membro do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
O Sr. Rodrigo Marçal Filho é irmão da Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos que, por sua vez, é esposa do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS
Presidente do Conselho de Administração

102.174.668-18
N/A

Controle
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.
Controlador

08.542.030/0001-31
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

Administrador do Emissor

MARCIA AP. PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS
Membro do Conselho de Administração

182.070.698-21
N/A

Controle
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.
Controlador

08.542.030/0001-31
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS	102.174.668-18	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	08.542.030/0001-31		
Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCIA AP. PASCOAL MARÇAL DOS SANTOS	182.070.698-21	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	08.542.030/0001-31		
Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contrata, anualmente, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros da Companhia o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes da reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, bem como o pagamento parcial de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores da Companhia enquanto no exercício de suas funções profissionais.

O D&O da Marfrig é coberto pela seguradora Chubb (50%) e pelas cosseguradoras TOKIO MARINE SEGURADORA SA (30%) e AIG Seguros Brasil SA (20%). O valor total do prêmio do seguro contratado foi de USD 243.488,23, com limite máximo de garantia, no valor de US\$50.000.000,00. O D&O conta com (i) Cobertura A: por meio da qual a seguradora se obriga a pagar aos segurados as perdas indenizáveis resultantes de uma reclamação coberta,

(ii) Cobertura B: por meio da qual a seguradora se obriga a reembolsar à Companhia as perdas indenizáveis incorridas com reclamações cobertas proposta contra os segurados e

(iii) Cobertura C: por meio da qual a seguradora se obriga a pagar as reclamações contra o tomador em virtude de reclamações de mercado de capitais – exceto EUA e Canadá.

7.8 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes

8.1 Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia visa atrair, reter e estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos seus administradores. Adicionalmente, busca impulsionar o executivo da Companhia a crescer e se desenvolver de forma a atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos da Companhia, tendo seu desempenho reconhecido através do pagamento de incentivo (curto e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão responsável pela avaliação dos administradores da Companhia e a consequente remuneração devida a cada um deles nos termos de sua política de remuneração. O comitê é formado por membros do Conselho de Administração.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

A política de remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2018, que tem o escopo de estabelecer os procedimentos operacionais e de controle a serem aplicados no processo de Definição da Remuneração dos Administradores da Companhia. A política de remuneração dos Administradores encontra-se à disposição para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.marfrig.com.br/>) e no sistema Empresas.Net da Comissão de Valores Mobiliários.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária é avaliada no início de cada ano e a recomendação da remuneração é apresentada ao Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos, que por sua vez, faz a proposta do montante global para o Conselho de Administração e na sequência para a Assembleia Geral Ordinária.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A composição da remuneração dos Administradores é definida por meio de pesquisa salarial onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos executivos (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios).

A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial do Grupo Marfrig, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa).

Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

8.1 Política ou prática de remuneração

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A política de remuneração dos Administradores, bem como os montantes a serem pagos são discutidos ao menos uma vez ao ano no Conselho de Administração e no Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia no ano de 2024

é composta por uma remuneração mensal fixa, determinada anualmente para cada um de seus membros, e determinados benefícios com o objetivo de recompensar monetariamente os membros do Conselho de Administração de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remunerações distintas, pois são remunerados de acordo com o nível de participação de cada um. e pela mesma razão, há membros do Conselho de Administração da Companhia que recebem remunerações superiores a diretores estatutários. O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável ao Conselho de Administração, não foi concedida, contudo, remuneração variável ao Conselho no exercício de 2023 e não será concedida para o exercício de 2024.

Diretores

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária da Companhia é composta por:

- uma parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, fixado anualmente para cada um de seus membros, e benefícios diversos com o objetivo de recompensar monetariamente os membros da Diretoria de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia; e
- uma parcela variável, a qual inclui (i) a participação nos resultados da Companhia, e (ii) a remuneração com base no plano de opção de compra de ações da Companhia. Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Instrução CVM nº 567, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 30 de abril de 2024. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por uma parcela fixa, a qual inclui uma remuneração mensal, determinada anualmente para cada um de seus membros e por benefício com o objetivo de recompensar monetariamente os conselheiros fiscais de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia.

Comitês

Todos os participantes dos diversos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, como Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Comitê de Sustentabilidade podem ser remunerados por sua participação nesses comitês.

• *objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo*

Como a Companhia adota práticas de mercado para definição de sua política de remuneração, seja fixa ou variável, as práticas estimulam e reconhecem os executivos na busca dos objetivos do negócio, estreitando a relação entre a Companhia e o administrador. A soma das remunerações (fixa, variável e indireta/benefícios) deve ser compatível com o mercado de comparação (peer group).

A remuneração fixa (ou salário base) tem por objetivo a recompensa do executivo de acordo com o nível de contribuição que o cargo possui dentro da estrutura da Companhia de cargos e salários. A tabela salarial da Companhia é revista no máximo a cada 2 anos de acordo com pesquisa salarial junto ao peer group já apresentado anteriormente.

A remuneração variável de curto prazo tem por objetivo reconhecer os resultados obtidos pela Companhia nas suas dimensões financeira, operacional e humana, de acordo com o mix de objetivos corporativos anuais, conforme indicado no item (c).

O incentivo de longo prazo tem por objetivo a retenção dos executivos e recompensa diferida no longo prazo, através de apuração anual de objetivos conforme indicado no item (c), sendo concedido através de plano de opção de compra de ações específico anualmente e diferido 25% ao ano.

• *proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais*

31 de dezembro de 2023	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	41,8%	58,2%
Conselho Fiscal	100%	-

8.1 Política ou prática de remuneração

31 de dezembro de 2022	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	26,0%	74,0%
Conselho Fiscal	100%	-

31 de dezembro de 2021	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Diretoria Estatutária	29,7%	70,3%
Conselho Fiscal	100%	-

- metodologia de cálculo e de reajuste**

A composição da remuneração dos Administradores é definida por meio de pesquisa salarial, realizada em um período não superior a 2 anos, junto a um grupo selecionado de empresas (*peer group*) do segmento de alimentos e empresas nacionais de capital aberto com atuação no exterior, onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos executivos (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios).

A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial do Grupo Marfrig, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa).

Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

- principais indicadores de desempenho**

Conselho de Administração

O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável ao Conselho no exercício de 2023 e não será concedida para o exercício de 2024.

Diretores

A remuneração mensal de cada Diretor está relacionada a avaliação de seu programa, bem como seu desempenho individual.

A remuneração variável de curto prazo e o incentivo de longo prazo, por sua vez, está condicionada ao cumprimento de metas internas e ao desempenho da Companhia.

Para o exercício de 2023, os indicadores utilizados para apuração da remuneração variável de curto prazo e do incentivo de longo prazo são:

8.1 Política ou prática de remuneração

EBITDA: obtido através da receita líquida da Companhia.

Individual: são propostas até cinco metas para a gestão de área do executivo, as quais focam em resultados alinhados com as diretrizes definidas pelo líder imediato, levando-se em conta, entre outros, orçamento, vendas, receita e produtividade.

Os indicadores e metas da Diretoria Executiva estão em linha com os Guidances, divulgados ao mercado em fatos relevantes datado de 02 de março de 2015 e de 29 de fevereiro de 2016, e são elaborados contratos de gestão, os quais consideram fatores próprios da função e os indicadores de desempenho global da Companhia.

Conselho Fiscal

Não aplicável.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são (i) atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais da Companhia; (ii) estar alinhada à prática de mercado e legislação vigente; (iii) ser economicamente viável; (iv) reconhecer por desempenho individual e da organização; e (v) buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com objetivos da Companhia.

(iii) existência de membros não remunerados e a razão para esse fato

A remuneração do Conselho de Administração compreende os rendimentos de seis membros. Os outros dois membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos

Não aplicável.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à concorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário

Não aplicável, tendo em vista que não há qualquer componente da remuneração dos administradores da Companhia vinculado a eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	6,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.856.062,20	10.325.466,95	954.424,08	23.135.953,23
Benefícios direto e indireto	134.562,48	1.045.789,58	10.425,52	1.190.777,58
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	27.212.397,06	0,00	27.212.397,06
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há remuneração variável para este órgão	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.902.644,80	0,00	2.902.644,80
Observação				
Total da remuneração	11.990.624,68	41.486.298,39	964.849,60	54.441.772,67

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	6,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.849.131,63	9.670.526,71	905.302,06	18.424.960,40
Benefícios direto e indireto	89.530,17	853.810,88	9.574,96	952.916,01
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	25.886.059,42	0,00	25.886.059,42
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.972.298,96	0,00	8.972.298,96
Observação				
Total da remuneração	7.938.661,80	45.382.695,97	914.877,02	54.236.234,79

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	6,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.113.333,33	8.905.164,00	848.296,01	16.866.793,34
Benefícios direto e indireto	86.294,24	872.490,59	5.140,10	963.924,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	20.005.122,75	0,00	20.005.122,75
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.912.166,67	0,00	1.912.166,67
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.911.275,12	0,00	5.911.275,12
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	
Total da remuneração	7.199.627,57	37.606.219,13	853.436,11	45.659.282,81

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00	6,00	17,25
Nº de membros remunerados	5,25	4,00	6,00	15,25
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.448.600,00	10.075.439,21	935.657,94	17.459.697,15
Benefícios direto e indireto	77.454,42	487.084,49	4.606,72	569.145,63
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	20.408.491,38	0,00	20.408.491,38
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.635.148,27	0,00	4.635.148,27
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012	
Total da remuneração	6.526.054,42	35.606.163,35	940.264,66	43.072.482,43

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	-		-	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	19048677,94	0,00	19.048.677,94
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	54424794,12	0,00	54.424.794,12
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	27212397,06	0,00	27.212.397,06
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável prevista para esse órgão.		Não há remuneração variável prevista para esse órgão.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	18120241,59	0,00	18.120.241,59
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	51772118,84	0,00	51.772.118,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	25886059,42	0,00	25.886.059,42
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável prevista para esse órgão.		Não há remuneração variável prevista para esse órgão.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	17210432,13	0,00	17.210.432,13
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	49172663,24	0,00	49.172.663,24

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	24586331,62	0,00	24.586.331,62
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	20005122,75	0,00	20.005.122,75

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00	6,00	17,25
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável prevista para esse órgão.		Não há remuneração variável prevista para esse órgão.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	26491825,51	0,00	26.491.825,51
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	75690930,00	0,00	75.690.930,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	37845465,00	0,00	37.845.465,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	20408491,38	0,00	20.408.491,38

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(a) termos e condições gerais

Em 29 de maio de 2009, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia ("**Plano de Opção**"). Os termos específicos do Plano de Opção estão descritos a seguir:

Administração do Plano de Opção

O Plano de Opção é direcionado aos administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob o seu controle ("**Beneficiários**"). O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observado as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("**Comitê**").

Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo, três membros, sendo um deles necessariamente membro do Conselho de Administração da Companhia e os demais eleitos pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração e do Comitê não serão elegíveis como Beneficiários do Plano de Opção.

Obedecidas as condições gerais do Plano de Opção e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opção, incluindo:

- a outorga de opções nos termos do Plano de Opção, bem como a criação e aplicação de normas específicas para cada outorga;
- o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários;
- a eleição dos Beneficiários do Plano de Opção e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente
- a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção;
- a criação de Programas Específicos (conforme definido abaixo) de outorga de opção de compra de ações.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano de Opção, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Criação de Programas Específicos

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Periodicamente, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, preço de exercício da opção e demais condições ("**Programas Específicos**"), podendo não guardar ainda qualquer relação com as condições gerais estabelecidas pelo Plano de Opção.

Até a presente data, foram criados quatorze Programas Específicos.

O Conselho de Administração da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção, o número de ações que poderão ser adquiridas como exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento ("**Contrato de Opção**").

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Prazo de Vigência do Plano de Opção

O Plano de Opção entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Disposições Gerais

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Os acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano de Opção, conforme previsto no artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano de Opção manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado o disposto no item 7.2.1. do Plano de Opção, bem como eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

Nenhuma disposição do Plano de Opção ou opção outorgada nos termos do Plano de Opção conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

Cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos do Plano de Opção, mediante declaração

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

escrita, sem qualquer ressalva e nos termos da Política de Negociação de Ações da Companhia.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano de Opção, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Instrução CVM nº 567, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 30 de abril de 2024. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Em 29 de maio de 2009, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia ("**Plano de Opção**").

(c) número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/05/2009, ("Plano de Opção") prevê, em seu item 6.1, que o limite global para concessão de opção de compra de ações é de 5% do total de ações de emissão da Companhia.

O item 4 do citado Plano de Opção prevê, por sua vez, que o Conselho de Administração é competente para estabelecer Programas Específicos ("Programas") de concessão de opção de compra de ações com condições específicas, inclusive em relação a preço de exercício. No âmbito dos referidos Programas, o limite global para a concessão é de 2%, sendo que o limite de concessão para cada um dos Programas, individualmente, é de 0,5% do total de ações emitidas. Portanto, o somatório dos Programas Específicos (com limite de 0,5% cada) não poderá ultrapassar o limite global de 2% do total de ações emitidas.

Em suma, dos 5% de ações de emissão da Companhia destinados ao Plano de Opções, apenas 2% podem ser utilizados no âmbito dos Programas Específicos, sendo que o limite de concessão para cada Programa é de 0,5%.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme informado no item (c) acima, poderão ser outorgadas nos termos do Plano de Opção opções de ações que confirmam direitos de subscrição e/ou aquisição sobre um número de ações que não exceda 5% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(e) condições de aquisição de ações

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de três dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias a fim de formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

A Companhia poderá determinar a suspensão temporária do direito ao exercício da opção sempre que se verificarem situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte do beneficiário. O preço de exercício da opção será pago à vista pelo beneficiário. Nenhuma ação será entregue ao beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração poderá criar programas de opção de compra de ações específicos com regras e condições específicas, quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, preço de exercício da opção e demais condições.

Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano de Opção, respeitado o preço médio ponderado pelo volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data da outorga da opção e um desconto de até 20% sobre o valor apurado. O preço de exercício com base nos Programas Específicos tem como base os últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano, com desconto de até 50% sobre o valor apurado.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano de Opção não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

Outorga direta de ações: sem nenhum custo aos beneficiários.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga.

O Beneficiário terá o prazo de 6 meses para exercício das opções, a contar das datas definidas acima. A parcela da opção não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(h) forma de liquidação

A liquidação do exercício da opção deverá se dar em dinheiro, com recursos próprios do Beneficiário, mediante depósito em conta indicada pela Companhia. Em até 7 dias úteis após o recebimento do comprovante e a documentação necessária, a companhia encaminhará à instituição financeira depositária o pedido de transferência das ações de emissão da Companhia para transferência nos livros para o nome do beneficiário.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção e, observadas as cláusulas mínimas estabelecidas no Plano de Opção, impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

Atualmente, não se encontra em vigor qualquer restrição imposta pelo Conselho de Administração à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A outorga de opções nos termos do Plano de Opção não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano de Opção.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados.

Adicionalmente, se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Opção, o Beneficiário:

- desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia, mediante análise do caso específico, conceder ao Beneficiário solução diferente caso entenda pertinente;
- for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por ou sem justa causa ou destituição do seu cargo por violar seus deveres e atribuições, todos os direitos que ainda não possam ser exercidos, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia, mediante análise do caso específico, conceder ao Beneficiário solução diferente caso entenda pertinente;
- desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercidos, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício por um período de até seis meses após o dito desligamento, antecipando-se o prazo de carência; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos, na data do seu desligamento permanecerão inalterados, podendo ser exercidos normalmente, nos termos de cada Programa Específico;
- e vier a falecer: (i) os direitos que ainda não possam ser exercidos, na data do seu falecimento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de seis meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00		11,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,003000		0,00
Esclarecimento	-			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	6,19		6,19
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00		11,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,030000		0,03
Esclarecimento	Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	4,01		4,01
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00		11,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,020000		0,02
Esclarecimento	Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	3,89		3,89
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	3,55		3,55

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00		11,25
Nº de membros remunerados	0,00	4,00		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,050000		0,05
Esclarecimento	Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	3,75		3,75
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	3,53		3,53

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	1.254.116
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1 ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	-	7,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	8.972.289,77

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

8.7 Opções em aberto

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	30.311
Data em que se tomarão exercíveis	-	03/03/2024
Prazo máximo para exercício das opções	-	02/09/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Preço médio ponderado de exercício	-	6,19
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	
Opções exercíveis		
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	-	-

8.7 Opções em aberto

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
		Plano Específico XIII – LP 2018/2019	Plano Específico XIV – LP 2019/2020
Nº total de membros	7,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00	2,00
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	120.368	60.625
Data em que se tomarão exercíveis	-	03/03/2023	03/03/2023 e 03/03/2024
Prazo máximo para exercício das opções	-	02/09/2023	02/09/2023 e 02/09/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício	-	2,91	6,19
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	5,82	3,02
Opções exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	-	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	142.414
Preço médio ponderado de exercício	-	3,42
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	6,96
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	505.092,75

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	191.877
Preço médio ponderado de exercício	-	3,55
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	21,05
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3.357.571,19

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	212.982
Preço médio ponderado de exercício	-	3,53
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	18,30
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3.145.839,96

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33
Nº de membros remunerados	-	4,33
Número de ações	-	336.311
Preço médio ponderado de exercício	-	3,06
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	12,36
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3.126.036,29

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,03%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,05%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,04%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,04%

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33
Nº de membros remunerados	-	4,33
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,09%

8.10 Outorga de ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	-
Quantidade de ações outorgadas	-	315.400
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	9,72
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	3.065.684,91

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	20/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	-	308.682
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	6,38
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.969.272,78

8.10 Outorga de ações

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	05/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	-	292.270
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	15,83
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	4.626.634,10

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	08/04/2021
Quantidade de ações outorgadas	-	243.470
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	18,51
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	4.506.403,82

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	4,00	
N° de membros remunerados	0,00	4,00	
N° de ações	0	308.692	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	6,38	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-1.969.454,96	
Esclarecimento	-		

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00		6,00
N° de membros remunerados	0,00		0,00
N° de ações	0		0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00		0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00		0,00
Esclarecimento	Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.		Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	4,00	6,00
N° de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
N° de ações	0	292.270	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	15,83	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-4.626.634,10	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.		Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,25	4,00	6,00
N° de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
N° de ações	0	243.470	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	18,51	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-4.506.629,70	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.		Não há remuneração em ações prevista para esse órgão.

8.12 Precificação das ações/opções

a) Modelo de precificação

Plano de Opção de Compra de Ações: Modelo de Black Scholes.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opção de Compra de Ações: O valor justo das opções de compra de ações foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação Black- Scholes, com base nas seguintes premissas:

Taxa de juros livre de risco: 6,55% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

Desvio Padrão: 29,57%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/07/2023 a 31/12/2023;

O valor justo das ações em 31/12/2023 se estabeleceu em R\$ 3,58 por ação par aos planos ESPECIAIS.

Foram os seguintes os critérios adotados nos últimos três exercícios sociais para efeito de concessão das opções de ações aos executivos da Marfrig:

Em 2017:

Plano Específico XI - Longo Prazo 2016/2017: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2017: R\$ 6,718442 por ação.

Em 2018:

Plano Específico XII – Longo Prazo 2017/2018: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2018: R\$ 6,357707 por ação.

Em 2019:

Plano Específico XIII – Longo Prazo 2018/2019: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2019: R\$ 5,821920 por ação.

8.12 Precificação das ações/opções

Em 2020:

Plano Específico XIII – Longo Prazo 2019/2020: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2020: R\$ 5,821920 por ação.

Os preços de exercício serão:

R\$ 3,359221 por ação para o plano ESP LP 16-17 R\$ 3,178854 por ação para o plano ESP LP 17-18 R\$ 2,910960 por ação para o plano ESP LP 18-19 R\$ 6,185720 por ação para o plano ESP LP 19-20

Prazo de vida da opção: quatro anos (para cada Plano Específico).

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opção de Compra de Ações: As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de outorga de Opções de Compra de Ações.

Para cada um dos Planos mencionados anteriormente, a Companhia estipulou um intervalo de tempo no qual o beneficiário poderá exercer a opção. Esse prazo é de seis meses, a contar de 3 de março a 2 de setembro de cada ano. O Beneficiário não poderá exercer sua opção antes desse período.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opção de Compra de Ações: Calculado a partir do desvio padrão, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA, sob o código MRFG3, no período de 6 meses.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 8.12.

8.13 Participações detidas por órgão

Companhia		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	100.210	0,01%
Diretoria Estatutária	224.344	0,02%
Conselho Fiscal	942.927	0,10%

MMS Participações Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	597.163.480	64,07%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%

8.14 Planos de previdência

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.14 Planos de previdência

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	7,00	7,00	7.25	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	5,00	5,00	5.25	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneraçãoReal	10.091.060,52	15.628.121,16	19.483.848,17	3.404.938,21	3.395.201,97	3.058.432,55	238.119,83	223.958,14	253.100,00
Valor da menor remuneraçãoReal	3.627.042,71	2.413.356,23	2.171.299,38	789.234,57	786.106,40	713.588,80	60.307,30	60.000,00	60.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	6.269.496,29	9.401.554,78	8.901.540,84	1.441.975,30	1.439.925,51	1.250.677,03	149.291,35	142.239,35	156.710,78

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Na diretoria estatutária em 2022, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	No conselho de administração em 2022, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima.	
31/12/2021	No conselho de administração em 2021, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima. No conselho de administração em 2021, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	No conselho de fiscal em 2022, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

A política de remuneração da Companhia prevê uma remuneração relativa à Cessação de Cargo de Diretor Estatutário. Em caso de término de contrato, o executivo receberá além das verbas rescisórias legais:

- Vesting antecipados dos Programas de Longo Prazo da Marfrig
- 2 anos de remuneração total Target, composto por:
 - i) 2 anos de salários (2 x 13,3 x o último salário recebido);
 - ii) Bônus Target (2 x o múltiplo Target), considerando nota performance 100% Os critérios de elegibilidade a esse pagamento são:
 - Devem exercer o cargo de Diretor Estatutário no momento da saída;
 - Tempo mínimo de 5 anos de companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.18 Remuneração - Outras funções

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Remuneração em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum prevista para o exercício social corrente (2024)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/20221				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	648.819,00	0,00	648.819,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	011274	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda	Juridica	10.830.108/0001-65
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
31/03/2017	31/03/2023	
Descrição dos serviços prestados		
Em 2022, 2021, 2020 e 2019, a Grant Thornton Auditores Independentes prestou serviços de auditoria independente para a Companhia (revisões limitadas trimestrais e auditoria anual).		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Em 2022, a Grant Thornton Auditores Independentes havia recebido o montante de R\$ 9.359.115, pelos serviços de auditoria independente (revisões limitadas trimestrais e auditoria anual, correspondente a serviços de auditoria das demonstrações financeiras), emissão de comfort letter sobre prospecto de Certificado de Recebimento do Agronegócio – CRA, serviços de revisão tributária e outros.		
Justificativa da substituição		
Não se aplica.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica.		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia possui uma Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes para a contratação dos referidos serviços e garantir que, os mesmos não comprometam a independência ou coloquem em risco a imparcialidade necessária do Auditor Independente.

9.4 Outras informações relevantes

 Não há outras informações relevantes

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	533	2135	0	0	0
Não-liderança	9428	20815	0	0	0
TOTAL = 32.911	9961	22950	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	26	1131	90	988	1	0	432
Não-liderança	495	5949	1911	15158	58	18	6654
TOTAL = 32.911	521	7080	2001	16146	59	18	7086

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	278	1643	747
Não-liderança	10175	14700	5368
TOTAL = 32.911	10453	16343	6115

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	63	0	520	449	261	1375
Não-liderança	851	0	7904	3035	3048	15405
TOTAL = 32.911	914	0	8424	3484	3309	16780

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	298	616	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	2725	5699	0	0	0
Sudeste	1274	2210	0	0	0
Sul	888	2421	0	0	0
Exterior	4776	12004	0	0	0
TOTAL = 32.911	9961	22950	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	14	21	22	856	1	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	77	1126	366	6540	9	0	306
Sudeste	25	1821	176	1290	2	0	170
Sul	2	2125	479	681	8	0	14
Exterior	403	1987	958	6779	39	18	6596
TOTAL = 32.911	521	7080	2001	16146	59	18	7086

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	437	408	69
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	3458	4329	637
Sudeste	1275	1810	399
Sul	1097	1815	397
Exterior	4186	7981	4613
TOTAL = 32.911	10453	16343	6115

10.1 Descrição dos recursos humanos

Os números descritos no item 10 e seus subitens refletem somente as operações de bovinos na América do Sul e América do Norte, não incluindo BRF. Para consultar o quadro da controlada BRF, por gentileza, consultar as informações disponibilizadas no Formulário de Referência da BRF.

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica e em indicadores de diversidade)

A tabela abaixo apresenta o número de colaboradores da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, bem como o número de colaboradores por funções administrativas e operacionais.

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Administrativo	4.064	4.607	4.422
Operacional	28.847	27.927	27.357
TOTAL	32.911	32.534	31.779

A tabela abaixo apresenta o número de colaboradores da Companhia por localização geográfica de nossos complexos industriais.

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Brasil	16.131	16.246	15.896
América do Sul (exceto Brasil)	6.607	5.998	5.964
América do Norte	10.173	10.290	9.919
TOTAL	32.911	32.534	31.779

i. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há outros indicadores que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção.

Conforme recomendação da B3, divulgamos abaixo o quadro contendo o número de empregados envolvidos nas atividades de auditoria interna, Compliance, controles internos e riscos corporativos:

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Auditoria Interna	21	23
Compliance	37	37
Controle Internos	15	10
Riscos Corporativos	4	4
TOTAL	77	74

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo apresenta o número de terceiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

	Em 31 de dezembro de
--	----------------------

10.1 Descrição dos recursos humanos

	2023	2022	2021
Administrativo	24	22	20
Operacional	807	662	397
TOTAL	831	684	417

A tabela abaixo apresenta o número de terceiros da Companhia por localização geográfica de nossos complexos industriais:

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Brasil	186	158	153
América do Sul (exceto Brasil)	644	526	264
América do Norte	1	0	0
TOTAL	831	684	417

(c) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia foi de 36,10%, 35,56% e 34,77% para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente, conforme tabela abaixo:

	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Brasil	36,10%	35,56%	34,77%

10.2 Alterações relevantes

Em setembro de 2021, como parte do planejamento estratégico da Companhia, encerramos as atividades na Unidade de Ji Paraná - RO, aumentando a performance produtiva nas demais unidades a fim de absorver o volume produzido na respectiva unidade. E concluímos a aquisição da Campo del Tesoro na Argentina, que adicionou aproximadamente 120 funcionários.

Em agosto de 2022, foi inaugurado a nova fábrica de hambúrguer em Bataguassu, adicionando cerca de 110 funcionários.

Para mais informações sobre as aquisições da Companhia, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia procura atrair, motivar, recompensar e reter funcionários que contribuam para o sucesso da corporação, e faz isso através da parceria com os seus gestores para orientações da carreira através de políticas de remuneração. Essas políticas estão alinhadas aos objetivos e estratégias da empresa e são norteadas pelas melhores práticas e tendências de mercado. Elas compreendem um pacote que inclui, além do salário, programas de remuneração variável, incentivos de longo prazo e benefícios.

Para mapear essas práticas e tendências, a Companhia realiza pesquisas de mercado periodicamente nas localidades onde está inserida. Além das pesquisas, há a preocupação de acompanhar o crescimento de mercado anualmente por meio de indicadores econômicos e de consultorias especializadas na área.

Os programas de remuneração variável da Companhia têm como objetivo recompensar os funcionários pelos bons resultados alcançados durante o ano. Esses programas têm na sua composição metas financeiras, de equipes ou individuais, conforme seu público-alvo. São eles: o PLR definido em convenção ou acordo coletivo (local e corporativo), Bônus da Liderança, Programa de Remuneração Variável para Força de Vendas e Incentivos de Longo Prazo.

O PLR é regulado e ajustado por convenção coletiva e destinado a todos os colaboradores das unidades que se enquadram nessa condição, com exceção do nível de liderança.

Já a liderança (cargos superiores à Supervisão) participa do Bônus da Liderança e tem suas metas definidas no início de cada ano fiscal. Nesse programa, a performance individual poderá potencializar o prêmio.

A força de vendas tem programas mensais ou trimestrais e suas metas são estabelecidas de acordo com a estratégia comercial de cada negócio.

Para a liderança, em razão do desempenho individual, a Companhia oferece incentivos de longo prazo. Com isso, os funcionários podem receber um incentivo adicional, que reflete a valorização da empresa ao longo dos anos.

Além das remunerações fixa e variável, a empresa proporciona para os seus funcionários um pacote de benefícios alinhados com as práticas de mercado, que contempla assistências médica e odontológica, seguro de vida, vale transporte, em algumas unidades temos os benefícios de material escolar para dependentes e convênio farmácia.

(b) política de benefícios

De forma geral, são oferecidos os seguintes benefícios aos funcionários da Companhia: (i) seguro de vida; (ii) cesta básica; (iii) auxílio alimentação; e (iv) vale transporte.

Algumas unidades, em função do histórico das mesmas e outras características regionais, possuem assistência médica.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores (grupos de beneficiários, condições para o exercício, preços de exercício, prazos de exercício, quantidade de ações comprometidas pelo plano)

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e a Outorga Direta de Ações é extensivo aos diretores e empregados não estatutários, conforme especificado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(d) razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário e a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil

A maior parte dos nossos 16.131 funcionários distribuídos pelo Brasil ocupam cargos operacionais e, portanto, possuem a remuneração mais próxima ao piso salarial da categoria, cujo piso está acordado em acordo e/ou convenção coletiva e que está alinhado às demais empresas do setor. Dessa forma, a razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado do emissor no último exercício social é 300 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos empregados. Esse valor está suportado pelo porte e desempenho da Companhia, além da competência e experiência profissional necessária para o exercício do cargo.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
10.091.060,52	33.565,50	300,64
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

As relações de trabalho são pautadas pelo amplo diálogo, não registrando paralisação nos últimos três anos. A Companhia não se limita a estabelecer um processo de negociação na data base, procurando resolver as questões pontuais no dia a dia com as entidades representativas dos empregados. Além do amplo diálogo, a Marfrig respeita o direito à Liberdade de Associação Sindical, disponibilizando em suas unidades, um espaço para campanhas de filiação e/ou comunicações de ações das bases.

10.5 Outras informações relevantes

O saudável desempenho dos negócios da Companhia é resultado do trabalho dos seus 32.911 funcionários no mundo, 16.131 deles distribuídos pelo Brasil.

Por isso, a empresa busca prover diretrizes para apoiar seus profissionais no desenvolvimento de suas carreiras, inclusive internacionais, em diferentes unidades de negócios e áreas funcionais. Essas diretrizes envolvem a atração, a retenção e o desenvolvimento dos seus talentos, além da promoção da diversidade por meio de um ambiente em que as pessoas sintam que suas ideias e contribuições são respeitadas.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos (RH) atua de forma a reforçar o compromisso de fazer da Companhia uma companhia que estimule o orgulho por seus profissionais. Para isso, busca um comprometimento da liderança através de projetos focados em iniciativas que proporcionam o desenvolvimento de seu quadro de funcionários, aliando a realização no trabalho com o engajamento para a entrega de resultados, metas e diretrizes da organização, através da construção de um bom clima organizacional baseado em respeito e orientação da melhoria contínua nas relações empresa e colaborador.

O RH busca manter:

- Compromisso de estimular o desenvolvimento dos profissionais;
- Líderes responsáveis pela excelência na gestão das equipes;
- Ambiente de trabalho, valores e culturas admiráveis;
- Funcionários que entendam a sua importância e a relação entre os seus trabalhos e os resultados da empresa.

Carreiras e o gerenciamento do desempenho profissional

Com o objetivo de desenvolver e fortalecer competências e o senso de pertencimento da nossa Liderança em seus diferentes níveis, em 2023, através do Programa Gente que inspira, aplicamos 1.353 horas de treinamentos em Team Building e mais de 6.000 horas em aprendizagem, que asseguram os padrões de excelência e eficiência operacional, garantindo engajamento, valorização e compromisso com a construção e manutenção das nossas relações e processos.

Os treinamentos em e-learning, aplicados a colaboradores de diferentes áreas e níveis hierárquicos, totalizaram 7.863 horas, sendo fundamentais para capacitação à busca de soluções criativas e contínuo processo de revisão de performance, ampliando a percepção e engajamento frente as oportunidades e desafios profissionais.

Criamos diversas oportunidades internas em diferentes áreas e níveis hierárquicos, possibilitando aos colaboradores o avanço em suas carreiras. Em 2023, 44% das nossas vagas foram ocupadas através de movimentações internas. Para cargos de liderança o aproveitamento interno chegou a 62%, demonstrando o compromisso da Marfrig em relação ao desenvolvimento interno dos colaboradores.

Além disso, capacitamos, através do Programa de Formação Profissional, mais de 752 colaboradores que em 2023, vieram a ocupar posições especializadas na linha de produção, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento das competências técnicas e comportamentais.

Não podemos deixar de citar a parceria formalizada junto a OIM (Organização Internacional para Migrações), que tem como uma das premissas de atuação a garantia da interiorização segura e ordenada de Imigrantes Venezuelanos, oferecendo oportunidades profissionais em nossas unidades produtivas. Com esta iniciativa, contratamos em nosso quadro de colaboradores 215 Venezuelanos, estimulando a diversidade cultural na companhia. A Marfrig acredita no poder da Inclusão. A diversidade torna nosso time cada vez mais completo!

Trabalhamos, continuamente no fortalecimento da nossa marca empregadora, através da geração de oportunidades ao mercado de trabalho. Em 2023, tivemos 260 citações de vagas em matérias na imprensa e

10.5 Outras informações relevantes

mais de 15 milhões de visualizações de nossas oportunidades nas mídias sociais. Da mesma forma, recebemos o convite para participação de importantes feiras de empregabilidade em grandes universidades e em parcerias com grandes empresas.

Em 2023, lançamos o Programa Movimento, baseado em treinamentos que desenvolvem a cognição, potencializando foco e atenção (concentrada e dividida) em colaboradores que desempenham funções que requerem habilidades específicas.

Nossas diretrizes de segurança no local de trabalho continuaram sendo atualizadas para reduzir a exposição dos trabalhadores ao risco de acidentes do trabalho. Cumprimos todas as resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como as legislações dos países onde atuamos, desenvolvendo campanhas de conscientização para a segurança, treinando sobre perigos e riscos durante o trabalho, através da matriz de treinamentos obrigatórios por função, melhoria de ambientes de trabalho para redução da exposição dos trabalhadores a riscos, e o uso adequado de equipamentos de proteção.

Demos continuidade aos Workshop de Liderança em Segurança e Percepção de Risco em nossas unidades, os quais visam fortalecer a nossa alta liderança da unidade a cada vez mais atuar nas causas raízes dos comportamentos e condições inseguras.

Ampliamos nossas ferramentas digitais, com a utilização de entrega de EPIs por biometria e iniciamos sistemática de inspeções de segurança do trabalho por tablet, o qual reduz drasticamente o consumo de papel e ganhamos velocidade na realização das ações.

Fortalecemos o Programa de Segurança, “A Regra é Clara”, que visa divulgar as Regras de ouro da Segurança, inserida em nossas unidades visando alinhar cada vez mais os trabalhadores aos conceitos do processo de segurança do trabalho da companhia. Estas ampliam conceitos de valorização da vida e instruem sobre comportamento seguro e procedimentos que devem ser adotados no dia a dia dentro do trabalho.

Durante o ano de 2023, houve redução do número de acidentes de trabalho, bem como, reduzimos a nossa taxa de gravidade destes acidentes.

11.1 Regras, políticas e práticas

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2017, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política de Partes Relacionadas”) com atualização realizada na reunião do Conselho de Administração de 06 de abril de 2023, aplicável para todas as divisões e operações do grupo Marfrig, seus funcionários, administradores e acionistas, que visa estabelecer diretrizes, procedimentos e alçadas para que as transações financeiras (empréstimos) e operacionais (compra e venda de gado) entre partes relacionadas da Marfrig sejam realizadas a valores de mercado. Além disso, a Política de Partes Relacionadas assegura transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral e promove a equidade de tratamento com fornecedores e clientes, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa adotadas pelo mercado.

Nos termos da Política de Partes Relacionadas, deve-se considerar nas regras das transações entre partes relacionadas os seguintes princípios:

- **Competitividade:** preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- **Conformidade:** aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações;
- **Transparência:** reporte adequado das condições acordadas, com a devida destinação, bem como reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia;
- **Equidade:** estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros; e
- **Qualidade nos casos de compra e venda de produtos:** por exemplo compra de gado, carne in natura, produtos industrializados de bovinos ou aves, que deverão atender aos padrões de qualidade exigidos por órgãos reguladores e certificações de qualidade.

Além disso, é obrigatório que seja formalizar, manter o registro e seguir os seguintes critérios quando da realização de uma transação entre partes relacionadas: (i) descrição da finalidade da transação e benchmark de mercado; (ii) detalhamento dos termos da transação, como prazos, taxas e condições diversas; e (iii) aderência à norma de compras e princípios seguidos pela Companhia.

São vedadas as seguintes transações entre partes relacionadas: (i) transações que não estejam no objeto social da Companhia; (ii) que não respeitem a Política de Partes Relacionadas e cujo conflito não seja solucionado; e

(iii) que não observem as regras do Código de Ética e Manual Anticorrupção da Companhia.

Considerando a implementação, em 2019, do Comitê de Auditoria Estatutário, este tem obrigação regulatória de avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Política de Partes Relacionadas encontra-se disponibilizada no site de Relações com Investidores da Companhia no link: <https://ri.marfrig.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-regimentos/> e sistema Empresas.Net da Comissão de Valores Mobiliário.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MFG Agropecuaria LTDA	31/12/2023	575.074.099,46	304.224.974,00	575.074.099,46	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas - Os acionistas controladores detêm quotas em outras entidades que conduziram negócios com o Grupo Marfrig.					
Objeto contrato	Transações mercantis – Adiantamento de Fornecedor. As transações são relacionadas à venda de animais para abate					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer condição de rescisão ou extinção.					
Natureza e razão para a operação	Transações de compra de gado.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Além da Política de Transações com Partes Relacionadas e da Política de Conflito de Interesses adotadas pela Companhia, para tratar conflitos de interesse, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, e do Regulamento do Novo Mercado. De acordo com a Política para Transações com Partes Relacionadas e com a Política de Conflito de Interesses, havendo conflito de interesses as partes, ou qualquer terceiro que tenha conhecimento de tal conflito, deverão se manifestar imediatamente ao seu conhecimento. As partes em posição de conflito deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre o mesmo. Caso solicitado pelos órgãos aprovadores, as partes poderão participar parcialmente das discussões, com o objetivo de subsidiá-las com maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, no entanto, deverão retirar-se da discussão final, inclusive do processo de votação do tema.

As questões referentes as situações de conflito de interesses deverão ser encaminhadas aos departamentos de Compliance e jurídico da Companhia, que serão responsáveis pela verificação do cumprimento dos aspectos estritamente formais e legais atinentes a aplicação da política prevista no item 11.1 deste Formulário de Referência, enquanto o departamento envolvido na operação em questão será responsável pela verificação das condições negociais.

A formalização da existência do conflito de interesse e o subsequente afastamento das partes envolvidas nas discussões deverão constar na ata da reunião no qual o assunto for apreciado.

Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado (arm's length basis).

De acordo com o artigo 19, inciso XIX do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja igual ou superior ao valor de alçada da Diretoria, definido pelo próprio Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente, sendo parte relacionada definida como qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social.

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações Ltda., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

Os relacionamentos entre as empresas da Companhia são representados por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro, sempre em condições semelhantes às que seriam aplicáveis às partes não relacionadas.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

As transações de mútuos entre as empresas relacionadas são geridas por contratos, estipulando prazos, taxas e condições diversas. O prazo médio dos contratos é de cinco anos (Nossos contratos possuem prazo de 05 anos, salvo exceções de 6 meses, os quais são extremamente pontuais e envolvem empresas do Reino Unido).

As taxas de mútuos variam de acordo com a captação do recurso, bem como o país que é credor e/ou devedor sendo esta última aplicada nas transações com as empresas controladas no exterior.

A partir de 07/2023 alterou-se para a taxa SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*), o qual é aplicada para as operações que envolvem o Brasil. Já os demais casos, como, por exemplo, os empréstimos entre empresas localizados no exterior, utilizamos a taxa que é calculada de acordo com o encargo obtido na captação do recurso.

As transações de compra ou venda de gado entre partes relacionadas acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, provisão para créditos de liquidação duvidosa. As operações entre as empresas controladas não impactam as demonstrações contábeis consolidadas, haja vista que as mesmas são eliminadas no processo de consolidação.

A operação descrita no Comunicado sobre Transações com Partes Relacionadas, divulgado em 02 de agosto de 2018, sobre recompra das unidades de confinamento de gado pela Companhia não foi concluída até a presente data e encontra-se suspensa.

11.3 Outras informações relevantes

Em 27 de março de 2024, durante a Reunião do Conselho de Administração, após detidos debates e análises das matérias contantes da ordem do dia, foi realizada apresentação, por parte dos executivos da Companhia, em relação aos confinamentos da MFG Agropecuária Ltda e suas subsidiárias ("MFG") e debatida a importância estratégica destes para a Companhia, tendo sido destacado que: **a)** a MFG dispõe atualmente de seis confinamentos de gado no Brasil, sendo estes localizados nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo; **b)** o fornecimento de gado da MFG para a Companhia vem sendo substancialmente incrementado ao longo dos anos; **c)** a importância estratégica da MFG ganha ainda mais relevo em cenários de baixa oferta de gado e do preço da matéria-prima, dentre outros considerando que: i) o fornecimento pela MFG diminui a pressão de preço na compra à vista de gado, ii) as operações da MFG estão em crescimento nas regiões em que a Marfrig apresenta maior demanda; iii) há exclusividade no fornecimento; iv) mitiga o custo de ociosidade das unidades, uma vez que garante a ocupação para uma maior eficiência financeira e economia de escala; v) há uma possibilidade de maior direcionamento de pedidos a fortalecer marcas e cotas de mercado, sempre no interesse da Companhia; vi) há a garantia de fornecimento de animais de alta qualidade, o que gera ganhos nos âmbitos comercial e de segurança alimentar. Diante de todo o exposto e no intuito de preservar o papel de parceiro estratégico da MFG, os executivos debateram com o Conselho de Administração sobre a possibilidade de serem realizados adiantamentos de valores e prestação de garantias às referidas operações de confinamento. Os membros do Conselho de Administração aprovaram, com abstenções registradas dos Srs. Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, a realização destes tipos de operações e garantias, sendo os imóveis de titularidade da MFG, avais de seus sócios e/ou títulos mobiliários servirão como lastro às garantias eventualmente prestadas pela Marfrig nesse contexto, tudo em se considerando a vantagem competitiva propiciada, garantia de exclusividade e o estrito interesse da Companhia na parceria estratégica. O Conselho também recomendou, diante da relevância da parceria estratégica, a possibilidade de a Companhia prestar serviços de assistência técnica, operacional e de gestão à MFG, desde que todos os custos suportados sejam devidamente reembolsados. Em Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de novembro de 2023, a Companhia, em seu papel de liderança do tema de sustentabilidade: a) antecipou para 2025 a meta de rastreabilidade total de fornecedores diretos e indiretos de animais e; b) anunciou a implantação de novos programas ao Plano Marfrig Verde+ a exemplo do programa de melhoria genética com a integração das fazendas de confinamento com vistas à redução do tempo de preparo dos animais para abate e consequente redução das emissões relacionadas. Nesse contexto e diante da importância estratégica acima demonstrada, os membros do Conselho de Administração, também com abstenções registradas dos Srs. Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, solicitaram que estudos sejam realizados no sentido de verificar a possibilidade e adequação de eventual aquisição pela Companhia e/ou sua subsidiária da sociedade MFG Agropecuária Ltda. Os diretores da Companhia ficam autorizados a praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do quanto deliberado.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
26/02/2025		10.491.577.961,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
857.928.119	0	857.928.119

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	28/01/2022
Data de vencimento	14/01/2032
Quantidade	1.500.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As debêntures não podem ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira), da 2ª (Segunda) e da 3ª (Terceira) Séries, da 153ª (centésima quinquagésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”, o qual é lastreado pelas Debêntures.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada a totalidade das debêntures emitidas e integralizadas, na periodicidade máxima de 1 (uma) vez a cada trimestre, a partir da data de integralização e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Cláusula 4.10.9 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. será equivalente ao valor nominal unitário, acrescido da (i) remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado; (ii) de 1 (um) dia útil adicional de remuneração, conforme detalhado na escritura de emissão; (iii) caso sejam devidos, dos demais tributos, encargos moratórios, multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos na escritura de emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento; e (iv) do prêmio eventualmente oferecido, a exclusivo critério da Companhia, na forma prevista na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5.1.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão. Remuneração: A partir da primeira data de integralização das debêntures, (1) as debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o seu valor nominal unitário ou sobre o seu valor nominal unitário atualizado, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida de um spread sobretaxa de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; e (2) as debêntures da segunda série farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o seu valor nominal unitário atualizado, correspondentes a 6,2825% (seis inteiros e dois mil oitocentos e vinte e cinco centésimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; e (3) as debêntures da terceira série farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o seu valor nominal unitário atualizado, correspondentes a 6,6630% (seis inteiros e seis mil seiscentos e trinta décimos de milésimos por cento), definido de acordo com o procedimento de bookbuilding. Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures desta emissão são detidas integralmente pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.
Outras características relevantes	O valor nominal unitário atualizado das debêntures (1) da primeira série será amortizado em parcela única devida em 14/01/2026; (2) da segunda série será amortizado em parcela única devida em 14/01/2027; e (3) da terceira série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 14/01/2030, a segunda devida em 14/01/2031 e a terceira devida em 14/01/2032, conforme previsto da cláusula 4.8.1.3. da escritura de emissão. A remuneração das debêntures da primeira série, das debêntures da segunda série e das debêntures terceira série mencionada neste item 18.5 será paga semestralmente, conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão, sendo que o primeiro pagamento das debêntures da primeira série, das debêntures da segunda série e das debêntures da terceira série ocorrerá no dia 14/07/2022 e o último pagamento das debêntures da primeira série ocorrerá no dia 14/01/2026, das debêntures da segunda série ocorrerá no dia 14/01/2027 e das debêntures da terceira série ocorrerá o dia 14/01/2032. As debêntures são lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., nos termos do “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira), da 2ª (Segunda) e da 3ª (Terceira) Séries, da 153ª (centésima quinquagésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	28/01/2022
Data de vencimento	15/01/2026
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a oferta de resgate antecipado total ou parcial das debêntures ou de determinada série das debêntures, na forma prevista na Cláusula 5.3 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia aos Debenturistas será equivalente ao valor nominal unitário atualizado, acrescido da (i) da remuneração das debêntures, calculados pro rata temporis, a partir da data primeira data de integralização (inclusive) ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do resgate (exclusive); e (ii) de eventual prêmio de resgate antecipado, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo, na forma prevista na escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 6.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 da escritura de emissão. Remuneração: A partir da primeira data de integralização das debêntures, as debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o seu valor nominal unitário ou sobre o seu valor nominal unitário atualizado, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) acrescida de um spread sobretaxa de 1,73% (um inteiro e setenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding. Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas podem, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.
Outras características relevantes	O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 3º (terceiro) ano a contar de 28/01/2022, sendo a primeira devida em 15/01/2025 e a segunda devida em 15/01/2026, conforme tabela prevista da cláusula 4.13.1 da escritura de emissão. A remuneração das debêntures mencionada neste item 18.5 será paga semestralmente, sendo que o primeiro pagamento das debêntures ocorrerá no dia 15/07/2022 e o último pagamento das debêntures ocorrerá no dia 15/01/2026.

Valor mobiliário

Debêntures

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, espécie quirografária, em duas séries
Data de emissão	15/07/2021
Data de vencimento	17/07/2031
Quantidade	1.200.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As debêntures não podem ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries, da 16ª (décima sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da RB SEC Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”, o qual é lastreado pelas Debêntures.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada a totalidade das debêntures emitidas e integralizadas, na periodicidade máxima de 1 (uma) vez a cada trimestre, a partir da data de integralização e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Cláusula 4.9.9 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia à RB SEC Companhia de Securitização será equivalente ao valor nominal unitário, acrescido da (i) remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado; (ii) de 1 (um) dia útil adicional de remuneração, conforme detalhado na escritura de emissão; (iii) caso sejam devidos, dos demais tributos, encargos moratórios, multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos na escritura de emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento; e (iv) do prêmio eventualmente oferecido, a exclusivo critério da Companhia, na forma prevista na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5.1.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão. Remuneração: A partir da primeira data de integralização das debêntures, (1) as debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o seu valor nominal unitário atualizado, correspondentes a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; e (2) as debêntures da segunda série farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o seu valor nominal unitário atualizado, correspondentes a 4,60% (quatro inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding. Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir a RB SEC Companhia de Securitização em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures desta emissão são detidas integralmente pela RB SEC Companhia de Securitização. O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.
Outras características relevantes	O valor nominal unitário atualizado das debêntures (1) da primeira série será amortizado em parcela única devida em 14/07/2028; e (2) da segunda série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 13/07/2029, a segunda devida em 12/07/2030 e a terceira devida em 14/07/2031, conforme tabelas previstas da cláusula 4.7.1 da escritura de emissão. A remuneração das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série mencionada neste item 18.5 será paga semestralmente, conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão, sendo que o primeiro pagamento das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série ocorrerá no dia 14/01/2022 e o último pagamento das debêntures da primeira série ocorrerá no dia 14/07/2028 e das debêntures da segunda série ocorrerá no dia 14/07/2031. As debêntures são lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela RB SEC Companhia de Securitização, nos termos do “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries, da 16ª (décima sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da RB SEC Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, espécie quirografária, em série única
Data de emissão	11/11/2022
Data de vencimento	11/11/2027
Quantidade	750.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	750.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a oferta de resgate antecipado total ou parcial das debêntures ou de determinada série das debêntures, na forma prevista na Cláusula 5.3 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia aos Debenturistas será equivalente ao valor nominal unitário das debêntures, acrescidos: (i) em todos os casos, da remuneração das debêntures, conforme o caso, calculados pro rata temporis, a partir da data de início da rentabilidade (inclusive) ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do resgate (exclusive); e (ii) de eventual prêmio de resgate antecipado, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo, na forma prevista na escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 6.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 da escritura de emissão. Remuneração: Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) acrescida de um spread sobretaxa de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding. Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas podem, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.
Outras características relevantes	O saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais, a partir do 4º (quarto) ano a contar de 11/11/2022, sendo o primeiro pagamento devido em 11/11/2026 e o segundo devido em 11/11/2027, conforme tabela prevista da cláusula 4.13.1 da escritura de emissão. A remuneração das debêntures mencionada neste item 18.5 será paga semestralmente, sendo que o primeiro pagamento das debêntures ocorrerá no dia 11/05/2023 e o último pagamento das debêntures ocorrerá no dia 11/11/2027.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, espécie quirografária, até 2 séries, privada
Data de emissão	17/11/2022
Data de vencimento	14/10/2032
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.000.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As debêntures não podem ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries, da 219ª (ducentésima décima nona) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”, o qual é lastreado pelas Debêntures.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das Debêntures de cada série emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira data de integralização e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Cláusula 4.9.10 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. será equivalente ao valor nominal unitário atualizado (ou seu saldo), acrescido da (i) respectiva remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado; (ii) de 1 (um) dia útil adicional da respectiva remuneração, conforme detalhado na escritura de emissão; (iii) caso sejam devidos, dos demais tributos, encargos moratórios, multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos na escritura de emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento; e (iv) do prêmio eventualmente oferecido, a exclusivo critério da Companhia, na forma prevista na escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5.1.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão. Remuneração: A partir da primeira data de integralização das debêntures, (1) sobre o valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira série ou saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, correspondentes a 7,0383% (sete inteiros e trezentos e oitenta e três décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; e (2) sobre o valor nominal unitário atualizado das debêntures da segunda série ou saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures da segunda série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,3352% (sete inteiros e três mil, trezentos e cinquenta e dois décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding. Espécie: As debêntures são da espécie quirografia, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures desta emissão são detidas integralmente pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	O saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures (1) da primeira série será amortizado em parcela única, na data de vencimento primeira série; e (2) da segunda série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira devida em 14/10/2030, a segunda devida em 14/10/2031 e a terceira devida na data de vencimento segunda série, conforme previsto da cláusula 4.7.1. da escritura de emissão. A remuneração das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série mencionada neste item 18.5 será paga semestralmente, conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão, sendo que o primeiro pagamento das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série ocorrerá no dia 14/04/2023 e o último pagamento das debêntures da primeira série ocorrerá na data de vencimento primeira série e das debêntures da segunda série ocorrerá na data de vencimento segunda série. As debêntures são lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries, da 219ª (ducentésima décima nona) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Identificação do valor mobiliário 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, espécie quiro
Data de emissão	17/07/2023
Data de vencimento	14/08/2030
Quantidade	1.125.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.125.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As debêntures não podem ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira), da 2ª (Segunda) e da 3ª (Terceira) Séries, da 273ª (Ducentésima Septuagésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”, o qual é lastreado pelas Debêntures.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das Debêntures de cada série emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira data de integralização e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Cláusula 4.9.10 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. será equivalente (a) ao valor nominal unitário das debêntures da primeira série e/ou das debêntures da segunda série (ou seu saldo), conforme o caso, no caso das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série; e/ou (b) ao valor nominal unitário atualizado das debêntures da terceira série (ou seu saldo), no caso das debêntures da terceira série, acrescido da (i) respectiva remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado; (ii) de 1 (um) dia útil adicional da respectiva remuneração, conforme detalhado na escritura de emissão; (iii) caso sejam devidos, dos demais tributos, encargos moratórios, multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos na escritura de emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento; e (iv) do prêmio eventualmente oferecido, a exclusivo critério da Companhia, na forma prevista na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5.1.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão. Remuneração: A partir da primeira data de integralização das debêntures, (1) sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, correspondentes a 11% (onze por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; (2) sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de um spread (sobretaxa) de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; e (3) sobre o valor nominal unitário atualizado das debêntures da terceira série ou saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures da terceira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,60% (seis inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding. Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures desta emissão são detidas integralmente pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Outras características relevantes O saldo (i) do valor nominal unitário das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série, e (ii) do valor nominal unitário atualizado das debêntures da terceira série, será amortizado em parcela única, respectivamente na data de vencimento primeira série, data de vencimento segunda série e na data de vencimento terceira série. A remuneração das debêntures da primeira série, das debêntures da segunda série e das debêntures da terceira série mencionada neste item será paga conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão. As debêntures são lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira), da 2ª (Segunda) e da 3ª (Terceira) Séries, da 273ª (Ducentésima Septuagésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	14ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária em série única
Data de emissão	07/11/2023
Data de vencimento	07/11/2028
Quantidade	500.000.000
Valor nominal global R\$	1,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a oferta de resgate antecipado total das debêntures, na forma prevista na Cláusula 5.3 da escritura de emissão. Os valores a serem pagos aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures, acrescidos (i) da remuneração, calculados pro rata temporis, a partir da data de Início da rentabilidade (inclusive) ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do resgate (exclusive); e (ii) de eventual prêmio de resgate antecipado, a exclusivo critério da Companhia, que não poderá ser negativo, na forma prevista na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 6.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 da escritura de emissão. Remuneração: Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) acrescida de um spread sobretaxa de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada conforme fórmula descrita na escritura de emissão. Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas podem, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.
Outras características relevantes	O saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 13º (décimo terceiro) mês a contar de 07/11/2023 (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido em 15/12/2024 e o último devido em 15/12/2028, conforme tabela prevista da cláusula 4.13.1 da escritura de emissão. A remuneração das debêntures mencionada neste item 12.3 será paga sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo que o primeiro pagamento das debêntures ocorrerá no dia 15/06/2024 e o último pagamento das debêntures ocorrerá no dia 07/11/2028.

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, espécie quirografária, em 3 séries, privada
Data de emissão	20/03/2024
Data de vencimento	24/03/2034
Quantidade	1.500.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As debêntures não podem ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira), da 2ª (Segunda) e da 3ª (Terceira) Séries, da 318ª (trecentésima décima oitava) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”, o qual é lastreado pelas Debêntures.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das Debêntures de cada série emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira data de integralização e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Cláusula 4.9.10 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. será equivalente (a) ao valor nominal unitário das debêntures da primeira série e/ou das debêntures da segunda série (ou seu saldo), conforme o caso, no caso das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série; e/ou (b) ao valor nominal unitário atualizado das debêntures da terceira série (ou seu saldo), no caso das debêntures da terceira série, acrescido da (i) respectiva remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado; (ii) de 1 (um) dia útil adicional da respectiva remuneração, conforme detalhado na escritura de emissão; (iii) caso sejam devidos, dos demais tributos, encargos moratórios, multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos na escritura de emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento; e (iv) do prêmio eventualmente oferecido, a exclusivo critério da Companhia, na forma prevista na escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5.1.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão. Remuneração: A partir da primeira data de integralização das debêntures, (1) sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de um spread (sobretaxa) de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; (2) sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 11,7115% (onze inteiros e sete mil cento e quinze décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; e (3) sobre o valor nominal unitário atualizado das debêntures da terceira série ou saldo do valor nominal unitário atualizado das debêntures da terceira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,7996% (seis inteiros e sete mil novecentos e noventa e seis décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding. Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures desta emissão são detidas integralmente pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	O saldo (i) do valor nominal unitário das debêntures (1) da primeira série, será amortizado em parcela única, na data de vencimento da primeira série; (2) da segunda série, será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 14/03/2030 e a segunda data de vencimento segunda série, e (ii) do valor nominal unitário atualizado das debêntures da terceira série, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 12/03/2032, a segunda em 14/03/2033 e a terceira e na data de vencimento terceira série. A remuneração das debêntures da primeira série, das debêntures da segunda série e das debêntures da terceira série mencionada neste item será paga conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão. As debêntures são lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira), da 2ª (Segunda) e da 3ª (Terceira) Séries, da 318ª (trecentésima décima oitava) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, espécie quirografia, em série única, privada
Data de emissão	15/07/2024
Data de vencimento	13/07/2029
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As debêntures não podem ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da Série Única, da 343ª (Trecentésima Quadragésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”, o qual é lastreado pelas Debêntures.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das Debêntures emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira data de integralização e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Cláusula 4.9.10 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. será equivalente ao valor nominal unitário atualizado das Debêntures, acrescido da (i) respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira data de integralização ou da última data de aniversário até a data de resgate antecipado; (ii) de 1 (um) Dia Útil adicional da respectiva Remuneração, em conformidade com o disposto na Cláusula 17 do Termo de Securitização, caso o pagamento pelo resgate antecipado dos CRA seja realizado pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. aos titulares dos CRA no dia imediatamente posterior ao pagamento pela Companhia à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. dos valores devidos pela Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures; (iii) caso sejam devidos, dos demais tributos, Encargos Moratórios, multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos na escritura de emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento; e (iv) do prêmio eventualmente oferecido, a exclusivo critério da Companhia, na forma prevista na escritura de emissão
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5.1.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão. Remuneração: A partir da primeira data de integralização das debêntures, sobre o valor nominal unitário atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios prefixados de 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, linear. Espécie: As debêntures são da espécie quirografia, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures. Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures desta emissão são detidas integralmente pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.
Outras características relevantes	O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em uma única data, qual seja, a data de vencimento; A remuneração das debêntures será paga conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão. As debêntures são lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da Série Única, da 343ª (Trecentésima Quadragésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, espécie quirografia, em série única
Data de emissão	20/08/2024

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	25/09/2029
Quantidade	500.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, estando a oferta sujeita ao rito automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, sem necessidade de análise prévia da CVM ou de entidade autorreguladora, nos termos dos artigos 25, 26, inciso V, e demais dispositivos aplicáveis da Resolução CVM 160 e do artigo 19 da Lei do Mercado de Capitais e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis, por se tratar de oferta pública (i) de debêntures não-conversíveis ou não-permutáveis em ações; (ii) destinada exclusivamente a Investidores Profissionais; e (iii) de emissão de companhia, em fase operacional, com registro de emissor de valores mobiliários na CVM.
Convertibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Amortização Extraordinária Facultativa. A Companhia poderá, a partir da data de emissão (inclusive), a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária das debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do valor nominal unitário das debêntures. por ocasião da amortização extraordinária facultativa das debêntures, os debenturistas farão jus ao recebimento (i) da parcela do valor nominal unitário das debêntures ou do saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso, objeto da amortização extraordinária facultativa, acrescido da remuneração das debêntures prevista na escritura de emissão, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a data da amortização extraordinária facultativa das debêntures, acrescido de (ii) prêmio, nos termos da tabela abaixo, incidente sobre o valor descrito no item “(i)” a ser calculado de acordo com a fórmula prevista na escritura de emissão.

Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. a Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das debêntures emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira data de integralização e a seu exclusivo critério, com o consequente cancelamento das referidas debêntures, que será endereçada aos debenturistas, na forma prevista nas cláusulas abaixo, sendo assegurada a todos os debenturistas, igualdade de condições para aceitar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das debêntures de sua titularidade, mediante pagamento do valor nominal unitário ou, conforme o caso, do saldo do valor nominal unitário, pela companhia, acrescido da remuneração, devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, desde a primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, dos encargos moratórios, caso aplicável, e de prêmio, se houver, que não poderá ser negativo, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela companhia nos termos da escritura de emissão. a comunicação de resgate deverá constar: (i) a data de resgate das debêntures, que deverá ser um dia útil; (ii) a forma de cálculo do valor do resgate antecipado; (iii) a forma e prazo de manifestação dos debenturistas que optarem pela adesão à oferta facultativa de resgate antecipado; (iv) a quantidade mínima ou máxima de debêntures objeto da oferta facultativa de resgate antecipado, se houver; (v) o valor do prêmio, se houver, que não poderá ser negativo; e (vi) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures. A Companhia poderá, a partir da data de emissão (inclusive), a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade (e não menos do que a totalidade) das debêntures, mediante o pagamento (i) do valor nominal unitário das debêntures ou do saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a data do resgate antecipado facultativo das debêntures, conforme o caso, acrescido de (ii) de prêmio, nos termos da tabela abaixo, incidente sobre o valor descrito no item (i), a ser calculado de acordo com a fórmula prevista na escritura de emissão.

Resgate Antecipado Taxa Substitutiva DI. Nos termos da Cláusula 4.3 da escritura de emissão, caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva di entre a companhia e os debenturistas ou caso não seja realizada a assembleia geral de debenturistas por falta de quórum de instalação, em segunda convocação, ou por falta de quórum de deliberação, na forma prevista na escritura de emissão,

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão. Remuneração: A partir da primeira data de integralização, sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de um spread (sobretaxa) equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252. Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures. Restrições impostas à Companhia: A escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.
Outras características relevantes	O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado conforme datas e percentuais indicados na escritura de emissão; A remuneração das debêntures será paga semestralmente, conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, espécie quirografária, em 4 séries, para coloca
Data de emissão	15/10/2024
Data de vencimento	14/10/2039
Quantidade	2.000.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.000.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As debêntures não podem ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (primeira), da 2ª (segunda), da 3ª (terceira) e da 4ª (quarta) Séries, da 369ª (Trecentésima Sexagésima Nona) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”, o qual é lastreado pelas Debêntures
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das Debêntures de cada série emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira data de integralização e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Cláusula 4.9.9 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (ou seu saldo), conforme o caso, no caso das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série; e/ou (b) ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série (ou seu saldo), no caso das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série; acrescido da (i) respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Resgate Antecipado; (ii) de 1 (um) Dia Útil adicional da respectiva Remuneração, em conformidade com o disposto na Cláusula 17 do Termo de Securitização, caso o pagamento pelo resgate antecipado dos CRA seja realizado pela Debenturista aos Titulares dos CRA da respectiva Série no dia imediatamente posterior ao pagamento pela Emissora à Debenturista dos valores devidos pela Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures; (iii) caso sejam devidos, dos demais tributos, Encargos Moratórios, multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos nesta Escritura de Emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento; e (iv) do prêmio eventualmente oferecido, a exclusivo critério da Emissora, na forma prevista na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5.1.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão.

Remuneração: A partir da primeira Data de Integralização, (1) sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de um spread (sobretaxa) equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; (2) sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 13,3490% (treze inteiros, três mil, quatrocentos e noventa décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252, (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; (3) sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,3693% (sete inteiros e três mil seiscentos e noventa e três décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding; e (4) sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,5395% (sete inteiros e cinco mil trezentos e noventa e cinco décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido de acordo com o procedimento de bookbuilding.

Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures.

Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As debêntures desta emissão são detidas integralmente pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	O saldo (i) do valor nominal unitário das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série será amortizado em parcela única, na data de vencimento da primeira série e na data de vencimento das debêntures da segunda série, respectivamente; e (ii) do valor nominal unitário atualizado das debêntures (1) da terceira série, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 14/10/2032, a segunda em 14/10/2033 e a terceira e na data de vencimento terceira série; e (2) da quarta série, será amortizado em em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 14/10/2037, a segunda em 14/10/2038 e a terceira e na data de vencimento quarta série. A remuneração das debêntures da primeira série, das debêntures da segunda série, das debêntures da terceira série e das debêntures da quarta série mencionada neste item será paga conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão. As debêntures são lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (primeira), da 2ª (segunda), da 3ª (terceira) e da 4ª (quarta) Séries, da 369ª (Trecentésima Sexagésima Nona) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, espécie quirografária, em até 5 séries
Data de emissão	15/03/2025
Data de vencimento	14/04/2045
Quantidade	1.875.000
Valor nominal global R\$	1.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As debêntures não podem ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (primeira), da 2ª (segunda), da 3ª (terceira), da 4ª (quarta) e da 5ª (quinta) Séries, da 387ª (Trecentésima Octogésima Sétima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.”, o qual é lastreado pelas Debêntures.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Companhia poderá realizar a oferta de resgate antecipado destinada à totalidade das Debêntures de cada Série emitidas e integralizadas, a qualquer momento a partir da primeira Data de Integralização e a seu exclusivo critério, com o consequente cancelamento das referidas Debêntures, que será endereçada à Debenturista, na forma prevista na Cláusula 4.9.9 da escritura de emissão. O valor a ser pago pela Companhia à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série (ou seu saldo), conforme o caso, no caso das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série; e/ou (b) ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série e/ou das Debêntures da Quinta Série (ou seu saldo), no caso das Debêntures da Quarta Série e das Debêntures da Quinta Série; acrescido da (i) respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Resgate Antecipado; (ii) de 1 (um) Dia Útil adicional da respectiva Remuneração, em conformidade com o disposto na Cláusula 17 do Termo de Securitização, caso o pagamento pelo resgate antecipado dos CRA seja realizado pela Debenturista aos Titulares dos CRA da respectiva Série no dia imediatamente posterior ao pagamento pela Emissora à Debenturista dos valores devidos pela Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures; (iii) caso sejam devidos, dos demais tributos, Encargos Moratórios, multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos na escritura de emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento; e (iv) do prêmio eventualmente oferecido, a exclusivo critério da Companhia, na forma prevista na escritura de emissão
---	---

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento Antecipado: A dívida representada pelas debêntures poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, observado a Cláusula 5.1.1 da escritura de emissão, na ocorrência de quaisquer dos casos apontados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 da escritura de emissão.

Remuneração: A partir da primeira Data de Integralização, (1) sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br) (“Taxa DI”); (2) sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 14,6378% (quatorze inteiros e seis mil, trezentos e setenta e oito décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (3) sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread (sobretaxa) equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (4) sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,2503% (oito inteiros e dois mil, quinhentos e três décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (5) sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quinta Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Quinta Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,3405% (oito inteiros e três mil, quatrocentos e cinco décimos de milésimos por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Espécie: As debêntures são da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia e não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não foi segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das debêntures.

Restrições impostas à Companhia: a escritura de emissão conta com determinadas restrições à distribuição de dividendos, alienação de ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e realização de operações societárias.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As debêntures desta emissão são detidas integralmente pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. O titular das debêntures pode, a qualquer tempo, se reunir em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, com o agente fiduciário e a Companhia para deliberar sobre matérias de seus interesses.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

O saldo (i) do valor nominal unitário das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série será amortizado em parcela única, na data de vencimento primeira série e na data de vencimento segunda série, respectivamente; (ii) do valor nominal unitário das debêntures da terceira série, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas sendo a primeira devida em 14/04/2033, a segunda em 14/04/2034 e a terceira na data de vencimento terceira série; (iii) do valor nominal unitário atualizado das debêntures da quarta série, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 14/04/2038, a segunda em 14/04/2039 e a terceira e na data de vencimento quarta série; e (iv) do valor nominal unitário atualizado das debêntures da quinta série, será amortizado em em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 14/04/2043, a segunda em 14/10/2044 e a terceira e na data de vencimento quinta série.

A remuneração das debêntures da primeira série, das debêntures da segunda série, das debêntures da terceira série, das debêntures da quarta série e das debêntures da quinta série mencionada neste item será paga conforme tabela constante no Anexo I da escritura de emissão.

As debêntures são lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (primeira), da 2ª (segunda), da 3ª (terceira), da 4ª (quarta) e da 5ª (quinta) Séries, da 387ª (Trecentésima Octogésima Sétima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Marfrig Global Foods S.A.

.....

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "MRFG3".

O FIDC MRFG emitido pela Companhia em 30 de junho de 2014 foi registrado para distribuição o mercado primário e negociação no mercado secundário na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

A 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 15 de julho de 2020 foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

A 8ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 15 de julho de 2021, foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

A 9ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 28 de janeiro de 2022, foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

A 10ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, emitidas pela Companhia em 28 de janeiro de 2022, foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 6º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

A 11ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, emitidas pela Companhia em 11 de novembro de 2022, foram

12.5 Mercados de negociação no Brasil

objeto de distribuição pública com esforços restritos, realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 6º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

A 12ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 17 de novembro de 2022, foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

A 13ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 17 de julho de 2023, foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

A 14ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, emitidas pela Companhia em 07 de novembro de 2023, foram objeto de distribuição, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13 de julho de 2023 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea “a” da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13 de julho de 2023 e o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

A 15ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 20 de março de 2024, foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

A 16ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 15 de julho de 2024, foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As

12.5 Mercados de negociação no Brasil

debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

A 17ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, para distribuição pública, emitidas pela Companhia em 20 de agosto de 2024, foram objeto de distribuição pública, destinada exclusivamente a investidores profissionais, estando a Oferta sujeita ao rito automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, sem necessidade de análise prévia da CVM ou de entidade autorreguladora, nos termos dos artigos 25, 26, inciso V, e demais dispositivos aplicáveis da Resolução CVM 160 e do artigo 19 da Lei do Mercado de Capitais e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis, por se tratar de oferta pública (i) de debêntures não-conversíveis ou não-permutáveis em ações; (ii) destinada exclusivamente a Investidores Profissionais; e (iii) de emissão de companhia, em fase operacional, com registro de emissor de valores mobiliários na CVM.

A 18ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 (quatro) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 15 de outubro de 2024, foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

A 19ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 5 (cinco) séries, para colocação privada, emitidas pela Companhia em 15 de março de 2025, foram objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
American Depositary Receipts - ADR		Estados Unidos	Mercado de balcão norte-americano (OTC)
Entidade Administradora			
U.S. Securities and Exchange Commission - SEC			
Data de admissão	Data de Início listagem		Percentual
02/09/2010	02/09/2010		1,26
Segmento de Negociação	Descrição de Segmento de Negociação		
Sim:	Nível I de depositary receipts – ADR		
Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Sim:	Um ADR representa uma ação ordinária de emissão da Companhia.		
Banco Depositário	Descrição do Banco Depositário		
Sim:	JP Morgan Chase Bank		
Instituição Custodiante	Descrição da Instituição Custodiante		
Sim:	BANCO BRADESCO S.A		

.....

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Debêntures

Os recursos obtidos por meio da 7ª emissão de debêntures foram destinados à compra de gado de uma parte relacionada da Companhia.

Oferta Pública com Esforços Restritos de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Os recursos obtidos no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia com esforços restritos de colocação foram destinados para pré- pagar certas dívidas, que serão selecionadas pela administração da Companhia de acordo com a estratégia e no melhor interesse da Companhia.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Rui Mendonça Junior	Diretor Presidente	Registrado	
Tang David	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Rui Mendonça Junior

Cargo do Responsável Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Rui Mendonça Junior

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Tang David

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

fflu

Tang David

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.